



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

PAUTA DA 8ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**14/12/2020
SEGUNDA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senador Marcos do Val**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

Segunda-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 86/2020 - Não Terminativo -	SENADOR MECIAS DE JESUS	12
2	MSF 78/2020 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	50
3	MSF 88/2020 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	90
4	MSF 90/2020 - Não Terminativo -	SENADOR ACIR GURGACZ	175
5	MSF 81/2020 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO COLLOR	212
6	MSF 83/2020 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO	294

7	MSF 84/2020 - Não Terminativo -	SENADOR NELSON TRAD	368
----------	---	----------------------------	------------

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(10)	RR 3303-5291 / 5292	1 Renan Calheiros(MDB)(10)	AL 3303-2261
Jarbas Vasconcelos(MDB)(10)	PE 3303-3522 / 3593 / 3475	2 Fernando Bezerra Coelho(MDB)(10)	PE 3303-2182
Marcio Bittar(MDB)(10)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652	3 Simone Tebet(MDB)(9)	MS 3303-1128
Esperidião Amin(PP)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	4 Diego Tavares(PP)(5)(22)(37)(38)	PB 3303-6788 / 6790
Ciro Nogueira(PP)(6)(18)(22)	PI 3303-6187 / 6188 / 6192	5 Vanderlan Cardoso(PSD)(11)	GO 3303-2092 / 2099
Bloco Parlamentar PSDB/PSL(PSDB, PSL)			
Roberto Rocha(PSDB)(8)(32)(33)	MA 3303-1437 / 1506	1 Izalci Lucas(PSDB)(8)(28)(30)(35)	DF 3303-6049 / 6050
Mara Gabrilli(PSDB)(8)	SP 3303-2191	2 Flávio Bolsonaro(REPUBLICANOS)(14)	RJ 3303-1717 / 1718
Major Olimpio(PSL)(13)	SP 3303-4177	3 Soraya Thronicke(PSL)(15)	MS 3303-1775
Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
Kátia Abreu(PP)(3)	TO 3303-2464 / 2708 / 5771 / 2466	1 Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO 3303-3131 / 3132
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP 3303-6777 / 6568	2 Flávio Arns(PODEMOS)(3)	PR 3303-6301
Eliziane Gama(CIDADANIA)(3)(26)	MA 3303-6741 / 6703	3 Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3)(36)	PB
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)			
Fernando Collor(PROS)(7)(17)(21)	AL 3303-5783 / 5787	1 VAGO(7)	
Jaques Wagner(PT)(7)	BA 3303-6390 / 6391	2 Telmário Mota(PROS)(7)(16)	RR 3303-6315
Humberto Costa(PT)(24)	PE 3303-6285 / 6286		
PSD			
Nelsinho Trad(2)	MS 3303-6767 / 6768	1 Carlos Fávaro(2)(34)	MT 3303-6408
Antonio Anastasia(2)(31)	MG 3303-5717	2 Angelo Coronel(2)(31)	BA 3303-6103 / 6105
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)			
Chico Rodrigues(DEM)(4)(40)	RR 3303-2281	1 Marcos Rogério(DEM)(4)	RO 3303-6148
Zequinha Marinho(PSC)(4)	PA 3303-6623	2 Maria do Carmo Alves(DEM)(4)	SE 3303-1306 / 4055 / 2878
PODEMOS			
Marcos do Val(20)(27)	ES 3303-6747 / 6753	1 Alvaro Dias(20)(27)(29)(39)	PR 3303-4059 / 4060

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- (4) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (9) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (15) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIÇÃO).
- (16) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (17) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (18) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
- (19) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
- (20) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- (21) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
- (22) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).

- (23) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- (24) Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
- (25) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
- (26) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
- (27) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
- (28) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
- (29) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
- (30) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
- (31) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
- (32) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
- (33) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
- (34) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
- (35) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
- (36) Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (37) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (38) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
- (39) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
- (40) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): FLÁVIO EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 14 de dezembro de 2020
(segunda-feira)
às 09h

PAUTA

8ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Retificações:

1. Correção de informações no relatório da MSF 84/20 e inclusão do relatório legislativo da MSF 90/20. (11/12/2020 14:40)
2. Inclusão de anexo com as Normas e Diretrizes para as Sabatinas. (11/12/2020 17:53)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 86, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- 1) *Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*
- 2) *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 78, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Sultanato de Omã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- 1) *Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*
- 2) *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 88, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- 1) *Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*
- 2) *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pronto pra deliberação

Observações:

- 1) *Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*
- 2) *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 81, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO MENDES MARZANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- 1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.
- 2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 83, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RENAN LEITE PAES BARRETO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- 1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.
- 2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 84, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora da Senhora ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Jamaica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- 1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

Normas e Diretrizes para as Sabinas do dia 14/12/2020

1. Os relatórios das Mensagens (SF) constantes na pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo portal do Senado Federal. Assim, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020. 2. A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das senhoras e senhores senadores por sistema de videoconferência, para debate e leitura de relatório. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial, com 2 (duas) urnas de votação secreta drive-thru na entrada da Garagem Coberta e 3 (três) urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo 2 (duas) urnas em frente ao Plenário 3 e 1 (uma) urna em seu interior. A votação será iniciada logo após a abertura da reunião. 3. Para otimizar os trabalhos da 8ª Reunião, os indicados serão divididos em 1 (um) grupo com 4 (quatro) embaixadores (por sistema de videoconferência) e 1 (um) grupo com 3 (três) embaixadores que participarão presencialmente da reunião. As sabinas começarão com a participação dos 4 (quatro) senadores relatores do primeiro grupo a ser sabinado, para as suas considerações. Em seguida, será concedida a palavra aos respectivos embaixadores, para apresentação de suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de inquirição, pelas senhoras e senhores senadores inscritos, e respostas, pelos embaixadores questionados. O procedimento será repetido com o grupo seguinte. Ao final das 7 arguições, será realizada a apuração dos votos. 4. Para a 9ª Reunião, os indicados serão divididos em 1 (um) grupo com 4 (quatro) embaixadores e 1 (um) grupo com 3 (três). As sabinas começarão com a participação dos 4 (quatro) senadores relatores do primeiro grupo a ser sabinado, para as suas considerações. Em seguida, será concedida a palavra aos respectivos embaixadores, para apresentação de suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de inquirição, pelas senhoras e senhores senadores inscritos, e respostas, pelos embaixadores questionados. O procedimento será repetido com o grupo seguinte. Ao final das 7 arguições, será realizada a apuração dos votos. 5. Caso necessário, 1 (um) assessor poderá adentrar à Sala de Reunião para atender demanda do(a) respectivo(a) Senador(a), retirando-se após a finalidade cumprida. 6. As regras e procedimentos para a Reunião foram definidas para fins de prevenção da transmissão da Covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020; com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6 de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020 e com o Ato da Diretoria Geral nº 4, de 2020. 7. Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pelo Presidente da Comissão (RISF. Art. 89, I).

1



SENADO FEDERAL
Senador Mecias de Jesus

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 86, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NEIFUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.*

Relator: Senador **MECIAS DE JESUS**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.



SF/20659.31371-39

O Sr. NEI FUTURO BITENCOURT é filho de Xamuset Campello Bittencourt e Heloísa Futuro Bittencourt, e nasceu em Caicó/RN, em 13 de outubro de 1957.

Ingressou na carreira diplomática em 1983, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Já havia se graduado em Engenharia, em 1977, e em Jornalismo, em 1981, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 1995; a Conselheiro, em 2003; e a Ministro de Segunda Classe, em 2010.

Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções nos seguintes postos: cônsul-adjunto no Consulado-Geral em Barcelona, de 1989 a 1993; chefe, substituto, da Divisão de Temas Científicos e Tecnológicos, de 1993 a 1995; primeiro-secretário na Embaixada em Tóquio, de 1996 a 1999; primeiro-secretário na Embaixada em Londres, entre 1999 e 2002; coordenador-geral da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, de 2002 a 2004; coordenador-geral da Coordenação-Geral de Planejamento Administrativo, entre 2004 e 2006; conselheiro na Embaixada em Washington, entre 2006 e 2009; conselheiro e ministro-conselheiro na Embaixada em Maputo, de 2010 a 2013; embaixador na Embaixada em Iauendê, de 2013 a 2017; e cônsul-geral no Consulado-Geral em Nagóia, de 2017 até o presente.

É portador de importantes condecorações do Governo Brasileiro pelos relevantes serviços prestados.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Togolesa, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O Brasil reconheceu a independência do Togo em 1960 e estabeleceu relações diplomáticas com o país africano em 1962. Em 1978, ambos os países abriram Embaixadas residentes. Em 1997, razões de ordem orçamentária levaram ao fechamento da Embaixada brasileira em Lomé. Dois anos depois, o Togo fechou sua Embaixada em Brasília. Ambas as embaixadas foram reabertas nos últimos anos: primeiro a do Brasil em Lomé,



em 2006, e depois a do Togo em Brasília, em 2015. Vale observar que o país africano dispõe de embaixadas em menos de 20 países atualmente.

A cooperação técnica bilateral com o Togo está amparada no Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado entre os dois países em 3 de novembro de 1972. O país faz parte do Projeto Cotton4+Togo, que está em seu último ano de execução e é coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do setor algodoeiro nos países beneficiados. A participação togolesa na segunda fase da iniciativa foi formalizada em dezembro de 2014, com a assinatura do projeto “Fortalecimento Tecnológico e Difusão de Boas Práticas Agrícolas para o Algodão em Países do Cotton-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali) e no Togo”. A execução das atividades da segunda fase teve início em 2015, tendo como foco a difusão entre os produtores dos conhecimentos consolidados na primeira etapa, inclusive em termos de segurança alimentar (o projeto visa não só ao aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também da produção de alimentos, por meio da rotação de culturas).

A pedido do governo togolês, está em negociação uma segunda fase do projeto “Apoio Institucional ao *Institut Togolais de Recherche Agronomique (ITRA)*”, conhecido como “Projeto da Mandioca”. A iniciativa, cujo projeto foi assinado em 24 de outubro de 2010, visa a apoiar a política de modernização da agricultura no Togo, promovendo o desenvolvimento rural e a geração de emprego e renda no país por meio da capacitação de técnicos togoleses na produção, no manejo e no processamento agroindustrial da mandioca, bem como pela inserção de novas áreas de cultivo dessa cultura no país. No âmbito deste projeto, a Embrapa, parceira da ABC na iniciativa, manifestou interesse em aprofundar estudos sobre a virose do mosaico africano, para estabelecer barreira de contenção biológica contra o vírus no território brasileiro (presente na África e na Ásia, a praga pode comprometer até 95% da produção desse cultivo).

Vale destacar, ainda, que há demanda do governo togolês para cooperação na área de produção de castanha de caju, frutas e verduras (a ABC aguarda informação adicional sobre pedido togolês para avaliar a possibilidade de atender a solicitação); e na área de restauração e conservação de patrimônio histórico (o pedido está em análise). No campo da cooperação trilateral, houve significativos avanços em matéria de alimentação escolar no Togo no âmbito da cooperação desenvolvida pela ABC em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas. Em 2018,



a iniciativa contribuiu para a elaboração do projeto Escolas de Excelência, que iniciará a aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares locais para programa de alimentação escolar. O Acordo Cultural, celebrado em 1972 e em vigor desde 1973, norteia a cooperação na área educacional. Os eixos considerados prioritários para o governo togolês são: i) Eixo de desenvolvimento social: Relações Internacionais e Medicina; e ii) Eixo de desenvolvimento econômico e infraestrutura: Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Agrárias (Agronomia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca, Zootecnia) e Ciências Econômicas. O Togo passou a enviar candidaturas para os Programas Estudantes-Convênio (PECs) a partir de 2011. Desde então, 46 estudantes togolêses se beneficiaram da iniciativa – 44 no âmbito do programa de graduação (PEC-G) e dois no de pósgraduação (PEC-PG). Também há interesse na cooperação para a formação de pessoal diplomático do Togo. Nesse sentido, finaliza-se a negociação de um memorando de entendimento entre a Chancelaria togolêsa e o Instituto Rio Branco (IRBr).

A balança comercial tem mostrado resultados positivos para o Brasil. O superávit brasileiro em transações comerciais com o Togo atingiu ponto máximo em 2011, quando somou USD 153,7 milhões. Em 2019, o saldo foi de USD 28 milhões, com USD 49 milhões de exportações brasileiras e USD 20 milhões de importações provenientes do Togo. As importações concentraram-se em óleo diesel. Por sua vez, a pauta exportadora brasileira incluiu, principalmente, açúcar (que representa quase 80% das vendas), álcool, produtos de papelaria, aves e glicerina. Mesmo diante das discretas cifras das importações brasileiras originárias do mercado togolês, o Brasil é o principal parceiro do Togo no comércio exterior com os países da América do Sul. Estudo do Itamaraty identificou oportunidades no mercado togolês para os seguintes produtos: medicamentos em doses para fins terapêuticos ou profiláticos, arroz, calçados com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural, polímeros de etileno e polipropileno e fio-máquina de ferro ou aço.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 86, DE 2020

(nº 537/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 537

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei n° 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **NEI FUTURO BITENCOURT**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

Os méritos do Senhor **NEI FUTURO BITENCOURT** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de setembro de 2020.

EM nº 00139/2020 MRE

Brasília, 9 de Setembro de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **NEI FUTURO BITENCOURT**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Togolesa.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **NEI FUTURO BITENCOURT** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 574/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 25 de setembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 25/09/2020, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2137174** e o código CRC **EFECC4B3** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

28/09/2020

SEI/PR - 2137174 - OFÍCIO

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL NEI FUTURO BITENCOURT**

CPF.: 607.505.617-34

ID.: 8283 MRE

1957 Filho de Xamuset Campello Bittencourt e Heloisa Futuro Bittencourt, nasce em 13 de outubro, em Caicó/RN

Dados Acadêmicos:

1977 Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

1981 Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

Cargos:

1983 Terceiro-secretário

1987 Segundo-secretário

1995 Primeiro-secretário

2003 Conselheiro

2010 Ministro de segunda classe

Funções:

1982 CPCD - IRBr

1984-85 Divisão da Europa I, assistente

1985 Divisão de Feiras e Turismo, assistente

1985-89 Embaixada em Varsóvia, terceiro e segundo-secretário

1989-93 Consulado-Geral em Barcelona, cônsul-adjunto

1993-95 Divisão de Temas Científicos e Tecnológicos, chefe, substituto

1995 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor

1995-96 Secretaria Geral, assessor

1996-99 Embaixada em Tóquio, primeiro-secretário

1999-02 Embaixada em Londres, primeiro-secretário

2002-04 Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, coordenador-geral

2004-06 Coordenação-Geral de Planejamento Administrativo, coordenador-geral

2006-09 Embaixada em Washington, conselheiro

2009 Embaixada em Maputo, conselheiro, ministro-conselheiro, comissionado

2010-13 Embaixada em Maputo, ministro-conselheiro

2013-17 Embaixada em laundê, embaixador

2017- Consulado-Geral em Nagóia, cônsul-geral

Cargos docentes e outras atividades acadêmicas

2011 Apresentação e debate "A Cooperação Sul-Sul - Rumo à Conferência de Busan", GMD - Grupo Moçambicano da Dívida, Maputo, 2011

2014 Aula-conferência para alunos do curso de Comunicação Social, Mestrado da Ecole Supérieure d'Etudes Stratégiques de Communication (ESSTIC), sob tema "Les Relations Internationales et la coopération Sud-Sud, sécurité, co-développement durable et Communication au 21 siècle", laundê

2014 Apresentação "Le Brésil dans les BRICS: Economie, société, politique, diplomatie", Centre Africain d'études Diplomatiques, Economiques et Stratégiques (CEIDES), laundê

Condecorações:

2002 Medalha do Pacificador,

2010 Medalha do Mérito Tamandaré

2013 Ordem do Mérito da Defesa, Comendador

2017 Ordem Nacional do Mérito da República do Cameroun

2018 Ordem do Rio Branco, Grande Oficial


LUIS PINTO COSTA

Chefe substituto da Divisão de Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento da África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

TOGO



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RELAÇÕES BILATERAIS	3
RELAÇÕES POLÍTICAS	3
Cooperação técnica.....	3
Cooperação educacional	4
Cooperação energética	4
Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	5
Cooperação na área de defesa.....	5
Cooperação jurídica	5
Conexão aérea e acordo de serviços aéreos.....	5
Candidaturas	5
RELAÇÕES ECONÔMICAS	6
Comércio	6
Investimentos	6
Empréstimos e financiamentos oficiais.....	6
ASSUNTOS CONSULARES	6
POLÍTICA INTERNA	7
Histórico	7
Indicadores sociais e demográficos.....	8
Divisão administrativa.....	8
Instituições	8
Segurança	9
POLÍTICA EXTERNA	10
Entorno regional.....	10
Aliados tradicionais	10
Novas parcerias	11
ECONOMIA	12
Impactos da crise da COVID-19	13
PERFIS BIOGRÁFICOS	14
MAPA	15
DADOS BÁSICOS	16
INTERCÂMBIO COMERCIAL	16

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

O Brasil reconheceu a independência do Togo em 1960 e estabeleceu relações diplomáticas com o país africano em 1962. Em 1978, ambos os países abriram Embaixadas residentes. Em 1997, razões de ordem orçamentária levaram ao fechamento da Embaixada brasileira em Lomé. Dois anos depois, o Togo fechou sua Embaixada em Brasília. Ambas as embaixadas foram reabertas nos últimos anos: primeiro a do Brasil em Lomé, em 2006, e depois a do Togo em Brasília, em 2015. Vale observar que o país africano dispõe de embaixadas em menos de 20 países atualmente.

Tem havido iniciativas de aproximação entre Brasil e Togo nos últimos anos. Em março de 2009, foi realizada a I Sessão da Comissão Mista bilateral, em Lomé. Na ocasião, foram assinados quatro ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica, de 1972; acordo sobre o exercício de atividade remunerada por dependentes de agentes diplomáticos, consulares, militares, administrativos e técnicos (ainda em processo de ratificação); e Memorando de Entendimento relativo ao Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas, atualmente em vigor, embora o mecanismo ainda não tenha sido inaugurado. Ainda em 2009, no mês de outubro, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil fez visita oficial ao Togo, acompanhado de delegação empresarial.

Em março de 2012, o então Ministro do Comércio e Secretário-Geral da Presidência da República e ex-primeiro-ministro Arthème Kwesi Ahoumey-Zunu visitou São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, a fim de promover os fluxos de comércio e de investimentos entre o Togo e o Brasil. O Ministro da Agricultura togolês, Ouro Koura Agadazi, participou da Feira Cotrijal, no Rio grande do Sul, em 2014. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Africana e dos Togolezes no Exterior, Robert Dussey, visitou o Brasil em fevereiro de 2015, quando manteve encontros com o então Ministro das Relações Exteriores e com empresários de São Paulo (FIESP e Embrapa), além de visitar as instalações da Embrapa; e em junho de 2019, quando se reuniu com o Ministro Ernesto Araújo e com o Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Cooperação técnica. A cooperação técnica bilateral com o Togo está amparada no Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado entre os dois países em 3 de novembro de 1972. O país faz parte do **Projeto Cotton4+Togo**, que está em seu último ano de execução e é coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do setor algodoeiro nos países beneficiados. A participação togolesa na segunda fase da iniciativa foi formalizada em dezembro de 2014, com a assinatura do projeto “Fortalecimento Tecnológico e Difusão de Boas Práticas Agrícolas para o Algodão em Países do Cotton-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali) e no Togo”. A execução das atividades da segunda fase teve início em 2015, tendo como foco a difusão entre os produtores dos conhecimentos consolidados na primeira etapa, inclusive em termos de segurança alimentar (o projeto visa não só ao aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também da produção de alimentos, por meio da rotação de culturas).

A pedido do governo togolês, está em negociação uma segunda fase do projeto “Apoio Institucional ao *Institut Togolais de Recherche Agronomique* (ITRA)”,

conhecido como “**Projeto da Mandioca**”. A iniciativa, cujo projeto foi assinado em 24 de outubro de 2010, visa a apoiar a política de modernização da agricultura no Togo, promovendo o desenvolvimento rural e a geração de emprego e renda no país por meio da capacitação de técnicos togolezes na produção, no manejo e no processamento agroindustrial da mandioca, bem como pela inserção de novas áreas de cultivo dessa cultura no país. No âmbito deste projeto, a Embrapa, parceira da ABC na iniciativa, manifestou interesse em aprofundar estudos sobre a virose do mosaico africano, para estabelecer barreira de contenção biológica contra o vírus no território brasileiro (presente na África e na Ásia, a praga pode comprometer até 95% da produção desse cultivo).

Vale destacar, ainda, que há demanda do governo togolês para cooperação na área de produção de castanha de caju, frutas e verduras (a ABC aguarda informação adicional sobre pedido togolês para avaliar a possibilidade de atender ao pedido); e na área de restauração e conservação de patrimônio histórico (o pedido está em análise).

No campo da cooperação trilateral, houve significativos avanços em matéria de **alimentação escolar no Togo** no âmbito da cooperação desenvolvida pela ABC em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas. Em 2018, a iniciativa contribuiu para a elaboração do projeto **Escolas de Excelência**, que iniciará a aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares locais para programa de alimentação escolar.

Cooperação educacional. O Acordo Cultural, celebrado em 1972 e em vigor desde 1973, norteia a cooperação na área educacional. Os eixos considerados prioritários para o governo togolês são: i) *Eixo de desenvolvimento social*: Relações Internacionais e Medicina; e ii) *Eixo de desenvolvimento econômico e infraestrutura*: Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Agrárias (Agronomia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca, Zootecnia) e Ciências Econômicas.

O Togo passou a enviar candidaturas para os Programas Estudantes-Convênio (PECs) a partir de 2011. Desde então, 46 estudantes togolezes se beneficiaram da iniciativa – 44 no âmbito do programa de graduação (PEC-G) e dois no de pós-graduação (PEC-PG).

Também há interesse na cooperação para a formação de pessoal diplomático do Togo. Nesse sentido, finaliza-se a negociação de um memorando de entendimento entre a Chancelaria togolesa e o Instituto Rio Branco (IRBr).

Cooperação energética. Como membro da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o Togo beneficiou-se do “Estudo de Viabilidade de Produção de Biocombustíveis na UEMOA”, realizado no âmbito de memorando de entendimento na área de biocombustíveis entre Brasil e aquele bloco, firmado em 2007. O estudo compreendeu levantamento completo, em Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger e Togo, das condições de clima, de solo, sociais, ambientais, de mercado, de infraestrutura e legais, entre outras que possam impactar a sustentabilidade e viabilidade da produção de bioenergia. Especial ênfase foi dada à dimensão regional das políticas públicas existentes, apontando modos de fortalecer institucionalmente a UEMOA e sua atuação, sobretudo em biocombustíveis. Os resultados foram apresentados às autoridades dos países da UEMOA, em Dacar, em outubro de 2015.

No caso específico do Togo, o estudo visava, ainda, a mitigar a forte dependência energética de combustíveis fósseis importados. A província togolesa com

as melhores condições para o cultivo da cana irrigada, segundo o referido estudo, seria Savanes, na região norte do país. Apesar da localização mais próxima do principal centro consumidor, em Lomé, as regiões mais ao sul foram historicamente evitadas para a produção de biocombustíveis, devido à maior densidade populacional e à prioridade que o governo local atribui ao cultivo exclusivamente alimentar.

Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais. Em novembro de 2018, foi assinado em Lomé acordo bilateral de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.

Cooperação na área de defesa. Durante a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros togolês, Robert Dussey, a Brasília em junho de 2019, discutiu-se a ideia de firmar um acordo-quadro sobre cooperação entre Brasil e Togo na área de defesa. O lado brasileiro apresentou proposta de texto ao governo togolês, que está analisando a minuta. Ressalte-se que o Togo tem grande interesse, assim como o Brasil, na promoção da segurança na área do Golfo da Guiné, região mais afetada no mundo, atualmente, pelo problema da pirataria e do roubo de carga. Se, para o lado togolês, o combate à criminalidade na região é fundamental para o desenvolvimento de suas atividades comerciais por meio do porto de Lomé, para o Brasil a pirataria no Golfo da Guiné representa risco para a navegação em geral no Atlântico Sul, que faz parte do entorno estratégico brasileiro.

Cooperação jurídica. Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica entre Brasil e Togo, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade.

Conexão aérea e acordo de serviços aéreos. A companhia aérea *Ethiopian Airlines*, por meio de sua subsidiária togolesa, a *Asky Airlines*, tentou, em duas ocasiões, manter ligações aéreas entre o Aeroporto Internacional de Lomé-Tokoin (LFW) e o Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, em Guarulhos-SP (GRU). Os voos partiam da capital etíope, Adis Abeba, para Guarulhos com escala em Lomé. Em 2017, porém, a escala foi suspensa por decisão da companhia. Apesar disso, há mútuo interesse em assinar Acordo de Serviços Aéreos (ASA), cujo texto final está sendo negociado. Por ora, as relações aéreas entre os dois países estão reguladas por memorando de entendimento entre as agências de aviação civil, que estabelece, entre outros pontos: a livre determinação de capacidade, com qualquer tipo de aeronave, para voos bilaterais; a ausência de restrição de pontos de origem e de destino das frequências de voo; a concessão dos direitos de 5ª liberdade (direito de transportar passageiros e carga entre o território do outro estado contratante e o território de um terceiro estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado a ou proveniente do estado de nacionalidade da aeronave); e a possibilidade de códigos compartilhados (code-share) bilaterais e com empresas de terceiros países.

Candidaturas. O Brasil tem recebido apoio consistente do governo togolês em candidaturas no âmbito das Nações Unidas e em outros organismos internacionais. Houve apoios recíprocos, por exemplo, envolvendo as candidaturas de ambos os países ao Conselho Executivo da UNESCO, para o mandato 2019-2023. Brasil e Togo também se apoiaram reciprocamente nas candidaturas brasileiras para os mandatos 2017-2019 e 2020-2022 do Conselho de Direitos Humanos da ONU e nas candidaturas togolesas ao

Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia e ao Subcomitê de Prevenção à Tortura (mandato 2019-2022). Em eleições realizadas em junho de 2017, em Nova York, o Brasil contou com o apoio togolês à bem-sucedida candidatura do Embaixador Silvio José de Albuquerque e Silva para o mandato 2018-2021.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio. A balança comercial tem mostrado resultados positivos para o Brasil. O superávit brasileiro em transações comerciais com o Togo atingiu ponto máximo em 2011, quando somou USD 153,7 milhões. Em 2019, o saldo foi de USD 28 milhões, com USD 49 milhões de exportações brasileiras e USD 20 milhões de importações provenientes do Togo. As importações concentraram-se em óleo diesel. Por sua vez, a pauta exportadora brasileira incluiu, principalmente, açúcar (que representa quase 80% das vendas), álcool, produtos de papelaria, aves e glicerina.

Mesmo diante das discretas cifras das importações brasileiras originárias do mercado togolês, o Brasil é o principal parceiro do Togo no comércio exterior com os países da América do Sul. Estudo do Itamaraty identificou oportunidades no mercado togolês para os seguintes produtos: medicamentos em doses para fins terapêuticos ou profiláticos, arroz, calçados com sola exterior de borracha, plástico ou couro natural, polímeros de etileno e polipropileno e fio-máquina de ferro ou aço.

Investimentos. Não há registro de investimentos diretos entre o Brasil e o Togo nos dados divulgados pelo Banco Central do Brasil. Contudo, o governo togolês, incentivado pela divulgação de cifras positivas sobre a estabilidade e o crescimento da economia local, vinha procurando empenhar-se na atração de investimentos estrangeiros. No setor de infraestrutura, existem oportunidades de investimentos no Porto Autônomo de Lomé e em sua Zona Franca. Existem, igualmente, oportunidades no setor extrativista mineral. O Togo tem grandes reservas de fosfato (quarta maior reserva mundial) e mármore, além de importantes reservas de cobre e urânio em sua fronteira setentrional.

Empréstimos e financiamentos oficiais. A dívida externa do Togo com o Brasil, no âmbito do Clube de Paris, no montante de USD 2,4 milhões, foi integralmente saldada em 1990. Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Togo.

ASSUNTOS CONSULARES

Há registro de que 30 cidadãos brasileiros vivam no Togo. A comunidade brasileira é atendida pelo setor consular da embaixada do Brasil em Lomé, não havendo consulados honorários. Desde a reabertura da embaixada, não há registro de brasileiros presos no país.

POLÍTICA INTERNA

Desde a década de 1990, o Togo tem tido eleições multipartidárias regularmente. De todo modo, na prática, a família Gnassingbé tem-se mantido no governo do país desde 1963. Em 2005, logo após a morte de Gnassingbé Eyadéma, que permaneceu 38 anos no poder, seu filho Faure Gnassingbé foi eleito presidente. Desde então, vem se reelegendo a cada cinco anos. Não há restrições constitucionais ao número de mandatos.

Faure Gnassingbé foi eleito para um quarto mandato de cinco anos nas eleições de 2020, realizadas em 22 de fevereiro. Conforme a Corte Constitucional, o Presidente obteve quase 71% dos votos, vencendo já no primeiro turno, contra 19% do segundo colocado, Agbéyomé Kodjo (que foi Primeiro-Ministro no governo Eyadéma Gnassingbé), e menos de 5% do terceiro colocado, Jean-Pierre Fabre.

Houve contestação dos resultados por parte de Kodjo e temor de que o quadro eleitoral de 2020 desencadeasse protestos como os que se viram em meados de 2017, quando uma coalizão de 14 partidos de oposição iniciou uma série de grandes manifestações contra o presidente. Na ocasião, registraram-se distúrbios e as tensões se prolongaram por meses, até que, em meados de 2018, reformas constitucionais atenderam parcialmente os desejos da oposição.

De fato, após as eleições de 2020, Agbéyomé Kodjo convocou protestos em Lomé. No entanto, até o momento, não houve manifestações com o mesmo vulto das que se realizaram em 2017 e 2018. Note-se que, em novembro de 2019, as autoridades togolesas anunciaram ter neutralizado iniciativa para supostamente arremessar milhares de pessoas para participar de protestos violentos contra o governo.

As eleições legislativas foram realizadas em dezembro de 2018, em cenário de relativa tranquilidade. A UNIR, partido do Presidente Gnassingbé, conquistou 59 dos 91 assentos. Por sua vez, as eleições para conselheiros municipais ocorreram em junho de 2019, também com resultados positivos para o partido do Presidente. A convocação dessas eleições na esfera municipal, que não se realizavam desde 1987, foi uma das principais promessas do Presidente Gnassingbé em 2015.

Histórico. Entre os séculos XII e XIV, os euês se instalam na região. O primeiro contato do atual Togo com a Europa remonta ao século XVI, quando exploradores e comerciantes portugueses ali aportaram. A partir de então, a região transformou-se em ponto de partida para expedições de captura de escravos, chegando a ser conhecida como a “Costa dos Escravos”.

Em 1884, a Alemanha estabeleceu um protetorado sobre território que hoje corresponde a Gana (anteriormente chamada de “Costa do Ouro”) e Togo, que viria a constituir-se na colônia da Togolândia. Com a derrota alemã na Primeira Guerra, Inglaterra e França assumiram o controle do território, obtendo, em 1922, mandato da Liga das Nações para administrá-lo.

A parte britânica seria eventualmente incorporada a Gana. O restante do território passou a integrar a Federação Francesa da África Ocidental, tornando-se uma República autônoma em 1955. Nas eleições realizadas em 1958, foi eleito presidente Sylvanus Olympio, neto de ex-escravos brasileiros retornados à África. Em 27 de abril de 1960, o Togo obteve a independência e, em 1961, a primeira constituição do país foi promulgada. Em janeiro de 1963, Sylvanus Olympio seria destituído e morto. Nicolas Grunitzky tornou-se presidente.

Em 1967, o General Gnassingbé Eyadéma liderou movimento que destituiu Grunitzky. Posteriormente, dissolveu os partidos políticos e instituiu, em 1969, sistema de partido único. Na década de 1990, as crescentes manifestações por ampliação dos direitos políticos levaram a processo de gradual abertura política. Uma nova Constituição foi promulgada em setembro de 1992, estabelecendo o pluripartidarismo.

O Presidente Gnassingbé Eyadéma seria reeleito ainda em 1993 e 1998. Em 2002, a Carta de 1992, que previa limite de dois mandatos de cinco anos para o Presidente, seria alterada. Com isso, Gnassingbé Eyadéma seria reeleito em 2003.

O Presidente faleceu em 2005, após quase 38 anos no poder. Seu filho, Faure Gnassingbé, instalou-se interinamente no cargo de chefe de Estado. Contudo, deixou o cargo poucos dias depois para disputar as eleições, realizadas ainda no mesmo ano e vencidas por ele. Faure Gnassingbé foi reeleito em 2010, 2015 e 2020. Atualmente, não há limite constitucional para reeleição no Togo.

Indicadores sociais e demográficos. A população togolesa é estimada em 8,2 milhões de habitantes. Cerca de 55% têm entre 15 e 64 anos e habitam a porção meridional do país. Menos da metade vive em centros urbanos (em torno de 40%). Além do francês, língua oficial, os idiomas mais falados são o euê e o cabiê.

A ONU classifica o país na 167ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A taxa de alfabetização é de 63,7%. A expectativa de vida é de 60,8 anos.

A população togolesa é majoritariamente autóctone e compreende mais de 50 grupos étnicos, sendo os dois maiores os euês, que se concentram na região sul do país e correspondem a 21% da população, e os cabiês, que se concentram no norte e perfazem 14,7% da população. A família Gnassingbé tem origem cabiê, mas a mãe do atual presidente era de origem euê.

Calcula-se que 47,1% da população sejam cristãos, 33% pratiquem religiões tradicionais africanas e 13,7% sejam muçulmanos. Embora pertença a uma família majoritariamente protestante, o Presidente Faure Gnassingbé pratica o catolicismo, religião de sua mãe.

Divisão administrativa. O O Estado togolês é unitário e o território está dividido em cinco regiões administrativas: Maritime (capital Tsévié), Plateaux (capital Atakpamé), Centrale (Sokodé), Kara (capital homônima) e Savanes (capital Dapaong).

As regiões compreendem 39 “*préfectures*” (termo frequentemente traduzido como prefeitura, mas que, na realidade brasileira, está mais próximo da ideia de estado), cada qual administrada por um “*préfet*” (por extensão, figura que mais se aproxima à do governador estadual no Brasil).

As *préfectures*, por seu turno, estão subdivididas em comunas (116 ao todo), também chamadas de vilas ou municipalidades. As últimas eleições para *maire* (administrador da comuna, cargo equivalente ao de prefeito no Brasil) foram realizadas em 2019, depois de 17 anos sem eleições nesse nível administrativo. Candidatos aliados ao governo central venceram na maioria das municipalidades.

Instituições. A República Togolesa adota o sistema semipresidencialista, no qual, apesar da presença do Primeiro-



Ministro, o Poder Executivo está concentrado nas mãos do Presidente, eleito por voto direto. A abertura política iniciou-se na década de 1990. Em 1992, foi introduzido o pluripartidarismo.

O Legislativo é, atualmente, unicameral, mas uma reforma constitucional aprovada em maio de 2019 determinou a criação de um Senado. Por enquanto, a Assembleia Nacional reúne 91 deputados. Nas eleições legislativas mais recentes, em dezembro de 2018, o partido do presidente Faure Gnassingbé (UNIR) conquistou 59 assentos. O futuro Senado deverá ser composto da seguinte maneira: dois terços dos senadores não-vitalícios serão escolhidos em processo eleitoral; um terço serão personalidades indicadas pela Presidência da República; e os ex-Presidentes participarão como membros vitalícios.

Em relação ao Judiciário, vale destacar que, em 1997, foi criada a Corte Constitucional, cuja finalidade é garantir o cumprimento da Carta Magna, sobretudo no tocante ao processo eleitoral.

Segurança. O combate ao terrorismo vem ganhando importância na agenda do governo Faure Gnassingbé. Ataque a região turística na Côte d'Ivoire ocorrido em março de 2016 aumentou as preocupações das autoridades togolesas com o avanço de grupos terroristas em seu entorno regional. Com isso, houve aumento significativo dos controles de segurança nas rodovias e nas imediações de hotéis frequentados majoritariamente por estrangeiros em Lomé.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa togolesa é condicionada principalmente pelo pequeno território do país, pelo elevado peso do porto de Lomé na economia togolesa, pelos fortes laços com as antigas metrópoles coloniais, pela aspiração de promover a integração do povo euê – disperso por parte do Togo, Gana, Benim e Nigéria – e pelas crescentes ameaças representadas pelo terrorismo e pela pirataria na sub-região. Sendo assim, seus principais objetivos são a promoção da integração regional e da segurança em seu entorno, a atração de investimentos estrangeiros, a ampliação dos laços com potências emergentes e a mobilização do potencial econômico da diáspora togolesa, de modo a permitir que o país assumira sua alegada vocação nas áreas dos serviços e do comércio.

Entorno regional. O país mantém boas relações com seus vizinhos, nomeadamente Gana, Burkina Faso e Benim, e procura mobilizar a diáspora na região de forma a que mantenha seus laços com o país. Estima-se que mais de 5,5% dos cidadãos togoleses residam fora do território nacional.

A chancelaria togolesa é particularmente ativa nos assuntos da África Ocidental, sobretudo no que se refere ao processo de integração econômica contemplado pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Ao lado da Nigéria, o Togo foi um dos grandes promotores da criação desse organismo, cujo Fundo de Cooperação e Desenvolvimento é sediado em Lomé.

No âmbito da União Africana (UA), o Togo tem atuado de forma moderada, seguindo, em geral, uma política pró-ocidental. Ademais, o governo togolês tem buscado posição de liderança nas discussões regionais sobre terrorismo e, em especial, sobre a pirataria no Golfo da Guiné. Em 15 de outubro de 2016, o governo togolês sediou a Cúpula Extraordinária da União Africana sobre Segurança Marítima e Desenvolvimento na África. O êxito na organização do evento rendeu cobertura positiva da imprensa internacional, que reconheceu os esforços da diplomacia togolesa.

Entre 2017-2018, o Togo ocupou assento no Conselho de Paz e Segurança da União Africana. No campo econômico, o país apoiou a criação da Zona de Livre Comércio Continental da África (ZLCCA), cujo acordo entrou em vigor em 2019, mas que ainda aguarda implementação.

No que concerne às operações de paz da ONU, o Togo é o 6º maior contribuinte de militares e policiais (o Brasil é o 33º). De um total de 525 *peacekeepers* togoleses, 318 servem na Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA).

Aliados tradicionais. A **França** e, secundariamente, a **Alemanha**, principais provedores de ajuda financeira bilateral para o desenvolvimento, constituem os parceiros internacionais mais tradicionais do Togo. As antigas metrópoles têm grande influência junto aos organismos multilaterais de crédito, dos quais depende a economia togolesa.

Os investimentos franceses no Togo são muito presentes. Politicamente, o Togo permanece bastante próximo da ex-metrópole. Em outubro de 2016, o então primeiro-ministro da França visitou Lomé, no que foi a primeira visita de uma autoridade francesa daquele nível nos últimos 27 anos.

A Alemanha é vista como parceiro internacional privilegiado pelo governo e povo togoleses. A cooperação para o desenvolvimento fornecida pela Alemanha ao

Togo foi reestabelecida em 2011, após vinte anos de suspensão. Os dois países também cooperaram no campo militar. O maior contingente de togoleses vivendo fora da África encontra-se na Alemanha.

Os **Estados Unidos** também são importantes doadores e parceiros políticos do Togo. Em 2018, o governo americano desembolsou USD 14 milhões para projetos de desenvolvimento no Togo, em especial nas áreas de saúde e educação militar. O Togo sediou o Fórum AGOA (“Africa Growth and Opportunity Act”) de 2017, realizado em Lomé, em agosto daquele ano. O AGOA é a política de acesso facilitado de produtos de países subsaarianos ao mercado americano. Lomé também foi o destino inicial do primeiro périplo africano do secretário-adjunto para Assuntos Africanos do Departamento de Estado em novembro de 2018.

Novas parcerias. Nos últimos anos, o Togo também passou a beneficiar-se mais intensamente da cooperação com parceiros não tradicionais, como a China, Índia e Israel, e com parceiros regionais mais distantes, como o Egito. O país também tem buscado engajar-se nas atividades da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), da qual é membro desde 1997.

China e Togo estabeleceram relações diplomáticas em 1972. A partir de então, desenvolveu-se firme e continuada cooperação política, econômica e cultural, com base em acordos assinados em diversas áreas. O Togo mantém em Pequim uma de suas 17 embaixadas residentes. Estima-se que, desde o estabelecimento de relações diplomáticas, a China tenha concedido ao Togo mais de USD 300 milhões em ajuda econômica ou créditos preferenciais, que foram aplicados em grandes obras, como os prédios das assembleias legislativas de Lomé e de Kara (região norte), o Hospital Universitário de Kara, o estádio esportivo de Lomé e o novo terminal do aeroporto de Lomé, bem como em projetos de desenvolvimento agrícola e sanitário. O Governo togolês atribui grande importância à intensificação das relações políticas e de cooperação com a China, por considerá-las uma alternativa às tradicionais parcerias com países europeus. Nos últimos anos, a China tem sido a principal origem das importações togolesas. Em 2017, respondeu por 17% do total importado pelo Togo. A Bélgica, segunda principal fornecedora das importações togolesas naquele ano, respondeu por 13% do total.

As relações com a **Índia** também são tidas como relevante complemento aos tradicionais laços com os parceiros ocidentais. A Índia, em 2017, foi o quarto principal destino das exportações togolesas e, ao lado do Líbano, um dos poucos países fora da África a figurar entre os sete maiores mercados consumidores das exportações do Togo. Os dois países também cooperam em diversas áreas, especialmente agricultura, educação, saúde, energia e desenvolvimento de base. O chanceler Dussey participou do fórum Índia-África, em outubro de 2015.

O governo togolês também vem estreitando as relações com **Israel**, em especial nos campos econômico e da segurança. Faure Gnassingbé realizou visita oficial a Israel em agosto de 2017. A aproximação com o **Egito** também tem sido notável. Desde o início de seu terceiro mandato presidencial, em 2015, o presidente Faure Gnassingbé já efetuou três visitas ao Cairo. O Egito vem efetivamente prestando cooperação em diversas áreas, incluindo urbanismo e habitação; saneamento e melhorias de condições de vida no meio urbano e nas periferias das cidades; esporte; intercâmbio cultural; e, principalmente, agricultura. A parceria do Togo com o Egito obedece ao interesse togolês em consolidar-se como *hub* marítimo e aéreo regional.

ECONOMIA

O *boom* econômico pelo qual passa o Togo, expresso nas vigorosas taxas de crescimento do PIB nos últimos anos (média superior a 5% ao ano), está diretamente relacionado à realização de grandes obras de infraestrutura, como a urbanização da capital e a inauguração do terceiro cais no porto de Lomé. Esse porto é o maior de águas profundas no continente africano, e serve não apenas ao Togo, mas também aos países da sub-região sem saída para o mar, principalmente o Burkina Faso e o Mali.

A reconstrução do aeroporto de Lomé, por sua vez, tem atraído empresas aéreas como a *Emirates*, a *Turkish Airlines* e a *Ethiopian Airlines*. Deverá ser construída, ainda, estrada sul-norte que tornará possível escoar as produções dos países ao norte do Togo. Ademais, há um clima de otimismo em Lomé desde a retomada da cooperação para o desenvolvimento prestada por parceiros tradicionais, como a Alemanha e outros países da União Europeia, em 2011.

Em 2019, o Togo foi apontado pelo Banco Mundial como um dos países que mais melhoraram a sua classificação no ranking “Doing Business” daquela instituição. Entre 190 países e territórios, o Togo aparece na posição 137 na classificação por facilidade para fazer negócios. Houve efetivamente um salto considerável com relação ao ano anterior, quando o país estava na 156ª posição.

A economia togolesa tem na agropecuária e nos serviços os seus principais componentes. O setor primário corresponde a cerca de 40% do PIB e emprega dois terços da população economicamente ativa. O setor terciário representa também aproximadamente 40% da riqueza nacional, ao passo que o setor secundário é responsável por menos de 20% do PIB.

Algodão e, em menor escala, café e cacau são os principais produtos agrícolas exportados. O Togo conta ainda com uma indústria de extração de fosfatos, uma de suas principais *commodities*. A extração dessa riqueza, encontrada principalmente na região costeira, historicamente tem sido uma das maiores indústrias do país. A companhia estatal Société Nouvelle des Phosphates du Togo (SNPT)   a responsável pela extra o, transforma o e comercializa o de fosfato no país. Entre os destinos de exporta o estão Canadá, Filipinas e África do Sul.

Além do fosfato, o país tem uma indústria mineira pouco desenvolvida, limitada atualmente a mármore e calcário. Recentemente, foi feita prospecc o geoquímica, que cobriu a maior parte do país, e várias áreas foram destacadas como potenciais para descoberta de diamantes, ouro e metais ferrosos. No que concerne ao minério de ferro, estima-se que as reservas togolesas representem 500 milhões de toneladas. A extra o de minério de ferro no Togo iniciou-se em 2011, com produ o de 20 mil toneladas, chegando a 180 mil toneladas em 2014. As exporta es do minério de ferro bruto são majoritariamente destinadas   Alemanha.

No setor de serviços, que emprega 21% da popula o,   importante a participa o do porto de Lomé como fator de dinamiza o da economia regional. As reexporta es representam 17% das vendas externas do país.

A política monetária togolesa   determinada pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), que privilegia o controle inflacionário (a infla o tem-se mantido na casa dos 3% a.a.) e a manuten o da taxa de conversão em euros do franco CFA, moeda única da União Econ mica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), da qual o Togo faz parte.

Quanto   política fiscal, pode-se afirmar que, de modo geral, o país tem adotado práticas ortodoxas, conforme as recomenda es das agências multilaterais de crédito.

Por sua vez, a dívida pública total, que atingiu 81% do PIB no final de 2016, encontra-se em queda. Antes da crise mundial da COVID-19, estimava-se que a dívida togoleza atingiria em 2020 o patamar de 70% do PIB, abaixo do padrão da UEMOA.

A matriz energética do Togo é composta de 82% de biomassa tradicional (lenha e carvão vegetal), 17,7% de derivados de petróleo e 0,3% hídrica. Um quarto da capacidade de geração de energia elétrica no Togo, cerca de 30 MW, é provido por termoelétricas movidas a derivados de petróleo. Os outros 75% correspondem à energia hidrelétrica. Há projeto de construção de hidrelétrica em Adjarala, para aumentar a capacidade de geração no Togo, que importa de Nigéria e Gana a maior parte da energia de que necessita.

Impactos da crise da COVID-19. Conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional, a crise do novo coronavírus deve reduzir o crescimento do Togo em 2020 para taxa em torno de 1% (esperava-se, em condições normais, variação positiva do PIB em 5,5%).

O governo tem anunciado medidas como a isenção de taxas e impostos para importação não apenas de alguns medicamentos, mas também de máquinas agrícolas e outros produtos, na tentativa de estimular a recuperação econômica à medida que a crise sanitária internacional se reduza.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Faure Essozimna Gnassingbé



Nasceu em 6 de junho de 1966, filho de Gnassingbé Eyadema, Presidente do Togo de 1967 a 2005, e Sabine Mensah. Kursou os estudos secundários na França, onde também se formou em administração na Universidade de Paris- Dauphine, em 1989. Obteve um MBA na George Washington University, nos Estados Unidos, em 1997. Foi eleito deputado em março de 1999 e presidiu a Comissão de Relações Exteriores e da Cooperação da Assembleia Nacional. Reeito deputado em 2003, foi nomeado Ministro de Minas,

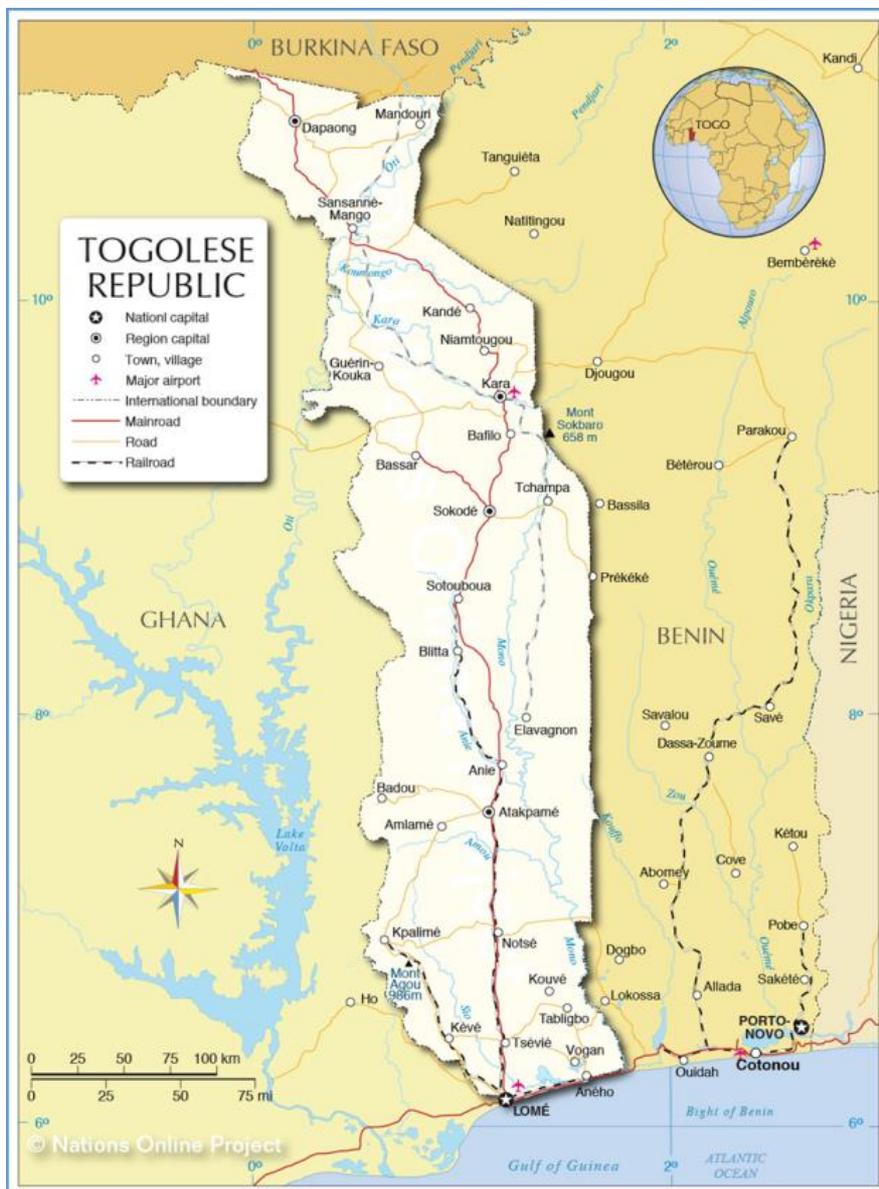
Correios e Telecomunicações no mesmo ano. Ocupou a Presidência da República no período de 7 a 25 de fevereiro de 2005, depois da morte de seu pai. Foi eleito Presidente em 24 de abril de 2005.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Africana e dos Togoletes no Exterior, Robert Dussey



Nasceu em 4 de janeiro de 1972 em Bangui (República Centro-Africana). É professor de filosofia política. Estudou teologia no Congo. Formou-se em estudos literários e filosofia. Tem mestrado e doutorado em filosofia. Foi mediador especial para África e membro do Escritório para a África da Comunidade de Santo Egídio. Trabalhou como Conselheiro Diplomático do Presidente da República. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em setembro de 2013.

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República Togolesa
Gentílico:	Togolês
Capital:	Lomé
Área:	56.785 km ²
População (FMI, 2019):	8,195 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês (oficial) e línguas locais (euê, mina e cabiê)
Principais religiões:	Cristianismo (47,1%); crenças tradicionais (33%); islamismo (13,7%); outras (6,2%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral (Assembleia Nacional); foi aprovada reforma constitucional para criar um Senado
Chefe de Estado:	Presidente Faure Essozimna Gnassingbé
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Komi Klassou
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Robert Dussey
PIB (FMI, est. 2019):	USD 5,5 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	USD 14,96 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2019):	USD 671,4
PIB PPC per capita (FMI, est. 2019):	USD 1,83 mil
Variação do PIB (FMI):	1% (est.2020); 5,1% (est. 2019); 4,7% (2018); 4,4% (2017); 5,1% (2016); 5,7% (2015); 5,9% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,513 (167º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,350
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	60,8 anos
Índice de Alfabetização (PNUD, 2019):	63,7%
Índice de desemprego (BM, 2019):	1,7%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Encarregado de Negócios do Togo:	Eyana Edjaide
Embaixador em Lomé:	Antônio Carlos de Salles Menezes

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Togo	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan – abr)
Intercâmbio	80.866	43.980	67.857	59.021	96.900	79.077	69.187	25.679
Exportações	80.860	43.971	67.857	58.997	96.860	79.077	48.980	25.679
Importações	6	9	-	24	40	-	20.208	-
Saldo	80.854	43.962	67.857	58.973	96.820	79.077	28.772	25.679

EMBAIXADA DO BRASIL EM LOMÉ**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES**

Gostaria, de início, de consignar meu agradecimento à equipe de funcionários do Serviço Exterior Brasileiro que me acompanhou nos cinco anos em que estive à frente da embaixada em Lomé e cujo concurso foi essencial para que se tentasse alcançar os resultados pretendidos, conforme aqui relatados.

I - Introdução

2. Desde minha chegada ao Posto, em final de julho de 2015, tive a oportunidade de acompanhar todo o processo político ocorrido no Togo, que viveu onda de protestos, iniciada em 2017, com reivindicações de "alternância política", assim como três importantes eleições, a saber: Legislativas em 2018, municipais em 2019 e, finalmente, as presidenciais de 22 de fevereiro de 2020, das quais saiu reeleito, para um quarto mandato de cinco anos, o Presidente Faure Essozimna Gnassingbé, filho do General Eyadéma Gnassingbé, que governou o país com mão de ferro entre 1967 e 2005, ano de seu falecimento.

3. O Togo completa, portanto, em 2020, 53 anos em que o poder está nas mãos da família Gnassingbé. A Constituição reformada em 2019 determina que, doravante, um Presidente da República só poderá exercer dois mandatos, circunstância que ainda permite ao atual presidente pleitear novo mandato (que poderá ser o seu quinto período de cinco anos à frente do poder executivo no Togo) nas eleições de 2025. Sendo ainda relativamente jovem (54 anos), Faure Gnassingbé até o momento não deu sinais de que esteja planejando sua própria transição, seja com a preparação de algum de seus filhos ou de algum político da nova geração de filiados ao Partido "RPT-UNIR (Rassemblement du Peuple Togolais - Union pour la République)".

4. O Chanceler Robert Dussey, por sua vez, permaneceu sempre no cargo durante toda a duração de minha missão, tendo efetuado duas visitas oficiais ao Brasil. Acompanhei-o em ambas: em fevereiro de 2015, ainda na qualidade de Embaixador designado para o Togo; e mais recentemente, em junho de 2019, próximo à data em que completei quatro anos na chefia do Posto.

5. Nessas circunstâncias, a tarefa principal da Embaixada, consignada nos seus programas de trabalho anuais, foi de assentar as relações bilaterais em bases sustentáveis e previsíveis e criar condições para um aprofundamento das relações de Cooperação Sul-Sul (CSS), assim como econômicas e comerciais entre os dois países, sempre recordando a ligação histórico-cultural entre o Brasil e o Togo, decorrente do retorno, nos anos 1800, de várias famílias de afrodescendentes brasileiros à região do Golfo da Guiné.

II- O Togo e o Brasil

6. Em abril de 2020 foi marcado o aniversário de 60 anos da independência do Togo, obtida em 27 de abril de 1960, quando Sylvanus Olympio, neto de ex-escravos brasileiros retornados à costa ocidental da África no Século XIX, assumiu o poder.

7. Há registro de que o Brasil reconheceu logo, ainda em 1960, a independência do Togo, mas que as relações diplomáticas formais só foram estabelecidas em 1962, com a abertura de uma embaixada cumulativa em Acra. Completar-se-ão, portanto, em 2022, os sessenta anos do estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais. Registre-se ser o Brasil o único país das Américas, além dos Estados Unidos da América (EUA), a manter Embaixada residente na capital togolesa. Foi aberta, ainda na década de 1970, uma Embaixada residente em Lomé, a qual foi fechada temporariamente no final do século (1997), mas reaberta dez anos depois, em 2007.

8. A ligação histórica era cultivada com orgulho pelas famílias que ainda mantêm sobrenomes tais como Almeida, Souza e Olympio (do primeiro Presidente da República, Sylvanus Olympio). Ocorreu, no entanto, que, após a destituição e assassinato de Olympio (1963), quando alguns anos depois (1967) ascendeu ao poder o General Eyadéma Gnassingbé - considerado extremamente francófilo - o aprendizado e uso do idioma português deixou de ser incentivado, havendo registros até de que teria sido proibido. Muitas das famílias com sobrenomes herdados do Brasil preferiram então instalar-se em países vizinhos, como o Benim e Gana. Perdeu-se, assim, grande parte do vínculo cultural entre o Brasil e o Togo.

9. Desde 2005, quando assumiu o poder o filho do General Eyadéma Gnassingbé, Faure Gnassingbé, e a Embaixada do Brasil foi reaberta (2007), não houve mais registro de antipatia quanto à ligação histórica entre os dois países. Pelo contrário, a simpatia pelo Brasil pode ser considerada um fato incontestável. Ainda assim, muitos dos laços culturais

antigos se esvaíram, e o nosso país passou a ser visto, em grande parte - especialmente pelas novas gerações -, como um entre muitos países das Américas, sem que a maioria dos togoleses tenha uma exata noção de suas dimensões territoriais e econômicas, de sua posição geográfica (sendo o Togo mais próximo do Nordeste do Brasil do que de países da Europa Oriental, por exemplo), ou de que sua língua oficial é o português. Muitos dos que sabem um pouco mais sobre o Brasil lamentam não haver no Togo onde aprender português, considerando-o quase uma língua exótica, desconhecendo tratar-se de idioma latino, com as mesmas raízes do francês. Quanto aos estereótipos do Carnaval e do futebol, entre outros, estão naturalmente presentes.

III - Togo: política interna e externa e entorno

10. O acompanhamento da política interna e externa do Togo tem sido objeto de atenção crescente da comunidade internacional, em função do recrudescimento do terrorismo extremista islâmico no seu entorno (especialmente em Burkina Faso, na Nigéria e no Mali, tendo havido ocorrências na Costa do Marfim e no Benim), assim como dos protestos pela alternância política desencadeados em 2017, mas que arrefeceram nos anos seguintes, tendo proporcionado a reeleição de Faure Essozimna Gnassingbé, em fevereiro deste ano, para o quarto mandato de cinco anos.

11. Pode-se dizer, contudo, que, nos últimos cinco anos, o papel estratégico do Togo em seu contexto regional só fez aumentar, visto que a convivência relativamente pacífica entre cristãos, muçulmanos e animistas no país tem sido vista como exemplar, apesar do fato de que um dos partidos políticos envolvidos nos protestos de rua - muitas vezes violentos - havidos entre 2017 e 2019 ser o PNP ("Parti National Panafricain"), chefiado por um líder muçulmano, Tikpi Atchadam. Ainda assim, a atuação das forças de segurança togolesas vem sendo crítica para frear a ramificação de atos terroristas observados em outros países da região ocidental da África. Registre-se que os conflitos no Mali (onde há soldados togoleses integrando as forças de paz da ONU), em Burkina Faso, e em parte da Nigéria, envolvem uma série de atividades ilícitas em regiões fronteiriças, voltadas a sustentar grupos armados extremistas.

12. Internamente, a partir de agosto de 2017, a oposição protagonizou vários protestos de rua denunciando o amplo descontentamento social e os malogros da corrupção, assim como o continuísmo político, mas sem considerar que jamais houve uma alternativa viável, desde a posse de Faure

Gnassingbé. As plataformas políticas não se diferenciaram claramente, restringindo-se à discussão corrupção e sobre a suposta "ditadura cinquentenária". Daí decorreu o espaço aberto para impulsos tribelistas (políticas voltadas para a proteção de interesses paroquiais), e o favorecimento do partido governista, o "RTP-UNIR".

13. A desorganização da oposição levou a chamada Coalizão dos 14 (C-14) à decisão estratégica de não concorrer às Legislativas de 2018, o que abriu espaço para a situação fazer a reforma constitucional como lhe aprouve. Em 2019, alguns partidos da coalizão até conseguiram ganhar algumas "mairies" (Governos municipais), nas eleições locais, mas os partidos de oposição chegaram novamente divididos à Presidencial de fevereiro de 2020, tendo então facilitado a vitória de Gnassingbé para seu quarto mandato, com mais de 70% dos votos válidos.

14. Nessas circunstâncias, embora ainda faltem quatro anos para a fixação da data do próximo pleito presidencial, já é possível prever a forte probabilidade de nova vitória do atual mandatário nas eleições de 2025. Por outro lado, não há praticamente dúvida de que ele pretende ser candidato ao quinto mandato, que poderá ser o último, segundo a atual Constituição, salvo em caso de nova reforma constitucional.

IV - Encontros de alto nível Brasil-Togo

15. A primeira e única reunião de Comissão Mista entre os dois países foi realizada em Brasília há 11 anos, em 2009. Assinalo, a respeito, que a possibilidade de uma retomada de Comista não chegou a ser examinada durante o encontro do Chanceler Robert Dussey com o Ministro de Estado das Relações Exteriores em 17 de junho de 2019. No entanto, é importante salientar que o Chanceler Dussey (no cargo desde 2013), demonstra um sincero sentimento positivo em relação ao Brasil e já efetuou duas visitas oficiais ao País.

16. Em fevereiro de 2015, o Chanceler do Togo visitou São Paulo, São José dos Campos e Brasília e, em junho de 2019, esteve em Brasília e no Rio de Janeiro. No encontro de 2019 com o Chanceler Ernesto Araújo, Dussey propôs a realização de um Fórum Econômico Brasil-Togo, tendo acatado a sugestão de uma extensão para Brasil - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Havia previsão de que o Fórum seria agendado para o ano de 2020, em São Paulo, possivelmente após a posse de Gnassingbé em seu novo mandato (que já ocorreu, em maio deste ano) e a nomeação dos

Ministros do novo Gabinete de Governo togolês. Tendo em vista, no entanto, a pandemia de Covid-19, o assunto ainda não pôde ser retomado.

V - Promoção comercial e de investimentos

17. O Togo vem tendo crescimento econômico sustentado nos últimos anos, e se esforça para marcar posição como "hub" de transporte intermodal na África Ocidental, especialmente em função da boa infraestrutura de seu terminal marítimo de águas profundas e de seu moderno aeroporto inaugurado em 2016, assim como das rodovias relativamente seguras ligando-o aos vizinhos e das ótimas instalações para realizar congressos e convenções.

18. Ademais, o atual PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) 2018-2022 tem sido divulgado com insistência pelo Governo, no intuito de atrair mais comércio e investimentos. Há, no entanto, uma "disputa" com os dois vizinhos que compartilham a mesma costa oceânica (Gana e Benim) para firmar-se como "hub" regional, na qual muitas vezes o Togo é preterido, como ocorreu no caso da escolha de Gana para sediar a futura Zona de Livre Comércio da África.

19. De qualquer maneira, as autoridades togolesas se esforçam no sentido de ressaltar as vantagens comparativas do Togo. A ideia do Fórum, lançada pelo Chanceler Dussey em sua mais recente visita a Brasília, insere-se nesse esforço.

20. Por outro lado, a prioridade atribuída pelo Governo brasileiro à dimensão econômico-comercial da atividade diplomática, à busca de oportunidades para empresas e à promoção de exportações parece justificar a criação de um Setor de Promoção Comercial (SECOM) em Lomé, formalmente constituído, com funcionário contratado para desempenhar as tarefas de promover a oferta de produtos brasileiros junto a importadores locais, e introduzir a marca e a presença quase inexistente do Brasil nos principais eventos de promoção comercial (especialmente as feiras realizadas em Lomé).

21. Deve-se ter presente que há um fluxo tradicional de exportações brasileiras para o Togo, sempre acima de US\$ 60 milhões nos últimos anos, mas a concentração (mais de 80% do valor) é em um único produto, o açúcar. Há pequenas importações de frango, suco de laranja e "corned beef", mas de valor reduzido.

22. Não se pode deixar de reconhecer que o mercado local é muito voltado para a União Europeia. Entre países emergentes,

a China ocupa, a cada dia, uma fatia maior entre as importações togolesas. Assim sendo, só com uma ofensiva mais dedicada o Brasil poderia estar mais presente em termos comerciais. De forma geral, contudo, é sempre importante considerar que os negócios no Togo estão sujeitos a riscos e certo grau de imprevisibilidade.

23. O Togo ainda figura em posição baixa no rol "Doing Business" do Banco Mundial, mas subiu várias posições recentemente, o que foi saudado com grande satisfação pelas autoridades governamentais, inclusive o Chanceler Dussey. Mas é certo que o Governo tem dado prova de abertura ao diálogo com órgãos internacionais, o Banco Mundial e o FMI em especial. Foram implementadas políticas públicas para coibir abusos, corrupção e conflito de interesses.

VI - Ausência de empresas brasileiras no Togo

24. Não há empresas brasileiras instaladas no Togo, embora algumas firmas tenham representantes nos dois importantes vizinhos (Gana e Benim). O Posto empreendeu, nos últimos anos, vários esforços para atrair as empresas que estão representadas em países tão próximos, para que viessem fazer prospecção no Togo, oferecendo-se a estrutura da Embaixada para o apoio possível. Durante os contatos, no entanto, foi possível verificar que a dependência dos tradicionais fornecedores europeus, especialmente da França, é bem mais arraigada no Togo do que nos seus vizinhos. Além disso, o processo decisório é mais centralizado do que em Gana e no Benim, o que decorre, segundo análise de alguns empresários, da concentração do poder nas mãos de poucas famílias togolesas.

VII - Atividades culturais

25. Trata-se de área de grande interesse para o Governo local, que tenta dar mostras de que qualquer preconceito contra a influência brasileira nas manifestações culturais togolesas que possa ter existido estaria superado. Desde sua visita ao Brasil em 2015 e sua longa conversa com o Chefe do Posto por ocasião da apresentação das cópias figuradas das Cartas Credenciais, ainda em 2015, o Chanceler Robert Dussey sempre enfatizou que gostaria de ver manifestações da cultura afro-brasileira promovidas pela Embaixada.

26. Nesse sentido, apesar das atuais limitações orçamentárias e da ausência de empresas brasileiras no Togo, o posto tem buscado soluções criativas, que façam uso de ativos já disponíveis, como foi o caso da participação

espontânea da diplomata (e escritora) Railssa Peluti Alencar em vários eventos literários, quando esteve lotada no Posto.

27. Deve ser ressaltado que, em 2016, as atividades da Embaixada no domínio da diplomacia pública beneficiaram-se enormemente da realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Nesse sentido, foi possível oferecer feijoada ao Ministro da Cultura e Desportos, assim como a todo o time olímpico togolês, na Residência Oficial, antes da partida da delegação para o Rio de Janeiro.

28. Em 2017, foi possível localizar e convidar para apresentação durante a celebração da data nacional um grupo de capoeira criado por jovens togoleses, que também se apresentaram no Dia da Unidade Africana (25 de maio) de 2018, quando o Chanceler Dussey honrou o Brasil, na qualidade de "convidado de honra". Em 2019, foi possível ajudar a renovar o figurino e os adereços do grupo folclórico "Burrinha", criado por descendentes de brasileiros, que se apresentaram nas celebrações do Dia da Independência do Brasil.

VIII - Setor consular

VIII.1 - Assistência a brasileiros

29. São muito poucos os brasileiros residentes no Togo, limitando-se a alguns missionários evangélicos, religiosas católicas e senhoras casadas com franceses ou libaneses em serviço temporário no Togo.

30. Entre abril e maio de 2020, quando as medidas governamentais para evitar a propagação da Covid-19 incluíram o fechamento das igrejas, e o Governo brasileiro empreendeu ações de repatriamento de cidadãos em vários países, criou-se forte expectativa de que os missionários residentes no Togo seriam repatriados com recursos públicos. Posteriormente, tendo eles sido informados de que deveriam arcar com o custo das passagens aéreas, duas famílias de missionários partiram para o Brasil com recursos próprios, mas expressando decepção.

31. Atenção redobrada foi exercida quando se apresentaram, em ocasiões esporádicas, na Embaixada, cidadãos que haviam sido atraídos ao país por promessas falsas de grandes negócios ou de heranças milionárias, decorrentes de contatos tipo "scam" feitos via internet, muitos dos quais perderam recursos financeiros.

VIII.2 - Vistos

32. Trata-se do Setor da Embaixada que mais tem trabalho diuturno. Como o Togo é, até mesmo conforme reconhecimento por parte da Organização Internacional para as Migrações (OIM), um dos países com maior tendência, especialmente por parte das populações mais jovens, à emigração, nos últimos cinco anos foram apresentados ao Setor Consular da Embaixada várias centenas de pedidos de visto (sob alegação de turismo ou prospecção de negócios, na grande maioria dos casos), a maioria rejeitados, em razão da ausência de provas irrefutáveis que corroborassem seus pedidos.

IX- Cooperação Sul-Sul

33. No âmbito das relações Togo-Brasil, as autoridades locais atribuem grande relevância às iniciativas de Cooperação Sul-Sul (CSS). Nessas circunstâncias, a Embaixada esmerou-se, nos últimos cinco anos, em sempre colocar sua infraestrutura à disposição de todas as visitas a Lomé relacionadas às ações em andamento do Projeto "Cotton4+Togo" e do "Projeto da Mandioca".

34. Para o primeiro semestre de 2020, havia a expectativa de que seria dada continuidade a algumas iniciativas da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), especialmente a reunião de avaliação final do "Cotton4+Togo", prevista para 30 de junho deste ano, e sua possível renovação, assim como a reativação do "Projeto da Mandioca". Existe, ainda, a possibilidade de concretização do Projeto de Restauração de Sítios Históricos, ao qual o Governo togolês atribui grande importância. No entanto, a pandemia de Covid-19 impediu a concretização de tais ações.

35. Nesse contexto, é possível que só a administração futura do Posto venha a assistir à retomada da cooperação Brasil-Togo. No que diz respeito à cooperação em geral, faz-se necessário salientar que as autoridades togolesas sempre demonstraram, em todos os contatos com o Chefe do Posto nos últimos cinco anos, esperar uma presença brasileira mais significativa.

36. As várias conversas pessoais com integrantes da Chancelaria local para gestões em favor de candidaturas brasileiras a organizações internacionais nos últimos anos sempre tiveram, como parte da conversa, indagações sobre o estado da cooperação Brasil-Togo. Convém, ainda, assinalar que, de forma geral, países com ambições de se posicionarem no Togo ou no âmbito regional - sejam os parceiros tradicionais, sejam as economias emergentes (Marrocos,

Egito, África do Sul, por exemplo) - desenvolvem programas de cooperação substantivos neste país.

X - Áreas de cooperação com potencial a explorar

X.1 - Educação

37. O programa PEC-G tem tido limitado alcance, ao longo dos últimos anos, para os estudantes togolezes. Tratando-se de país de PIB per capita e IDH baixos, há grande procura por universidades estrangeiras, mas com preferência explícita por aquelas que, além da vaga nas instituições de ensino, ofereçam auxílio financeiro (bolsa de estudos).

38. Com uma forte presença de instituições europeias que oferecem bolsas, especialmente na França e na Alemanha, além de, em menor escala, instituições dos Estados Unidos, o interesse pelos cursos em nosso país é limitado, até mesmo pela ideia errônea de que no Brasil se fala uma língua "exótica". E, por mais que o mandarim seja um idioma muito diferente do francês, o Instituto Confúcio tem incrementado sua participação no Togo, de tal maneira que já há muito mais alunos que vão cursar carreiras universitárias na República Popular da China do que no Brasil.

39. Entre 2016 e 2019, com apoio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), a Embaixada participou de várias Feiras Educacionais, e o Chefe do Posto foi muitas vezes convidado a palestrar sobre o PEC-G, tendo enfatizado constantemente a boa qualidade das nossas universidades e a facilidade em aprender português sempre demonstrada por todos os togolezes que foram selecionados para participação no Programa. Em 2019, foram efetuadas gestões - até o momento sem êxito - junto ao Ministério da Educação do Togo para que fosse examinada a possibilidade de algum apoio financeiro por parte do Estado togolês, a exemplo do que faz o vizinho Benim, de onde partem, anualmente, dezenas de estudantes para universidades brasileiras.

40. Nessas circunstâncias, levando-se em conta a significativa energia por parte dos funcionários do Posto gasta com o Programa de Estudantes-Convênio, para que ao início de cada ano viaje para o Brasil limitado número de estudantes togolezes, apesar do potencial a ser explorado, a nova administração do Posto deverá reexaminá-la, à luz da escassa disponibilidade de recursos financeiros para apoio aos estudantes. Quanto ao PEC-PG, não há registro de casos intermediados pela Embaixada em Lomé nos últimos cinco anos.

41. Por outro lado, há os cursos nas Academias Militares brasileiras, pelos quais as autoridades de defesa togolesas sempre demonstram grande interesse, tendo já enviado vários jovens ao Brasil. Durante as várias visitas a Lomé dos Adidos Militares (residentes em Dacar), entre 2016 e 2019, as conversas mantidas por ocasião dos encontros com os militares togoleses sempre versaram sobre a boa qualidade da formação recebida por aqueles que estudaram no Brasil. Lamentam sempre não haver, no Togo, onde estudar o idioma português, o que retarda um pouco a adaptação dos estudantes às Academias, mas desdobram-se em elogios às nossas escolas militares.

X.2 - Indústria de defesa

42. As relações militares Brasil-Togo são boas. Existe uma Adidância de Defesa, a qual, embora tenha seu titular residente em Dacar (Senegal), é igualmente acreditada perante os Governos do Togo e do Benim. Recebi duas visitas oficiais do Adido que desempenhou funções entre janeiro de 2016 e janeiro de 2018, e, igualmente, duas de seu sucessor (que atuou entre janeiro de 2018 e janeiro de 2020), estando prevista uma visita do atual Adido (que tomou posse em janeiro de 2020), antes do final deste ano. Especialmente na Força Aérea togolesa existe uma memória afetiva muito positiva, pois o Togo foi o primeiro país africano a adquirir, nos anos 70 do século passado, aviões Xavante da Embraer, e vários pilotos foram treinados em Pirassununga-SP.

43. Tendo o Chanceler Robert Dussey visitado a Embraer em fevereiro de 2015, a seu pedido foi organizada, em 2016, uma visita para demonstração da aeronave Super Tucano. Os militares locais demonstraram grande interesse na transação comercial, mas, ao longo dos últimos quatro anos, nunca mais mencionaram a possibilidade de concretização do negócio, sempre alegando dificuldades quanto ao financiamento, e que a decisão dependeria do próprio Presidente Faure Gnassingbé. Em abril de 2020, houve contato com a Embraer para possível retomada de negociações, mas sem uma agenda concreta, especialmente em função da Covid-19.

XI - Acordos pendentes ou em negociação

a) Memorando de Entendimento sobre cooperação no campo da formação de diplomatas: aprovado, aguarda sugestão, pela parte brasileira, de data para sua assinatura;

b) Acordo sobre Transportes Aéreos: aguarda resposta da parte brasileira sobre o novo texto proposto pela parte togolesa;
e

c) Acordo de Defesa: ainda não houve resposta da parte togolesa.

XII - Ponderações para o futuro trabalho da Embaixada

44. Levando em conta os tópicos tratados acima, considero essencial, para assentar as relações bilaterais em bases sustentáveis e previsíveis e criar condições para um aprofundamento das relações de cooperação, incluindo os campos econômico e comercial entre os dois países, os seguintes vetores:

- avaliação cuidadosa do tipo de Cooperação Sul-Sul que o Brasil quer e pode prestar ao Togo, especialmente em função do término do Projeto "Cotton-4+Togo", incluindo as áreas cultural, educacional e militar;
- a criação formal de um Setor de Promoção Comercial, o qual poderia, desde o primeiro momento de sua existência, envolver-se na organização do Fórum de Negócios proposto pelo Chanceler Dussey em sua visita oficial ao Brasil de junho de 2019; e
- gestões em favor da conclusão dos Acordos em negociação.

2

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 78, de 2020 (nº 627, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Sultanato de Omã.*



Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Sultanato de Omã.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A Sra. LIGIA MARIA SCHERER é filha Adalberto Scherer Sobrinho e Lucy Szabó Scherer e nasceu em Curitiba/PR, em 28 de outubro de 1951.

Ingressou na carreira diplomática em 1979, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Já havia se graduado em Letras, Português e Inglês, em 1974, pela Universidade Federal do Paraná.

Ascendeu a Primeira-Secretária em 1988; a Conselheira, em 1996; a Ministra de Segunda Classe, em 2002; e a Ministra de Primeira Classe, em 2008.

Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções nos seguintes postos:

- 1991-94 – Subchefe da Divisão do Meio Ambiente;
- 1994-97 – Primeira-Secretária e Conselheira na Embaixada em Washington;
- 1997-2001 – Conselheira na Embaixada em Tel Aviv;
- 2001-04 – Chefe da Divisão da Ásia e Oceania II;
- 2003 – Encarregada de Negócios em missão transitória na Embaixada em Dili;
- 2004-05 – Ministra-Conselheira na Missão junto à CEE em Bruxelas;
- 2005-07 – Ministra-Conselheira na Representação Permanente junto à FAO em Roma;
- 2007-12 – Chefe do Escritório de Representação em Ramalá;
- 2012-2015 – Embaixadora do Brasil em Maputo,
- 2015-2019 – Diretora do Departamento do Oriente Médio,
- 2019 – Cônsul-Geral em Barcelona,

É portadora de importantes condecorações do Governo Brasileiro pelos relevantes serviços prestados.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Sultanato de Omã, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O Sultanato de Omã situa-se no extremo sul da Península Árábica e possui fronteiras com o Iêmen, ao Oeste, e Arábia Saudita, ao



Norte. O golfo de Omã – em verdade um estreito – permite acesso ao estreito de Ormuz, por onde circulam dois terços do tráfego mundial de petróleo.

Em 2019, o PIB omani alcançou US\$ 86,25 bilhões. A renda per capita, em paridade de poder de compra, equivale à US\$ 46.552. A economia do país é aberta e o comércio representa 103% do PIB. O Sultanato exporta principalmente hidrocarbonetos e petroquímicos, e nos últimos anos, tem procurado diversificar sua economia, com uma participação crescente de produtos industriais nas exportações totais. A demanda do país por bens de consumo e equipamentos também vem crescendo. As principais importações são lideradas por óleos de petróleo, veículos, eletrônicos e ferro.

Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974. No mesmo ano, criou-se a Embaixada do Brasil junto ao Sultanato, funcionando cumulativamente a partir da Embaixada em Jedá, na Arábia Saudita. Em 2008, criou-se a Embaixada residente em Mascate, em razão da localização estratégica do Sultanato, do potencial de crescimento das relações econômicas bilaterais e dos importantes investimentos da Vale no país

O sultanato tem buscado diversificar suas parcerias, sendo o Brasil seu principal parceiro na América Latina (Brasília é a sede da única embaixada de Omã na região). As relações comerciais apresentam grande potencial de crescimento. Em 2019, o comércio bilateral superou US\$ 1 bilhão, com saldo positivo de aproximadamente US\$ 850 milhões para o Brasil. Trata-se de variação positiva da ordem de 28,7% em relação ao intercâmbio comercial de 2018.

No primeiro semestre de 2020, as exportações brasileiras a Omã chegaram a US\$ 437,1 milhões, as importações a US\$ 30,7 milhões, mantendo-se o saldo positivo de US\$ 406,4 milhões. Na pauta de exportações brasileiras, predominam o minério de ferro (70,5%), em razão de usina da Vale no sultanato, e a carne de frango (13,1%). Na pauta de importações brasileiras, destacam-se fertilizantes (46,6%), alumínio bruto (23,2%) e petróleo bruto (3,5%).

No campo de investimentos, destaca-se a planta de pelotização de minério de ferro construída pela Vale na cidade omani portuária de Sohar. Trata-se do maior investimento estrangeiro fora do setor de hidrocarbonetos realizado no sultanato e o maior investimento de origem brasileira no Oriente Médio. A Vale International possui participação de 70% na Vale Oman Pelletizing Company (os restantes 30% pertencem à Oman Oil Company). Além disso, a Vale detém 100% da Vale Oman Distribution Centre, em



SF720895.02631-30

Sohar, onde opera terminal habilitado a receber navios de porte Valemax, grandes mineraleiros capazes de transportar até 400 mil toneladas. O total dos investimentos da Vale em Omã é estimado em US\$ 3,35 bilhões.

Omã realiza grandes investimentos na área de Defesa. Em 2019, os gastos militares do país totalizaram US\$ 9 bilhões.

Omã mantém boas relações com o Irã. Contribuíram para essa decisão os laços históricos, sociais e políticos mantidos entre ambos os países. As boas relações com o Irã e com países ocidentais fez com que Omã frequentemente exercesse o papel de mediador em conflitos regionais, em especial naqueles que envolvem Teerã. Além de ter contribuído com a mediação da guerra entre Irã e Iraque, o sultanato foi o principal facilitador da retomada de contatos entre os EUA e outras potências ocidentais com o Irã, culminando na conclusão do Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA), em 2015, do qual o Brasil foi também um importante ator.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2020

(nº 627/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Sultanato de Omã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 627

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora **LIGIA MARIA SCHERER**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Sultanato de Omã.

Os méritos da Senhora **LIGIA MARIA SCHERER** que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de outubro de 2020.

EM nº 00200/2020 MRE

Brasília, 16 de Outubro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LIGIA MARIA SCHERER**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil no Sultanato de Omã.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LIGIA MARIA SCHERER** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

10/11/2020

SEI/PR - 2187317 - OFICIO

00001.005875/2020-40



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 664/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 23 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Sultanato de Omã.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 23/10/2020, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2187317** e o código CRC **E907EB83** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

10/11/2020

SEI/PR - 2187317 - OFÍCIO



Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005875/2020-40

SEI nº 2187317

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL LIGIA MARIA SCHERER**

CPF.: 15602451900

ID.: 779117 SSP/PR

1951 Filha de Adalberto Scherer Sobrinho e Lucy Szabó Scherer, nasce em 28 de outubro, em Curitiba/PR

Dados Acadêmicos:

1974 Letras, Português e Inglês pela Universidade Federal do Paraná
1978 CPCD - IRBr
2001 CAE - IRBr, A Questão de Jerusalém: Realidades e Perspectivas

Cargos:

1979 Terceira-secretária
1981 Segunda-secretária
1988 Primeira-secretária, por merecimento
1996 Conselheira, por merecimento
2002 Ministra de segunda classe, por merecimento
2008 Ministra de primeira classe

Funções:

1979-85 Divisão das Nações Unidas, assistente
1985-88 Embaixada em Roma, Segunda-Secretária
1988-91 Embaixada em Tóquio, Segunda-Secretária e Primeira-Secretária
1991-94 Divisão do Meio Ambiente, Subchefe
1994-97 Embaixada em Washington, Primeira-Secretária e Conselheira
1997-2001 Embaixada em Tel Aviv, Conselheira
2001-04 Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe
2003 Embaixada em Dili, Encarregada de Negócios em missão transitória
2004-05 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministra-Conselheira
2005-07 Representação Permanente junto à FAO, Roma, Ministra-Conselheira
2007-12 Escritório de Representação em Ramalá, Chefe do escritório
2012-2015 Embaixada do Brasil em Maputo, Embaixadora
2015-2019 Departamento do Oriente Médio, Diretora
2019 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Geral

Condecorações:

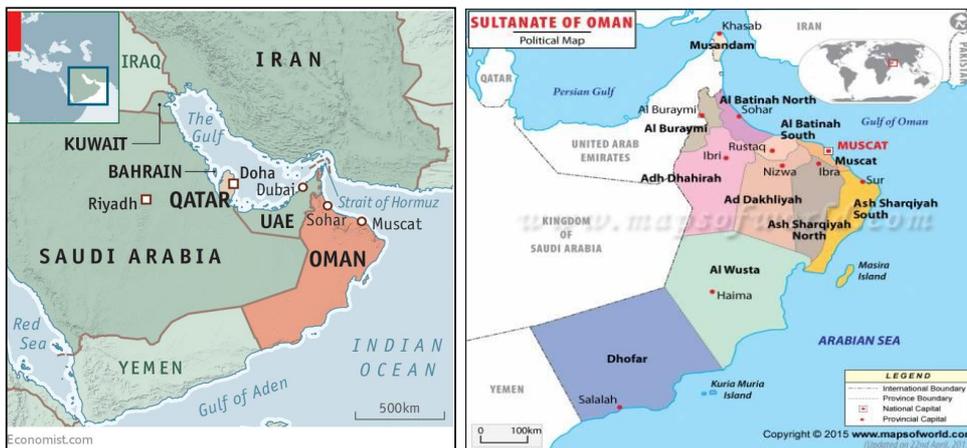
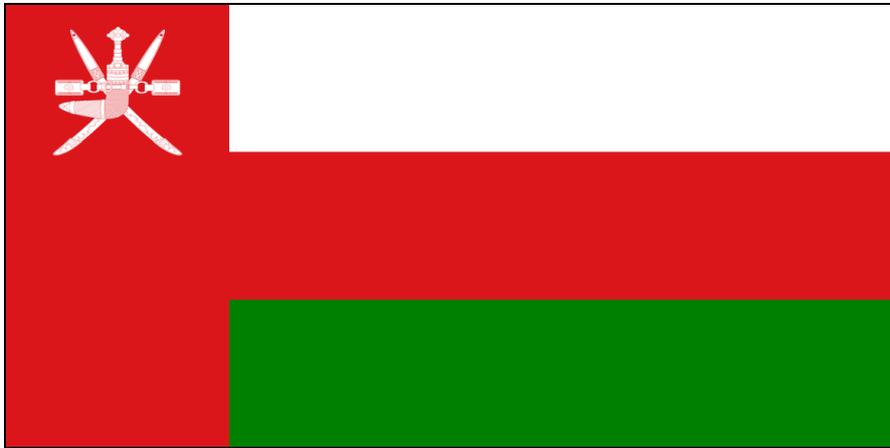
2000 Medalha do Pacificador, Brasil
2012 Ordem da Estrela de Jerusalém, Palestina
2013 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2014 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2015 Medalha Mérito Tamandaré
2017 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NO ORIENTE
MEDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MEDIO II**

OMÃ



**MAÇO INFORMATIVO
Setembro de 2020**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	Sultanato de Omã
CAPITAL:	Mascate
ÁREA:	309.500 km ²
POPULAÇÃO:	4,39 milhões (2019)
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe (Oficial), Inglês, Balúchi, Urdu, Dialectos Indianos
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã 89,5% (maioria do ramo ibadita, seguido pelo islã sunita e pela minoria xiita), cristianismo 6,5%, hinduísmo 5,5% e demais minorias 2,1%
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral composto por Majlis Al-Shura (Câmara Baixa com 85 membros eleitos) e Majlis Al-Dawla (Câmara Alta com 85 membros não eleitos, incluindo o presidente)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Sultão Haitham bin Tariq Al Said
MINISTRO RESPONSÁVEL PELOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Sayyid Badr bin Hamad bin Hamood Al Busaidi
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 86,25 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 212,66 bilhões
PIB PPP PER CAPITA (2019):	US\$ 48.393
VARIAÇÃO DO PIB:	5,05% (2019), 1,88% (2018), 5,05% (2017)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,834 (47ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	77,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (2019):	91,1%
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial omani

EMBAIXADOR DO BRASIL EM MASCATE:	Embaixador José Marcos Nogueira Viana
EMBAIXADOR DE OMÃ EM BRASÍLIA:	Embaixador Amad Hamood Salim Al Abri
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 400

Brasil→ Omã (em milhões US\$)	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018	2019
Intercâmbio	44,017	54,607	98,894	114,226	874,002	1.171,4	656,058	833,618	799,26	1.026,9
Exportações	44,014	54,280	93,463	113,710	831,791	1.106,6	583,946	695,096	674,67	937,58
Importações	3	328	5,431	516	42,210	64,757	72,112	138,522	124,59	89,34
Saldo	44,010	53,952	88,033	113,194	789,581	1.041,9	511,834	556,574	550,08	848,24

APRESENTAÇÃO

O Sultanato de Omã situa-se no extremo sul da Península Arábica e possui fronteiras com o Iêmen, ao Oeste, e Arábia Saudita, ao Norte. O golfo de Omã – em verdade um estreito – permite acesso ao estreito de Ormuz, por onde circulam dois terços do tráfego mundial de petróleo.

Estima-se que a ocupação humana do território que hoje constitui o Sultanato de Omã date de, pelo menos, 100 mil anos atrás. A islamização da região iniciou-se no século VII d.C, mas, em 751, foi estabelecido um imanato ibadita, corrente islâmica distinta do sunismo e do xiismo. Contemporaneamente, o ibadismo ainda é a corrente islâmica predominante em Omã. Entre o século X e o século XVIII, o país foi invadido por outros povos, entre eles os portugueses, que ocuparam a capital Mascate até 1650. Após a expulsão dos portugueses, o então denominado Sultanato de Mascate consolidou-se como talassocracia, ocupando territórios na região de Zanzibar e na costa Saúli. A projeção britânica na costa oriental da África no século XIX enfraqueceu a posição do país, que se tornou protetorado da Grã-Bretanha. A completa soberania omani foi formalmente reconhecida apenas em 1951.

O Sultanato de Mascate (1650-1820) existiu concomitantemente com o Imanato de Omã (751-1820). Em 1820, deu-se a unificação sob o nome de Sultanato de Mascate e Omã.

Após a decadência da talassocracia, a economia omani tornou-se primordialmente agropastoril. A partir de 1930, a *Iraq Petroleum Company* iniciou a prospecção de petróleo. Nos anos de 1960, foi feita a primeira descoberta de poços de petróleo e a exportação do hidrocarboneto. A exploração estava a cargo da *Petroleum Development (Oman)*, que, de início, tinha como controladora majoritária a Shell. A partir da década de 1970, o governo de Omã assumiu posição majoritária, atualmente em torno de 60%, da empresa.

Em 1970, o príncipe herdeiro Qaboos bin Said assumiu o poder. O país adotou o nome de Sultanato de Omã (era até então chamado de Sultanato de Mascate e Omã) e, capitalizando das comparativamente pequenas reservas de petróleo, adentrou período de modernização conhecido como "Renascimento Omani".

A modernização empreendida por Qaboos bin Said acarretou a modificação da política externa do Sultanato. Na década de 1970, o país entra na Organização das Nações Unidas e, posteriormente, participa da fundação do Conselho de Cooperação do Golfo. O sultanato tornou-se próximo dos EUA, sem excluir aproximações com outras potências regionais, o que foi evidenciado pelo papel protagonista exercido por Omã na mediação da Guerra Irã-Iraque e pelos esforços de aproximação entre EUA e Irã que culminaram na assinatura do *Joint Comprehensive Plan of Action (JCPoA)*.

Após o falecimento de Qaboos, em janeiro de 2020, Haitham bin Tariq Al Said tornou-se o sultão de Omã.

PERFIS BIOGRÁFICOS**SUA MAJESTADE O SULTÃO HAITHAM BIN TARIQ AL SAID****SULTÃO DE OMÃ**

Haitham bin Tariq Al Said nasceu em 13 de outubro de 1954, em Mascate. Graduou-se em 1979 no “Foreign Service Programme” da Universidade de Oxford, tendo acumulado mais de 30 anos de experiência política em cargos de alto nível no Sultanato de Omã. Foi chefe da Associação Omani de Futebol no início da década de 1980. Em 1986, assumiu o cargo de subsecretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Posteriormente, foi nomeado secretário-geral do mesmo ministério, onde ficou até 2002, quando assumiu o cargo de ministro da Herança e da Cultura.

Em 11 de janeiro de 2020, ascendeu ao trono sucedendo seu primo, o sultão Qaboos bin Said Al Said. Desde então, vem reiterando a intenção de manter a política interna e externa de seu predecessor, que é reconhecido pela modernização do país e pela melhoria da qualidade de vida da população, além dos seus esforços na esfera internacional pela solução pacífica de conflitos e a não interferência em questões internas de outros estados.

SAYYID BADR BIN HAMAD BIN HAMOOD AL BUSAIDI
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Sayyid Badr bin Hamad bin Hamood Al Busaidi nasceu em Mascate, em 30 de maio de 1960. Badr Al Busaidi recebeu sua educação básica em Omã e, aos 17 anos, foi para o Reino Unido, onde completou sua formação com mestrado em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford. Em 1988, retornou a Mascate, ano em que iniciou sua carreira diplomática.

Em 1997, tornou-se chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros e, em 2000, foi designado subsecretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 2007, foi promovido a secretário-geral, posição em que permaneceu até 2020 e que lhe permitiu representar Omã em reuniões e eventos de alto nível. Em 18 de agosto de 2020, Badr Al Busaidi foi nomeado pelo sultão Haitham bin Tariq Al Said para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974. No mesmo ano, criou-se a Embaixada do Brasil junto ao Sultanato, funcionando cumulativamente a partir da Embaixada em Jedá, na Arábia Saudita. Em 2008, criou-se a Embaixada residente em Mascate, em razão da localização estratégica do Sultanato, do potencial de crescimento das relações econômicas bilaterais e dos importantes investimentos da Vale no país.

Na década de 2000, iniciou-se, também, a agenda de visitas oficiais. Em 2005, é realizada a primeira visita de um chanceler brasileiro a Omã. Em 2012, os ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social de Omã visitaram o Brasil por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). A missão a Mascate do então vice-presidente Michel Temer, em 2013, constituiu a visita de mais alto nível realizada entre os dois países.

Em 2016, realizou-se em Brasília a primeira reunião da **Comissão Mista bilateral**, presidida pelo ministro, interino, das Relações Exteriores do Brasil e pelo ministro de Indústria e Comércio de Omã. Na ocasião, foi assinado memorando de entendimento sobre Cooperação e Promoção de Investimentos e foram realizados encontros empresariais em São Paulo.

Em junho de 2018, realizou-se em Mascate a I Reunião de **Consultas Políticas**, em que foram revisitados temas bilaterais, regionais e globais e identificadas iniciativas conjuntas prioritárias.

O sultanato tem buscado diversificar suas parcerias, sendo o Brasil seu principal parceiro na América Latina (Brasília é a sede da única embaixada de Omã na região).

As **relações comerciais** apresentam grande potencial de crescimento. Em 2019, o comércio bilateral superou US\$ 1 bilhão, com saldo positivo de aproximadamente US\$ 850 milhões para o Brasil. Trata-se de variação positiva da ordem de 28,7% em relação ao intercâmbio comercial de 2018. No primeiro semestre de 2020, as exportações brasileiras a Omã chegaram a US\$ 437,1 milhões, as importações US\$ 30,7 milhões, mantendo-se o saldo positivo de US\$ 406,4 milhões.

Na pauta de exportações brasileiras, predominam o minério de ferro (70,5%), em razão de usina da Vale no sultanato, e a carne de frango (13,1%). Na pauta de importações brasileiras, destacam-se fertilizantes (46,6%), alumínio bruto (23,2%) e petróleo bruto (3,5%).

No campo de **investimentos**, destaca-se a planta de pelotização de minério de ferro construída pela Vale na cidade omani portuária de Sohar. Trata-se do maior investimento estrangeiro fora do setor de hidrocarbonetos realizado no sultanato e o maior investimento de origem brasileira no Oriente Médio. A *Vale International* possui participação de 70% na *Vale Oman Pelletizing Company* (os restantes 30% pertencem à *Oman Oil Company*). Além disso, a Vale detém 100% da *Vale Oman Distribution Centre*, em Sohar, onde opera terminal habilitado a receber navios de porte Valemax, grandes minerais capazes de transportar até 400 mil toneladas. O total dos investimentos da Vale em Omã é estimado em US\$ 3,35 bilhões.

No setor alimentício, destaca-se a presença da BRF. A companhia, que atende à parcela expressiva do mercado local, adquiriu 40% das ações de sua parceira local, Al Khan Foods, com a expectativa de adquirir os 60% restantes nos próximos anos.

Além dos investimentos da Vale e da BRF, há potencial para que empresas brasileiras participem mais ativamente do esforço de revigoração econômico omani. No IX Plano Quinquenal, o governo enfatizou a estratégia de diversificação econômica,

elegendo os setores de logística e de turismo entre os prioritários. Ambicionando explorar as oportunidades em obras de infraestrutura e de construção de estabelecimentos comerciais, empresas brasileiras têm demonstrado interesse no sultanato. A empresa WTORRE, por exemplo, venceu licitação do governo omani para construir aeroporto internacional em Sohar. O grupo EPPO, de gestão de água e esgoto, também demonstrou interesse em se instalar em Omã.

Há espaço para o incremento de investimentos dos fundos omanis no Brasil. Seus dois principais fundos, o *State General Reserve Fund* (SGRF) e o *Oman Investment Fund*, detêm juntos US\$ 24 bilhões em ativos, de acordo com estimativas do *Sovereign Wealth Fund Institute*. Atualmente, o SGRF tem investimentos em fundos que operam no Brasil nos setores imobiliário, agropecuário e de infraestrutura, totalizando US\$ 274 milhões.

Estão em curso tratativas preliminares para a negociação de *Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*.

Omã realiza grandes investimentos na área de Defesa. Em 2019, os gastos militares do país totalizaram US\$ 9 bilhões.

POLÍTICA INTERNA

A centralização política de Omã pós-1951 foi exitosa. Houve grande processo de modernização empreendido a partir da década de 1980, resultando em significativo avanço nos índices de desenvolvimento do país.

Em 1996, o sultão Qaboos estabeleceu a Lei Básica de Omã. Com essa legislação, foi criado também o Majlis Ad-Dawla, conhecido como Conselho de Estado.

A Lei Básica de Omã torna possível a nomeação de um primeiro-ministro para supervisionar os trabalhos do Conselho de Ministros. Até sua morte, em janeiro de 2020, além da posição de sultão, Qaboos também ocupava o cargo de primeiro-ministro, ministro da Defesa, ministro dos Negócios Estrangeiros, chefe do Estado-Maior e diretor do Banco Central. O Conselho de Ministros congrega os ocupantes das demais pastas do governo.

Após o falecimento do sultão Qaboos, em janeiro de 2020, Haitham Bin Tariq Al Said ascendeu ao trono e indicou um número maior de ministros para seu gabinete.

POLÍTICA EXTERNA

A ascensão do sultão Qaboos ao trono, em 1970, implicou adoção de política externa omani caracterizada por alguns objetivos: (i) manutenção de boas relações com todos os vizinhos e (ii) alinhamento com o Ocidente e inserção em fóruns regionais e multilaterais. A busca pela estabilidade interna e a posição estratégica do país, situado em um dos extremos do estreito de Ormuz, são os principais determinantes dessa estratégia.

Omã também mantém boas relações com o Irã. Contribuíram para essa decisão os laços históricos, sociais e políticos mantidos entre ambos os países. As boas relações com o Irã e com países ocidentais fez com que Omã frequentemente exercesse o **papel de mediador** em conflitos regionais, em especial naqueles que envolvem Teerã. Além de ter contribuído com a mediação da guerra entre Irã e Iraque, o sultanato foi o principal facilitador da retomada de contatos entre os EUA e outras potências ocidentais

com o Irã, culminando na conclusão do *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPoA), em 2015.

Durante o “Renascimento Omani”, a cooperação norte-americana com o sultanato cresceu, especialmente em temas de defesa e de segurança. Omã foi o primeiro país do Golfo a assinar acordo que permitiu a utilização norte-americana de bases no território nacional. A base aérea de Masirah, ilha no Mar Arábico, contribuiu para as operações norte-americanas durante a operação *Enduring Freedom*, no Afeganistão, e a operação *Iraqi Freedom*, no Iraque.

Desde a conclusão do JCPoA, autoridades omanis buscam apresentar seu país como porta de entrada para a reinserção do Irã na comunidade internacional, o que seria simbolizado pelo projeto de gasoduto ligando os centros produtores de gás natural do Irã ao porto omani de Sohar. Há estimativas de que o comércio de bens não-petrolíferos entre o Irã e o Sultanato tenha aumentado.

A posição de equidistância entre Irã e potências ocidentais e seus aliados regionais implica, também, posição de neutralidade. Em relação ao **Iêmen**, Omã é o único país do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) a não ter participado formalmente da coalizão militar liderada pela Arábia Saudita no Iêmen, atuando, frequentemente, como facilitador de contatos entre autoridades estrangeiras, incluindo o enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas para o Iêmen, Martin Griffiths, e os rebeldes houthis. O Sultanato afirma posição similar em relação ao conflito na **Síria**, mantendo contatos esporádicos com representantes do governo Assad e com líderes da oposição. Omã é o único país do CCG que manteve aberta sua embaixada em Damasco ao longo do conflito.

Membro fundador do CCG, Omã mantém relações amistosas com todos os países do grupo.

Omã busca manter relações equilibradas com os parceiros. Dentre as ações nesse sentido, pode-se elencar a adesão omani ao Comando Militar Conjunto do CCG, estabelecido em 2013, com predominância de tropas de origem saudita, e, principalmente, o ingresso omani na Aliança Islâmica para Combater o Terrorismo (IMCTC, na sigla em inglês). Trata-se de agrupamento de países sunitas, criado em dezembro de 2015, com vistas a combater o terrorismo por meio de ações militares, de educação e de comunicação.

Os laços econômicos entre o Omã e Catar ampliaram-se consideravelmente, na medida em que se abriram novas rotas portuárias e aeroportuárias entre os dois países. Estima-se que as exportações de Omã para o Catar subiram 344%, ao mesmo tempo em que a pauta exportadora tornou-se mais diversificada.

O sultanato busca posição equilibrada para o **conflito israelo-palestino**. Em outubro de 2018, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, realizou visita não anunciada a Omã, tendo sido acompanhado pelo diretor do Mossad – serviço de inteligência israelense – e pelo conselheiro de Segurança Nacional. Foi a primeira visita de um chefe de governo israelense a um país do Golfo desde 1996. Em 1994, Omã e Israel estabeleceram relações comerciais não oficiais, as quais foram interrompidas em 2000.

A ascensão do Sultão Haitham Al Said ao trono, em janeiro de 2020, não implicou mudança significativa na política externa de Omã, mantendo o sultanato o mesmo grau de neutralidade.

ECONOMIA

Em 2019, o PIB omani alcançou US\$ 86,25 bilhões. A renda per capita, em paridade de poder de compra, equivale à US\$ 46,552.

A economia do país é aberta e o comércio representa 103% do PIB. O Sultanato exporta principalmente hidrocarbonetos e petroquímicos, e nos últimos anos, tem procurado diversificar sua economia, com uma participação crescente de produtos industriais nas exportações totais. A demanda do país por bens de consumo e equipamentos também vem crescendo. As principais importações são lideradas por óleos de petróleo, veículos, eletrônicos e ferro.

A exploração e a comercialização de **hidrocarbonetos** são os setores mais dinâmicos da economia omani, impulsionando, desde 1967, o processo de modernização nacional. Mais de 50% das receitas do setor público são oriundas da exploração de petróleo e outros 20% originaram-se da exploração de gás natural.

As reservas omanis de petróleo são estimadas em 5,37 bilhões de barris, correspondentes a 15 anos de produção. Aproximadamente 50% do petróleo produzido por Omã é exportado, respondendo por 64% do total das exportações do país. As reservas conhecidas de gás natural, por sua vez, são estimadas em 705,4 bpm³, o que corresponde a 22,6 anos de produção. No ramo de gás natural, 30% da produção é exportada.

A economia omani foi gravemente afetada pela queda dos preços do petróleo iniciada em 2014. Desde então, o governo mantém significativos **déficits fiscais**. Em linha com as decisões tomadas no âmbito do CCG, o governo realizou modificações na **estrutura tributária** do país para aumentar receitas não dependentes do petróleo. O decreto real n. 9/2017 aumentou o imposto de renda de 12% para 15%, eliminou isenções e ampliou a aplicação de impostos retidos na fonte. A implementação de um imposto sobre valor agregado (VAT), acordada no âmbito do CCG para janeiro de 2018, vem sendo adiada em face do baixo crescimento da economia.

Os principais **parceiros comerciais** de Omã são os Emirados Árabes Unidos (6,9% do total das exportações), Catar (4,3%), Arábia Saudita (4%), Índia (2,6%) e China (1,9%), enquanto seus principais fornecedores são os Emirados Árabes Unidos (45,9%), China (5,9%), Índia (4,4%), Catar (3,5%), Arábia Saudita (3,2%) e União Europeia (7,8%).

A prioridade conferida à **diversificação econômica** está presente desde o 5º plano quinquenal, lançado pelo governo do sultanato em 1996. O atual programa de diversificação (Tanfeedh) orienta-se para cinco setores prioritários: mineração, logística, turismo, pesca e manufaturas, sendo os dois primeiros alvos de apostas mais auspiciosas. No setor de mineração, destaca-se a expectativa de consideráveis reservas minerais na cadeia montanhosa de Al Hajar. A expansão do setor é impulsionada pelos altos investimentos em infraestrutura e logística realizados pelo governo, fator decisivo para a instalação da companhia brasileira Vale no país. No setor de logística, destacam-se os investimentos na construção de estrutura rodoviária e portuária de alta qualidade com a intenção de estabelecer o país como um ‘hub’ de transportes a conectar o Oceano Índico ao Golfo.

O projeto de diversificação econômica está vinculado ao Conselho Supremo de Planejamento. Muitas das iniciativas seriam orientadas para facilitar procedimentos e para promover parcerias público-privadas.

Em curto prazo, o governo omani espera que a exploração de gás natural proveja maiores receitas, compensando, parcialmente, a possível escassez de petróleo. As reservas de gás natural aumentaram consideravelmente com o investimento em técnicas de recuperação e com a descoberta do campo de Khazzan, com estimados 10,5 trilhões de pés cúbicos de gás.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1508	Mascate é ocupada pelos portugueses, que lá permanecem até que a cidade seja capturada pelos otomanos, em 1659.
1741	Otomanos são expulsos e a atual linha de sultões é formada por Ahmed Ibn Said.
1833	Omã assina tratado de amizade e navegação com os EUA.
1891	Omã torna-se um protetorado britânico.
1951	Omã adquire independência formal.
1964	Petróleo é descoberto em território omani.
1964	Início de revolta separatista na Província de Dhofar, liderada pela Frente Popular de Libertação do Omã (PFLO).
1970	Príncipe herdeiro Qaboos bin Said depõe o Sultão, seu pai, e assume o poder.
1971	As Forças Armadas omanis deixam de ser comandadas pelos ingleses.
1975	O país, até então conhecido como Mascate e Omã, adota o nome de Sultanato de Omã.
1975	O governo omani, com o apoio do Irã, do Reino Unido e da Jordânia, derrota os insurgentes em Dhofar.
1976	Omã é admitido na ONU.
1980	O Sultão permite aos EUA o uso da ilha Masira como base militar.
1981	Omã une-se a outras cinco nações (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Catar e Kuwait) para formar o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG).
1996	O Sultão promulga o Estatuto Básico do Estado (Livro Branco), para garantir, entre outras coisas, a estabilidade política e social do país e os direitos e liberdades individuais.
1997	O Sultão Qaboos decreta que mulheres podem ser candidatas e votar nas eleições para o Conselho Consultivo. Duas mulheres são eleitas para aquela instituição.

1999	Omã e Emirados Árabes Unidos (EAU) assinam acordo de fronteiras resolvendo a maioria de suas disputas territoriais.
2000	Omã é admitido na Organização Mundial de Comércio.
2000	Assinatura de pacto de defesa no contexto do CCG.
2002	Qaboos bin Said estende direitos de voto a todos os cidadãos com idade superior a 21 anos. Eleitores eram previamente escolhidos entre líderes tribais, intelectuais e empresários.
2003	Primeiras eleições para o Conselho Consultivo, o Majlis al-Shura, no qual todos os cidadãos maiores de 21 anos podiam votar.
2005	Cerca de 100 islamistas suspeitos são presos e 31 cidadãos omanis são condenados por tentar derrubar o governo, mas foram perdoados em junho subsequente.
2006	Omã e os EUA assinam Acordo de Livre Comércio. O acordo é aprovado pelo Congresso dos EUA e pelo Sultanato em junho e julho, respectivamente.
2007	Ciclone Gonu, a mais forte tempestade a atingir o Golfo durante décadas, mata mais de 50 pessoas e interrompe a produção de petróleo.
2011	No contexto da “Primavera Árabe”, manifestantes exigem empregos e reforma política em diversas cidades do Sultanato. Um manifestante é morto a tiros pela polícia. Sultão Qaboos reage prometendo empregos e benefícios sociais.
2012	Omã torna-se facilitador das negociações entre Irã e Estados Unidos sobre o programa nuclear iraniano.
2016	Em dezembro de 2016, Omã junta-se à coalizão, formada em 2015 e liderada pela Arábia Saudita, para combater o Estado Islâmico.
2017	Arábia Saudita, Bahrein, EAU e Egito rompem, em 5 de junho, relações diplomáticas com o Catar, acusando-o de ingerência em seus assuntos internos. Omã recusa-se a romper relações e intensifica os laços econômicos com o Catar.
2018	Nova onda de protestos atinge grandes cidades omanis. Manifestantes, em maioria jovens, demandam empregos. O governo omani reage anunciando aumento de salários no setor público e medidas para aumentar o número de vagas no setor privado.
2020	Morte de Qaboos bin Said Al Said (10 de janeiro de 2020) e ascensão de Haithan bin Tariq Al Said como novo Sultão de Omã (11 de janeiro de 2020).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

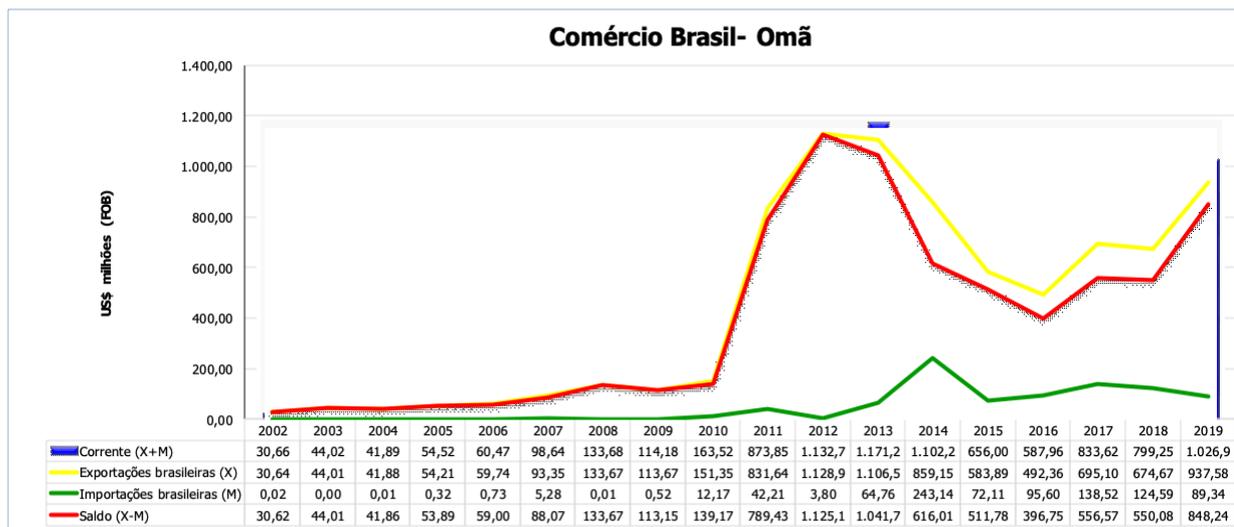
1974	O Brasil reconhece o Sultanato de Omã. No mesmo ano, estabelecem-se relações diplomáticas (3 de junho) e cria-se a Embaixada do Brasil no Sultanato, em caráter cumulativo, com a Embaixada na Arábia Saudita (30 de julho).
2001	Presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), Paulo Sérgio Atallah, acompanhado do Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Riade, Affonso José Santos, visita Mascate
2005	O então Chanceler Celso Amorim visita Mascate em caráter oficial, no contexto de périplo pela Península Arábica. Sr. Mohammed Nasser Mansoor al-Khasibi, Secretário-Geral do Ministério da Economia, representa Omã na I Cúpula América do Sul – Países Árabes, realizada em Brasília.
2008	Embaixada residente do Brasil em Mascate é criada. Vale assina com o governo omani acordo para a construção de uma usina de pelotização de minério de ferro (maio). Os então Ministros de Comércio e Indústria, Sr. Maqbool Ali Sultan, e da Economia de Omã, Sr. Ahmed Macki, visitam a Embraer e, em Brasília, encontram-se com o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge
2009	A Embaixada brasileira residente em Mascate inicia suas operações, sob a chefia de encarregado de negócios (20 de janeiro).
2010	Missão diplomática omani em Brasília passa a funcionar oficialmente. A Vale assina com a estatal Oman Oil Company (OOC) acordo de venda de 30% de participação na Vale Oman Pelletizing Company LLC, em valor de USD 125 milhões Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Omã, acompanhado de delegação empresarial.
2011	A primeira Embaixadora do Brasil em Mascate, Mitzi Gurgel Valente da Costa, apresenta cartas credenciais ao Sultão Qaboos bin Said (02 de março).
2012	O Ministro do Desenvolvimento Social de Omã, Mohammed al Kalbani, visita Brasília a convite da Vale, sendo recebido pelo Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Dr. Marcelo Cardona (31 de maio) O Ministro do Meio-Ambiente de Omã, Mohammed Salim Altobi, chefia a delegação de seu país à Conferência Rio +20 no Rio de Janeiro (junho)

	O primeiro Embaixador residente de Omã no Brasil, Khaled al Jaradi, apresenta cartas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff (17 de setembro)
2013	O Vice-Presidente da República, Michel Temer, acompanhado de delegação, realiza visita de Estado a Omã, oportunidade em que foi recebido pelo Sultão Qaboos bin Said e pelo Vice-Primeiro Ministro Sayyid al Said. Durante a visita, o Vice-Presidente da República deslocou-se a Sohar, onde visitou as instalações da VALE OMAN (31 de março-2 de abril).
	Visita do Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, Humberto Luiz Ribeiro, e comitiva a Mascate (5 de maio)
	Cerimônia de entrega do Prêmio Sultan Qaboos para o Meio-Ambiente, realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em cerimônia co-presidida pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, e pela Ministra da Educação de Omã, Madiha al Shaibani. (24 de novembro).
2014	Realização, em São Paulo, do Seminário sobre Investimentos em Omã. A abertura do evento foi presidida pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer (12 de maio).
2015	Realização, em São Paulo e no Rio de Janeiro, do evento "Dias Culturais de Omã", com a presença do príncipe Fatek Bin Timor Al Said, Secretário-Geral do Ministério da Cultura de Omã (27 de julho a 10 de outubro)
2016	Vinda ao Brasil de delegação governamental e empresarial chefiada pelo Ministro do Comércio e Indústria de Omã, Dr. Ali Al Sunaidy, para a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Omã (4 de fevereiro). A Delegação participa, em São Paulo, de evento de negócios promovido pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e de seminário de negócios promovido pela FIESP e pelo Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Itamaraty, ambos no dia 3 de fevereiro. Durante a visita, o Ministro Al Sunaidy é recebido pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer.
2018	Realização, em Mascate, da I reunião de Consultas Políticas bilaterais (24 de junho).
2019	O deputado Eduardo Bolsonaro, presidente da CREDEN (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), visita Omã (8 e 9 de dezembro).

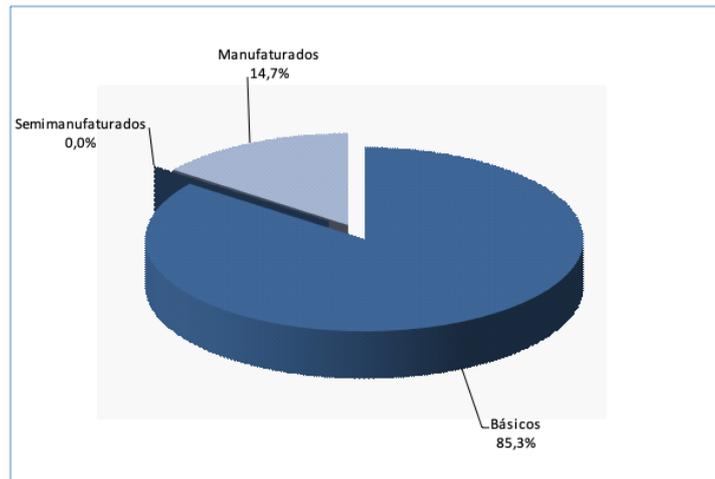
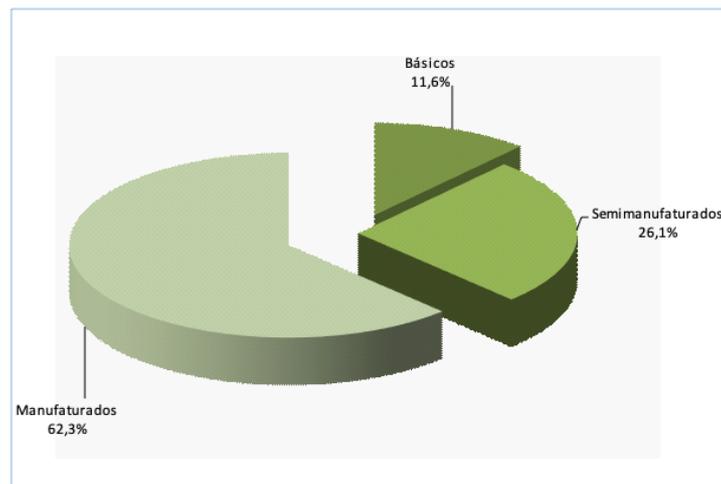
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Memorando de Entendimento Sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e o Sultanato de Omã	1/4/2013	1/4/2013	15/7/2013
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Sultanato de Omã sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	1/4/2013	1/4/2013	15/7/2013
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério do Esporte do Sultanato de Omã	1/4/2013	1/4/2014	15/7/2013
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Autoridade Pública para Promoção do Investimento e Desenvolvimento do Comércio do Sultanato de Omã sobre Cooperação em Promoção de Investimentos	4/2/2016	4/2/2016	15/3/2016
Acordo sobre Isenção de Vistos em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Especiais, Oficiais e de Serviço	25/5/2016	26/8/2016	12/8/2016

INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS



Elaborado pelo MRE, com base em dados do COMEX STAT, Janeiro de 2020.

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019****Exportações****Importações**

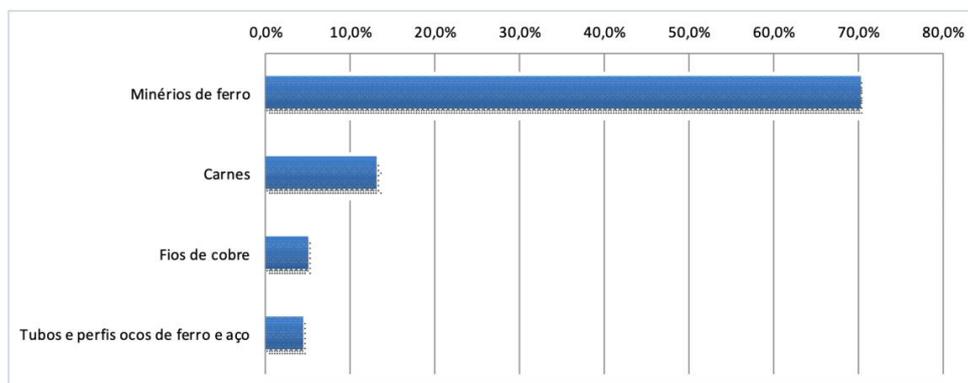
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

Composição das exportações brasileiras para o Omã
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios de ferro	484,01	69,6%	492,35	73,0%	661,03	70,5%
Carnes	129,14	18,6%	112,99	16,7%	123,17	13,1%
Fios de cobre	0,00	0,0%	0,15	0,0%	48,03	5,1%
Tubos e perfis ocos de ferro e aço	20,55	3,0%	16,63	2,5%	43,09	4,6%
Subtotal	633,70	91,2%	622,13	92,2%	875,32	93,4%
Outros	61,40	8,8%	52,54	7,8%	62,27	6,6%
Total	695,10	100,0%	674,67	100,0%	937,58	100,0%

Elaborado pelo MRE , com base em dados do COMEX STAT, Janeiro de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

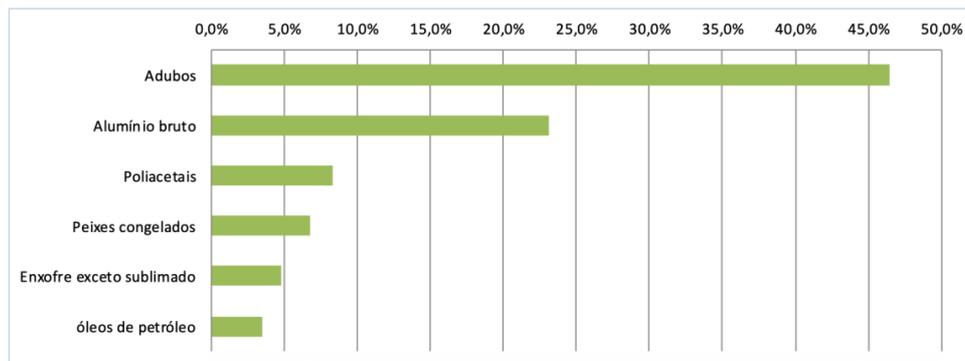


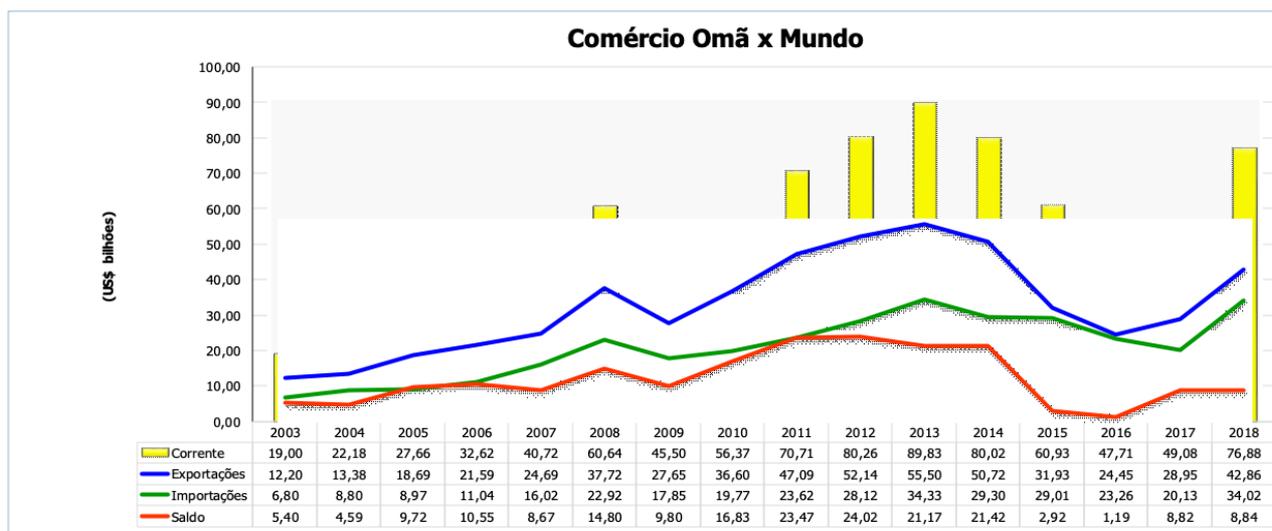
**Composição das importações brasileiras originárias de Omã
US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH4)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adbos	85,54	61,7%	90,81	72,9%	41,47	46,4%
Alumínio bruto	26,77	19,3%	3,69	3,0%	20,69	23,2%
Poliacetais	5,37	3,9%	2,10	1,7%	7,43	8,3%
Peixes congelados	16,18	11,7%	12,89	10,3%	6,03	6,8%
Enxofre exceto sublimado	1,87	1,3%	3,50	2,8%	4,31	4,8%
óleos de petróleo	0,00	0,0%	5,54	4,4%	3,15	3,5%
Subtotal	135,73	98,0%	118,53	95,1%	83,08	93,0%
Outros	2,80	2,0%	6,06	4,9%	6,26	7,0%
Total	138,52	100,0%	124,59	100,0%	89,34	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do COMEX STAT, Janeiro de 2020.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019





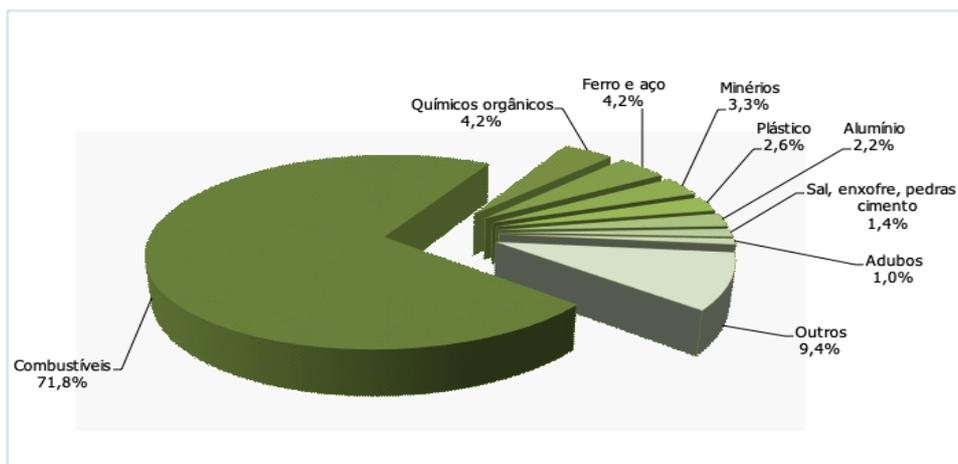
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2020.

**Composição das exportações do Omã
US\$ bilhões**

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	30,76	71,8%
Químicos orgânicos	1,80	4,2%
Ferro e aço	1,79	4,2%
Minérios	1,40	3,3%
Plástico	1,10	2,6%
Alumínio	0,96	2,2%
Sal, enxofre, pedras e cimento	0,59	1,4%
Aubos	0,43	1,0%
Subtotal	38,82	90,6%
Outros	4,03	9,4%
Total	42,86	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

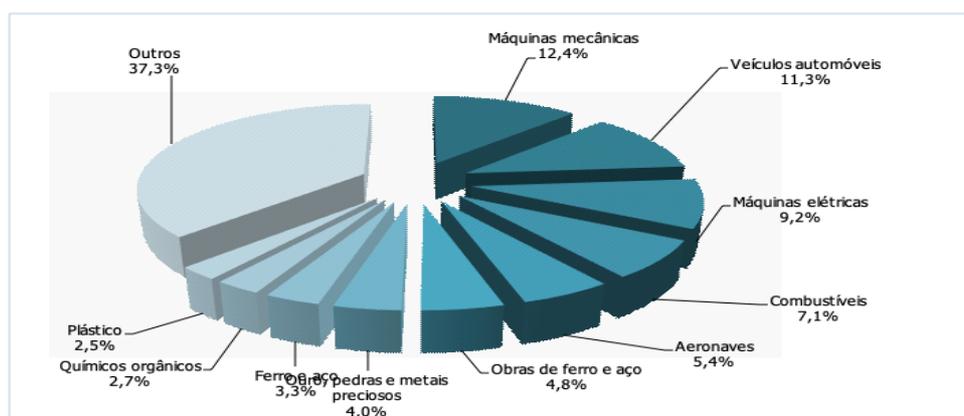


**Composição das importações do Omã
US\$ bilhões**

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas mecânicas	4,20	12,4%
Veículos automóveis	3,83	11,3%
Máquinas elétricas	3,13	9,2%
Combustíveis	2,43	7,1%
Aeronaves	1,85	5,4%
Obras de ferro e aço	1,64	4,8%
Ouro, pedras e metais preciosos	1,35	4,0%
Ferro e aço	1,11	3,3%
Químicos orgânicos	0,93	2,7%
Plástico	0,84	2,5%
Subtotal	21,32	62,7%
Outros	12,70	37,3%
Total	34,02	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Omã

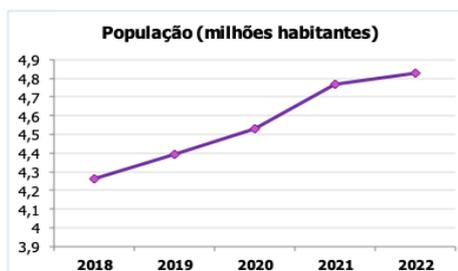
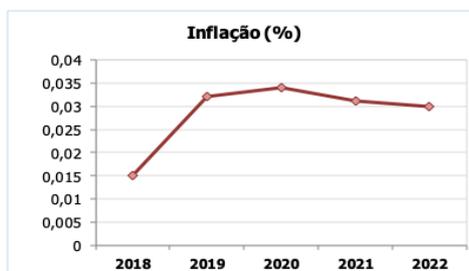
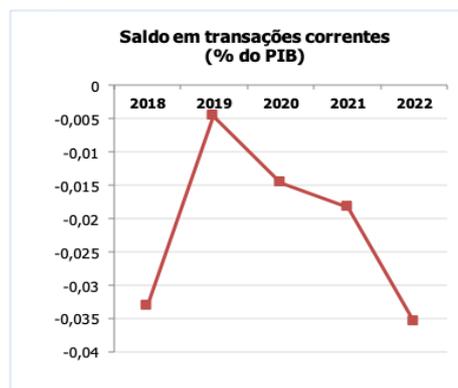
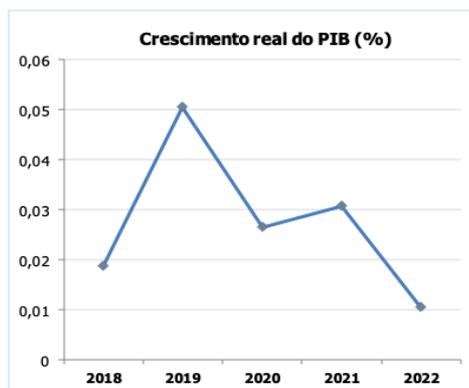
Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	1,88%	5,05%	2,66%	3,08%	1,06%
PIB nominal (US\$ bilhões)	81,68	86,25	88,44	90,07	93,11
PIB nominal "per capita" (US\$)	19.170	19.689	19.508	19.468	19.280
PIB PPP (US\$ bilhões)	198,22	212,66	222,48	233,61	240,48
PIB PPP "per capita" (US\$)	46.552	48.393	49.075	49.935	49.799
População (milhões habitantes)	4,26	4,39	4,53	4,77	4,83
Desemprego (%)	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Inflação (%) ⁽²⁾	1,50%	3,20%	3,40%	3,10%	3,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,31%	-0,47%	-1,46%	-1,83%	-3,55%
Dívida externa (US\$ bilhões)	52,40	56,80	62,20	62,20	62,30
Câmbio (OR/ US\$) ⁽²⁾	0,39	0,39	0,39	0,39	0,39
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	4,7%				
Indústria	49,6%				
Serviços	45,0%				

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM MASCATE**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA**

INTRODUÇÃO

O período no qual chefieei a Embaixada brasileira em Mascate (de 2016 até o presente) testemunhou grandes alterações na política interna deste Sultanato e uma evolução político/econômica positiva das relações bilaterais com o Brasil.

POLÍTICA INTERNA

2. O principal evento político que presenciei durante minha gestão de cinco anos neste Sultanato foi o falecimento do septuagenário Sultão Qaboos em janeiro de 2020, vitimado por um câncer de colo ao final de cinquenta anos de reinado. A ascensão de seu primo, que assumiu o trono como Sultão Haitham bin Tariq, marcou uma passagem tranquila do poder.

3. O Sistema de governo em Omã é monárquico. Há liberdade econômica e a iniciativa privada é incentivada a exercer suas atividades em todos os setores da economia.

POLÍTICA EXTERNA

4. Em razão dos longos períodos de governo (o último Sultão que antecedeu ao atual reinou por 50 anos), Omã goza de uma burocracia estável de funcionários públicos, situação que permite ao corpo diplomático omani trabalhar com uma visão de longo prazo na formulação da relações externas. Por exemplo, a política externa omani mantém boas relações diplomáticas simultaneamente com Washington e Teerã.

ECONOMIA

5. A presença econômica norte-americana no Omã é marcada pelo Tratado de Livre Comércio assinado em 2006, que permite a entrada de produtos dos EUA em Omã sem o pagamento de qualquer imposto e vice-versa. Os EUA são um dos maiores

parceiros econômicos de Omã, exportando cerca de US\$ 2 bilhões e importando aproximadamente US\$ 1 bilhão. A República Popular da China é o maior importador líquido de petróleo de Omã e seu segundo maior parceiro comercial.

RELAÇÕES BILATERAIS

6. Com o Brasil, as relações diplomáticas não poderiam ser melhores, com ambos os países possuindo Embaixadores residentes em suas capitais.

7. A presença econômica brasileira em Omã é marcada pelo investimento de US\$ 2 bilhões que a empresa Vale realizou, desde março de 2012, para construir uma usina de pelotização que beneficia, com o gás natural omani, o minério de ferro importado do Brasil. Desde sua abertura, a usina já processou 69 milhões de toneladas de minério de ferro importado do Brasil. A unidade de pelotização é considerada a mais eficiente da Vale no mundo, em termos econômicos.

8. O principal produto importado pelo Brasil de Omã são fertilizantes para o agronegócio brasileiro. Sardinhas também são importadas pelo Brasil durante o período de queda da produção brasileira na costa de Santa Catarina, unidade federativa brasileira que é o maior importador de sardinhas omanis, para suprir suas indústrias de enlatados de sardinha com a empresa Gomes da Costa, pertencente ao grupo espanhol "Calvo".

9. Entre 2016 e 2020, as exportações brasileiras para Omã apresentaram padrão em geral ascendente, momentaneamente interrompido, no primeiro semestre deste ano, em razão das consequências acarretadas pela atual pandemia de COVID-19. Nesse contexto, as vendas brasileiras em 2016 ascenderam a US\$ 492,4 milhões, dos quais 58% corresponderam a minério de ferro, 25% a carne de frango congelada, 6% a produtos siderúrgicos, 2,1% a milho e 1,8% a alumínio. No ano seguinte, as exportações para Omã corresponderam a US\$ 695,1 milhões, importância 41,2% superior à de 2016. Em 2017, as vendas de minério de ferro responderam por 69,6% das vendas brasileiras, a carne de frango congelada por 18,6%, produtos siderúrgicos por 3% e munições por 2,7%. Em 2018, as vendas brasileiras foram de US\$ 674,4 milhões, valor 3% inferior ao registrado em 2017. Os principais itens exportados pelo Brasil para Omã em 2018 foram minério de ferro (73% do total), carne de frango congelada (16,7%), produtos siderúrgicos (2,5%), carne bovina congelada (1,5%), alumínio (0,55%) e milho (0,48%). Em 2019, as exportações brasileiras

para Omã ascenderam a US\$ 939,3 milhões, o que representou aumento de 39,3% em relação às vendas do Brasil para este país em 2018. Tratou-se, ademais, do maior volume de exportações brasileiras para Omã desde 2013, ano em que elas corresponderam a US\$ 1,1 bilhão.

10. Cumpre salientar, no entanto, que o Brasil exportou mais minério de ferro (o principal item da pauta exportadora nacional para Omã desde 2009) para este Sultanato em 2019 do que em 2013, haja vista o preço internacional médio da mencionada "commodity" mineral ter sido de US\$ 135/tonelada em 2013 e US\$ 94/tonelada em 2019. As vendas brasileiras de minério de ferro para este país em 2019 corresponderam a 10,61 milhões de toneladas, enquanto em 2013 elas foram de 10 milhões de toneladas. Além disso, as vendas do Brasil para Omã eram sobremaneira mais concentradas em minério de ferro em 2013, ano em que o item respondeu por 83,8% das exportações brasileiras para este país, que em 2019, quando respondeu por 70,4% do total.

11. No primeiro semestre de 2020, no contexto da atual pandemia de COVID-19, as exportações brasileiras para Omã foram de US\$ 337,4 milhões, importância que representa queda de 18,8% em relação ao total exportado pelo Brasil no segundo semestre de 2019. Nos seis primeiros meses de 2020, o minério de ferro foi responsável por 75,1% do total exportado pelo Brasil, seguido da carne de frango congelada (15,2% do total), produtos siderúrgicos (3,75% do total), motores elétricos (0,69% do total), alumínio (0,66% do total) e carne bovina congelada (0,31% do total). O comércio bilateral total no referido período chegou a US\$ 364.805.932,00.

12. Em 2019, Omã respondeu pelo segundo maior superávit comercial brasileiro com países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), atrás apenas daquele obtido com os Emirados Árabes Unidos (EAU): US\$ 850 milhões com Omã vis-à-vis US\$ 1,695 bilhão com os EAU.

13. Omã tem-se beneficiado, desde 2017, do diferendo entre o Catar, de um lado, e os EAU e a Arábia Saudita, de outro, de maneira que essa circunstância tem incidido no fluxo de comércio com o Brasil. Esse impacto é observado sobretudo nos embarques de carne de frango congelada e outras fontes de proteína animal. Empresas brasileiras costumavam para o Catar a partir do porto de Jebel Ali (EAU), e, desde o segundo semestre de 2017, têm parcialmente trafegado de portos emiráticos para portos omanis e, deste país, exportadas para Doha.

14. Omã foi, em 2019, o 42º principal destino das exportações brasileiras (subindo quatro posições em relação a 2018, quando este Sultanato foi o 46º principal destino) e a 71ª principal origem das nossas importações (perdendo quatro posições em relação a 2018, quando foi a 67ª origem). Dados de 2018 dão conta de que o Brasil ocupa a 25ª posição entre os países de origem das importações omanis, respondendo por 0,67% das compras externas omanis, percentual similar ao registrado pela Turquia (0,68% do total) e superior aos da Espanha (0,63%) e do Canadá (0,24%).

15. Como mencionado, o minério de ferro é o principal item da pauta exportadora brasileira para o Omã desde 2010, ano em que a Vale inaugurou fábrica de pelletização de minério de ferro em Sohar, cidade portuária situada cerca de 250 km ao norte de Mascate. A unidade de pelletização de minério de ferro da empresa brasileira resultou de investimento superior a US\$ 2 bilhões e produz aproximadamente 9 milhões de toneladas métricas anuais de pelotas, utilizadas na produção de aço por siderúrgicas.

16. A carne de frango congelada é o segundo mais importante item da pauta exportadora brasileira para este país.

17. Há, também, significativo comércio de produtos de defesa. Ademais das possibilidades comerciais nesse setor, há espaço para aumento da presença de produtos manufaturados brasileiros também em bens de capital, vestuário, móveis e alimentos processados. A empresa catarinense WEG fornece motores elétricos para a refinaria ora em construção na Zona Econômica Especial de Duqm, na costa central do Sultanato.

18. Regionalmente, são os seguintes, em ordem decrescente, os principais Estados da Federação que exportam para Omã: Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

VISITAS BILATERAIS

19. O então Vice-Presidente Michael Temer visitou Mascate em abril de 2013 e continua sendo a visita brasileira de mais alto nível político nos últimos anos. Em fevereiro de 2019, o Almirante Valter Itavicius chefiou delegação conjunta MRE/Ministério da Defesa, e manteve reunião com o Ministro da Defesa omani. O Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, realizou visita oficial a Omã em dezembro de 2019, cumprindo extensa agenda

de encontros com o Presidente do Parlamento omani, com o Primeiro Ministro e com o CEO da VALE em no país.

COMUNIDADE BRASILEIRA E TEMAS CONSULARES

20. Calculo que o número de cidadãos brasileiros residentes neste país não seja superior a 400. Este número inclui os familiares dos brasileiros expatriados trabalhando em Omã, principalmente como pilotos da aviação civil (empregados na OMAN-AIR), e engenheiros funcionários da Vale na usina de pelotização instalada em Sohar.

3

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 88, de 2020 (nº 723, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.*



Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, filho de Marco Antonio de Salvo Coimbra e Martha Estellita Lins de Salvo Coimbra, nasceu

em 1º de junho de 1960, em Havana, Cuba, sendo brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso segundo, da Constituição Federal de 1946.

Desde 1984 é Bacharel em Ciências Sociais, Antropologia, pela Universidade de Brasília.

Em 1986 concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, no Instituto Rio Branco.

Em 1995 concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco.

Em 2008 concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a defesa da tese "A Política Externa da Índia para os Países em Desenvolvimento e o Relacionamento Brasil-Índia".

Em 1987 foi nomeado Terceiro-Secretário. Foi promovido, sempre por merecimento, a Segundo-Secretário em 1993; a Primeiro-Secretário em 1999; a Conselheiro em 2004; a Ministro de Segunda Classe em 2008; e a Ministro de Primeira Classe em 2015.

No Brasil, exerceu, entre outros cargos os de Chefe da Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores de 2007 a 2010, e de Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente de 2011 a 2017.

No Exterior, serviu na Embaixada em Washington de 1991 a 1994; na Embaixada em Quito de 1994 a 1998, na Missão junto à ONU em Nova Iorque de 2000 a 2004; na Embaixada em Nova Delhi de 2004 a 2007; e na Embaixada em Lisboa de 2010 a 2011.

É o Embaixador em Nairóbi desde 2018.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea "d", número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre o México, do qual destacamos as informações seguintes.

Os Estados Unidos Mexicanos são um país de 1.964.375 km² e 125,929 milhões de habitantes. O idioma é o espanhol e o PIB PPP per capita em 2018 foi de US\$ 20.600.



Em 2019 o intercâmbio comercial totalizou US\$ 9,1 bilhões, sendo US\$ 4,89 bilhões de exportações e US\$ 4,19 bilhões de importações, acarretando um saldo positivo de US\$ 700,3 milhões. Os produtos mais exportados para o México foram motores, milho, veículos de carga e automóveis. Os produtos mais importados do México foram automóveis e veículos de carga.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 88, DE 2020

(nº 723/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 723

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

Os méritos do Senhor **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 07 de dezembro de 2020.

EM nº 00219/2020 MRE

Brasília, 3 de Dezembro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

08/12/2020

SEI/PR - 2268797 - OFÍCIO

00001.006840/2020-28



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 750/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 08/12/2020, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2268797** e o código CRC **2BEEB573** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006840/2020-28

SEI nº 2268797

08/12/2020

SEI/PR - 2268797 - OFÍCIO

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**
CPF.: 264.539.596 -15

1960 Filho de Marco Antonio de Salvo Coimbra e Martha Estellita Lins de Salvo Coimbra, nasce em 1º de junho, em Havana, Cuba (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946).

Dados Acadêmicos:

1984 Bacharel em Ciências Sociais, Antropologia, pela Universidade de Brasília/DF
1986 Curso de Preparação à Carreira Diplomática, no Instituto Rio Branco
1995 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2008 Conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com defesa da tese "A Política Externa da Índia para os Países em Desenvolvimento e o Relacionamento Brasil-Índia",

Cargos:

1987 Terceiro-Secretário
1993 Segundo-Secretário
1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
2004 Conselheiro, por merecimento
2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1988-89 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1989-90 Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente,
1990-91 Divisão do Meio Ambiente, assistente
1991-94 Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário
1994-98 Embaixada em Quito, Segundo Secretário
1998-99 Assessoria de Comunicação Social, de 12/1/1998 a 29/6/1999 - Chefe do Setor de Divulgação (1998), Chefe do Setor de Imprensa (1998-1999)
2000-04 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário, de 22/8/2000 a 8/2/2004, Direitos Humanos e Temas Sociais - acompanhamento dos trabalhos da Terceira Comissão
2004-07 Embaixada em Nova Delhi, Primeiro Secretário e Conselheiro, de 9/2/2004 a 11/2/2007 - Chefe dos Setores Comercial e Consular (2004), Chefe do Setor Político (2005-2007)
2007 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assistente
2007-10 Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2007-10 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
2007-10 Comissão Nacional de Biodiversidade, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2008-10 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2009-10 Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, Presidente
2010-11 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
2011-17 Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais, Ministério do Meio Ambiente
2017-18 Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, Assessor
2018 Embaixada em Nairóbi, Embaixador

LUIS PINTO COSTA

Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento do México, Canadá, América Central e Caribe
Divisão do México e América Central

MÉXICO



Maço Básico
OSTENSIVO
Setembro de 2020

DADOS BÁSICOS DO MÉXICO

NOME OFICIAL	Estados Unidos Mexicanos
GENTÍLICO	Mexicano
CAPITAL	Cidade do México
ÁREA	1.964.375 km ²
POPULAÇÃO (2019, FMI)	125,929 milhões de habitantes
IDIOMA	Espanhol (oficial) e 89 línguas indígenas reconhecidas
RELIGIÕES	Católica (82,7%), Evangélicos (7,5%), Cristãos não evangélicos (2,2%), outras (0,2%), sem religião (4,7%), não declarado (2,7%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Congresso da União (bicameral): Senado da República (128 membros) e Câmara dos Deputados (500 membros)
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Andrés Manuel López Obrador (desde 1/12/2018)
CHANCELER	Marcelo Ebrard Causabón (desde 1/12/2018)
PIB (FMI)	US\$ 1,22 trilhão (2018)
PIB PPP (FMI)	US\$ 2,57 trilhões (2018)
PIB <i>per capita</i> (FMI)	US\$ 9.810 (2018)
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI)	US\$ 20.600 (2018)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	+2,1% (2018)
UNIDADE MONETÁRIA	Peso mexicano
IDH (2016, UNDP)	0,762 / 77°
EXPECTATIVA DE VIDA (2016, PNUD)	77 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	3,3% (2019)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	José Ignacio Piña Rojas

COMUNIDADE BRASILEIRA	15 mil pessoas
------------------------------	----------------

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – REPÚBLICA DOMINICANA
(US\$ MILHÕES FOB) – Fonte: Ministério da Economia**

BRASIL ⇒ MÉXICO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	10,078	10,025	9,033	7,966	7,341	8,752	9,414	9,10
Exportações	4,003	4,230	3,670	3,588	3,813	4,514	4,505	4,89
Importações	6,075	5,795	5,363	4,378	3,528	4,238	4,909	4,19
Saldo	-2,072	-1,565	-1,693	-0,790	0,285	0,276	-0,404	0,70

PERFIS BIOGRÁFICOS**ANDRÉS MANUEL LÓPEZ OBRADOR**
Presidente do México

Andrés Manuel López Obrador nasceu em 13.11.1953, em Tepetitán, Tabasco, México. Formado em Ciência Política e Administração Pública pela *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). Apesar de haver iniciado sua vida política no PRI, Obrador tornou-se um dos líderes históricos da esquerda mexicana, ao juntar-se ao PRD, em 1989. Posteriormente, em meio a desavenças com Cuauhtémoc Cárdenas, deixou o PRD e fundou seu próprio partido, o Movimento Regeneração Nacional (MORENA), em 2014. Ao longo de sua trajetória política, destacam-se mandato como governador da Cidade do México (2000-2005) e suas duas candidaturas presidenciais (2006 e 2012). López Obrador é casado e pai de três filhos.

**MARCELO EBRARD CAUSABÓN**
Ministro de Relaciones Exteriores

Marcelo Ebrard Casaubón nasceu na Cidade do México, em 10.10.1959. Estudou Relações Internacionais, no Colégio do México, e Políticas Públicas, na ENA de Paris. Começou sua carreira política no PRI, tendo ocupado a Secretaria-Geral do partido, de 1988 a 1992, durante a gestão do presidente Carlos Salinas de Gortari. Foi deputado pelo Partido Verde (1997-2000) e secretário de segurança pública da Cidade do México na gestão de López Obrador, sendo eleito seu sucessor no governo da Cidade do México (2006-2012). Ebrard é um dos nomes de maior peso político na coalizão que apoia AMLO.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e México vivem, desde 2015, momento produtivo do relacionamento bilateral, caracterizado por entendimentos importantes em diversas áreas. Foram reativados diversos mecanismos bilaterais – com destaque para a Comissão Binacional, o Mecanismo Bilateral de Consultas sobre Temas Multilaterais e o Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica - e retomadas as visitas de alto nível. Em todos os casos, trata-se de iniciativas que realçam a determinação política dos dois países de projetar visão estratégica para o relacionamento bilateral.

O marco jurídico tem-se reforçado com a gradual entrada em vigor de importantes instrumentos assinados nos últimos anos, a exemplo dos acordos sobre Cooperação e Facilitação de Investimentos, de Cooperação Aduaneira, de Serviços Aéreos e sobre Cachaça e Tequila, além de Memorandos de entendimento sobre cooperação em matéria de Defesa e de micro e pequenas empresas.

Desde 2015, foram realizadas três visitas brasileiras de alto nível ao México. A ex-presidente Dilma Rousseff visitou a cidade do México, em maio de 2015, ao passo que os chanceleres Mauro Vieira e José Serra realizaram visitas oficiais à mesma cidade, em fevereiro e julho de 2016, respectivamente. Do lado mexicano, o chanceler José Antonio Meade visitou o Brasil, em maio de 2015, e Luis Videgaray visitou o País, em novembro de 2017. Os ex-presidentes Michel Temer e Enrique Peña Nieto reuniram-se à margem da Cúpula Aliança do Pacífico - Mercosul, em Puerto Vallarta, em julho de 2018.

Brasil e México retomaram as negociações comerciais para ampliação e aprofundamento do comércio bilateral, regulado, sobretudo, pelo Acordo de Complementação Econômica 53 (ACE-53). Os dois países são importantes sócios comerciais, com fluxo da ordem de US\$ 9,05 bilhões em 2019, e no qual se observa grande concentração em bens industriais, sobretudo do setor automotivo. O aprofundamento do ACE-53 tem como objetivo dinamizar o comércio bilateral – que apresentou queda no período 2012-16 – e as exportações brasileiras, cujo pico foi registrado em 2006.

Os significativos laços de comércio e de investimentos, embora já superiores aos fluxos que Brasil e México mantêm com parceiros tradicionais, ainda têm potencial expressivo de crescimento, sendo necessária ampliação do limitado Acordo de Complementação Econômica (ACE-53).

Em 2020, destacam-se positivamente, no âmbito das relações bilaterais, a conclusão do acordo com cronograma de liberalização de veículos pesados no Acordo Automotivo Brasil-México (ACE-55), e a realização da primeira reunião (virtual) do

Comitê Conjunto do Acordo de Cooperação em Facilitação de Investimentos (ACFI) Brasil-México, ambos em junho.

COMÉRCIO BILATERAL

Segundo dados do Ministério da Economia, em 2019, a corrente de comércio entre Brasil e México foi de US\$ 9,10 bilhões, o que manteve o país como sétimo maior parceiro comercial do Brasil. Houve queda de 3,8% no fluxo bilateral de comércio em relação a 2018. As exportações brasileiras, por outro lado, cresceram 7,8% em relação a 2018, registrando o recorde histórico de US\$ 4,89 bilhões. As importações de produtos mexicanos recuaram 14,5%, encerrando o ano em US\$ 4,19 bilhões. O México foi o oitavo maior fornecedor de bens ao Brasil em 2019. Esses resultados geraram saldo comercial de US\$ 700,3 milhões para o Brasil.

A pauta exportadora brasileira para o México tem perfil consolidado. Insumos industriais elaborados e peças para equipamentos de transporte constituem a maior parte dos bens vendidos. Sua participação relativa sobre o total das exportações ao México caiu, contudo, 7% em 2019: 47,9%, em comparação com 54,8% em 2018. Em relação ao ano anterior, o Brasil vendeu, a menos, US\$ 59,4 milhões em insumos industriais elaborados e US\$ 81,7 milhões em peças para veículos.

Houve substantivo aumento da participação relativa de alimentos e bebidas básicos nas exportações brasileiras, os quais ocuparam 13% das exportações, em comparação a 4,4% em 2018. Essa dinâmica foi impulsionada pelas vendas de milho, soja e café, que somaram US\$ 627,2 milhões em 2019. Esses produtos, juntamente com os bens de consumo duráveis (7,9%), puxados pelas exportações de automóveis, reduziram a parcela relativa de bens de capital exportados (7%). Houve, ainda, volume inédito de exportações de combustíveis e lubrificantes (0,3%), em sua maior parte, óleos de petróleo ou de minerais betuminosos.

Os cinco produtos mais exportados para o México, em valor FOB, os quais responderam por 30% do total das exportações brasileiras para o país, foram: i) motores de cilindrada superior a 1.000cm³ (7,1% do total); ii) milho amarelo (6,6%); iii) veículos de carga de peso bruto não superior a 5t (5,8%); iv) automóveis de cilindrada entre 1.500 e 3.000cm³ para até 6 passageiros (5,7%); e soja (4,8%). O comércio de alguns produtos foi particularmente dinâmico, contribuindo para o superávit do Brasil. Nunca o México comprou tanto milho brasileiro como em 2019, com as exportações do produto superando US\$ 320 milhões ou 1,9 milhão de toneladas. Houve recorde, ainda, nas importações mexicanas de soja brasileira, que ultrapassaram US\$ 232 milhões ou 677 mil toneladas,

aumento de 72,7% em relação a 2018. Essas duas commodities representaram 11,4% das vendas brasileiras para o México em 2019.

Insumos industriais elaborados mantiveram-se como o principal setor da pauta importadora brasileira com o México (27,9% do total em 2019). Esses produtos, contudo, vêm perdendo espaço relativo nas importações totais, principalmente, devido a quedas sucessivas nas compras de petróleo e derivados. O setor de peças para equipamentos de transporte reduziu sua participação relativa em 4,3 pontos percentuais (20,64%), em decorrência de recuo de 29,2% nas compras de autopeças mexicanas ocorrido no ano passado.

Houve queda de US\$ 235 milhões nas compras brasileiras de veículos mexicanos, com o setor de bens duráveis registrando queda em sua participação relativa (21,7%). As importações de bens de capital cresceram (12,1%), impulsionadas pelas compras de máquinas para processamento de dados, instrumentos e aparelhos médicos, e alguns tipos de ventiladores. Na comparação com 2018, houve aumento de 50% nas importações de alimentos e bebidas.

Os cinco produtos mais importados do México, em valor FOB, os quais responderam por 23% do total das importações brasileiras oriundas desse país, foram: i) automóveis de cilindrada entre 1.000 e 1.500cm³ para até 6 passageiros (6,5% do total); ii) automóveis de cilindrada entre 1.500 e 3.000cm³ para até 6 passageiros (5,0%); iii) automóveis de cilindrada entre 1.500 e 3.000cm³ para mais de 6 passageiros (4,5%); iv) automóveis de cilindrada entre 1.000 e 1.500cm³ para mais de 6 passageiros (3,5%); e v) veículos de carga a diesel de peso bruto não superior a 5t (3,4%).

Em 2019, algumas das quedas mais significativas nas importações brasileiras oriundas do México foram registradas nas compras de automóveis de cilindrada entre 1.000 e 1.500cm³ para até 6 passageiros (diminuição de 48,0% em relação a 2018, equivalente a US\$ 253,4 milhões), automóveis de cilindrada entre 1.500 e 3.000cm³ para até 6 passageiros (45,7%, US\$ 177,2 milhões), veículos de carga a diesel de peso bruto não superior a 5t (39,5%, US\$ 93,1 milhões), nafta para petroquímica (100%, 72,8%) e partes e acessórios para carrocerias de automóveis (55,5%, US\$ 72,7 milhões).

Pode-se dizer que o resultado do comércio bilateral com o México, em 2019, foi positivo em termos absolutos, registrando recordes históricos no valor total exportado, bem como nas vendas de produtos importantes, como o milho, a soja e o café.

Foi o melhor desempenho histórico das exportações de produtos básicos no comércio com o México, as quais atingiram US\$ 99,4 milhões ou 2,37% das exportações totais. As vendas de manufaturados, que responderam por 94,6% das exportações para o México, interromperam, contudo, três anos consecutivos de aumento em sua participação

relativa no montante total exportado pelo Brasil ao México. Sob a ótica do comércio global brasileiro, o desempenho das transações comerciais com o México torna-se ainda mais notável, visto que o Brasil logrou expandir em 7,8% suas exportações para o país norte-americano, mesmo quando suas vendas para o mundo recuaram 6,4%.

TURISMO

O turismo entre os dois países é crescente e beneficiou-se da retomada do regime de isenção de vistos de curto prazo em 2013. Há grande afluxo de brasileiros para a região de Cancún e Riviera Maia, onde se registram desafios para a prestação de serviços consulares em razão da distância com relação à Cidade do México, sede do único Consulado-Geral brasileiro naquele país. Na visita presidencial de maio de 2015, foram firmados Acordo de Serviços Aéreos e Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Turística.

INVESTIMENTOS

Os investimentos diretos mexicanos no Brasil cobrem vários setores, como telecomunicações, construção civil, alimentos, eletrodomésticos e hotelaria. Dentre as principais empresas mexicanas no Brasil destacam-se o Grupo Carso, um dos conglomerados mais importantes do México, do empresário Carlos Slim, que tem participações nas empresas Claro, Embratel e Net; a Coca-Cola Femsa, maior engarrafadora da Coca-Cola do mundo; a Bimbo, maior empresa panificadora do México; e a Mabe, empresa de eletrodomésticos com presença em mais de 70 países. Em julho de 2017, a empresa mexicana de laticínios Lala anunciou a compra da brasileira Vigor, por US\$ 1,8 bilhão.

De acordo com a Secretaria de Economia do México, o Brasil foi o 13º investidor no país entre 1999 e 2018, com estoque de US\$ 3,4 bilhões. Há aproximadamente 650 empresas brasileiras ativas no México, entre as quais grandes companhias como Braskem, Gerdau, Odebrecht, Oxiten, Stefanini, Totus, Unigel e Weg.

O maior projeto brasileiro no México consiste na *joint-venture* entre a BRASKEM e a mexicana IDESA, para desenvolvimento do Projeto Etileno XXI, complexo petroquímico com investimentos de US\$ 5,2 bilhões, financiados, em parte, pelo BNDES. Trata-se do maior complexo petroquímico da América Latina e maior investimento *greenfield* do Brasil no exterior.

Outro projeto importante é a planta de produção de aço da Gerdau no estado de Hidalgo, inaugurada em dezembro de 2015. O projeto teve custo de US\$ 600 milhões, o maior investimento já realizado naquele estado.

Em 2015, foi assinado Acordo de Cooperação em Facilitação de Investimentos (ACFI), que entrou em vigor em outubro de 2018. O instrumento estabelece um Comitê Conjunto, integrado por representantes governamentais dos dois países, que deverá se reunir uma vez ao ano. Uma das funções desse Comitê é debater e compartilhar oportunidades para expansão dos investimentos recíprocos.

CRIAÇÃO DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-MÉXICO

Foi realizada, em 10.09.2019, na Cidade do México, a cerimônia de inauguração do Conselho Empresarial Brasil- México (Cebramex), liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, Investimento e Tecnologia (COMCE). A iniciativa de criação de um conselho reunindo empresários do Brasil e do México foi lançada por ambos os governos, durante a IV Reunião da Comissão Binacional (outubro, 2018).

A delegação da CNI foi chefiada pelo diretor de Desenvolvimento Industrial, Carlos Alberto Abijaodi. O COMCE foi representado por seu presidente, Valentín Díaz Morodo. A Secretaria de Economia fez-se representar pela Subsecretária de Comércio Exterior, Dra. Luz María de la Mora, e o governo brasileiro, pelo embaixador Mauricio Carvalho Lyrio. Por parte do empresariado, participaram do evento, do lado brasileiro, representantes de Braskem, BRF, Gerdau, MAN, Oxiteno, Veirano Advogados e WEG. Do lado mexicano, participaram representantes de Coca-Cola FEMSA, González Calvillo Advogados, Grupo Lala, Mabe, Nissan Mexicana e Orbia (ex Mexichem).

O Cebramex acordou que seu objetivo primário é aprofundar os laços de comércio e investimentos entre o Brasil e o México, bem como formular recomendações conjuntas aos mecanismos governamentais existentes. Decidiu-se que as reuniões plenárias, que serão preparadas pelas seções nacionais do Cebramex, deverão ser realizadas alternadamente nos dois países, com exceção da reunião de 2020, que teria lugar no México. As plenárias definiriam, por consenso, as recomendações a serem defendidas pelo Cebramex e antecederiam as reuniões da Comissão Binacional Brasil-México. Decidiu-se, ademais, que a CNI e o COMCE atuarão como secretaria executiva da seção brasileira e mexicana, as quais serão presididas, respectivamente, pela Gerdau, pelo lado brasileiro, e por González Calvillo, pelo lado mexicano. O BID atuará como instituição de apoio, inclusive financeiro, para o desenvolvimento das atividades do Conselho.

AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DO ACE-53

Em maio de 2015, Brasil e México decidiram promover maior liberalização do comércio bilateral por meio da ampliação e aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica N° 53 (ACE-53). Assinado em 2002, o ACE-53 consiste em acordo de preferências tarifárias de alcance limitado, com 800 linhas de preferências variáveis, concentradas, sobretudo, no setor químico.

A negociação abarca os seguintes capítulos: acesso a mercados de bens, regras de origem, barreiras técnicas, assuntos sanitários e fitossanitários, defesa comercial, facilitação de comércio, coerência regulatória, defesa da concorrência, serviços, compras governamentais, propriedade intelectual e solução de controvérsias.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A VII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-México foi realizada no período de 19-23 de fevereiro de 2018. Na ocasião foram avaliados os resultados do Programa 2016-18 e definidos projetos para o Programa 2018-20. O atual programa de cooperação técnica conta com sete iniciativas, sendo seis elaboradas por ocasião da VII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica e um remanescente do programa anterior (projeto de recursos hídricos).

A delegação mexicana analisou positivamente os resultados do Programa 2016-18, sobretudo nas áreas da saúde e de agricultura tropical. No primeiro caso, foi destacada a instalação de 24 unidades de bancos de leite humano pelo país, que permitiu assistir mais de 250 mil mães em fase de lactação e atender cerca de 130 mil recém-nascidos, levando-se em conta a oferta de aproximadamente 20 mil litros de leite humano pasteurizado. Em agricultura tropical, o projeto "Formação de Técnicos Especializados em Agricultura, Pecuária e Silvicultura Tropical para o Desenvolvimento das Zonas Tropicais do México" permitiu capacitar mais de 150 especialistas mexicanos em culturas de cacau, café, cana de açúcar, coco, palma de azeite, soja e arroz, além de pecuária bovina e produção agroflorestal. A execução da iniciativa envolveu mais de 14 unidades da Embrapa.

Com relação ao programa 2018-2020, as partes acordaram as seguintes seis iniciativas:

Desenvolvimento Social

- Políticas públicas para atenção à primeira infância (cooperação bidirecional): Intercâmbio de experiências entre as instituições congêneres em matéria de atendimento a crianças na faixa etária de 1 a 4 anos;
- Unificação dos sistemas de informações de programas sociais (cooperação bidirecional): Transmissão ao lado mexicano da experiência brasileira do cadastro único de acesso aos programas sociais.

Saúde

- Intercâmbio de experiências entre México e Brasil para o combate à obesidade (cooperação bidirecional): Fortalecer as ações de prevenção e controle de sobrepeso e da obesidade no âmbito da cooperação.
- Fortalecimento das ferramentas regulatórias em matéria de Vigilância Sanitária (cooperação a ser recebida pelo Brasil): Fortalecer as capacidades de mecanismos regulatórios na COFEMER e na ANVISA mediante o conhecimento das boas práticas e a utilização de ferramentas específicas no setor de vigilância sanitária.

Agricultura

- Atualização e intercâmbio de conhecimentos e tecnologias de manejo e produção de sementes de soja para as zonas tropicais do México (cooperação prestada pelo Brasil) Objetivo Geral: Capacitar pesquisadores mexicanos no sistema de plantio direto e controle de plantas daninhas, assim como na produção de sementes de soja de alta qualidade.

Meio Ambiente

- Intercâmbio de experiências sobre a conservação da diversidade biológica com ênfase em espécies ameaçadas (cooperação bidirecional): Fortalecer instituições voltadas ao desenvolvimento e implementação de medidas de conservação de espécies ameaçadas.

Cabe registrar ainda a consistente interação entre a ABC e a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID), que estabeleceu parceria importante, ao desenvolver o primeiro projeto de cooperação técnica da ABC no campo do fortalecimento institucional com congêneres estrangeira. Outro destaque da agenda bilateral de cooperação é o acordo com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), que se propôs a financiar projetos de cooperação entre os dois países.

COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

Na III Reunião da Comissão Binacional (fevereiro de 2016), os dois países concluíram as negociações do *Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio de Experiências e Capacitação em Matéria de Segurança e Defesa entre a Secretaria da Defesa Nacional e a Secretaria da Marinha do México e o Ministério da Defesa do Brasil*.

O Ministro da Defesa realizou visita à Cidade do México, em 29.04.2017, quando foi realizado o *I Seminário sobre Sinergias em Indústrias de Defesa de México e Brasil*. A I Reunião dos Estados Maiores foi realizada na Cidade do México, em julho de 2017.

ASSUNTOS CONSULARES

Os Governos do Brasil e do México decidiram retomar, em março de 2013, os termos do "Acordo para a Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns", assinado em 23.11.2000. Nota-se, nesse sentido, aumento do fluxo de turistas brasileiros ao México desde 2014.

A rede consular brasileira no México é integrada pelo Consulado-Geral na Cidade do México e por Consulados Honorários em Cancun, Guadalajara e Monterrey. Cancun, circunscrição visitada por 300 mil brasileiros todos os anos - e que conta com crescente população residente de nacionais - tem-se destacado como área de demanda de serviços consulares.

A comunidade brasileira no México é atualmente estimada entre 12 mil e 14 mil indivíduos, a maioria residente na capital, com crescente número também na Riviera Maia. Há, no entanto, flutuação considerável nos dados estatísticos, já que boa parte dessa comunidade, na Cidade do México, é formada por profissionais vinculados a empresas, com alto índice de rotatividade.

No contexto da crise epidêmica de Covid-19, total de 1.569 nacionais foram repatriados - 468 em três voos fretados, 151 em voo organizado pela SRE mexicana, e cerca de 950 reacomodados em voos comerciais.

COMISSÃO BINACIONAL

A Comissão Binacional foi estabelecida em 2007 e prevê a realização de reuniões, em nível de chanceler, a cada dois anos, de forma alternada entre o Brasil e o México. A primeira reunião foi realizada em Brasília, em março de 2007. A segunda ocorreu também em Brasília, em julho de 2009. A terceira reunião, por sua vez, foi

celebrada na Cidade do México, em fevereiro de 2016. A IV Reunião da Comissão Binacional foi realizada em outubro de 2018, em Brasília.

GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE BRASIL-MÉXICO

Conforme o Memorando de Entendimento para a Cooperação e o Diálogo Parlamentar entre a Comissão de Relações Exteriores do Senado da República do México e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República do Brasil, datado de 21 de abril de 2016, os dois países devem criar grupos parlamentares de amizade.

No Brasil, em 1º de fevereiro de 2019, o Grupo Parlamentar Brasil-México, criado em 1991 na Câmara dos Deputados, foi reinstalado à luz do início dos trabalhos da 56ª Legislatura.

A seção mexicana do Grupo parlamentar de Amizade, por sua vez, foi instalada em cerimônia no dia 11.12.2019, evento que contou com a presença dos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores, de Pecuária, de Ciência e Tecnologia e da Marinha. Quase todas as intervenções do lado mexicano (a começar pela da Presidente do grupo e pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados) salientaram a convergência de interesses entre Brasil e México, que muito se beneficiariam da ampliação dos mecanismos de diálogo para enfrentar de maneira coordenada desafios comuns. Nesse sentido, foi ressaltado o desejo de aprofundar a colaboração entre os dois países, sobretudo em áreas relacionadas a políticas públicas, como o combate à pobreza e à corrupção e em matéria de educação, promoção da ciência e tecnologia, saúde mental, pecuária e agricultura.

POLÍTICA INTERNA

O México é uma república presidencialista, formada por 31 estados e um Distrito Federal. O presidente da República e os governadores exercem mandatos de seis anos, sem direito a reeleição. O Poder Legislativo (Congresso da União) é bicameral. O Senado é integrado por 128 senadores com mandatos de seis anos. A Câmara congrega 500 deputados, eleitos por três anos. Antes proibida, a reeleição de parlamentares passou a ser permitida a partir de 2018. A Suprema Corte de Justiça é formada por 11 juízes eleitos pelo Senado para mandatos de quinze anos, com base em lista apresentada pelo presidente da República.

Anteriormente dominado pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional), o sistema político mexicano converteu-se, no século XXI, em verdadeira democracia multipartidária, com alternância de poder e relativo equilíbrio entre os principais partidos.

O PRI e o PAN (Partido Ação Nacional) ocupam o espaço político de centro e de direita, ao passo que o PRD, anteriormente o principal partido de esquerda, cedeu essa posição para o MORENA (Movimento Regeneração Nacional), agremiação criada em 2014 por López Obrador. Há, ainda, seis partidos menores no Congresso, entre eles o Partido Verde Ecologista do México (PVEM), o Partido do Trabalho (PT), o Partido Encontro Social (PES) e o Movimento Cidadão (MC).

O México foi governado pelo PRI de 1929 a 2000, quando o partido foi derrotado pelo PAN, que governou de 2000 a 2012 (Vicente Fox e Felipe Calderón). A vitória de Peña Nieto nas eleições de 2012 marcou o retorno do *priismo* à Presidência da República. Por sua vez, a vitória de López Obrador nas eleições de 2018, por ampla margem, lançou o PRI em sua maior crise histórica, ao passo que o MORENA, em sua estreia, irrompeu como maior partido do México.

As eleições de 2018 transformaram o cenário político mexicano. Andrés Manuel López Obrador (MORENA), segundo colocado nas eleições de 2006 e 2012, derrotou por ampla margem Ricardo Anaya (PAN) e José Antonio Meade (PRI). De maneira efetiva, os principais partidos que dominaram a política mexicana nas últimas décadas - PRI, PAN e PRD – foram deslocados do controle do Estado. O recém-criado MORENA tornou-se o maior partido do México, com ascendência tanto no Congresso quanto em governos e legislaturas estaduais.

Em junho de 2021, serão celebradas eleições de meio de mandato (Câmara de Deputados, 15 governos locais e 29 assembleias estaduais), cujo resultado poderá reforçar

ou enfraquecer o controle “morenista” no país. O governismo tem a perder sua maioria na Câmara dos Deputados; a oposição, sua maioria nos governos estaduais em disputa.

A “QUARTA TRANSFORMAÇÃO” DA HISTÓRIA MEXICANA

López Obrador inseriu sua vitória no contexto das grandes lutas nacionais pela soberania, liberdade e desenvolvimento, representadas pela Independência, pela Reforma Liberal e pela Revolução Mexicana. Retratos de cinco próceres destes movimentos - Miguel Hidalgo, José María Morelos, Benito Juárez, Francisco Madero e Lázaro Cárdenas - compõem a logomarca do novo governo. Assim, a posse presidencial representaria "*un cambio de régimen político*", uma "*transformación pacífica y ordenada, pero al mismo tiempo profunda y radical*": a Quarta Transformação (4T) da história mexicana.

O período de 36 anos, de 1982 a 2018, teria sido marcado, na visão presidencial, por modelo econômico liberal de poucos resultados. López Obrador busca emular o modelo nacional-desenvolvimentista aplicado no período conhecido como "desenvolvimento estabilizador", entre as décadas de 1930 e 1970, quando o México alcançou elevadas taxas de crescimento, aprofundou sua industrialização, e logrou suposta autossuficiência em alimentos, combustíveis e energia elétrica.

PRINCIPAIS EIXOS DO PROGRAMA DE GOVERNO

O combate à corrupção e a austeridade republicana da administração (como a redução dos salários do funcionalismo e venda da frota de aviões), segundo López Obrador, fornecerão os recursos que serão aplicados pelo governo a fim de permitir a "regeneração nacional". López Obrador tem mantido, grosso modo, políticas de austeridade fiscal. Reiterou seu compromisso com a descentralização das repartições do governo federal, movendo-as para fora da Cidade do México.

O presidente tem insistido em projetos prioritários de seu governo, os quais permitirão, em sua avaliação, dinamizar a economia das áreas deprimidas do sul do país e, com isso, minorar o problema migratório. Mencione-se, especificamente, os programas de reflorestamento, a construção do corredor multimodal transístmico, a construção da “ferrovia maia”, a reabilitação das seis refinarias existentes e construção de uma nova, e a ampliação do aeroporto de Santa Lucía.

No que se refere à política social, López Obrador anunciou série de programas a serem implementados progressivamente, entre os quais: a criação do "*Banco del Bienestar*"; a introdução de cartão bancário individual aos beneficiários dos programas sociais, de forma a impedir a corrupção e manipulações políticas; criação de bolsas para

pessoas em situação de vulnerabilidade; política de reajuste do salário mínimo acima da inflação; universalização da pensão de idosos; política de subsídios para os pequenos agricultores; programa de contratação de jovens como aprendizes, entre outros. No campo da segurança pública, o governo AMLO aprovou a implantação da Guarda Nacional.

BALANÇO DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS DO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO

Em seu primeiro ano (2019), o governo de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) conseguiu aprovar 8 reformas constitucionais, a saber: estabelecimento da Guarda Nacional; revogação de mandato executivo; extinção de propriedade de bens adquiridos com recursos ilícitos; criação de prisão preventiva oficiosa; remodelação do sistema educacional; afirmação da paridade de gênero; proteção dos direitos de comunidades afromexicanas; limitação do foro do Presidente da República. Como não conta, no entanto, com maioria qualificada para aprovação automática de alterações constitucionais, embora conte com maioria absoluta na Câmara e simples no Senado, algumas das reformas elencadas acima foram aprovadas em termos diversos aos propostos originalmente pelo governo. Além disso, parte da agenda reformista não avançou.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa mexicana é fortemente marcada pelas relações com os Estados Unidos, em cujo contexto convivem profundos vínculos econômico-comerciais e demográfico-sociais com tensões em matéria de combate ao crime organizado e de migração, entre outros. O discurso mexicano, que, ao longo das últimas décadas vinha enfatizando a promoção do liberalismo econômico e dos valores democráticos como eixos da inserção externa do país, passou, a partir da posse de López Obrador, a basear-se nos princípios de não-ingerência e de autodeterminação dos povos, no que alguns autores consideram retomada da chamada "Doutrina Estrada", formulada nos anos 1930 e que propõe não caber ao México expressar juízo acerca de assuntos domésticos de terceiros países.

A política externa do governo de López Obrador mantém, no entanto, os fundamentos do que se convencionou chamar de "universalismo priísta", cuja retórica enfatiza a noção de que o México é um país de "múltiplas pertenencias" (latino-americano, caribenho, meso-americano, norte-americano, Atlântico-Pacífico), que devem ser trabalhadas de maneira equilibrada e não-excludente.

O engajamento e o apoio ao sistema multilateral, por sua vez, são princípios basilares tradicionais da visão de mundo do México, contraponto natural à vizinhança com a superpotência. A defesa de regras aplicáveis a todos constitui maneira de reduzir a assimetria e o peso da força no relacionamento entre os países.

Um elemento relevante da gestão de López Obrador é o contexto do projeto nacional-desenvolvimentista, significando que a diplomacia mexicana deverá trabalhar com ênfase no desenvolvimento socioeconômico do país. Nessa ordem de ideias, a política externa de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) deverá implementar-se no quadro de projeto de desenvolvimento nacionalista, com foco concentrado na redução da desigualdade econômica e social - também visando a assegurar a estabilidade interna e reduzir as causas subjacentes da pobreza e da violência.

Os elementos mais evidentes do projeto apontam para o fortalecimento do mercado interno (com elevação da renda do trabalhador e ampliação do emprego); a autossuficiência alimentar (com recuperação da produção e revitalização do campo); a dinamização da indústria (com estabelecimento de "*joint-ventures*" entre capital estrangeiro e nacional nos setores estratégicos); e a assimilação de tecnologia para superar a condição mexicana de plataforma maquiladora.

AMÉRICA DO NORTE – O EIXO INCONTORNÁVEL DA POLÍTICA EXTERNA MEXICANA

A política externa mexicana é definitivamente marcada pelas relações com os Estados Unidos, destino de mais de 80% das exportações do país e origem de quase metade de suas importações. O superávit com os EUA sustenta o comércio mexicano, compensando quase integralmente o déficit comercial que o país registra com o resto do mundo e contribuindo para o relativo equilíbrio da balança comercial mexicana.

Nos EUA, residem 36 milhões de pessoas de origem mexicana, 24 milhões nascidas nos EUA e 12 milhões nascidas no México. No sentido inverso, estima-se que cerca de 800 mil norte-americanos vivem no México.

Em 08.07, foi realizada a primeira visita de AMLO ao exterior. Na ocasião, reuniu-se com o presidente Trump, em Washington. O presidente mexicano limitou-se a agradecer o apoio estadunidense contra a crise pandêmica, e celebrar a entrada em vigor do novo acordo comercial entre EUA, México e Canadá (T-MEC). O Primeiro Ministro canadense não participou.

IMIGRAÇÃO

O Governo Andrés Manuel López Obrador tem enfatizado o tratamento do tema migratório em foros multilaterais e no diálogo com os EUA e a América Central, bem como no tocante às caravanas de migrantes que transitam em seu território.

Na primeira frente, o Secretário de Relações Exteriores, Marcelo Ebrard, liderou a delegação mexicana à Conferência das Nações Unidas para a Adoção do Pacto Mundial para a Migração Segura, Ordenada e Regular, ocorrida em Marrakech, Marrocos, em 10 e 11 do corrente. Como se recorda, México e Suíça foram co-facilitadores do processo de negociação do Pacto, em curso desde 2015.

POLÍTICA MULTILATERAL

O México é ator tradicional no plano multilateral. Desde sua saída do *Grupo dos 77 e China*, em 1994, o país tem buscado articular-se em alinhamentos diversos, seja com países da OCDE, seja obedecendo a uma visão regional latino-americana. Não obstante, o país continua sendo demandado em temas como direitos humanos e mantém interesses ofensivos em outros temas de relevo para países em desenvolvimento.

O tratamento multilateral para as questões migratórias, por exemplo, é uma prioridade na agenda externa mexicana. O país tem defendido a garantia multilateral de uma migração segura, regular e ordenada, em marco de respeito aos direitos humanos dos migrantes e de corresponsabilidade entre países de origem, de trânsito e de destino. O México se destacou como um dos países propulsores do Pacto Global sobre Migração Segura, Regular e Ordenada.

Em 2014, o México voltou a participar de operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Nesse contexto, anunciou o desdobramento de militares na MINURSO, na UNIFIL e na MINUSTAH, com o objetivo de aumentar o contingente, até 2020.

O México se engajou nas negociações que levaram à Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, considerada no país como "política de Estado". Outro tema global que contou com a participação ativa mexicana foi o Acordo de Paris sobre mudança climática, assinado e ratificado pelo México. Esse engajamento resultou na aprovação de iniciativas internas como a "Lei Geral de Mudança Climática", a "Estratégia Nacional de Mudança Climática e a "Visão 10-20-40 Anos".

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Entre o final da II Guerra Mundial e o início da década de 1980, a economia mexicana manteve-se fechada. O país não aderiu ao GATT e industrializou-se com base no modelo de substituição de importações. A partir dos anos 1970, com o progressivo esgotamento do modelo autárquico, o crescimento foi sustentado por déficits fiscais, alimentando a dívida externa, cujo serviço tornou-se insustentável com o aumento dos juros nos EUA.

Com a crise da dívida, em 1982, o país procurou redefinir seu modelo de inserção internacional, dando início, na presidência de Miguel de la Madrid (1982-1988), a um processo de abertura cujos marcos consistiram nas adesões ao GATT, em 1986; ao NAFTA e à OCDE em 1994; e à OMC, em 1995. O México celebrou, até o momento, doze acordos de livre comércio com 46 países, ademais de nove acordos de complementação econômica ou alcance parcial, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), como é o caso do Acordo de Complementação Econômica 53 (ACE-53), assinado em 2002, com o Brasil.

A estratégia de ampliar sua malha de acordos comerciais não logrou promover, contudo, uma maior diversificação do comércio exterior mexicano, que segue fortemente concentrado nos parceiros da América do Norte, em especial nos Estados Unidos.

A agenda comercial mexicana, elemento central da política exterior do país, tem sido marcada, em anos recentes, em primeiro lugar pelo processo de renegociação do NAFTA (conformada no TMEC), em segundo lugar pelas negociações concluídas ao redor da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês) e da atualização do ALC México-União Europeia. A administração de López Obrador tem se pronunciado no sentido da manutenção dessa rede de acordos, demonstrando, no entanto, pouco interesse em novas negociações.

A abertura econômica permitiu a inserção do país nas cadeias globais de valor e a modernização da indústria. O setor automotivo figura entre os principais beneficiários desse processo, registrando produção de cerca de 4 milhões de unidades (sétimo produtor mundial). Aproximadamente 70% dessa produção é direcionada aos EUA. A Alemanha é o segundo maior importador, seguida por Canadá e China. O Brasil permanece como principal destino dos automóveis mexicanos na América Latina, ao amparo do ACE-55.

O setor de turismo vem ganhando relevância na economia mexicana. O país escalou da 15ª posição entre os maiores receptores de turistas no mundo, em 2012, para a 6ª posição entre os principais países de destino turístico no mundo em 2019, ao quebrar a barreira dos 40 milhões de turistas. Ao todo, dez milhões de mexicanos são empregados no setor, direta ou indiretamente. Os principais emissores de turistas para o México são os EUA (51,2%), Canadá (19,3%), Argentina (3,5%), Brasil (2,3%) e Colômbia (2,2%).

A "despetrolização" da economia constitui uma das transformações mais marcantes do México nas últimas décadas. Em seu auge, na década de 1970, o petróleo chegou a representar 80% das exportações, reduzindo-se a apenas 6% das vendas externas em 2018. A participação da renda petroleira no orçamento público, por sua vez, caiu de 45%, em 2012, para 15% no último ano. Por outro lado, a migração mexicana para os EUA tornou estrutural a elevada participação das remessas internacionais na economia do país (cerca de 3% do PIB). Em 2019, os mexicanos no exterior enviaram US\$ 35 bilhões para familiares no México.

O México é o país da OCDE com o menor índice de tributação com relação ao PIB, de 19,7% (média de 34% da OCDE). No atual contexto de consolidação fiscal e de queda da produção de petróleo, as estatísticas disponíveis projetam continuidade, no biênio 2019-2020, do cenário de baixo crescimento verificado ao longo da última década.

NOVO ACORDO T-MEC

O acordo comercial entre EUA, México e Canadá (T-MEC no acrônimo em espanhol, USMCA em inglês), que substituiu o NAFTA, foi concluído após 14 meses de

negociações e assinado em 30.11.2018. Sua conclusão permitiu a AMLO iniciar o mandato com a pauta da renegociação com os EUA superada.

O novo acordo aborda maior gama de temas, ao incorporar capítulos ausentes no NAFTA, tais como agricultura, facilitação de comércio e aduana, comércio eletrônico, empresas estatais, trabalho, meio ambiente, boas práticas regulatórias, pequenas e médias empresas, e combate à corrupção.

A adoção ágil de legislação trabalhista pelo México para aperfeiçoar a capacidade de negociação dos sindicatos – exigência contida no anexo 23-A do acordo – foi recebida positivamente pelo governo norte-americano como indicador do interesse do México em cumprir os compromissos assumidos no processo negociador do mecanismo.

PLANO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA

O Presidente López Obrador anunciou, em novembro de 2019, plano nacional de infraestrutura com o objetivo de dinamizar a estagnada economia mexicana. O "Acordo Nacional de Investimentos em Infraestrutura do Setor Privado" abrange 147 projetos, no total de US\$ 42,9 bilhões, nas áreas de transportes, telecomunicações, saneamento e turismo a serem executados até 2024.

Em 2019, a queda dos investimentos contribuiu para a estagnação da economia mexicana, que teve crescimento nulo. Dados da balança de pagamentos indicam que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) alcançou US\$ 26 bilhões. Já os investimentos do setor privado mexicano caíram 4%. Nesse contexto, o objetivo do plano de infraestrutura é ampliar a sinergia entre os setores público e privado e criar um mecanismo de "fast track" para projetos de infraestrutura prioritários.

Os principais projetos apresentados são investimentos em telefonia móvel e fixa, hotelaria, fábrica de fertilizantes, a conclusão de trem interurbano entre a Cidade de México e Toluca e a construção de corredor ferroviário conectando o aeroporto de Monterrey ao município de Garcia, todos projetos já existentes.

CRESCIMENTO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS MEXICANAS

Em 2019, as reservas internacionais mexicanas aumentaram US\$ 5,9 bilhões e encerraram o ano em US\$ 180,749 bilhões. É o segundo ano seguido de acúmulo de reservas e o maior valor desde 2014, quando as reversas totalizaram US\$ 193 bilhões. Mantiveram-se o aumento das remessas de mexicanos no exterior e a diminuição do papel da PEMEX como fonte de dólares.

Desde 2014, observa-se crescimento das remessas de migrantes mexicanos, tendência que se acelerou após a eleição do presidente Donald Trump. Em 2019, os mexicanos residentes no exterior enviaram US\$ 32,9 bilhões em divisas para o país. Já a PEMEX, que em 2013 contribuiu com US\$ 17 bilhões para as reservas mexicanas, pelo saldo na conta comercial, respondeu por modestos US\$ 74 milhões. A petroleira vem perdendo importância na composição das reservas mexicanas desde 2015 e chegou a afetar negativamente as reservas mexicanas em 2017 (- US\$ 120 milhões) e 2018 (- US\$ 783 milhões).

PANDEMIA DE COVID-19

Em sua revisão do cenário econômico para 2020, a Secretaria de Fazenda ressaltou aspectos que auxiliariam a economia mexicana a resistir à crise: a existência dos fundos para estabilização dos ingressos orçamentários (FEIP); as reservas internacionais de US\$ 185,5 bilhões e a linha de crédito com o FMI de US\$ 61,4 bilhões; o *hedge* parcial da produção de petróleo; e a baixa relação dívida/PIB de 45%.

A agência de classificação de risco Fitch rebaixou os títulos soberanos do México e da PEMEX para BBB-, a última do grau de investimento. Dessa forma, o México pode perder essa classificação proximamente. Estudo do Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (CONEVAL) estimou que a pobreza deverá aumentar em até 7,9 pontos percentuais, e a pobreza extrema até 8,5 pontos, por causa da pandemia, revertendo o pouco progresso obtido nos últimos dez anos na melhoria da desigualdade. Recomendou melhor utilização de programas sociais.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1810	Primeira tentativa de independência (16 de setembro).
1821	Consolidação da Independência do México. Agustín de Iturbide é proclamado Imperador.
1823	Proclamação da república (Estados Unidos Mexicanos).
1836	Independência do Texas.
1845	Anexação do Texas pelos EUA, durante a “Guerra do México”. A derrota mexicana na “Guerra do México” resultou na perda de mais territórios para os EUA.
1857	Revolução Liberal: Benito Juárez assume o poder.
1857-1861	Guerra Civil.
1863	Os franceses invadem o México: Maximiliano I é coroado Imperador.
1863-1867	Reinado de Maximiliano I (Segundo Império Mexicano).
1867	Derrota do Segundo Império Mexicano. Benito Juárez reassume o poder como Presidente.
1876	Porfirio Díaz assume o poder e governa como ditador.
1876-1910	Período ditatorial, o “Porfiriato”.
1910	Início da Revolução Mexicana (20 de novembro).
1917	Promulgada a Constituição dos Estados Unidos Mexicanos.
1929	Fundação do Partido Revolucionário Institucional (PRI)
1934-1940	Presidência de Lázaro Cárdenas empreende reformas políticas.
1938	Nacionalização do petróleo.
1981-1982	Recessão e queda nos preços do petróleo: crise da economia mexicana. Crise de endividamento do México.
1989	Primeira derrota do PRI em eleições para Governador.
1990	Início do programa de privatizações.
1992	Primeiros protestos pela reforma agrária em Chiapas.
1993	Assinatura do Acordo constitutivo da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

1994	Entrada em vigor do NAFTA (1º de janeiro).
1994	Levante do “Exército Zapatista de Libertação Nacional” (EZLN), em Chiapas.
1997	O PRI perde pela primeira vez a maioria no Congresso.
1998	Criação do Instituto Federal Eleitoral (IFE).
2000	Eleição de Vicente Fox (PAN), que põe fim à hegemonia de mais de 70 anos do PRI.
2005	Felipe Calderón (PAN) é eleito Presidente. Andrés Manuel López Obrador (PRD) recusa-se a aceitar a derrota. O Instituto Federal Eleitoral confirma a eleição de Calderón, que toma posse em 2 de dezembro. Calderón deflagra a “Guerra ao Narcotráfico”
2012	Enrique Peña Nieto é eleito Presidente pelo PRI
2017	Com a eleição de Donald Trump nos EUA, o México se vê obrigado a renegociar o NAFTA
2018	Andrés Manuel López Obrador (Morena) é eleito presidente.
2020	Em 1º de julho, entra em vigor o T-MEC, acordo que substitui o NAFTA.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1834	Missão de Duarte da Ponte Ribeiro como Encarregado de Negócios no México.
1910	Legação do Brasil representa os interesses dos EUA no México.
1922	As representações diplomáticas dos dois países são elevadas ao nível de Embaixada.
1922	José Vasconcelos chefia Missão Especial ao Centenário da Independência do Brasil.
1930- 1938	Missão de Alfonso Reyes como Embaixador no Brasil – expansão das relações culturais.
2002	Visita Oficial do Presidente Vicente Fox ao Brasil.
2003	Visita Oficial do Presidente Lula da Silva ao México.
2006	Visita do Secretário (Ministro) de Relações Exteriores, Luiz Ernesto Derbez, ao Brasil. Felipe Calderón visita o Brasil na condição de Presidente Eleito do México.
2007	I Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília. Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao México. Visita do Presidente Lula da Silva ao México.
2008	Participação da Chanceler Patricia Espinosa na Reunião preparatória da Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC). Encontro entre o Presidente Lula da Silva e o Presidente Felipe Calderón na CALC, em Sauípe.

2009	II Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília.
2010	Encontro de trabalho entre o Presidente Lula da Silva e o Presidente Felipe Calderón na Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe, em Cancún (fevereiro). Visita da Chanceler Patricia Espinosa ao Brasil (agosto).
2011	Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com seu homólogo Felipe Calderón à margem da 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) (setembro).
2012	Encontro do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, com o então candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI), Enrique Peña Nieto, em Davos (janeiro). Visita da Chanceler Patricia Espinosa ao Brasil (fevereiro). Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ao México, para encontro do G20 (fevereiro). Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente eleito do México, Enrique Peña Nieto (setembro). Vice-Presidente Michel Temer participa das cerimônias de posse do Presidente Enrique Peña Nieto na Cidade do México (dezembro)
2013	Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com o Presidente Enrique Peña Nieto à margem da Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Santiago (janeiro). Encontro do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, com o Chanceler mexicano José Antonio Meade em Genebra (fevereiro).
2014	Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com o Presidente Enrique Peña Nieto à margem da Cúpula da CELAC, em Havana (janeiro)
2015	Visita do chanceler Antonio Meade ao Brasil (maio) Visita da Presidente Dilma Rousseff ao México (maio)

2016	Visita do chanceler Mauro Vieira ao México (fevereiro) III Reunião da Comissão Binacional, na Cidade do México (fevereiro) Visita do chanceler José Serra ao México (julho)
2017	Encontro dos chanceleres Serra e Videgaray à margens da reunião do G-20 em Bonn (fevereiro) Encontro dos chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Videgaray Caso às margens da Reunião de Chanceleres do Mercosul e da Aliança do Pacífico, em Buenos Aires (abril) Visita oficial do chanceler Videgaray a Brasília (novembro).
2018	IV Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília (outubro)

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Status da Tramitação
Convenção de Arbitramento.	11/04/1909	Em vigor
Acordo Administrativo para a Permuta de Certas Publicações Oficiais.	10/04/1918	Em vigor
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência em Malas Especiais.	13/10/1918	Em vigor
Convênio para Revisão de Textos de Ensino de História e Geografia.	28/12/1933	Em vigor
Tratado de Extradicação	28/12/1933	Em vigor
Protocolo Adicional ao Tratado de Extradicação.	18/09/1935	Em vigor
Convênio para o Exercício Conjunto de Funções Diplomáticas e Consulares no Distrito Federal de Ambos os Países.	25/11/1950	Em vigor
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais por via Aérea.	21/05/1951	Em vigor
Acordo que Estabelece um Grupo de Cooperação Industrial.	09/04/1962	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos.	17/10/1966	Em vigor
Acordo pelo qual se cria a Comissão Mista Brasil-México.	22/08/1969	Em vigor
Acordo de Isenção de Legalização Consular.	26/11/1970	Em vigor
Acordo para Estabelecer um Programa de Intercâmbio de Jovens Técnicos.	24/07/1974	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	24/07/1974	Em vigor
Convênio de Cooperação Turística.	24/07/1974	Em vigor
Acordo Relativo à Criação dos Comitês Permanentes da Comissão Mista	24/07/1974	Em vigor
Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Brasil-México, entre o CONACYT e o CNPq	17/03/1976	Em vigor
Convênio de Amizade e Cooperação	17/01/1978	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Industrial.	17/01/1978	Em vigor
Acordo sobre Sanidade Animal.	17/01/1978	Em vigor
Convênio de Cooperação Cultural e Educacional.	29/07/1980	Em vigor

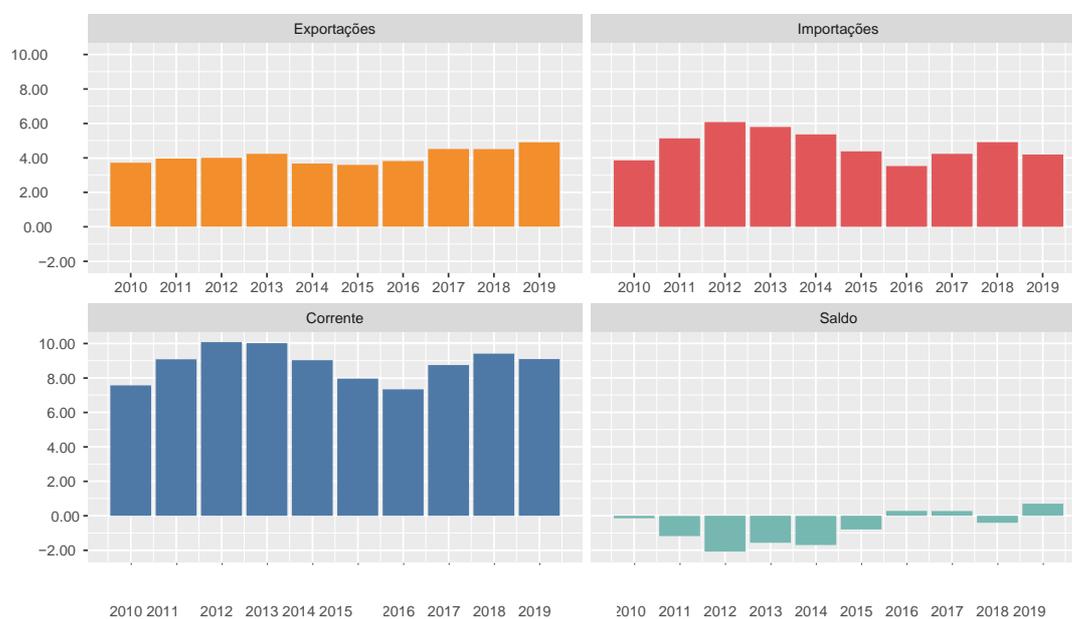
Acordo para o Intercâmbio de Correspondência Agrupada entre as Administrações Postais do Brasil e do México.	29/07/1980	Em vigor
Convênio Geral de Cooperação entre a SIDERBRÁS e a SIDERMEX.	26/04/1983	Em vigor
Convênio de Cooperação em Matéria de Promoção de Co-Investimentos.	10/10/1990	Em vigor
Acordo-Quadro de Cooperação Fazendária-Financeira.	10/10/1990	Em vigor
Acordo de Cooperação na Área de Meio Ambiente.	10/10/1990	Em vigor
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	05/08/1992	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos.	26/05/1995	Em vigor
Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência.	18/11/1996	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	23/11/2000	Em vigor
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.	24/07/2002	Em vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda.	25/09/2003	Em vigor
Acordo o Estabelecimento da Comissão Binacional	28/03/2007	Em vigor
Tratado de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal	06/08/2007	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a concessão de autorização de trabalho para dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares acreditados no outro País.	23/07/2009	Em vigor
Acordo de Cooperação entre as Academias Diplomáticas	27/4/1999	Em vigor
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos	26/05/2015	Em Promulgação
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos	26/05/2015	Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, respectivamente	25/07/2016	Tramitação Ministérios/Casa Civil

DADOS COMERCIAIS

1 Dados Anuais^{1 2}

1.1 Dados Anuais por País

1.1.1 Corrente de Comércio

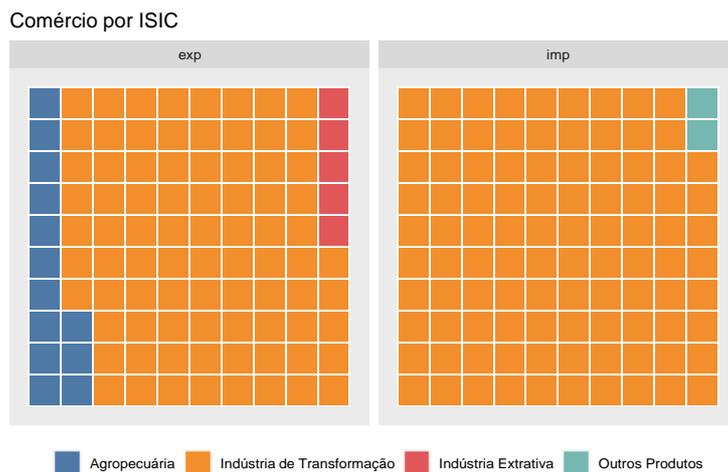


	2019	2018	2017	2016
Exportações	4.90 (8.74%)	4.50 (-0.20%)	4.51 (18.39%)	3.81 (6.33%)
Importações	4.20 (-14.52%)	4.91 (15.85%)	4.24 (20.11%)	3.53 (-19.38%)
Saldo	701.80M (-273.36%)	-404.82M (-246.74%)	275.88M (-3.00%)	284.42M (-135.96%)
Corrente	9.09 (-3.39%)	9.41 (7.57%)	8.75 (19.21%)	7.34 (-7.80%)

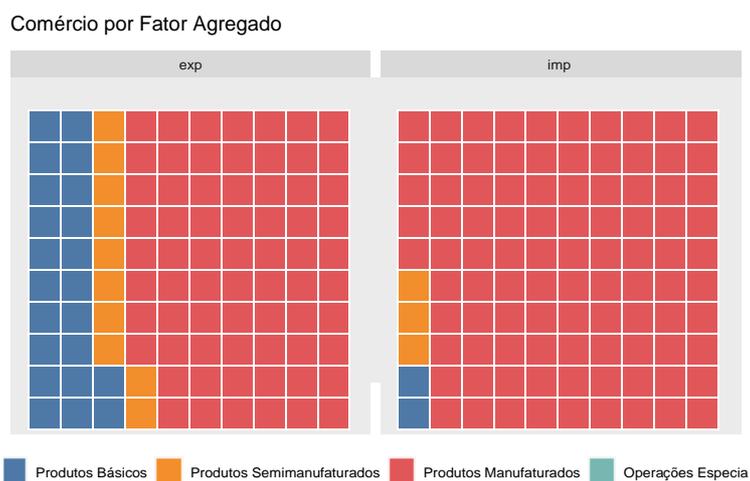
¹Exceto disposição em contrário, todos os dados estão em USD Bilhões

²Dados do Ministério da Economia

1.1.2 Composição do Comércio em 2019 - ISIC e Fator Agregado (em %)

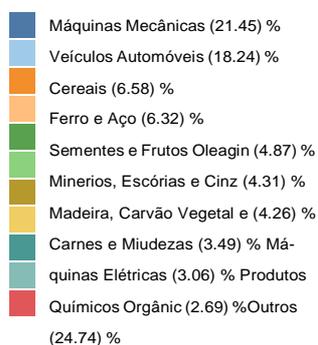
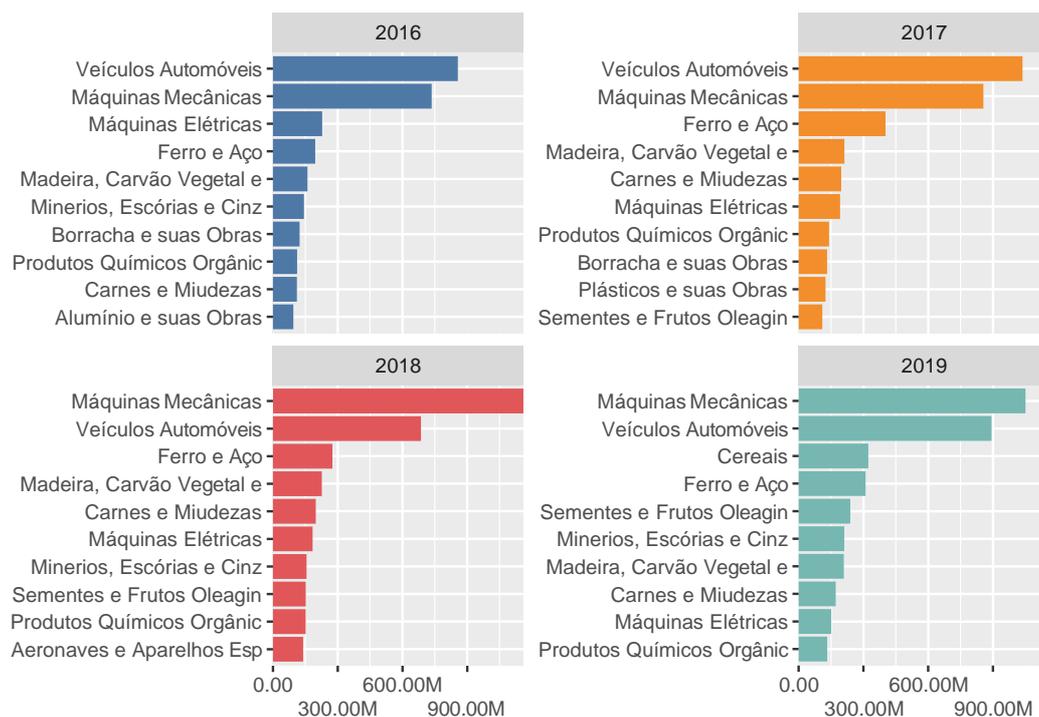


Sentido	Agropecuária	Indústria de Transformação	Indústria Extrativa	Outros Produtos
Exportações	19.1	57.95	22.44	0.5
Importações	2.43	90.97	6.27	0.33



Sentido	Produtos Básicos	Produtos Semimanufaturados	Produtos Manufaturados
Exportações	21.76	9.95	68.29
Importações	2.37	3.03	94.6

1.1.3 Dez principais exportações brasileiras, por ano



Exportações do Brasil em 2019



1.1.4 Tabela - Dez principais exportações brasileiras , por ano

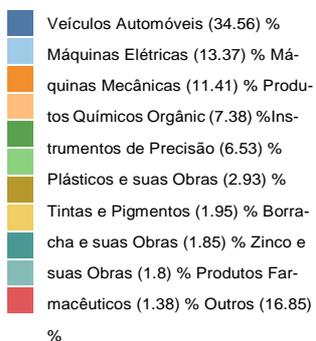
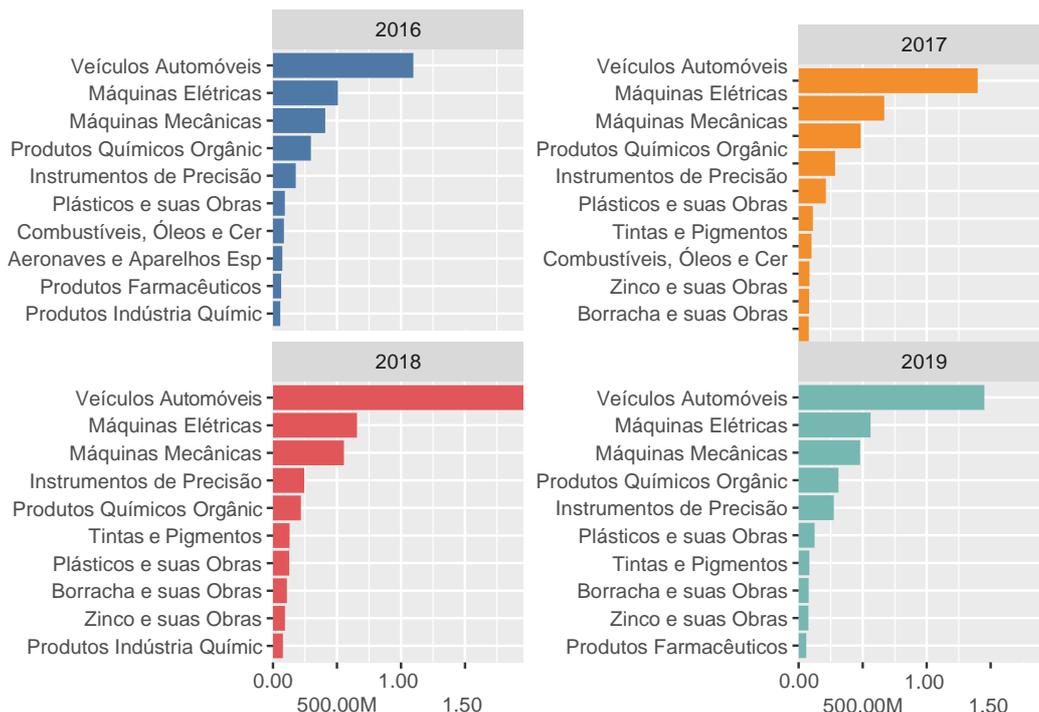
Posição	Produto	2019	Variação
1	Máquinas Mecânicas	1.05	-9.47%
2	Veículos Automóveis	893.41M	30.28%
3	Cereais	322.17M	1.28K%
4	Ferro e Aço	309.37M	12.48%
5	Sementes e Frutos Oleaginosos	238.76M	57.18%
6	Minerios, Escórias e Cinzas	210.98M	35.61%
7	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	208.85M	-7.56%
8	Carnes e Miudezas	171.06M	-13.66%
9	Máquinas Elétricas	149.89M	-18.24%
10	Produtos Químicos Orgânicos	131.84M	-12.76%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Máquinas Mecânicas	1.16	35.65%
2	Veículos Automóveis	685.74M	-33.83%
3	Ferro e Aço	275.04M	-31.49%
4	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	225.92M	6.80%
5	Carnes e Miudezas	198.13M	0.80%
6	Máquinas Elétricas	183.34M	-4.05%
7	Minerios, Escórias e Cinzas	155.57M	132.49%
8	Sementes e Frutos Oleaginosos	151.91M	39.29%
9	Produtos Químicos Orgânicos	151.12M	7.71%
10	Aeronaves e Aparelhos Espaciais	139.75M	188.20%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Veículos Automóveis	1.04	20.99%
2	Máquinas Mecânicas	855.41M	16.33%
3	Ferro e Aço	401.43M	105.13%
4	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	211.53M	32.61%
5	Carnes e Miudezas	196.56M	77.39%
6	Máquinas Elétricas	191.07M	-16.18%
7	Produtos Químicos Orgânicos	140.30M	25.51%
8	Borracha e suas Obras	130.96M	5.98%
9	Plásticos e suas Obras	123.52M	54.71%
10	Sementes e Frutos Oleaginosos	109.06M	93.40%

Posição	Produto	2016	Variação
1	Veículos Automóveis	856.57M	NA%
2	Máquinas Mecânicas	735.30M	NA%
3	Máquinas Elétricas	227.95M	NA%
4	Ferro e Aço	195.70M	NA%
5	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	159.51M	NA%
6	Minerios, Escórias e Cinzas	143.41M	NA%
7	Borracha e suas Obras	123.56M	NA%
8	Produtos Químicos Orgânicos	111.79M	NA%
9	Carnes e Miudezas	110.81M	NA%
10	Alumínio e suas Obras	94.46M	NA%

1.1.5 Dez principais importações brasileiras, por ano



Importações do Brasil em 2019



1.1.6 Tabela - Dez principais importações brasileiras , por ano

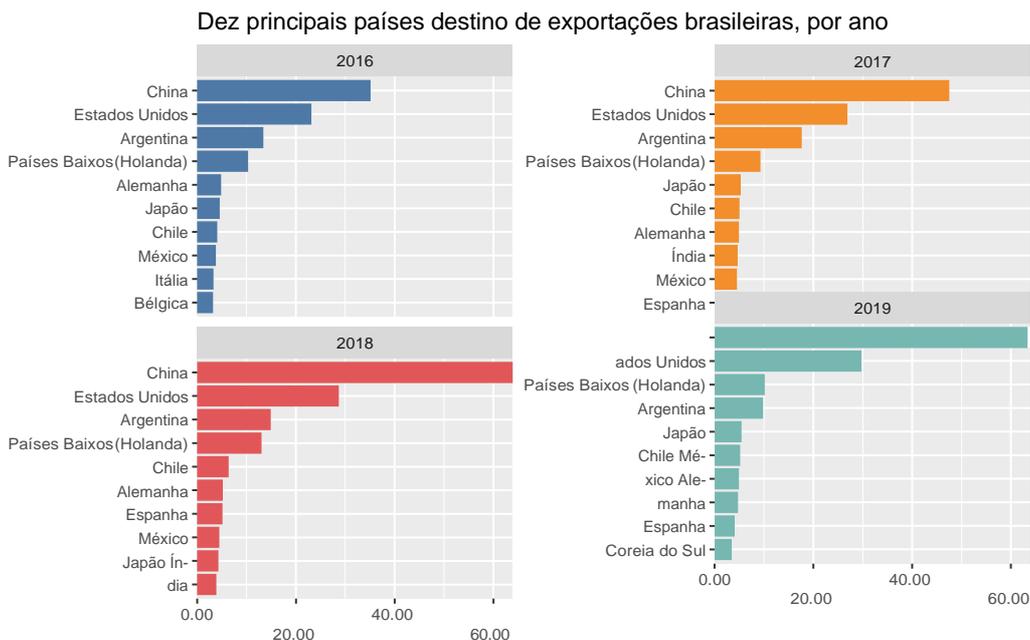
Posição	Produto	2019	Variação
1	Veículos Automóveis	1.45	-25.88%
2	Máquinas Elétricas	561.08M	-14.49%
3	Máquinas Mecânicas	478.83M	-13.51%
4	Produtos Químicos Orgânicos	309.74M	42.03%
5	Instrumentos de Precisão	273.85M	12.17%
6	Plásticos e suas Obras	122.84M	-3.26%
7	Tintas e Pigmentos	81.91M	-36.78%
8	Borracha e suas Obras	77.44M	-28.32%
9	Zinco e suas Obras	75.49M	-18.92%
10	Produtos Farmacêuticos	58.08M	-11.63%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Veículos Automóveis	1.96	40.03%
2	Máquinas Elétricas	656.19M	-1.66%
3	Máquinas Mecânicas	553.60M	14.53%
4	Instrumentos de Precisão	244.13M	15.75%
5	Produtos Químicos Orgânicos	218.08M	-22.97%
6	Tintas e Pigmentos	129.56M	30.87%
7	Plásticos e suas Obras	126.97M	15.62%
8	Borracha e suas Obras	108.05M	39.07%
9	Zinco e suas Obras	93.10M	15.86%
10	Produtos Indústria Química	76.75M	53.46%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Veículos Automóveis	1.40	27.42%
2	Máquinas Elétricas	667.27M	31.59%
3	Máquinas Mecânicas	483.38M	18.35%
4	Produtos Químicos Orgânicos	283.12M	-4.40%
5	Instrumentos de Precisão	210.91M	18.97%
6	Plásticos e suas Obras	109.82M	19.00%
7	Tintas e Pigmentos	99.00M	79.98%
8	Combustíveis, Óleos e Ceras minerais	83.51M	-1.72%
9	Zinco e suas Obras	80.35M	53.84%
10	Borracha e suas Obras	77.69M	66.35%

Posição	Produto	2016	Variação
1	Veículos Automóveis	1.10	NA%
2	Máquinas Elétricas	507.08M	NA%
3	Máquinas Mecânicas	408.44M	NA%
4	Produtos Químicos Orgânicos	296.15M	NA%
5	Instrumentos de Precisão	177.28M	NA%
6	Plásticos e suas Obras	92.29M	NA%
7	Combustíveis, Óleos e Ceras minerais	84.97M	NA%
8	Aeronaves e Aparelhos Espaciais	72.95M	NA%
9	Produtos Farmacêuticos	63.59M	NA%
10	Produtos Indústria Química	56.33M	NA%

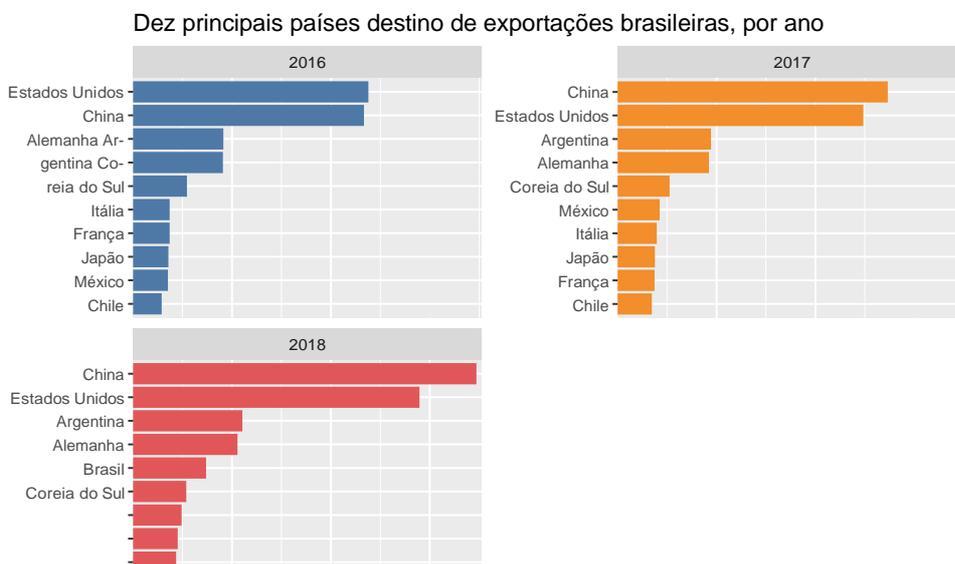
1.1.7 Dez principais países parceiros comerciais do Brasil, por ano

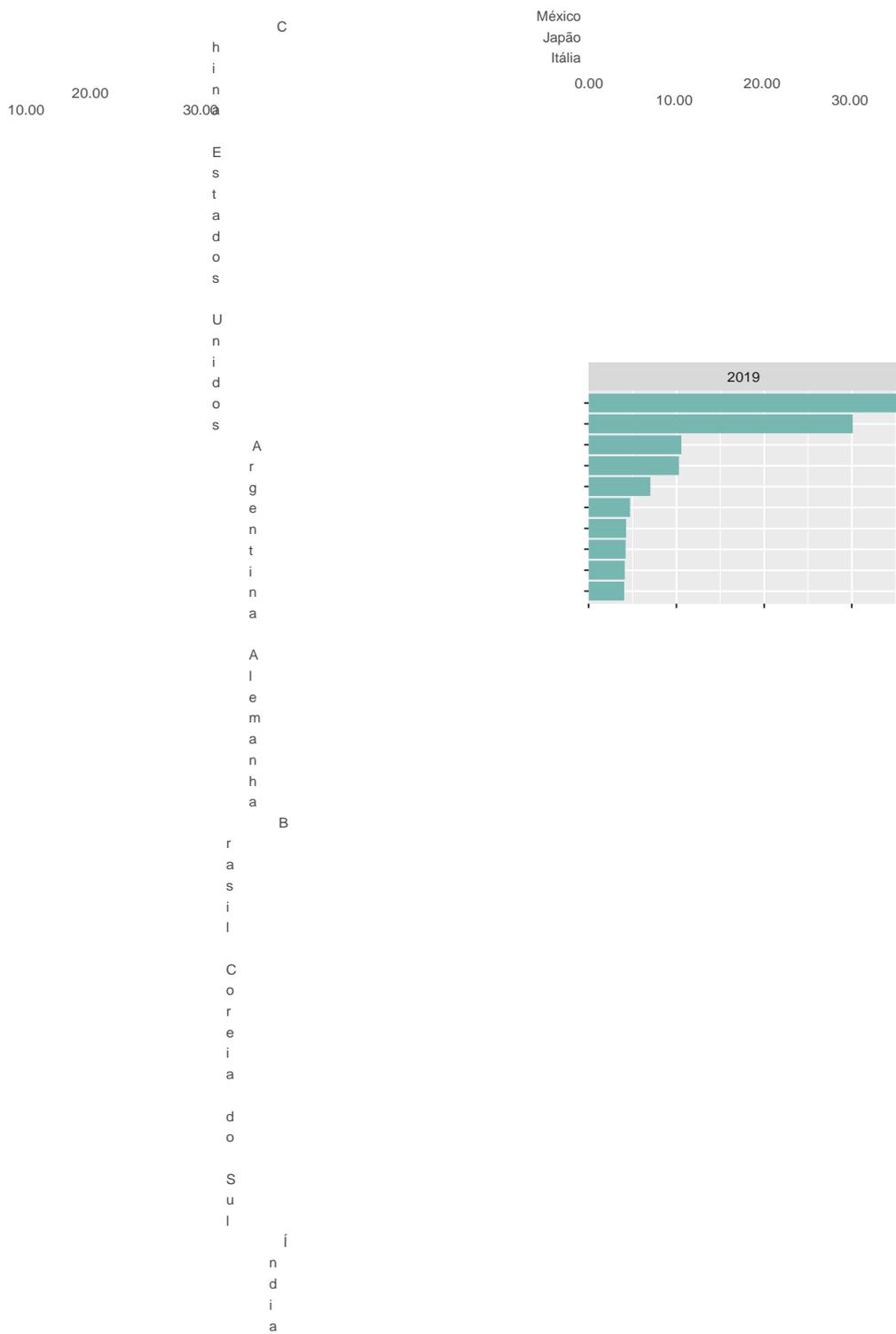


C

h
i
n
a

E
s
t





1.1.8 Tabela - Dez principais países destino de exportações brasileiras, por ano

Posição	País	2019	Variação
1	China	63.36	-0.89%
2	Estados Unidos	29.72	3.55%
3	Países Baixos (Holanda)	10.13	-22.46%
4	Argentina	9.79	-34.34%
5	Japão	5.43	25.69%
6	Chile	5.16	-19.24%
7	México	4.90	8.74%
8	Alemanha	4.73	-9.12%
9	Espanha	4.04	-21.27%
10	Coreia do Sul	3.45	0.31%

Posição	País	2018	Variação
1	China	63.93	34.62%
2	Estados Unidos	28.70	6.79%
3	Argentina	14.91	-15.36%
4	Países Baixos (Holanda)	13.06	41.15%
5	Chile	6.39	27.06%
6	Alemanha	5.21	6.01%
7	Espanha	5.13	34.63%
8	México	4.50	-0.21%
9	Japão	4.32	-17.90%
10	Índia	3.91	-16.07%

Posição	País	2017	Variação
1	China	47.49	35.17%
2	Estados Unidos	26.87	16.05%
3	Argentina	17.62	31.31%
4	Países Baixos (Holanda)	9.25	-10.37%
5	Japão	5.26	14.32%
6	Chile	5.03	23.30%
7	Alemanha	4.91	1.03%
8	Índia	4.66	47.32%
9	México	4.51	18.39%
10	Espanha	3.81	46.45%

Posição	País	2016	Variação
1	China	35.13	NA%
2	Estados Unidos	23.16	NA%
3	Argentina	13.42	NA%
4	Países Baixos (Holanda)	10.32	NA%
5	Alemanha	4.86	NA%
6	Japão	4.60	NA%
7	Chile	4.08	NA%
8	México	3.81	NA%
9	Itália	3.32	NA%
10	Bélgica	3.23	NA%

1.1.9 Tabela - Dez principais países origem de importações brasileiras, por ano

Posição	País	2019	Variação
1	China	35.27	1.56%
2	Estados Unidos	30.09	3.87%
3	Argentina	10.55	-4.51%
4	Alemanha	10.28	-2.62%
5	Brasil	7.02	-4.95%
6	Coreia do Sul	4.71	-12.55%
7	Índia	4.26	16.24%
8	México	4.20	-14.52%
9	Japão	4.09	-6.00%
10	Itália	4.04	-10.46%

Posição	País	2018	Variação
1	China	34.73	27.12%
2	Estados Unidos	28.97	16.59%
3	Argentina	11.05	17.13%
4	Alemanha	10.56	14.42%
5	Brasil	7.38	5.41K%
6	Coreia do Sul	5.38	2.69%
7	México	4.91	15.84%
8	Itália	4.51	14.02%
9	Japão	4.36	15.76%
10	França	3.94	5.88%

Posição	País	2017	Variação
1	China	27.32	16.97%
2	Estados Unidos	24.85	4.37%
3	Argentina	9.44	3.86%
4	Alemanha	9.23	1.05%
5	Coreia do Sul	5.24	-3.87%
6	México	4.24	20.12%
7	Itália	3.96	6.91%
8	Japão	3.76	5.48%
9	França	3.72	0.79%
10	Chile	3.45	19.27%

Posição	País	2016	Variação
1	Estados Unidos	23.81	NA%
2	China	23.36	NA%
3	Alemanha	9.13	NA%
4	Argentina	9.08	NA%
5	Coreia do Sul	5.45	NA%
6	Itália	3.70	NA%
7	França	3.69	NA%
8	Japão	3.57	NA%
9	México	3.53	NA%
10	Chile	2.89	NA%

2 Dados entre Janeiro e Julho

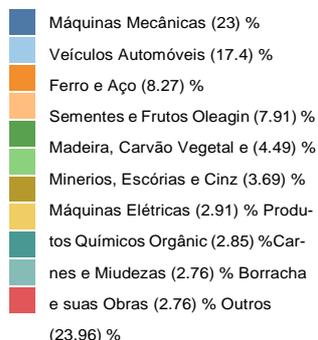
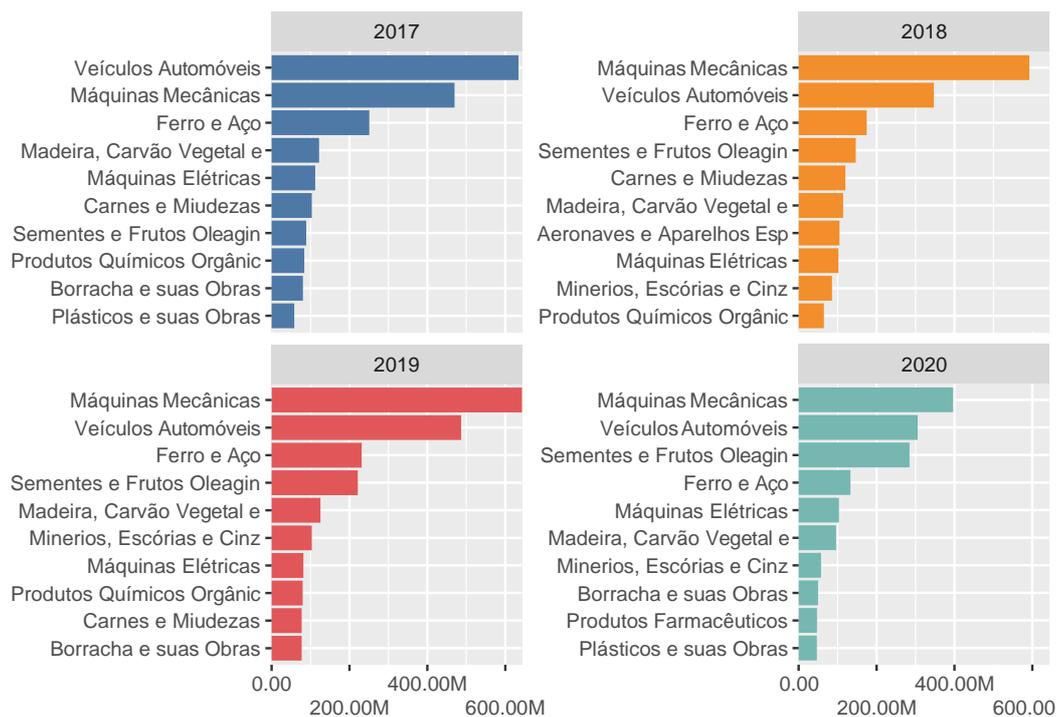
2.1 Dados entre Janeiro e Julho por País

2.1.1 Corrente de Comércio entre Janeiro e Julho



	2020	2019	2018	2017
Exportações	1.71 (-25.65%)	2.30 (5.16%)	2.19 (-0.05%)	2.19 (18.87%)
Importações	1.54 (-25.33%)	2.06 (-15.95%)	2.45 (29.95%)	1.88 (19.70%)
Saldo	175.66M (-28.34%)	245.12M (-194.82%)	-258.50M (-184.15%)	307.20M (14.02%)
Corrente	3.25 (-25.50%)	4.36 (-5.98%)	4.64 (13.82%)	4.08 (19.25%)

2.1.2 Dez principais exportações brasileiras, entre Janeiro e Julho



Exportações do Brasil em 2019



2.1.3 Tabela - Dez principais exportações brasileiras, entre Janeiro e Julho

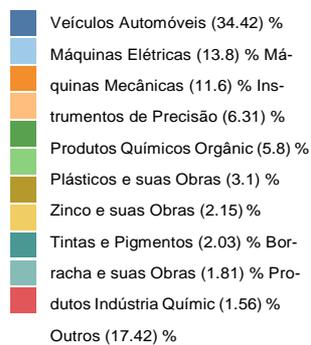
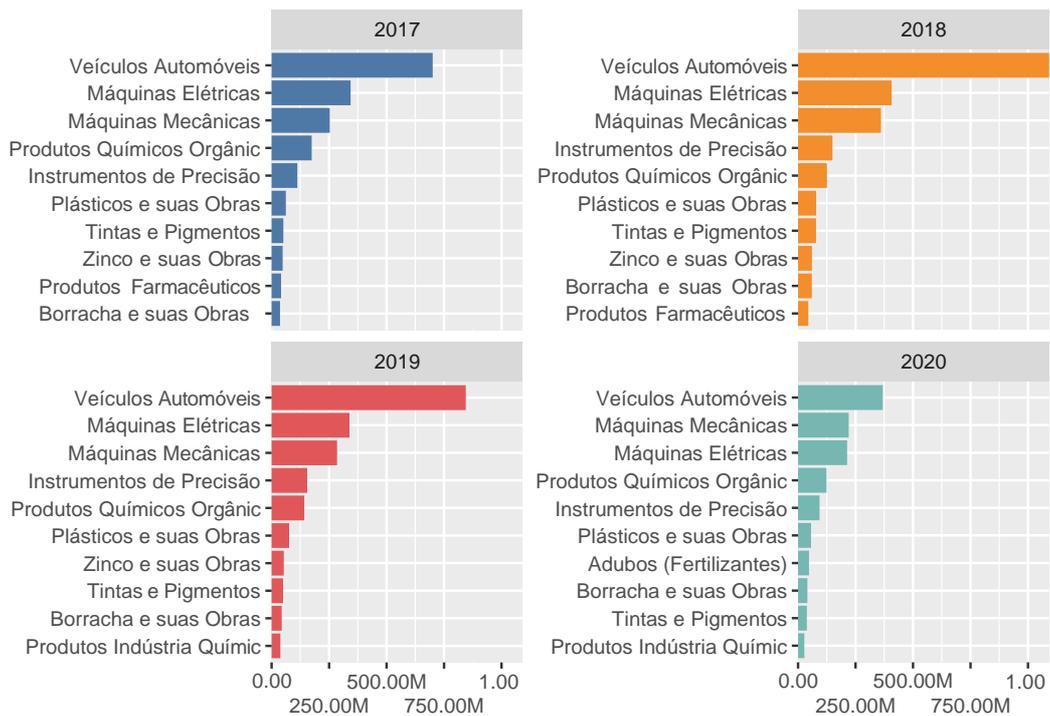
Posição	Produto	2020	Variação
1	Máquinas Mecânicas	326.24M	-40.67%
2	Sementes e Frutos Oleaginosos	267.17M	59.55%
3	Veículos Automóveis	229.43M	-44.07%
4	Ferro e Aço	121.82M	-38.92%
5	Máquinas Elétricas	88.72M	30.35%
6	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	82.64M	-22.66%
7	Minerios, Escórias e Cinzas	45.17M	-50.69%
8	Borracha e suas Obras	43.83M	-34.78%
9	Produtos Químicos Orgânicos	40.95M	-35.47%
10	Produtos Farmacêuticos	39.07M	-15.66%

Posição	Produto	2019	Variação
1	Máquinas Mecânicas	549.85M	7.18%
2	Veículos Automóveis	410.17M	40.48%
3	Ferro e Aço	199.43M	17.17%
4	Sementes e Frutos Oleaginosos	167.45M	41.54%
5	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	106.85M	10.06%
6	Minerios, Escórias e Cinzas	91.61M	15.86%
7	Máquinas Elétricas	68.06M	-25.41%
8	Borracha e suas Obras	67.21M	27.12%
9	Produtos Químicos Orgânicos	63.46M	2.86%
10	Plásticos e suas Obras	59.51M	26.70%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Máquinas Mecânicas	513.04M	26.30%
2	Veículos Automóveis	291.98M	-46.18%
3	Ferro e Aço	170.21M	-12.07%
4	Sementes e Frutos Oleaginosos	118.31M	58.09%
5	Aeronaves e Aparelhos Espaciais	104.57M	427.96%
6	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	97.08M	-3.90%
7	Máquinas Elétricas	91.25M	-5.07%
8	Carnes e Miudezas	90.12M	23.20%
9	Minerios, Escórias e Cinzas	79.06M	78.55%
10	Produtos Químicos Orgânicos	61.70M	-12.72%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Veículos Automóveis	542.55M	29.79%
2	Máquinas Mecânicas	406.22M	13.70%
3	Ferro e Aço	193.57M	130.56%
4	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	101.03M	47.12%
5	Máquinas Elétricas	96.12M	-8.81%
6	Sementes e Frutos Oleaginosos	74.84M	77.76%
7	Carnes e Miudezas	73.15M	27.39%
8	Produtos Químicos Orgânicos	70.69M	42.39%
9	Borracha e suas Obras	68.72M	20.55%
10	Plásticos e suas Obras	50.58M	20.41%

2.1.4 Dez principais importações brasileiras, entre Janeiro e Julho



Importações do Brasil em 2019



2.1.5 Tabela - Dez principais importações brasileiras, entre Janeiro e Julho

Posição	Produto	2020	Varição
1	Veículos Automóveis	368.27M	-48.20%
2	Máquinas Mecânicas	220.04M	-5.86%
3	Máquinas Elétricas	213.11M	-26.74%
4	Produtos Químicos Orgânicos	123.51M	7.67%
5	Instrumentos de Precisão	93.42M	-28.17%
6	Plásticos e suas Obras	56.20M	-9.95%
7	Adbos (Fertilizantes)	47.25M	31.80%
8	Borracha e suas Obras	40.55M	15.74%
9	Tintas e Pigmentos	37.86M	-7.54%
10	Produtos Indústria Química	27.07M	-19.52%

Posição	Produto	2019	Varição
1	Veículos Automóveis	710.88M	-23.89%
2	Máquinas Elétricas	290.90M	-16.31%
3	Máquinas Mecânicas	233.74M	-25.29%
4	Instrumentos de Precisão	130.06M	1.29%
5	Produtos Químicos Orgânicos	114.72M	4.72%
6	Plásticos e suas Obras	62.41M	-5.14%
7	Zinco e suas Obras	44.65M	-9.34%
8	Tintas e Pigmentos	40.95M	-38.71%
9	Adbos (Fertilizantes)	35.85M	904.58%
10	Borracha e suas Obras	35.04M	-28.72%

Posição	Produto	2018	Varição
1	Veículos Automóveis	934.02M	54.12%
2	Máquinas Elétricas	347.59M	21.60%
3	Máquinas Mecânicas	312.87M	48.15%
4	Instrumentos de Precisão	128.40M	37.37%
5	Produtos Químicos Orgânicos	109.54M	-27.34%
6	Tintas e Pigmentos	66.82M	52.35%
7	Plásticos e suas Obras	65.79M	22.33%
8	Zinco e suas Obras	49.25M	22.88%
9	Borracha e suas Obras	49.16M	69.11%
10	Produtos Farmacêuticos	39.14M	4.05%

Posição	Produto	2017	Varição
1	Veículos Automóveis	606.02M	46.37%
2	Máquinas Elétricas	285.84M	17.76%
3	Máquinas Mecânicas	211.18M	15.97%
4	Produtos Químicos Orgânicos	150.76M	21.68%
5	Instrumentos de Precisão	93.47M	18.88%
6	Plásticos e suas Obras	53.78M	15.13%
7	Tintas e Pigmentos	43.86M	106.77%
8	Zinco e suas Obras	40.08M	79.78%
9	Produtos Farmacêuticos	37.62M	17.83%
10	Combustíveis, Óleos e Ceras minerais	31.98M	-55.03%

EMBAIXADA DO BRASIL NO MÉXICO**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR MAURICIO CARVALHO LYRIO**

Encaminho, a seguir, versão simplificada de meu relatório de gestão como Chefe do Posto, para encaminhamento ao Senado Federal.

A Embaixada no México

2. Tenho a honra de servir como Embaixador Plenipotenciário na Embaixada do Brasil no México desde 10 de fevereiro de 2018. Trata-se de missão diplomática na qual trabalham 17 funcionários do Serviço Exterior Brasileiro, fora os contratados locais. A Embaixada conta com quatro adidâncias: de Defesa, da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Relações Brasil México (2018-2020): aspectos gerais e realizações

3. A importância da relação entre o Brasil e o México, as duas maiores economias e populações da América Latina, é evidente para ambos os países. Isso se expressa hoje sobretudo na vertente econômico-comercial, com o altíssimo volume de investimentos recíprocos (cerca de US\$ 30 bilhões de estoque de investimentos de parte a parte) e pela considerável corrente de comércio (entre US\$ 9 e 10 bilhões ao ano, com recorde histórico de exportações brasileiras alcançado no ano passado, 2019, no total de US\$ 4,8 bilhões). Também se manifesta num capital de simpatia entre as duas populações e num alto grau de admiração cultural recíproca.

4. Em 190 anos de relacionamento diplomático bilateral, e apesar das cordiais relações entre autoridades dos dois países, é um pouco menos intensa a integração no campo político e de políticas públicas, o que se explica em boa medida pela distância geográfica (um voo São Paulo-Cidade do México tem quase a mesma duração dos voos de São Paulo para algumas capitais europeias) e pela diferença de eixos centrais de política externa de cada país (o entorno sul-americano para o Brasil, o entorno norte- e centro-americano para o México). O México não só está no Hemisfério Norte,

mas também voltado em boa medida para o Norte (onde se encontra seu principal parceiro econômico e político), ao passo que o Brasil é o maior país e a maior economia do Hemisfério Sul.

5. A circunstância geográfica não impede, no entanto, a aproximação política. Esta tende a ser tanto mais fluida quanto maior a convergência entre os dois governos e o grau de continuidade da administração pública nos dois países. Desde minha chegada ao México, o relacionamento bilateral manteve-se intenso, apesar de o período ter sido marcado pelo quadro de eleições presidenciais e legislativas nos dois países em 2018, pela reorganização das burocracias federais dos novos governos (ambos de origem opositora) ao longo de 2019 e pela ocorrência da pandemia de Covid-19 em 2020.

6. Dentro deste contexto político, foi possível avançar, de 2018 a 2020, em uma série de temas de interesse e convergência entre os dois países.

7. No campo econômico, além de alcançarmos recorde histórico nas exportações brasileiras para o México em 2019, logramos abrir o mercado mexicano para o arroz brasileiro e obter, em 2019, quota de 55 mil toneladas de importação de carne de aves livres da tarifa mexicana de 75%, beneficiando as vendas do Brasil; estabelecemos o livre-comércio bilateral no setor automotivo em março de 2019, no marco do Acordo de Complementação Econômica n.55 (ACE-55); concluímos a negociação do protocolo para o livre-comércio também de veículos pesados; e avançamos na discussão em favor de uma ampliação ambiciosa do Acordo de Complementação Econômica n.53 (ACE-53), que foi firmado em 2002 e abrange apenas 12% do universo tarifário.

8. Ainda no campo econômico, criamos o Conselho Empresarial Brasil-México, sob a coordenação da CNI do Brasil e do COMCE do México, a fim de ampliar o diálogo entre empresários brasileiros e mexicanos e entre estes e os dois governos; e logramos ratificar e implementar tanto o Acordo de Complementação e Facilitação de Investimentos (ACFI) Brasil-México, como o acordo de reconhecimento recíproco e de promoção da cachaça e da tequila. Assinei, pelo Brasil, o Acordo Brasil-México de Cooperação e Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Aduaneiros, ora em tramitação nos parlamentos dos dois países.

9. No campo cultural, inauguramos, em 2020, a nova sede do Centro Cultural Brasil-México, em endereço mais atraente na

capital e com mais professores para os cursos de português; realizamos, em 2020, tanto o Carnaval brasileiro de rua como a primeira Semana Cultural Brasileira no México, esta em celebração à Independência do Brasil; apoiamos exposições inéditas de artistas brasileiros nos principais museus mexicanos, como Adriana Varejão (no Museu Tamayo) em 2019, Lina Bo Bardi (no Museu Júmex) em 2020, o franco-brasileiro Pierre Verger (no Museu Nacional de Antropologia) em 2018, e a mostra fotográfica sobre os 50 anos da Copa de 1970 (na avenida Paseo de la Reforma) em setembro deste ano.

10. Realizamos, na histórica Cineteca mexicana, festivais anuais de cinema brasileiro contemporâneo e, em 2019, mostra específica sobre a obra de Nelson Pereira dos Santos; apoiamos a publicação, pela principal editora mexicana (Fondo de Cultura Económica), de autores clássicos ou contemporâneos brasileiros, como Machado de Assis, Monteiro Lobato, Lygia Fagundes Telles e Carola Saavedra; cooperamos com as autoridades mexicanas para promover extensa homenagem a Monteiro Lobato na Feira Internacional do Livro Infanto-Juvenil (FILIJ), na capital, em 2019, bem como a vinda de diversos escritores brasileiros para participar da principal feira de literatura latino-americana, a Feira Internacional de Literatura de Guadalajara (FILG); prestamos apoio também à vinda de músicos brasileiros para festivais mexicanos, como o célebre Festival Cervantino, onde contamos com a participação de nossa música instrumental, com Yamandú Costa, em 2018, ou popular, como o carimbó paraense de Dona Odete e sua banda, em 2019.

11. No campo político, logramos manter o diálogo construtivo entre as autoridades brasileiras e mexicanas em quadro de divergências importantes sobre temas regionais, como a situação na Venezuela e na Bolívia. As diferenças entre os dois governos não impediram a preservação de uma interlocução respeitosa e publicamente sempre amistosa entre as capitais. Foi frequente a troca de apoios em favor de candidaturas internacionais dos dois países, cujo exemplo maior foi o compromisso de apoio recíproco às candidaturas do México (2021-2022) e do Brasil (2022-2023) ao Conselho de Segurança da ONU. O significativo calendário de visitas de autoridades, relacionadas mais adiante, atesta a franqueza e a transparência do diálogo entre os dois países.

12. No campo da cooperação técnica, apesar da longa experiência dos dois países na área de programas sociais desde os anos 1990, logramos estabelecer, somente em 2018, os primeiros projetos entre os ministérios brasileiro e

mexicano de desenvolvimento social, com intercâmbio de experiências na unificação dos sistemas de informações de programas sociais e em políticas públicas para atenção à primeira infância. Também assinamos e iniciamos projeto de cooperação técnica entre os dois ministérios da Saúde para o combate à obesidade, projeto entre a ANVISA e sua contraparte mexicana, COFEMER, na área de regulação em matéria de vigilância sanitária, e projeto entre os ministérios do Meio Ambiente sobre conservação da diversidade biológica com ênfase em espécies ameaçadas. Teve continuidade projeto de cooperação, firmado em ciclo anterior, entre nossa Agência Nacional de Águas (ANA) e a Comissão Nacional de Água do México, sobre o gerenciamento de recursos hídricos.

13. Na área de ciência e tecnologia, foi assinado o Acordo de Cooperação entre o CNPq e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México (CONACYT), em outubro de 2018. O Acordo estabelece marco normativo para a colaboração entre cientistas e tecnólogos dos dois países e para a formulação de projetos conjuntos nas áreas de indústria aeroespacial, biotecnologia agrícola, hidrocarbonetos e energia renovável.

14. No campo militar, com o apoio da Adidância de Defesa, foram realizadas visitas e reuniões entre as forças armadas dos dois países, como a I Reunião Bilateral de Intercâmbio Militar entre o Exército Brasileiro e o Exército Mexicano; a I Reunião de Coordenação Militar, ainda em 2018; a II Reunião de Coordenação Militar, em 2020; e o intercâmbio militar na área de economia e finanças entre o Exército Brasileiro e a "Secretaría de la Defensa Nacional" (SEDENA). Concluiu-se a negociação do Memorando de Entendimento sobre o Intercâmbio e Cooperação em Matéria de Inteligência e Segurança entre o Ministério da Defesa e a SEDENA, e iniciou-se a negociação sobre a possibilidade de o Brasil apoiar a capacitação da Secretaria de Marinha do México para sua futura participação na Força Interna das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

15. Para além de todas essas realizações, creio que o papel da embaixada foi igualmente decisivo na difícil tarefa de, junto com o consulado-geral no México e com o apoio do governo mexicano, informar e prestar apoio a milhares de brasileiros em meio à pandemia de Covid-19, que se abateu duramente sobre o México. Com o esforço de uma equipe eficiente e incansável na embaixada e no consulado-geral, logramos ajudar a repatriar 1.548 brasileiros que quiseram retornar a nosso País, inclusive por meio do fretamento, pela embaixada, de três voos a partir da Cidade do México com destino a São Paulo.

16. Em minha frequente interlocução com senadores e deputados federais mexicanos, tive a honra de participar da cerimônia de inauguração da seção mexicana do Grupo de Amizade Parlamentar México-Brasil na Câmara de Deputados do México, constituída em 11 de dezembro de 2019. Devo dizer que meu contato com as autoridades do Poder Legislativo e do Poder Executivo no México sempre foi muito frequente e fluido. Durante o governo tanto do Presidente Peña Nieto como do Presidente López Obrador, fui recebido por quase todos os Ministros de Estado a quem solicitei audiência, como foi o caso dos Secretários de Economia, de Cultura, de Marinha e de Saúde do governo que se encerrava logo após minha chegada ao México, e dos Secretários de Relações Exteriores, de Defesa Nacional, de Marinha, de Economia, de Agricultura e Desenvolvimento Rural, de Bem Estar Social, de Saúde, de Ciência e Tecnologia e de Fazenda do atual governo.

17. Entreguei as cartas credenciais ao Presidente Peña Nieto em maio de 2018, ocasião em que conversamos sobre a centralidade das relações entre o Brasil e o México, e tive a oportunidade de reunir-me com o Presidente López Obrador em agosto de 2018 e de saudá-lo em outras ocasiões, quando pude testemunhar seu respeito e consideração por nosso país e por nossas autoridades.

Relações Brasil México (2018-2020): visitas

18. Outro elemento de continuidade na aproximação entre o Brasil e o México foi a realização de uma série de visitas, eventos e reuniões de alto nível no plano bilateral. O então Presidente Michel Temer realizou visita ao México para participar do Primeiro Encontro de Presidentes da Aliança do Pacífico-Mercosul, celebrado em Puerto Vallarta, México, em 24 de julho de 2018. Na ocasião, os presidentes dos países dos dois mecanismos manifestaram apoio ao livre comércio entre os grupos e o interesse em fortalecer a cooperação na região, adotando uma Declaração que incluiu o Plano de Ação de Puerto Vallarta.

19. Acompanhei o então Presidente da República na visita, inclusive em encontro bilateral que manteve com o então Presidente Peña Nieto, durante o qual foram discutidos sobretudo temas comerciais de interesse dos dois países, como a renegociação dos Acordos de Complementação Econômica n.53 e n.55 entre Brasil e México e o acesso de carnes e grãos brasileiros ao mercado mexicano. Ao final do encontro, como indicado acima, assinei com o Diretor da Alfândega mexicana o Acordo entre o Brasil e o México de Cooperação e Assistência

Administrativa Mútua em Assuntos Aduaneiros, negociado anteriormente.

20. Em outubro de 2018, realizou-se, no Brasil, a IV Comissão Binacional Brasil-México, de nível ministerial. O então Chanceler mexicano, Luis Videgaray, teve de cancelar sua ida a Brasília de última hora em razão da entrada em território mexicano de grande caravana de migrantes centro-americanos com destino ao território dos EUA. Em chamada telefônica ao então Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, acertaram o alcance, os objetivos e a orientação da Comissão Binacional, de que participei sob a presidência dos então Subsecretários para América Latina e Caribe das duas chancelarias, Embaixadores Paulo Estivallet e Luis Alfonso de Alba.

21. O encontro foi precedido pelas reuniões das Subcomissões de Assuntos Políticos e de Assuntos Econômicos, Comerciais e Financeiros, bem como da V Reunião do Mecanismo Bilateral de Consultas sobre Temas Multilaterais. A Subcomissão de Cooperação Educacional e Cultural, com decisões sobre a difusão dos programas de bolsas e de mobilidade estudantil de ambos os países, havia se reunido no México em fevereiro de 2018.

22. O Comunicado Conjunto da IV Reunião da Comissão Binacional ressaltou o alto nível de coincidência entre os interesses dos dois países em temas das agendas bilateral, regional e multilateral. Foram adotadas medidas em diversos campos, especialmente nas áreas de cooperação técnica e cooperação educacional e cultural, como discutido mais adiante.

23. Em 19 e 20 de junho de 2018, o então Ministro da Integração Nacional, Antônio de Pádua, realizou visita de caráter técnico a Ciudad Juárez, na fronteira norte, com os Estados Unidos, para inteirar-se de iniciativas na área de segurança pública.

24. A fim de participar das cerimônias oficiais da visita de nosso veleiro "Cisne Branco" ao México, no âmbito do evento "Velas Latinonamérica", viajei a Veracruz em agosto de 2018.

25. Em setembro, acompanhei o Secretário Especial de Micro e Pequenas Empresas (SEMPE) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, José Ricardo de Freitas Martins da Veiga em sua visita para a assinatura do Memorando de Entendimento com o Instituto Nacional do Empreendedor da Secretaria de Economia do México.

26. Recebi a então Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, em visita à Cidade do México, também em setembro de 2018, para participar da XXVI Assembleia Geral Ordinária da Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos.

27. Em outubro, o General Joaquim Silva e Luna manteve reunião bilateral com o Secretário Nacional de Defesa do México, General Salvador Cienfuegos Zepeda, à margem da XIII Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), na cidade de Cancún.

28. Ainda em 2018, o Ministro da Justiça, Torquato Jardim, foi designado pelo então Presidente Michel Temer para representá-lo na cerimônia de posse do presidente eleito Andrés Manuel López Obrador, no dia 1º de dezembro.

29. Pelo México, o Secretário de Agricultura, Víctor Villalobos, esteve em Brasília para representar o governo mexicano na cerimônia de posse do Presidente Jair Bolsonaro em 1º de janeiro de 2019. Na véspera, manteve reunião de trabalho com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Dias. Acompanhado do Secretário de Política Agrícola do MAPA, Eduardo Sampaio Marques, o ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, realizou, a seu turno, visita ao México em 9 de setembro de 2019.

30. No contexto da posse dos dois novos governos do México e do Brasil, respectivamente em 1º de dezembro de 2018 e 1º de janeiro de 2019, empenhei-me firmemente para manter a continuidade do bom relacionamento bilateral em meio à transformação política e administrativa experimentada pelos dois países (onde assumiram presidentes de oposição ao quadro interno precedente e onde a reorientação de prioridades levou a uma natural reorganização das burocracias federais) e com prioridades em termos de políticas públicas (internas e externas) nem sempre convergentes. Prevaleceu, no entanto, a visão patriótica de ambos os governos no sentido de reconhecer e preservar para os dois países a importância do bom relacionamento bilateral.

31. Tive a oportunidade, já de 14 a 16 de janeiro de 2019, de acompanhar o Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto de Oliveira Campos Neto, em encontros com investidores internacionais e palestras junto com seu homólogo mexicano e ex-presidentes de bancos centrais.

32. Também pude acompanhar o Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, em sua visita ao México, de 3 a 5 de abril de 2019, ocasião em que participou de eventos sobre transparência e reuniu-se com sua homóloga mexicana, a Secretária de Función Pública, Irma Eréndira Sandoval. Na ocasião, foram discutidas estratégias de cooperação bilateral dentro do objetivo comum aos dois países no combate à corrupção.

33. Em maio de 2019, também tive a honra de receber o Secretário de Relações Bilaterais e Regionais das Américas, Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, e o Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, para reunião sobre a ampliação do Acordo de Complementação Econômica n.53, com vistas ao estabelecimento de acordo de livre comércio entre o Brasil e o México, como discuto mais adiante.

34. Também foram realizadas ao México e acompanhadas por mim as visitas do juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Defensor Público-Geral Federal do Brasil e do Diretor de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH).

35. O programa de trabalho de 2020 da embaixada, com visitas e eventos previstos, foi diretamente afetado pela pandemia de COVID-19. Foram cancelados, por exemplo, muitos dos eventos comemorativos, no México, do cinquentenário da conquista do Tricampeonato Mundial de Futebol pela Seleção brasileira em 1970, que previam visitas de autoridades brasileiras e a realização, no lendário estádio Azteca, sede da final da Copa de 1970, de uma partida amistosa entre as seleções de futebol dos dois países.

O México hoje: governo e economia

36. Importantes transformações ocorreram no México nesses anos em que estive à frente da Embaixada. A principal delas foi a mudança na governança e no ambiente político nacional.

37. A eleição, em 1º de julho de 2018, de Andrés Manuel López Obrador (por coalização de partidos de esquerda) como Presidente da República para o sexênio 2018-2024, representou a vitória mais contundente de um candidato em eleições competitivas da história mexicana. López Obrador recebeu

53,2% do total dos votos válidos, enquanto o segundo colocado registrou 22,26% dos votos.

38. Desde sua posse, López Obrador tem buscado reforçar a simbologia de que seu Governo representaria uma ruptura com o passado e, em particular, com as políticas que ele denomina de liberais ou neoliberais adotadas ao longo das três últimas décadas. Seria, assim, o marco zero da chamada "Quarta Transformação", que se seguiria a outros eventos definidores da história mexicana, como a Independência, a Reforma Republicana e a Revolução Mexicana. O programa de governo gira em torno de suas principais bandeiras de campanha: combate à corrupção, defesa de medidas drásticas para promover a austeridade do Executivo e apoio à parcela mais pobre da população.

39. Dentro desse marco, três parecem ser as prioridades de López Obrador na alocação dos recursos federais, conforme examinadas a seguir: redesenho de programas sociais; auxílio financeiro à empresa estatal de petróleo PEMEX; e projetos de infraestrutura na área de transporte e energia.

40. O desafio tem sido buscar recursos, mantendo-se a promessa de campanha de não elevar a dívida do Estado nem instituir novos impostos (ou elevar tributos que já existem). López Obrador mantém o discurso de que o combate à corrupção gera economias suficientes ao Estado, mas a tônica nos dois primeiros anos de seu governo foi a de execução de duros cortes no orçamento do executivo federal, com a redução de salários do funcionalismo público e a extinção de programas, cargos e órgãos, como as agências de promoção das exportações e do turismo no exterior.

41. O governo tem buscado canalizar recursos para a parcela mais pobre da população ou fora da chamada população economicamente ativa (idosos e jovens) por meio de novos programas sociais, que representam certa ruptura do modelo tradicional mexicano (semelhante ao brasileiro) de condicionalidades e contrapartidas para o beneficiário. O governo López Obrador privilegia transferências diretas descondicionadas, o que é objeto de questionamento de especialistas na área.

42. No caso da petroleira estatal PEMEX, o governo adotou medidas especiais destinadas a reforçar seu caixa, a fim de evitar a perda do grau de investimento, num quadro grave de alto endividamento da empresa (trata-se da petroleira mais endividada do mundo). Considera-se que a solvência financeira

da estatal é condição "sine qua non" para a própria manutenção do grau de investimento do país e para a geração de recursos necessários à retomada do desenvolvimento econômico.

43. O governo tem buscado concentrar recursos para custear grandes projetos de infraestrutura, os quais permitirão, em sua avaliação, dinamizar a economia das áreas deprimidas do sul do país e, com isso, minorar o problema migratório. López Obrador considera o desenvolvimento do sul-sudeste do México, região mais pobre e de maior concentração indígena, a maior prioridade regional. Estão em curso programas de reflorestamento, a construção do corredor multimodal "trans-ístmico" (para melhor conectar os dois oceanos), a construção da ferrovia maia, a reabilitação de seis refinarias e a construção de uma nova, bem como a ampliação do aeroporto de Santa Lucía, na capital mexicana.

44. Em meio à definição dessas prioridades socioeconômicas, o Presidente também tem procurado consolidar sua visão política do Estado mexicano por meio da adoção de um conjunto de reformas legais e constitucionais de grande alcance, aproveitando-se do fato de que conta com folgada maioria nas duas casas legislativas federais. Até o momento, foram aprovadas oito reformas: o estabelecimento da Guarda Nacional, o plebiscito de meio de mandato sobre revogação de mandato do Executivo, a extinção de propriedade de bens adquiridos com recursos ilícitos, a criação da figura da prisão preventiva oficiosa, a remodelação do sistema educacional, a afirmação da paridade de gênero, a proteção dos direitos de comunidades afro-mexicanas e a limitação do foro do Presidente da República.

A crise desencadeada pela pandemia de Covid-19

45. O governo López Obrador não alterou o rumo de suas principais políticas mesmo após registro de cerca de 89 mil mortos e da maior contração econômica jamais registrada no México, como consequência da pandemia de COVID-19. De acordo com dados do Banco Central mexicano, teria havido uma contração de cerca de 20% do PIB ao longo do segundo trimestre do ano. O Banco Goldman Sachs, por sua vez, prevê contração de 9,8% para o conjunto de 2020.

46. Diante da pandemia, López Obrador manteve a austeridade como centro da política econômica e adotou, portanto, linha pró-cíclica, de evitar injeção de recursos na economia, via empresas ou consumidores diretos, para combater a grave

recessão, conforme sua visão de que a transferência de recursos do Estado para agentes privados corresponderia ao "neoliberalismo" do passado, que tanto critica.

47. O FMI também projeta uma queda total de 10,5% do produto interno bruto mexicano este ano. As exportações, descontadas as vendas de petróleo para os EUA, tiveram queda de 57,2%, e a arrecadação pública também foi severamente afetada. Prevê-se que a dívida pública salte de 45% a 60% até o fim do ano.

Criminalidade e violência

48. Uma hipótese sobre os motivos do gradual aumento da violência no México é a história recente de fragmentação de grupos criminosos anteriormente coesos. O desmembramento de grandes cartéis em facções e gangues concorrentes teria começado em 2006, com o início da estratégia de "guerra contra o narcotráfico" implementada pelo ex-presidente Felipe Calderón (2006-2012), e que tinha por objetivo principal alvejar as lideranças dos grandes grupos. Com variações, essa estratégia de supressão dos líderes dos cartéis foi mantida desde então.

49. A estrutura extremamente hierarquizada e centralizada dos antigos cartéis da droga teria sido substituída por organizações mais horizontais e ágeis, que se relacionam em formato de rede e passam a atuar em diversos ramos de contravenção. O crescimento das rivalidades entre um número maior de "atores" do crime organizado perpetuaria um estado de violência preocupante no país e de difícil erradicação.

50. O México registra altas taxas de homicídios, e o prognóstico em 2020 é que termine com a cifra de 40 mil assassinatos no ano. De acordo com ranking para 2019 elaborado pela organização mexicana "Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal", o México é o país que conta com maior número de cidades violentas no mundo em homicídios per capita. Na listagem das 50 mais violentas, 19 seriam mexicanas (quase 40%), inclusive as cinco primeiras: Tijuana, Juárez, Uruapan, Irapuato e Ciudad Obregón.

51. O Presidente López Obrador manifestou-se desde o início contrário à manutenção da estratégia de "guerra contra as drogas", propondo iniciativas polêmicas de "pacificação", como a anistia a quem participou do tráfico de drogas "por motivos de extrema pobreza" e a ênfase em programas de educação, formação profissional e emprego como solução para

o problema da violência. Entre as principais soluções oferecidas pelo governo López Obrador figura a criação de uma Guarda Nacional, que, no entanto, é composta na sua maioria por integrantes militares. Sem maiores avanços no controle da violência, e após incidentes dramáticos como o cerco da capital de Sinaloa por um dos principais cartéis de drogas do país, o Cartel de Sinaloa, o governo passou a defender e a ampliar, ainda que indiretamente, o emprego das forças armadas em funções de segurança pública.

52. Apesar da tripla crise sanitária, econômica e securitária, o Presidente López Obrador mantém alta popularidade entre os mexicanos. Segundo o jornal *El Economista*, 53% da população apoiariam o presidente (número abaixo dos quase 70% de começo de mandato, mas alto no atual quadro de contração e crise que o país enfrenta).

Política externa mexicana

53. No marco da sua "Quarta Transformação", o governo de Andrés Manuel López Obrador operou certa inflexão também na política externa, com um novo e relativamente reduzido papel presidencial e uma tentativa de equilíbrio entre elementos principistas e pragmáticos. Fiel a seu lema de que "a melhor política externa é a interna", utilizado desde a campanha presidencial, o mandatário realizou apenas uma viagem ao exterior desde que foi eleito, em julho de 2018, aos Estados Unidos, em julho de 2020, no marco da entrada em vigor do Tratado México-Estados Unidos-Canadá (T-MEC), sucessor da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

54. A representação internacional do México foi, portanto, em grande medida, concentrada na Secretaria de Relações Exteriores, especialmente na figura do chanceler Marcelo Ebrard, político muito respeitado e prestigiado no governo. Esse menor uso da diplomacia presidencial não inibiu o país de buscar certa projeção e até mesmo protagonismo no sistema internacional, na forma da confirmação da candidatura (herdada do governo anterior) e eleição a membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2021-2022); da candidatura, eleição e reeleição à presidência da CELAC (2020 e 2021); e do lançamento de outras candidaturas de alto perfil, como para diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (sem êxito) e de a juiz do Tribunal Penal Internacional, entre outras.

55. O discurso da política externa também sofreu uma inflexão, com maior ênfase e apego aos "princípios constitucionais" tradicionalmente invocados pelo México, como da não intervenção, do respeito à soberania e da autodeterminação dos povos. Com sua origem e sustentação num partido de esquerda, como o MORENA, o atual Governo mexicano tem sido particularmente crítico a conjecturas de interferência na política interna de países latino-americanos de inclinação mais à esquerda, como a Bolívia governada pelo partido MAS ou a Venezuela de Nicolás Maduro.

56. O elemento pragmático manifestou-se particularmente na relação com os Estados Unidos da América, principal fonte de investimentos e parceiro comercial do México, bem como lugar de residência de enorme comunidade da diáspora mexicana (estimada em 40 milhões de pessoas). Após ter externado, durante a campanha eleitoral, certas críticas à condução, pelo ex-presidente Peña Nieto (2012-2018), das relações entre o México e os EUA, o atual mandatário mexicano passou a emitir sinais positivos em favor de um relacionamento pragmático, engajando-se na fase final das negociações do T-MEC e fazendo declarações elogiosas a seu homólogo estadunidense.

57. Iniciado seu mandato, o atual governo demonstrou contar com a flexibilidade necessária para superar crises, aprovando o T-MEC com amplas maiorias legislativas e evitando a aplicação de medidas como a imposição, pelos EUA, de tarifas sobre o comércio transfronteiriço ou a designação dos cartéis narcotraficantes como "organizações terroristas". Para tanto, o principal ajuste no discurso e na prática mexicana foi a adoção de posição flexível ante as exigências do Presidente Donald Trump de que o México contivesse os fluxos migratórios em suas fronteiras sul (com a entrada de imigrantes centro-americanos) e norte (com a tentativa de entrada nos EUA de imigrantes de diversas origens, sobretudo as centro-americanas).

58. A migração líquida de mexicanos para os EUA é zero já há uma década, mas tem havido crescimento do número de nacionais de terceiros países, especialmente da América Central, que buscam cruzar o território mexicano em demanda dos EUA, inclusive com o surgimento de novas modalidades como as "caravanas", em quadro de extrema vulnerabilidade a grupos criminosos e de traficantes de pessoas. Também cidadãos brasileiros, aliciados por redes de coiotes com ramificações no Brasil, integram fluxos de migrantes pela fronteira terrestre entre o México e os EUA, mas sua entrada no México

se dá sobretudo por voos que partem do Brasil com destino aos aeroportos da capital mexicana e de Cancún.

59. Após ter inicialmente sinalizado postura mais tolerante em relação a esses fluxos, baseado em discurso de defesa dos direitos humanos e da liberdade dos imigrantes, o governo López Obrador foi levado a agir de maneira mais contundente na questão já em meados de 2019, logrando reduzir os fluxos de migrantes em direção ao Norte e o número de solicitantes de asilo na fronteira sul dos Estados Unidos.

60. Ao mesmo tempo, capitaneou a formulação e o lançamento de um "Plano de Desenvolvimento Integral" envolvendo o sul do México mais os vizinhos Guatemala, Honduras e El Salvador, com apoio técnico da CEPAL, visando a combater as causas de fundo do fenômeno migratório mediante o desenvolvimento econômico e social da região. Os primeiros programas-piloto já estão sendo implementados com financiamento mexicano, mas a frustração quanto a uma participação financeira mais efetiva dos EUA e a dimensão hercúlea da tarefa indicam os limites da iniciativa.

61. Com o discurso de que as administrações anteriores não teriam dado à América Latina a atenção que merece, o governo López Obrador proclamou um "retorno" do México à região, em certos momentos inclusive com a reclamação de um papel de "liderança" que lhe caberia. Nesse contexto, o país buscou e obteve a presidência "pro tempore" da CELAC em 2020 (e também para 2021), procurando apresentar um programa de trabalho centrado na cooperação internacional em temas técnicos e evitando o tratamento de questões políticas que dividem a região.

62. Foi mantida também a interlocução dentro da Aliança do Pacífico (com Chile, Colômbia e Peru), principal iniciativa da inserção mexicana na América do Sul nas administrações anteriores, cuja agenda parece, porém, ter perdido algo do impulso, em parte por divergências entre os quatro países sobre o aprofundamento da integração comercial, em parte pela menor participação dos presidentes nas cúpulas da Aliança, em quadro de retração da diplomacia presidencial. López Obrador não compareceu à Cúpula de Lima em 2019, e não houve cúpula em 2020 (nem presencial nem virtual) até o momento.

63. A eleição de Alberto Fernández na Argentina marcou, no entanto, a oportunidade para o México de fortalecer aproximação com país de inclinação política próxima e muita relevância na região, a ponto de o Presidente López Obrador

ter se engajado pessoalmente junto aos credores internacionais da Argentina em defesa das posições deste país na renegociação de sua dívida.

64. Como indicado anteriormente, o elemento principista da política externa de López Obrador manifestou-se claramente em uma nova postura em relação à questão venezuelana. O México recuou de sua posição no governo Peña Nieto de crítica contundente a Maduro e de plena participação no Grupo de Lima e amparou a nova linha na defesa do princípio constitucional da "não intervenção".

65. O México tem procurado apresentar-se como país capaz de dialogar com todos os atores regionais sem discriminações político-ideológicas, de que seria exemplo ter acolhido, em distintos momentos, em suas representações diplomáticas, solicitantes de proteção ou refúgio ligados tanto à oposição ao regime bolivariano da Venezuela quanto ao antigo governo de Evo Morales na Bolívia ou opositores do governo de Lenín Moreno no Equador.

66. A política externa do México em relação ao restante do mundo tem sido pautada por elementos de continuidade. As relações com a Europa centraram-se na defesa do novo Acordo Global com a União Europeia, com segmentos econômico e político cuja negociação já se encontrava avançada na administração anterior e foi concluída no governo atual.

67. Particular proximidade foi evidenciada com dois países, Espanha e França, associada a visitas de alto nível de autoridades desses países ao México, ainda que não sejam pequenos os conflitos em torno do tratamento dado pelo Governo mexicano aos investimentos de empresas estrangeiras, entre as quais avultam grandes empresas dos dois países.

68. A política asiática centrou-se principalmente no Japão e na Coreia do Sul, importantes provedores de investimento estrangeiro, bem como na China, grande parceiro comercial com quem o México mantém importante déficit. O chanceler Marcelo Ebrard visitou o Japão e a China.

69. Menos densas têm sido as relações do México com o Oriente Médio e África, objeto de visitas de funcionários de escalão mais baixo da chancelaria.

Relações Brasil México (2018-2020): detalhamento por área

a) Evolução do comércio bilateral

70. Nos últimos dez anos, Brasil e México têm mantido intercâmbio comercial robusto, sempre superior a US\$ 7 bilhões. Em 2019, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 9,1 bilhões ou 2,25% do comércio exterior brasileiro. No mesmo ano, o México foi o sétimo maior parceiro comercial do Brasil, e o Brasil, o sétimo maior sócio comercial do México.

71. Em 2019, as exportações brasileiras cresceram 7,8% em relação a 2018, registrando recorde histórico de US\$ 4,8 bilhões. As importações de produtos mexicanos recuaram 14,5%, encerrando o ano em US\$ 4,2 bilhões. Esses resultados geraram saldo comercial de US\$ 702 milhões para o Brasil, melhor superávit bilateral desde 2008.

72. O comércio bilateral tem alto perfil de agregação, especialmente concentrado em produtos manufaturados. No ano passado, mais de 80% das exportações brasileiras foram de bens industriais, e, no caso das exportações mexicanas ao Brasil, o percentual chega a 97%. O setor automotivo compõe a maior parte desse comércio.

73. De janeiro a agosto de 2020, com a pandemia e seus efeitos econômicos, o comércio bilateral recuou 30%, em decorrência, principalmente, da desaceleração industrial em ambos os países, em particular do setor automotivo. Apesar do encolhimento da corrente de comércio, o Brasil logrou manter saldo comercial positivo com o México, graças principalmente às exportações agrícolas.

74. Observa-se crescente participação relativa do agronegócio na pauta exportadora brasileira para o México. Em 2018, bens agrícolas responderam por 4,8% das exportações do Brasil ao mercado mexicano. Em 2019, esse percentual foi de 13,3%, com vendas recordes de café verde, milho e soja. De janeiro a agosto do ano corrente, a tendência foi reforçada, com os produtos do agronegócio respondendo por 18% das exportações do Brasil ao México.

b) Promoção do agronegócio brasileiro

75. A Embaixada, em coordenação com a Adidância Agrícola do MAPA, realizou um insistente trabalho junto ao governo mexicano com o objetivo de destravar negociações na área de requisitos sanitários e fitossanitários. Na área de carnes, após quase doze meses de negociação e de apresentação de medidas corretivas, foi possível retomar as discussões sobre os requisitos para exportação, suspensas pelas autoridades

mexicanas anteriormente devido a inconformidades detectadas em embarques de carne avícola oriundos do Brasil.

76. No período, logrou-se ampliar a participação de produtos brasileiros no mercado mexicano, por meio da abertura do mercado para as exportações brasileiras de arroz, de carne bovina termoprocessada e de sebo bovino, bem como da duplicação do número de estabelecimentos brasileiros habilitados a exportar ao México, por exemplo, carne avícola, farinhas de origem avícola e ovos férteis.

77. Adicionalmente, estão em curso negociações de requisitos sanitários ou fitossanitários para pescados (cultivo e pesca extrativa), farinhas e azeites de peixe, carne suína, ovos e subprodutos comestíveis, carne in natura, sêmen e embrião bovinos, alimentos termoprocessados avícolas, sangue bovino, lácteos, alimentos para animais de estimação ("pet food") e gergelim.

78. O maior desafio para a abertura do mercado mexicano reside no temor existente no país ante a alta produtividade do agronegócio brasileiro e a sensibilidade do atual governo para com os pequenos produtores locais, manifestado, por exemplo, no discurso oficial da busca por "autossuficiência alimentar". A Embaixada sempre defendeu a eliminação de entraves sanitários com base na prevalência de normas internacionais e de evidências científicas.

79. Foi intenso o trabalho de divulgação e organização de eventos setoriais para a promoção do comércio agrícola com o México. Exemplo recente foi o seminário organizado na Embaixada, em fevereiro deste ano, em coordenação com a ApexBrasil e a Associação Brasileira da Indústria do Arroz, que reuniu comitiva de industriais do setor arrozeiro e importadores mexicanos. Desde então, as exportações de arroz ao México totalizaram, até agosto deste ano, US\$ 4,78 milhões ou 9,3 mil toneladas (cerca de vinte vezes mais que o valor exportado em 2019).

c) Eventos de promoção comercial e interação com o setor privado

80. A Embaixada fez-se representar nas principais feiras do México, em ampla gama de indústrias, entre as quais: alimentação (México Alimentaria, Feira Internacional do Milho, ExpoANTAD & Alimentaria), calçados (ANPIC), defesa e segurança (FAMEX), elétrica (Expo Eléctrica Internacional), embalagens (Expo Pack), energia (Energy México), franquias

(FIF), setor moveleiro (Magna Expo Mueblera) e turismo (Expo Mayoristas).

81. A atividade de promoção comercial envolveu, igualmente, o apoio às entidades setoriais brasileiras participantes de eventos no México entre as quais, ABIARROZ, ABIMO, APLA, ABIMOVEL, ABIMAPI, ABINEE, ASSINTECAL, IBRAC, SINAEES, SINDIMOVEIS e SINDVEL, inclusive no que tange à divulgação de sua participação, à organização de reuniões e rodadas de negócios, e à facilitação de contato com provedores de serviços para a boa consecução das missões empresariais. Exemplo foi o apoio dado à ApexBrasil para duas missões compradoras de madeiras enviadas ao Brasil (a última em 2019) e para a Missão de Internacionalização ocorrida também em 2019, que trouxe 20 empresas brasileiras interessadas em explorar a possibilidade de se instalar no México.

82. Na área de promoção do turismo, foram organizados pela Embaixada eventos de divulgação do Brasil como destino turístico (inclusive um evento, em abril de 2018, em coordenação com a Embaixada da Argentina, para promover conjuntamente o turismo de mexicanos no Brasil e na Argentina) e reuniões periódicas com o "Comité Descubre Brasil", que reúne a Câmara México-Brasil, operadores de turismo e empresas aéreas com voos para o Brasil, com vistas a discutir projetos para atrair mais turistas mexicanos.

83. Desde minha chegada ao México, busquei realizar contatos com vistas a estabelecer um Conselho Empresarial Brasil-México (Cebramex), reunindo as principais lideranças empresariais brasileiras e mexicanas envolvidas com as relações econômicas bilaterais. O objetivo foi alcançado. Coordenado pela CNI, do lado brasileiro, e pelo Conselho Mexicano do Comércio Exterior (COMCE), do lado mexicano, o Cebramex foi criado e teve sua reunião inaugural em setembro de 2019, a qual tive a honra de copresidir. O foro tem o potencial de atuar como elemento indutor da integração econômico-comercial entre o Brasil e o México e como canal para o intercâmbio de informações e avaliações na área de comércio e investimentos com os dois governos.

84. Como instância adicional de interação com o setor privado brasileiro no México, tive a satisfação de prestigiar e fortalecer o chamado "Grupo Atar", que reúne atualmente cerca de 50 CEOs brasileiros residentes no México. Criado em 2006, o grupo realiza reuniões periódicas para a discussão de temas relevantes da economia e da política mexicana, com a

participação de analistas e autoridades do Brasil e do México.

d) Negociação de acordos comerciais Brasil-México

85. Brasil e México possuem uma ampla rede de acordos comerciais com diversos países na América Latina. Não possuem, no entanto, um acordo de livre comércio abrangente entre eles, que são as duas maiores economias da região. Uma das prioridades de minha gestão foi avançar no sentido da negociação de um acordo comercial bilateral ambicioso e abrangente, o mais próximo possível de um acordo de livre comércio.

86. O México é o único país com o qual os sócios do MERCOSUL, por comum acordo em 2002, têm a prerrogativa de negociar acordos comerciais bilaterais em separado. Não obstante, a relação comercial Brasil-México ainda é regida por dois acordos de alcance limitado: um exclusivo para o setor automotivo, no âmbito do MERCOSUL, o Acordo de Complementação Econômica n.55 (ACE-55); e outro bilateral, o Acordo de Complementação Econômica n.53 (ACE-53), que cobre apenas 12% do universo tarifário.

87. Em 2015, os governos do Brasil e do México iniciaram negociações para realizar uma ampliação substantiva do ACE-53. Após oito rodadas negociadoras, o processo foi paralisado por quase um ano pelo lado mexicano em novembro de 2017, devido à concentração de foco na renegociação do acordo com os Estados Unidos e Canadá (antigo NAFTA, atual TMEC). Em novembro de 2018, após as eleições dos Presidentes Jair Bolsonaro e López Obrador, as equipes negociadoras realizaram uma reunião de avaliação do estado geral do processo, na qual o Brasil reiterou que as ofertas intercambiadas até então não eram suficientemente ambiciosas.

88. Em fevereiro e maio de 2019, houve as primeiras reuniões com as equipes negociadoras dos novos governos. O lado brasileiro indicou buscar não uma ampliação parcial e limitada do ACE-53, mas sim um verdadeiro acordo de livre comércio. O Brasil apresentou proposta de parâmetros de cobertura tarifária e comercial para nova troca de ofertas. Os dois governos têm buscado fórmulas para romper o impasse e retomar as negociações de um acordo comercial amplo.

89. Muitos empresários mexicanos têm, por sua vez, a percepção equivocada de que o Brasil é uma "economia fechada", que utiliza barreiras não-tarifárias para

controlar o comércio. Os exportadores mexicanos estão acostumados com as regras para aceder ao mercado estadunidense, que absorve 80% das exportações do México, e percebem normas técnicas e tributárias diferentes, embora sejam as mesmas para produtos brasileiros e importados, como "barreiras" ao comércio. O estabelecimento de quotas no setor automotivo, em 2012 e 2015, a pedido do Brasil, é citado como prova de que o Brasil buscaria apenas superávit comerciais com o México, embora, conforme acordado, o livre comércio de automóveis tenha regressado em março de 2019.

90. Em todos os meus encontros com autoridades econômicas do governo e empresários mexicanos, busquei retificar essa percepção, i) recordando exercício, realizado em 2017, de troca de lista de barreiras não-tarifárias entre o Brasil e o México, que apontou mais problemas relacionados a desconhecimento da legislação do que barreiras reais; ii) ressaltando o processo de simplificação de normas empreendido pelo Ministério de Economia; e iii) recordando a conclusão das negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia, sinal da clara disposição brasileira de buscar aberturas recíprocas de mercados. Sobre o maior acesso dos produtos brasileiros ao mercado agrícola mexicano, sempre ressaltei que o Brasil não busca competir com os pequenos agricultores mexicanos, mas sim obter igualdade de acesso com exportadores de outros países.

e) Acordo automotivo

91. O comércio do setor automotivo entre o Brasil e o México é regido pelo ACE-55 de 2002, subscrito no âmbito do MERCOSUL, mas com a particularidade de apêndices bilaterais entre cada sócio do MERCOSUL e o México. O livre comércio de automóveis entre os dois países esteve vigente inicialmente entre 2007 e 2012. Em 2012, a pedido do Brasil, que teve déficit de US\$ 1,5 bilhões no comércio de veículos com o México no ano anterior, foram estabelecidas quotas, em valor, para as exportações de automóveis por três anos. Em 2015, o Brasil indicou que não estava em condições de retornar ao livre comércio de automóveis e solicitou prorrogar o sistema de quotas até 2019.

92. Em março de 2019, como previsto, foi restabelecido o livre comércio entre o Brasil e o México no setor. Também segundo o previsto, passou a vigorar critério de origem mais estrito para as exportações de autopeças, desfavorável ao sistema de maquila mexicano. Havia previsão de se negociar nova fórmula para cálculo de origem em 2018, o que não ocorreu

devido a concentração de esforços do México na renegociação do NAFTA.

93. O México procura rever as regras de origem para o setor automotivo, buscando regras mais flexíveis. Em diversas ocasiões, o Brasil indicou que vê a relação comercial de maneira integral e que a discussão sobre flexibilizar as regras de origem para automóveis e autopeças deve ocorrer em paralelo às tratativas para a ampliação do ACE-53.

94. Importante avanço no conjunto de acordos entre os dois países ocorreu em junho deste ano, 2020, quando Brasil e México concluíram a negociação do 7o Protocolo Adicional ao Apêndice Brasil-México do ACE-55, que disciplina o livre comércio para veículos pesados (ônibus e caminhões). Havia previsão de que o livre comércio de veículos pesados se iniciasse em julho de 2020, mas faltava acordar regra de origem para o setor. O 7o PA definiu a regra de origem para veículos pesados e estipulou período de transição, com aumento gradual de preferências, até o início do livre comércio de veículos pesados, em julho de 2023. Adicionalmente, Brasil e México avaliarão a possibilidade de harmonização das normas técnicas para ônibus e caminhões.

f) Investimentos entre o Brasil e o México

95. Há quase 600 empresas de origem brasileira no México, de portes e ramos variados. Ambos os países contam com relevante estoque de investimento mútuo, estimado em torno de US\$ 30 bilhões de cada lado, sendo considerável a presença de multinacionais brasileiras no México.

96. Avanço importante no fortalecimento da segurança jurídica para promover os investimentos recíprocos foi a ratificação e a entrada em vigor, em 2018, do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre o Brasil e o México, assinado em 2015. O acordo prevê um conjunto de medidas que reduzem a exposição do investidor a riscos e estabelece mecanismos de respostas rápidas baseados em pontos focais, Ombudsmen, e em um Comitê Conjunto intergovernamental. Logramos instalar o Comitê Conjunto do acordo e realizar sua primeira reunião em junho de 2020, dando início efetivo à operacionalização do acordo.

g) Cooperação Jurídica

97. A Embaixada tem buscado lograr a revisão do Acordo Bilateral de Extradicação Brasil - México, que data de 1938. Da mesma forma, empenha-se na negociação, entre o Ministério

da Justiça e as autoridades mexicanas correspondentes, de um acordo bilateral sobre a transferência de pessoas condenadas. A cooperação jurídica entre o Brasil e o México, tanto em matéria de Direito Internacional Público como Privado, adquire importância crescente pelo número e complexidade dos casos trazidos ao conhecimento da Embaixada. A atualização e aprofundamento do marco legal existente torna-se cada vez mais relevante para que a cooperação seja mais célere e efetiva entre os poderes judiciários, em vista das demandas atuais, bem como da evolução dos instrumentos internacionais regionais e multilaterais de que ambos países são signatários.

h) Centro Cultural, ensino do português e cooperação educacional

98. O Centro Cultural Brasil México (CCBM), criado há 45 anos com o objetivo de ensinar a variante brasileira da língua portuguesa e promover a cultura do Brasil, além de manter biblioteca de livros em português com 10 mil volumes, é ponto focal para promover o Brasil no México. Durante a minha gestão, com o apoio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), o CCBM foi reinstalado em nova sede, e lançou-se plano para revitalizar e ampliar sua influência nos meios culturais da Cidade do México. É imenso o capital de simpatia dos mexicanos pela cultura brasileira em todas as suas manifestações, e o CCBM tem um grande potencial de ampliar ainda mais sua influência e apelo no México.

99. Contratamos cinco novos professores, com carga horária ampliada, o que possibilitou o crescimento significativo das matrículas de alunos de português. Apesar de ter suspenso suas atividades presenciais a partir de março de 2020 devido à pandemia de COVID-19, seguindo as restrições sanitárias decretadas pelas autoridades mexicanas, o CCBM continua a ministrar aulas de português a cerca de 200 alunos pela modalidade virtual, além de, desde fevereiro de 2020, manter programação regular que oferece palestras, debates sobre literatura e outros eventos gratuitos de promoção cultural voltados ao público mexicano.

100. Promoveu-se o ensino de português também por meio de leitorado. Até janeiro de 2019, contamos com uma leitora no Centro de Línguas Estrangeiras do Instituto Politécnico Nacional (Cenlex-IPN). A nova leitora brasileira no México, já selecionada, dará início a suas funções de promoção da

língua e cultura brasileiras no Cenlex-IPN tão logo as dificuldades decorrentes da pandemia de COVID-19 sejam superadas.

101. A Embaixada promove oportunidades de estudo no Brasil a jovens mexicanos, em especial os dois Programas Estudante-Convênio para Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG) do MEC e MRE, divulgando-os em feiras e em universidades e ministrando palestras a grupos de universitários na Embaixada.

102. No segundo semestre de 2019, foi retomado o contato com os responsáveis pelas cátedras de cultura brasileira instaladas em instituições de prestígio, como a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), o Colégio do México (Colmex) e a Universidade do Claustro de Sor Juana. Foram realizados eventos de divulgação de aspectos da cultura brasileira sob todas estas cátedras. Também em 2019, realizou-se a III Cúpula de Reitores Brasil-México.

Promoção da cultura brasileira

103. Entre 2018 e 2020, foi possível manter agenda cultural ampla e diversificada graças a parcerias feitas pela Embaixada com instituições culturais mexicanas e à presença de artistas nacionais em eventos consolidados no calendário cultural do México.

104. Na literatura, destaco a participação brasileira na Feira Internacional Literária de Guadalajara (FILG), com apoio da Câmara Brasileira do Livro. Compareci às edições de 2018 e 2019, quando pude testemunhar o interesse dos organizadores do evento em divulgar a literatura brasileira junto ao mercado editorial mexicano e ao público presente. Diversos escritores brasileiros participaram do tradicional foro "Destinación Brasil" de debate sobre os rumos da literatura brasileira contemporânea. Diante do interesse demonstrado pelos visitantes do estande brasileiro, em 2018, a Embaixada, com o apoio do Departamento Cultural e Educacional na SERE, pôde levar à edição da FILG de 2019, pela primeira vez, livros de escritores brasileiros traduzidos para o espanhol, ou em português, para aquisição direta pelo público. O estande brasileiro permite tanto os contatos comerciais entre editores brasileiros e o mercado editorial local quanto maior divulgação dos escritores brasileiros presentes.

105. Ainda na promoção da literatura brasileira, a Embaixada concluiu, em 2020, a negociação de convênio com a mais importante editora mexicana, a "Fondo de Cultura Econômica" (FCE) para a publicação de autores brasileiros em edições populares, como Machado de Assis, Lygia Fagundes Telles, Monteiro Lobato e Carola Saavedra.

106. Mesmo com as restrições impostas pela pandemia, o CCBM realizou debates e eventos virtuais sobre Clarice Lispector, João Cabral de Melo Neto, Luís Fernando Veríssimo e Jorge Amado, entre outros, que contaram com boa participação do público.

107. No campo das artes plásticas, expoentes brasileiros de projeção internacional constaram da agenda cultural de instituições de prestígio na Cidade do México. Destaco a exposição da artista Adriana Varejão no Museu Tamayo, intitulada "Otros Cuerpos Detrás - Adriana Varejão", que inaugurei com a própria artista em agosto de 2019. Outro destaque foi a abrangente mostra dedicada a Lina Bo Bardi no Museu Jumex, inaugurada em novembro de 2019.

108. Em fotografia, o destaque maior foi a realização, em junho de 2018, no icônico Museu Nacional de Antropologia, de exposição sobre Pierre Verger e suas viagens pelo México nos anos 1930. Fruto da parceria entre a empresa Braskem Idesa, Fundação Televisa, Museu de Antropologia e Fundação Pierre Verger, a mostra foi aberta por mim e pela Secretária de Cultura do México.

109. No campo audiovisual, as mostras de cinema brasileiro organizadas anualmente pela Embaixada com a extraordinária Cineteca Nacional atraem público crescente e atenção qualificada para a produção cinematográfica do Brasil. Em 2019, também fizemos na Cineteca uma mostra específica e debates sobre a obra de Nelson Pereira dos Santos, com alta participação do público mexicano. Tive a oportunidade de trocar com o grande cineasta brasileiro, pouco antes de seu falecimento, algumas mensagens em que ele expressou gratidão e satisfação pela previsão de realização da mostra em sua homenagem.

110. O Festival Cervantino, na histórica cidade de Guanajuato, é um dos mais importantes festivais de cultura da América Latina, com cerca de 450 mil visitantes ao ano. Compareci às duas edições do festival, em 2018 e 2019, para acompanhar a participação de músicos brasileiros que a Embaixada ajudou a trazer, como Yamandu Costa, Toninho

Ferraguti, Eva Rocha e Dona Onete, a rainha do carimbó, do Pará.

111. Em 2020, para celebrar a histórica data do cinquentenário da vitória brasileira na Copa de 1970, no México, a realização prevista de partida amistosa entre as duas seleções no lendário estádio Azteca teve de ser cancelada em razão da pandemia de Covid-19. No entanto, foi possível realizar, em junho, debate virtual com o jogador tricampeão brasileiro Dario Maravilha, o jogador da seleção mexicana de 1970, Enrique Borja, e o escritor Juan Villoro, entre outros convidados. Em setembro, graças a parceria entre a Embaixada e a Fundação Televisa (maior empresa de comunicação do México), inauguramos a exposição "Brasil no se olvida 50 anos de México 70", em plena Avenida Paseo de la Reforma, coração do México, com 35 fotos em grande formato que mostram a conquista brasileira em campo e a euforia do povo mexicano com o tricampeonato. Com fluxo mensal de 300 mil pessoas, o espaço foi gentilmente cedido pela Secretaria de Cultura da Cidade do México.

112. Para comemorar a data de nossa Independência, realizamos, em setembro de 2020, a primeira Semana Cultural Brasileira, que ofereceu ao público concerto instrumental de MPB, seminário sobre inovação e sustentabilidade, debate em torno da obra de Clarice Lispector, "workshop" de português, aulas práticas de culinária brasileira, capoeira e samba, e sorteio de passagens aéreas para o Brasil com o patrocínio da Aeroméxico. Também no âmbito da Semana Cultural Brasileira, fiz a entrega de 600 estojos com produtos de proteção contra Covid-19 para distribuição entre os alunos carentes da Escola Preparatória Brasil, na periferia da Cidade do México, com o apoio da empresa Gerdau-Corsa.

j) Cooperação Técnica, Ciência e Tecnologia

113. Uma de minhas prioridades à frente da embaixada foi a de promover a cooperação entre os dois países na área de políticas públicas, tendo em conta a semelhança de características e desafios entre Brasil e México em muitos setores. Especial atenção foi dada à promoção do intercâmbio de experiências no campo das políticas sociais e de saúde. Realizamos, em fevereiro de 2018, logo depois de minha chegada, a VII reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-México, com a presença do então Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Embaixador João

Almino, e do então Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, Santiago Mourão.

114. No encontro, foram negociados os dois primeiros projetos de cooperação técnica na área de programas sociais entre o Brasil e o México: "Desenvolvimento de Competências em Proteção Social para Fortalecer os Sistemas de Informação de Padrões de Programas Sociais" e "Políticas Públicas para o Atendimento à Primeira Infância", assinados pelos dois ministérios do desenvolvimento social. A negociação do projeto de apoio à primeira infância me foi solicitada diretamente pelo então Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, interessado em melhor conhecer a experiência mexicana na oferta de creches à primeira infância.

115. Também na ocasião, foram concluídas as negociações dos projetos de cooperação técnica para o "Intercâmbio de Experiências entre o México e o Brasil para o Combate à Obesidade", entre os Ministérios da Saúde dos dois países; para o "Fortalecimento das ferramentas regulatórias em Vigilância Sanitária", entre a ANVISA e a COFEMER; e para o "Intercâmbio de Experiências sobre Conservação da Diversidade Biológica com Ênfase em Espécies Ameaçadas", entre os Ministérios do Meio Ambiente dos dois países.

116. Para os projetos, logrei, junto com meu então colega e embaixador do México no Brasil, Salvador Arriola, negociar o apoio da Corporação de Andina de Fomento para o financiamento das visitas dos técnicos dos dois países. Todos os cinco projetos se encontram em andamento, com benefícios evidentes em termos de aprendizado para os dois lados de novos instrumentos para a formulação e implementação de políticas públicas.

117. Sinal do compromisso do Brasil em favor do fortalecimento da cooperação técnica entre os dois países foi a visita ao México, em março de 2020, do Diretor da ABC, Embaixador Ruy Pereira, para participar de encontro sobre cooperação técnica entre países da América Latina e da União Europeia e de reunião com a Diretora da Amexcid, a agência mexicana de cooperação.

118. A cooperação em Ciência e Tecnologia (C&T) entre Brasil e México é regida pelo "Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica", celebrado em 24 de julho de 1974, e em vigor desde 15 de maio de 1975, e pelo "Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica", assinado em 24 de julho de 2002.

119. Logramos concluir as negociações e realizar a assinatura, em outubro de 2018, de Acordo de Cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México (CONACYT). O Acordo fornece marco normativo para o desenvolvimento de iniciativas como oficinas temáticas com o objetivo de estimular as oportunidades de colaboração entre cientistas e tecnólogos de ambos os países e explorar a viabilidade de projetos conjuntos nas áreas de indústria aeroespacial, biotecnologia agrícola (selva tropical úmida), hidrocarbonetos e energia renovável (biocombustíveis).

120. Em reunião bilateral sobre Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e México, realizada em janeiro de 2019, foi acordada a realização de oficinas sobre temas objeto do Acordo CNPq-CONACYT (indústria aeroespacial, biotecnologia agrícola, hidrocarbonetos e energia renovável). Também foi avaliado o progresso das atividades do Centro Brasil-México de Nanotecnologia e a constituição do Centro Latino-Americano de Biotecnologia.

k) Atuação multilateral: OPANAL

121. A Cidade do México é sede da Agência para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), encarregada de assegurar o pleno cumprimento do Tratado de Tlatelolco, de 1967, o primeiro a estabelecer uma zona livre de armas nucleares em área densamente povoada. A OPANAL conta com 33 estados membros. A Agência negocia documentos, como declarações e comunicados conjuntos, que permitem aos países da região renegociar periodicamente seus consensos em temas de desarmamento e não proliferação nucleares e aumentar a força da região, que tende a falar em uníssono em negociações multilaterais globais.

122. Até o fim de dezembro de 2019, o Secretário-Geral da OPANAL era o Embaixador brasileiro Luiz Filipe de Macedo Soares. Defendi o lançamento de nova candidatura brasileira para substituí-lo. Em outubro de 2019, o Brasil logrou eleger para o cargo, por consenso, o Embaixador Flávio Roberto Bonzanini, que assumiu em janeiro de 2020.

123. Como representante titular do Brasil na OPANAL, participei de 14 sessões do Conselho da Agência (da 312a, em 8 de fevereiro de 2018, à 327a sessão do Conselho, em 28 de

outubro de 2020) e de duas Conferências Gerais da OPANAL, em 2018 e 2019. Uma das pendências na Agência é a definição de uma sede definitiva, em imóvel a ser doado pelo Governo da Cidade do México.

l) Cooperação na área militar

124. Pouco após minha chegada ao México, realizei visita ao então Secretário de Marinha do ex-Presidente Enrique Peña Nieto, Almirante Vidal Francisco Soberón Sanz, e, na sequência da posse do governo do Presidente Andrés Manuel López Obrador, visitei os novos Secretários de Defesa Nacional, o General Luis Cresencio Sandoval, e de Marinha, o Almirante José Rafael Ojeda Durán. No decorrer das visitas, tratei das possibilidades de fortalecimento das relações bilaterais na área militar e busquei explorar novas possibilidades de cooperação, que desenvolvemos ao longo dos anos.

125. Com o apoio da Adidância de Defesa, vários avanços na relação militar entre o Brasil e o México foram realizados no período, dos quais destaco: (i) a I Reunião Bilateral de Intercâmbio Militar entre o Exército Brasileiro e o Exército Mexicano, de 30 de outubro a 1o de novembro de 2018; (ii) a I Reunião de Coordenação Militar, de 5 a 8 de novembro de 2018; (iii) a conclusão da negociação do Memorando de Entendimento sobre o Intercâmbio e Cooperação em Matéria de Inteligência e Segurança entre o Ministério da Defesa e a Secretaria de Defesa Nacional; (iv) o intercâmbio militar na área de economia e finanças entre o Exército Brasileiro e a SEDENA, por meio de videoconferência, em 7 e 8 de outubro de 2020; e (v) a negociação sobre a possibilidade de o Brasil apoiar a capacitação da Secretaria de Marinha do México com vistas à sua futura participação na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

126. Foi marcada para o dia 26 de novembro, no Brasil, a II Reunião de Coordenação Militar, com a participação de comitiva da Secretaria de Defesa Nacional do México.

127. A Adidância de Defesa da Embaixada recebeu, em 2018, o Prêmio Institucional da Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa do Brasil, pelo apoio à promoção comercial das indústrias brasileiras de defesa.

m) Assuntos consulares e assistência a brasileiros

128. A Riviera Maya mexicana é destino turístico de centenas de milhares de brasileiros. Em 2019, o número de brasileiros

ingressados no México chegou a 355 mil. A GOL Linhas Aéreas mantinha, antes da pandemia, três voos semanais entre Brasília e Cancún (a serem retomados em dezembro) e a panamenha COPA Airlines oferece voos a Cancún, com escala no Panamá. Atender a essa população em trânsito representa um desafio, já que o Consulado-Geral está situado na capital, a mais de mil quilômetros de Cancún. Contamos, no entanto, com apoio de Consulado Honorário no balneário.

129. Estima-se que mais de 20 mil brasileiros sejam residentes no México, a trabalho ou a estudo. A rede consular para atender os conacionais é constituída pelo Consulado-Geral na Cidade do México, e quatro Cônsules Honorários, sediados em Cancún, Guadalajara, Monterrey e Culiacán.

130. São recorrentes as queixas de brasileiros inadmitidos nos aeroportos da Cidade do México ou de Cancún, com denúncias inclusive de abusos e maus tratos. Realizei, com a Cônsul-Geral, Embaixadora Wanja da Nóbrega, diversas gestões junto à Chancelaria mexicana e ao Instituto Nacional de Migrações para cobrar tratamento digno aos brasileiros e a observância dos direitos que lhes cabem, como a possibilidade de realizar chamada telefônica para o plantão consular em caso de inadmissão no México, a fim de que sejam assistidos pelo Consulado-Geral.

131. Nos últimos dois anos, registrou-se aumento significativo no número de brasileiros que tentaram migrar para os Estados Unidos a partir do México. Dados das autoridades estadunidenses mostram que os migrantes de origem brasileira teriam aumentado de 1800 (em 2018) para 19 mil (em 2019), movimento cerca de dez vezes maior. Esse fenômeno, segundo especialistas, teria ocorrido por uma percepção (nas regiões emissárias de migrantes, como Minas Gerais e Rondônia) de que o acesso aos EUA pela fronteira norte do México se fecharia com a construção de um muro pelos Estados Unidos (como defendido pelo Presidente Trump).

132. Ao longo da minha gestão, a Embaixada teve que atuar em diversos casos de sequestro de brasileiros, em que os coiotes "contratados" passam a extorquir e manter os "clientes" em cárcere privado. O adido da Polícia Federal, em atuação conjunta com a polícia antissequestro mexicana, ajudou a liberar do cativo vários grupos de brasileiros nos quase três anos em que aqui trabalhamos juntos.

n) Repatriações durante a pandemia de Covid-19

133. Em março de 2020, a Embaixada e o Consulado-Geral atravessaram a maior crise consular da história da presença brasileira no México. O início da pandemia de Covid-19 e a decretação, pela OMS, de emergência sanitária em nível global, causaram o abrupto fechamento de fronteiras e o cancelamento de voos internacionais. Mais de 1.000 brasileiros encontravam-se de férias na região de Cancún e ficaram retidos, sem perspectiva de voo de retorno. Designei diplomata da Embaixada para deslocar-se a Cancún e prestar ajuda ao embarque dos brasileiros nos últimos voos programados. Criei uma força-tarefa nesta capital para contatar cada companhia aérea, no México e nas respectivas matrizes, para assegurar lugares nos voos para os turistas que já tinham passagem. Tive de buscar intermediar negociação de acordos de endosso de bilhetes entre companhias áreas (como a Gol e a Aeroméxico), a fim de assegurar que os brasileiros com bilhetes em voos cancelados pudessem embarcar nos poucos voos ainda previstos. Em poucos dias, esse esforço conjunto com o Consulado-Geral ajudou a que 950 pessoas retornassem ao Brasil nos últimos voos comerciais. O apoio da SERE foi essencial para a realização de tal objetivo.

134. Suspensos, a partir de 2 de abril de 2020, todos os voos comerciais que conectavam o México e o Brasil, cresceu a cada semana o número de brasileiros que continuavam retidos no México e solicitavam o apoio da embaixada e do consulado-geral. Também passaram a pedir assistência residentes temporários que se viram sem condições de manter-se no país em meio à pandemia.

135. Com recursos destinados pelo Itamaraty, a Embaixada negociou o fretamento de três voos humanitários para permitir o retorno dos brasileiros, todos contratados junto à COPA Airlines, a custo baixo, de operação dos aviões, e realizados nos dias 24 de abril, 17 de maio e 28 de junho de 2020. Além de contratar tais voos, apoiamos a realização de um voo organizado pela chancelaria mexicana e a Agência Mundo Jóven, com passagens pagas pelos passageiros, realizado no dia 8 de junho.

136. Nesta ação inédita do Governo brasileiro, um total de 447 brasileiros puderam partir para o Brasil nos três aviões fretados pela Embaixada. Somando-se os 151 brasileiros que embarcaram no voo especial mexicano, mais os cerca de 950 nacionais que foram auxiliados pela embaixada e pelo consulado-geral na negociação de embarque por voos comerciais, um total de 1.548 brasileiros puderam retornar ao Brasil desde o começo do cancelamento de voos em direção

ao Brasil e do fechamento do espaço aéreo nos países onde são realizadas as escalas.

Dificuldades e sugestões

137. Se as relações econômicas e culturais entre o Brasil e o México tendem a avançar com grande velocidade, em decorrência do forte interesse, respectivamente, dos agentes econômicos e de duas populações que nutrem admiração recíproca, o avanço da agenda de cooperação depende, em boa medida, de condições ideais das burocracias federais de lado a lado: períodos de maior convergência entre os governos ajudam, mas o essencial é a existência de um contexto de relativa continuidade nas políticas públicas que permita aos diversos ministérios e agências de parte a parte intercambiar experiências. No período em que aqui estive como Embaixador, vivemos transformações políticas profundas no Brasil e no México, que levaram a uma natural concentração de esforços e atenções das duas burocracias em torno das novas prioridades e orientações nas mais diversas áreas da administração pública. O presente, para os dois países, era mais imperativo e urgente que o intercâmbio de experiências passadas.

138. Nesse contexto, a relação de atividades realizadas pela embaixada no período 2018-2020 parece indicar que logramos avançar na convergência e na aproximação entre o Brasil e o México.

139. É uma honra ser Embaixador do Brasil no México. A longa história das relações entre as duas maiores populações e economias da América Latina é um testemunho permanente da importância de um país para o outro. Tenho a convicção de que Brasil e México podem e devem aprofundar suas relações em todos os campos, especialmente no de políticas públicas. Brasil e México têm histórias nacionais e entornos geográficos distintos, mas compartilham características e desafios em várias frentes. É sobre essa base que, creio, poderá ser construída a relação nos próximos anos.

4



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

PARECERNº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 90, de 2020 (nº 725, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.*

Relator: Senador **ACIR GURGACZ**

I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.



SF/20569.92125-80



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

José Marcos Nogueira Viana, filho de Marcos dos Santos Viana e Lêda de Almeida Nogueira Viana, nasceu em 10 de agosto de 1960, em Belo Horizonte/MG.

Em 1984, formou-se em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1985, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

Em 1986, foi nomeado Terceiro-Secretário. Foi promovido em 1992 a Segundo-Secretário; em 1999, a Primeiro-Secretário; e em 2004, a Conselheiro.

Em 2006, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a defesa da tese “Negociações sobre Patentes Farmacêuticas entre o Brasil e os EUA no âmbito da OMC”.

Foi promovido em 2007 a Ministro de Segunda Classe; e em 2016 a Ministro de Primeira Classe.

No Brasil, exerceu o cargo de Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Saúde de 1999 a 2002.

No Exterior, serviu na Embaixada em Paramaribo (Suriname) de 1990 a 1992; na Embaixada em Viena (Áustria) de 1990 a 1992; na Embaixada em Trípoli (Líbia) de 1995 a 1998; na Delegação Permanente em Genebra (Suíça) de 2003 a 2006; na Embaixada em La Paz (Bolívia) de 2006 a 2008; no Consulado Geral em Boston (Estados Unidos) de 2008 a 2011; e na Embaixada em Roseau (Dominica) de 2011 a 2016.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

É o Embaixador em Mascate (Omã) desde 2016.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea “d”, número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre o Gabão, do qual destacamos as informações seguintes.

A República Gabonesa, cujo capital é Libreville, é um país da costa oeste da África, com cerca de 267 mil km² e 2 milhões de habitantes. O idioma oficial é o francês. O PIB PPP *per capita* é de US\$ 19 mil. O IDH é 0,702 (110ª posição entre 189 países). A expectativa de vida é de 66,5 anos. A taxa de alfabetização é 82,3%. A taxa de desemprego é de 19,6%.

O volume de comércio entre Brasil e Gabão corresponde, principalmente, às exportações brasileiras, que tradicionalmente se concentraram em carne e miudezas comestíveis (aproximadamente 70% da pauta). As relações comerciais atingiram seu ponto mais alto em 2014, quando o volume de intercâmbio chegou a US\$ 49 milhões. Após a queda nas exportações em 2017, quando ficaram abaixo dos US\$ 30 milhões, verificou-se uma retomada. Em 2019, o volume de exportações brasileiras atingiu valor superior a US\$ 37 milhões. De janeiro a agosto de 2020, o valor das exportações brasileiras chegou a US\$ 18 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

SENADOR ACIR GURGACZ
Relator



SF720569.92125-80



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 90, DE 2020

(nº 725/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 725

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

Os méritos do Senhor **JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de dezembro de 2020.

EM nº 00221/2020 MRE

Brasília, 3 de Dezembro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Gabonesa.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e **curriculum vitae** de JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

10/12/2020

SEI/PR - 2274320 - OFICIO

00001.006841/2020-72



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 756/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 10 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 10/12/2020, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2274320** e o código CRC **E7D157D3** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

10/12/2020

SEI/PR - 2274320 - OFICIO



Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006841/2020-72

SEI nº 2274320

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA**

CPF: 634.881.917-53

ID.: 9056 MRE

1960 Filho de Marcos dos Santos Viana e Lêda de Almeida Nogueira Viana, nasce em 10 de agosto, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1984 Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
 1985 CPCD - IRBr
 2006 CAE - IRBr, Negociações sobre Patentes Farmacêuticas entre o Brasil e os EUA no âmbito da OMC

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
 1992 Segundo-Secretário
 1999 Primeiro-Secretário
 2004 Conselheiro
 2007 Ministro de Segunda Classe
 2016 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1986-89 Instituto Rio Branco, Assistente e Assessor
 1990-92 Embaixada em Paramaribo, Terceiro-Secretário
 1992-95 Embaixada em Viena, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1995-98 Embaixada em Trípoli, Segundo-Secretário, Conselheiro, comissionado, e Encarregado de Negócios
 1998-99 Divisão da Europa I, Assessor
 1999-02 Ministério da Saúde, Assessoria Internacional, Chefe
 2002-02 Presidência da República
 2003-06 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário
 2006-08 Embaixada em La Paz, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2008-11 Consulado Geral em Boston, Cônsul-Geral Adjunto
 2011-16 Embaixada em Roseau, Embaixador
 2016 Embaixada em Mascate, Embaixador

Condecorações:

2002 Ordem do Mérito de Brasília, Brasil, Comendador
 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

Publicações:

1984 Cooperação Internacional, Editora Salamandra/RJ
 2002 Intellectual Property Rights, the World Trade Organization and Public Health: the Brazilian Perspective, in Connecticut Journal of International Law, Spring 2002, volume 17, number 2

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento da África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

GABÃO



OSTENSIVO
Setembro de 2020

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Gabão estabeleceram relações diplomáticas no final da década de 1960. A Embaixada do Brasil em Libreville foi criada em 1974, dois anos após a visita do chanceler Mário Gibson Barboza ao país, em seu périplo africano. A Embaixada do Gabão em Brasília, por sua vez, é a única repartição diplomática gabonesa na América Latina. Em seus anos iniciais, o relacionamento bilateral foi impulsionado pelas vendas de petróleo do Gabão ao Brasil, no contexto do choque do petróleo dos anos 1970. No plano da cooperação técnica, foi instituída, em 1982, a Comissão Mista Brasil-Gabão, que se reuniu pela segunda e última vez em Libreville, em 1988.

O então presidente Omar Bongo visitou o Brasil três vezes: em 1975, em 1992 (por ocasião da Conferência Rio-92) e em 2002. O então presidente Lula realizou, em 2004, a primeira visita de um chefe de estado brasileiro ao Gabão. Em maio de 2013, a então presidente Dilma Rousseff e o presidente Ali Bongo Ondimba (filho de Omar Bongo) encontraram-se em Adis Abeba, durante as comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, foi anunciada a aprovação, pelo Senado brasileiro, do acordo de liquidação antecipada da dívida soberana gabonesa com o Brasil (com deságio de aproximadamente 15% do valor total de USD 25,7 milhões), condição para a retomada das operações de crédito entre as duas nações. O presidente Ondimba visitou o Brasil em junho de 2012, por ocasião da Conferência Rio+20. Em 2014, por ocasião da Copa do Mundo, veio novamente ao país. Ondimba já manifestou, em diversas ocasiões, interesse em realizar nova visita oficial ao Brasil.

POLÍTICA

Instituto Rio Branco. Embora não haja acordo de cooperação para formação de diplomatas entre o Brasil e o Gabão, a presença de diplomatas gaboneses tem sido significativa no Instituto Rio Branco (IRBr). Desde 1976, sete deles foram bolsistas do Curso de Formação do IRBr. A cooperação na formação de diplomatas é de particular interesse ao lado gabonês.

Cooperação técnica. O Programa de Cooperação Brasil-Gabão possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Científica e Técnica firmado em outubro de 1975, em vigor desde março de 1981.

O Gabão tem expectativa de realizar cooperação técnica com o Brasil para aprimorar sua produtividade agrícola, sobretudo na produção de alimentos, e desenvolver a produção de biodiesel. O governo brasileiro informou sobre a possibilidade de a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) incluir atividades de cooperação com o Gabão em seu planejamento e assinalou sua disposição de receber missão técnica gabonesa ao Brasil para promover a cooperação bilateral no domínio das energias renováveis, em que é vasta a experiência nacional.

Em outubro de 2018, técnicos gaboneses (entre os quais o conselheiro administrativo e engenheiro-chefe de Minas do Ministério do Petróleo e Hidrocarbonetos do Gabão, Moussa Barry) realizaram missão ao Brasil para conhecer a experiência brasileira em biocombustíveis, em particular a produção de etanol. Na ocasião, avistaram-se com diversos interlocutores dos setores público e privado, como a União da Indústria da Cana-de-açúcar (Única), em São Paulo; o Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA), em Piracicaba; a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás natural e biocombustíveis (ANP), no Rio de Janeiro. A delegação gabonesa indicou interesse em aprofundar o contato com os peritos brasileiros.

Em março de 2013, missão gabonesa veio ao Brasil para discutir e dar seguimento a demandas de cooperação técnica nas áreas de agricultura e saúde (sobre o primeiro tema, destacava-se o desenvolvimento de recursos humanos em agricultura em geral e em temas mais específicos como: agrobiologia, transformação e industrialização da madeira, apicultura, utilização de pinhão manso para produção de biocombustível, cultivo de cacau e café; na saúde, o pedido referia-se ao tratamento de anemia falciforme). Composta por três representantes da Direção-Geral de Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Gabão, a missão manteve reuniões com diversas unidades do MRE.

Defesa. O governo gabonês tem mostrado interesse em material brasileiro de defesa. Há interesse gabonês em celebrar acordos de intercâmbio entre as academias militares para que oficiais gaboneses tenham mais contato com oficiais brasileiros.

Educação. Representantes gaboneses têm manifestado interesse em aumentar o número de estudantes daquele país no Programa de Estudantes-Convênio Graduação (PEC-G) e no Programa de Estudantes-Convênio Pós-graduação (PEC-PG) e comprometeram-se a fazer divulgação em suas escolas secundárias e universidades. Entre 2000 e 2020, foram selecionados 44 estudantes gaboneses por meio do PEC-G. Não houve candidatos gaboneses selecionados no PEC-PG.

A *Agence Nationale des Bourses du Gabon (ANBG)*, órgão do governo responsável pela pré-seleção e pelo financiamento de estudantes gaboneses, informou que os cursos de interesse do governo do Gabão para a formação de seus estudantes no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) são: Arquitetura e Urbanismo; Ciências Agrárias (Agronomia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Recursos Pesqueiros, Engenharia de Pesca e Zootecnia); Ciências Ambientais; e Medicina.

O Gabão apresenta regularmente candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais. O Programa oferece cursos de formação ministrados em português, com a inclusão de custeio de alojamento, alimentação, uniforme, auxílio financeiro, entre outras facilidades para o aluno. A falta de fluência em português tem sido o grande obstáculo dos estudantes gaboneses. Em 2015 e 2016, foram selecionados seis oficiais gaboneses.

Saúde. Há muito interesse do lado gabonês em cooperar com o Brasil na área de saúde. Interessa aos gaboneses tanto a experiência brasileira no combate ao HIV quanto os atuais esforços para o combate do *aedes aegypti*. O Gabão, apesar de não estar sofrendo com dengue, zika ou chikungunya, enfrenta o problema do paludismo (malária), também transmitido por inseto. Vale mencionar, nesse contexto, o Protocolo de Intenções na Área da Saúde, assinado em setembro de 2002, e a Carta de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Malária, celebrada em julho de 2004.

Cultura e esportes. Em fevereiro de 2013, a primeira edição do Carnaval Internacional de Libreville teve como convidado de honra e país homenageado o Brasil, com a participação de escola de samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro (Beija-Flor de Nilópolis), cujos custos de deslocamento e apresentação foram cobertos em sua integralidade pelo Ministério da Cultura local.

Em setembro de 2014, missão gabonesa de alto nível, composta por conselheiros do presidente Ondimba, realizou visita a Brasília, Salvador e Rio de Janeiro, com o objetivo de viabilizar a implementação: (i) de um Centro de Línguas e Culturas Bantas na Universidade de Brasília; (ii) de um núcleo de ensino de português na Universidade de Libreville; (iii) de uma exposição do Gabão no Museu Afrobrasileiro da Bahia; e (iv) de uma Casa do Gabão no Brasil. Acredita-se que os povos bantos, oriundos da África Central, foram as primeiras civilizações de africanos a aportar à América Latina, sendo um elemento importante de identidade cultural Brasil-África.

CBERS para África. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no âmbito do projeto CBERS para a África (CBERS4AFRICA) de distribuição gratuita de imagens dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) a países africanos, firmou dois acordos tripartites com a Agência Gabonesa de Estudos e Observações Espaciais (AGEOS), um deles com a participação do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) da França, assinado em 2010, e outro com participação do Centro Chinês para Dados e Aplicações de Satélites de Recursos Terrestres (CRESDA), firmado em 2011.

Desde outubro de 2009, a “*Agence Nationale des Parcs Nationaux*” (ANPN) e o Grupo de Entidades pela Proteção das Tartarugas Marinhas no Gabão (“*Partenariat pour les Tortues Marines du Gabon*”) vêm solicitando apoio brasileiro a suas atividades. Em 2010, foram realizadas missões de prospecção de projetos no Gabão e no Brasil, com a participação do Projeto Tamar e da ABC, que resultaram na sugestão de organizar curso de observadores de bordo marítimos pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

Em agosto de 2013, o secretário executivo da ANPN, Lee White, voltou a manifestar interesse pela cooperação com autoridades ambientais brasileiras nos domínios da (i) gestão de parques nacionais, (ii) gestão ambiental de projetos de exploração mineradora de grande escala, (iii) diretivas e normas para a exploração petrolífera *onshore* e *offshore*, (iv) conservação de mamíferos marinhos e tartarugas, (v) troca de experiência na luta contra a caça ilegal e formação de guarda florestal, (vi) ecoturismo em zonas de florestas úmidas e tropicais e (vii) monitoramento do desflorestamento e atividades econômicas em parques e zonas protegidas. Por carta, o secretário executivo da ANPN prontificou-se a se deslocar ao Brasil para uma visita de trabalho.

Assuntos consulares. Não existe atualmente nenhum caso consular significativo envolvendo nacionais brasileiros no Gabão. Estima-se que haja 30 cidadãos brasileiros no país, dos quais a maioria é composta por religiosos que vivem no interior. Não há registro de brasileiros detidos ou deportados no último ano.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Gabão, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e de pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em acordos multilaterais de que ambos os países sejam parte.

ECONOMIA

Comércio. O volume de comércio entre Brasil e Gabão corresponde, principalmente, às exportações brasileiras, que tradicionalmente se concentraram em carne e miudezas comestíveis (aproximadamente 70% da pauta). As relações comerciais atingiram seu ponto mais alto em 2014, quando o volume de intercâmbio chegou a USD 49 milhões.

Após a queda nas exportações em 2017, quando ficaram abaixo dos USD 30 milhões, verificou-se uma retomada. Em 2019, o volume de exportações brasileiras atingiu valor superior a USD 37 milhões. De janeiro a agosto de 2020, o valor das exportações brasileiras chegou a USD 18 milhões.

Investimentos. Vale e Petrobras já atuaram no país no passado, mas, neste momento, não há investimentos brasileiros de grande monta no país.

A jazida de Belinga, maior depósito de minério de ferro ainda não explorado do mundo, é considerada central na estratégia de diversificação econômica do Gabão. Estima-se que a jazida, descoberta em 1985, detenha mais de um bilhão de toneladas de minério de ferro – Carajás, com 3 bilhões de toneladas em sua configuração presente, é o maior depósito hoje explorado no mundo.

Em 2007, o governo gabonês decidiu conceder à companhia chinesa CMEC (*China Machinery and Engineering Corporation*) a exploração, por 25 anos, de uma mina em Belinga com produção estimada em 20 a 30 milhões de toneladas/ano. O projeto, que compreendia também uma usina hidroelétrica, uma ferrovia e um porto em águas profundas, foi posteriormente suspenso. O governo gabonês renegociou o contrato de forma a permitir a entrada de outros operadores do setor para a exploração de minerais que não o ferro, também presentes na jazida.

A Petrobras abriu escritório em Livbreville em agosto de 2014, mas o fechou em dezembro de 2015.

Agricultura. A agricultura foi recentemente alçada ao nível de prioridade no Gabão, com vistas a diminuir a dependência alimentar do país em relação ao exterior, de onde provêm 85% dos alimentos consumidos. Em linha com o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura na África (promovido pela União Africana), o governo gabonês pretende aumentar de cerca de 1% para 10% de seu orçamento o valor dos investimentos no setor entre 2014 e 2020.

Durante audiência com o embaixador brasileiro em Libreville, em fevereiro de 2013, o ministro da Agricultura gabonês manifestou alta expectativa em relação à cooperação brasileira (sendo o Brasil considerado por ele “o maior exemplo de êxito agrícola em regiões tropicais e equatoriais do mundo”), submetendo, em abril de 2013, projeto de acordo geral sobre o tema, a ser assinado bilateralmente e embasar o desenvolvimento de doze eixos principais de cooperação. Por ora, o único instrumento em vigor entre Brasil e Gabão na área de agricultura é o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica no Domínio da Cultura da Mandioca, assinado em 2004.

Por meio de nota verbal encaminhada em abril de 2019, a embaixada gabonesa em Brasília apresentou o programa de desenvolvimento agrícola gabonês e reforçou a expectativa do país em realizar cooperação nessa área.

Compras governamentais. A Sogatra, empresa estatal gabonesa, adquiriu cerca de 200 ônibus da Marcopolo, no âmbito do plano de criação de um efetivo sistema de transporte coletivo no Gabão, ainda restrito ao transporte por táxis e vans. Em 2012, a empresa responsável pela coleta de lixo em Libreville (SOVOG) foi estatizada (70% de seu capital foi adquirido pelo Estado). A nova companhia, denominada CLEAN Africa, montou plano de investimentos de urgência e realizou, em agosto de 2013, missão de prospecção de negócios ao Brasil, na qual manteve encontros com fornecedores de veículos de coleta de lixo em Goiânia (Planalto Indústria Mecânica) e em Araucária/PR (DAMAEQ Indústria).

POLÍTICA INTERNA

Por 41 anos, o Gabão foi governado por **Omar Bongo Ondimba**, cuja administração foi beneficiada pelo *boom* do petróleo. Poucos meses após sua morte, em junho de 2009, seu filho **Ali Bongo Ondimba** foi eleito presidente, sendo reeleito em 2016.

Histórico. Conquistado pela França ao longo do século XIX por meio da criação de entrepostos militares, alianças com líderes tribais locais, expansão missionária católica e expedições militares ao interior de seu atual território, o Gabão tornou-se independente em 1960, após dois anos de existência como “República Autônoma” (1958-1960) no seio de uma efêmera “Comunidade Francesa”.

O líder de etnia fang Léon Mba (então primeiro-ministro da República Autônoma) proclamou a independência em 17 de agosto de 1960 e foi eleito presidente com o apoio da França, com quem assinou acordo de defesa. Em 1967, com a morte de Léon Mba, assumiu o poder Omar Bongo Ondimba (então chamado Albert Bernard Bongo, antes de sua conversão ao islamismo), que permaneceu no poder até a sua morte, em junho de 2009.

Ali Bongo Ondimba. Em agosto de 2009, foram realizadas eleições presidenciais no país. Ali Bongo Ondimba, segundo filho de Omar e então ministro da Defesa, venceu as eleições de turno único com 41,8% dos votos, pelo Partido Democrático Gabonês (PDG). Em dezembro do mesmo ano, foram realizadas eleições legislativas, nas quais o partido do presidente saiu-se grande vencedor.

Eleições 2016. Nas eleições gerais de 2016, Ali Bongo Ondimba foi reeleito com 49,85% dos votos.

Eleições 2018. Em outubro de 2018, foram realizadas, em dois turnos, as eleições legislativas (para definir os 143 deputados da Assembleia Nacional). O primeiro turno, realizado em 6 de outubro, coincidiu com as eleições municipais e departamentais. O segundo turno foi realizado em 27 de outubro. O PDG manteve a maioria de dois terços, tendo obtido 98 dos 143 assentos.

AVC de Ali Bongo Ondimba. No dia 24 de outubro de 2018, no interregno entre o primeiro e o segundo turno das eleições legislativas, o presidente Ali Bongo Ondimba sofreu um acidente cardiovascular em Riade, Arábia Saudita, onde se encontrava para participar de um foro econômico. Em março de 2019, cinco meses após o acidente cardiovascular, Ali Bongo Ondimba retornou ao Gabão.

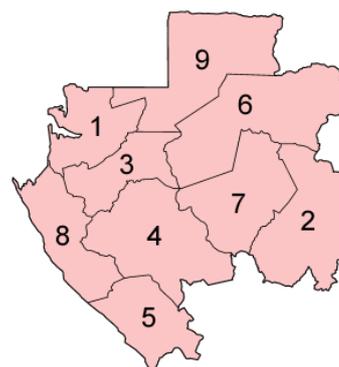
Primeira-ministra Raponda. Uma série de reformas ministeriais foi realizada desde a eleição de 2018. A última mudança foi realizada em julho de 2020. Julien Nkoghe Bekale, depois de 18 meses na função de primeiro-ministro, foi substituído por Rose Christiane Ossouka Raponda, que se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo na história do país. Raponda é economista, tem 57 anos, foi prefeita de Libreville (2014-18) e ocupava, até então, a titularidade do Ministério da Defesa.

Covid-19. A primeira morte no país pelo novo coronavírus foi registrada em março de 2020, quando se decretou o confinamento e o fechamento das fronteiras. Em julho, as atividades começaram a ser retomadas. Os números oficiais do fim de agosto registram 8.409 casos de contaminação e 53 mortes. A demografia predominantemente jovem pode fazer com que o impacto da pandemia na saúde pública seja relativamente pequeno.

Indicadores sociais demográficos. Segundo relatório de 2019 do Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o IDH do país é de 0,702, o que o coloca na 115ª posição dentre 189 países avaliados. A expectativa de vida é de 66,2 anos e o índice de alfabetização é de 82,3%. A maioria dos cerca de 2 milhões de habitantes tem entre 15 e 64 anos (60%) e vive no meio urbano (89%) – quase metade deles habita a província de Estuário, onde fica Libreville.

O Gabão se destaca positivamente em termos de desenvolvimento humano. Entre a população empregada, 41,9% trabalham no setor agrícola e 45,6% no setor de serviços. As principais etnias são fangues, mepongues, mebedes e bapunus. O francês é o idioma oficial, sendo também falados fangue e banto. O país é majoritariamente cristão (mais de 80%).

Divisão administrativa. Administrativamente, o território gabonês divide-se em nove províncias: Estuário (1), onde fica a capital Libreville; Alto-Ogoué (2), segunda mais populosa, que abriga importante setor minerador (a região abriga reservas de manganês, ouro e urânio); Médio-Ogoué (3), Ngounié (4), Nyanga (5), Ogoué-Ivindo (6), Ogoué-Lolo (7), Ogoué-Marítima (8), Woleu-Ntem (9). As províncias, por seu turno, estão subdivididas em 50 departamentos.



Instituições. O Gabão é uma república semipresidencialista: o presidente da República é o chefe de Estado, sendo eleito por sufrágio universal direto para mandato de sete anos (sem limite de mandatos); o primeiro ministro, chefe de Governo, é indicado pelo presidente.

O Poder Legislativo é constituído por duas câmaras: o Senado (102 cadeiras, membros eleitos indiretamente pelos conselhos municipais e departamentais para servir por mandatos de seis anos) e a Assembleia Nacional (143 deputados, eleitos diretamente para mandatos de cinco anos).

A mais alta corte do Judiciário compreende, na verdade, quatro cortes permanentes e especializadas (Corte de Cassação, Conselho de Estado, Corte de Contas e Corte Constitucional) e uma não permanente, o Conselho de Segurança do Estado, acionada somente para casos de alta traição pelo presidente e atividades criminosas cometidas por membros do executivo.

Segurança. O Gabão é considerado um Estado estável na África Central. O país não enfrenta conflito armado. O Gabão tampouco apresenta qualquer ocorrência de terrorismo, nem de tensões religiosas ou étnicas (apesar da presença de numerosas etnias). Colabora para a manutenção da ordem a presença de reduzida população para território razoavelmente extenso - o número de habitantes é inferior ao da cidade de Brasília, para uma extensão territorial similar à do Estado do Tocantins.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior gabonesa mantém laços fortes com a França e tem buscado diversificar suas parcerias, procurando se aproximar dos EUA e dos países emergentes. Um dos objetivos dessa política é a atração de investimento externo em setores como os da mineração, do petróleo, da madeira, da agricultura, dos serviços e do desenvolvimento sustentável.

Atuação regional. No âmbito regional africano, o Gabão tem tido atuação significativa. O país tem tradição na mediação de conflitos na região e é sede de organismos regionais, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), e do escritório da ONU para a África Central.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC, ou *Economic Community of Central African States*, ECCAS) foi criada em 1983, em Libreville, e tornou-se operacional a partir de janeiro de 1985. Reúne Angola, Burundi, Cameroun, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo e São Tomé e Príncipe, abrangendo cerca de 174 milhões de habitantes e PIB de US\$ 247,8 bilhões (2018). Suas línguas de trabalho são o francês e o português.

Ao assumir a presidência da CEEAC há cinco anos, a agenda de reforma da instituição foi o principal compromisso de Ali Bongo Ondimba. Em julho de 2020, na 17ª cúpula regular de chefes de estado, realizada virtualmente, o gabonês finalizou seu mandato com a entrega da reforma. As novas instituições da CEEAC foram idealizadas à semelhança da União Africana. A Secretaria-Geral se transformará em Comissão, presidida pelo diplomata angolano Gilberto da Piedade Veríssimo (mandato de cinco anos), com a equato-guineense Francisca Tatchouop Belope como vice-presidente. A nova estrutura conta, ainda, com cinco comissários permanentes para os seguintes temas: assuntos políticos, paz e segurança; mercado comum, temas econômicos, monetários e financeiros; de meio-ambiente, recursos naturais, agricultura e desenvolvimento rural; disposições territoriais e infraestrutura; gênero, desenvolvimento humano e social.

O Gabão desempenha papel estabilizador na África Central, com destaque para seu apoio aos esforços de paz na República Centro-Africana (RCA). Além de sua atuação por meio da CEEAC, Libreville contribui com cerca de 440 soldados para a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na RCA (MINUSCA). O país também participa ativamente da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e da União Africana.

Marrocos. O Gabão mantém laços estreitos com o Marrocos, onde o presidente Ali Bongo esteve diversas vezes, a convite do rei Mohammed VI. A família real marroquina e a família Bongo mantêm laços políticos e pessoais há algumas décadas. Após o AVC, Ali Bongo foi tratado em território marroquino.

França. O Gabão sempre foi próximo da França. Há presença de mais de 150 empresas francesas no país.

EUA. Os EUA estabeleceram relações diplomáticas com o Gabão em 1960. Ali Bongo foi o primeiro presidente da África francófona a ser recebido na Casa Branca pelo então presidente Barack Obama. Bongo participou da Cúpula EUA-África, realizada em

agosto de 2014, e o secretário da Marinha dos Estados Unidos, Ray Mabus, visitou Libreville em 2014.

Ásia. Na Ásia, o Gabão deseja desenvolver suas relações com a Coreia do Sul (acordos assinados no domínio da cooperação cultural, mineração e hidrocarbonetos) e, ao mesmo tempo, manter seus laços com o Japão, um dos principais investidores nas áreas de pesca e da floresta. O presidente Ali Bongo também desenvolveu laços com Singapura, onde assinou acordos, em 2010, no campo do desenvolvimento urbano e da gestão portuária. A Olam, empresa de Singapura, ocupa lugar de destaque na economia do país. Outro país cuja atuação deve ser destacada é a Rússia, que realizou a Primeira Cúpula África-Rússia, em Sochi, em 2019.

A China, que estabeleceu relações diplomáticas com o Gabão em 1974, é, também, um parceiro importante. A presença chinesa no país tem sido crescente nos últimos dez anos, assumindo diversos empreendimentos nos setores de construção civil, infraestrutura e mineração.

Vários acordos de cooperação foram assinados na última visita oficial ao Gabão do presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, em 2015. Ancara abriu uma embaixada em Libreville, em janeiro de 2012, ato reciprocado em dezembro de 2015.

Meio ambiente. Favorável à conclusão de acordo global juridicamente vinculante sobre a redução de gases de efeito estufa, o presidente do Gabão contribuiu para o êxito da Conferência dos Estados Partes (COP), em Paris, no final de 2015, mobilizando seus pares da África Central. O país tem defendido, ainda, que a ONU dê ênfase ao combate aos crimes contra a fauna e a flora. Libreville tem se empenhado no combate à caça ilegal de marfim, tendo assinado compromisso contra venda de estoques desse produto.

ONU. O Gabão foi eleito para o Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas por um período de três anos (2013-2016) e exerceu sua presidência em 2014. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, a última vez em que o Gabão exerceu mandato ocorreu no biênio 2010-2011. O Gabão participa também de Missões de Paz da ONU com a cessão de oficiais e de tropas, especialmente para atuação na África.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Quinto maior produtor de hidrocarbonetos da África, o Gabão vinha enfrentando a redução dos preços internacionais dessa *commodity*. A economia do país vinha apresentando, contudo, sinais de recuperação, graças ao bom desempenho dos setores não relacionados ao petróleo – a agricultura comercial (+13%), as minas de manganês (+45%), a exploração florestal (+14%), a indústria madeireira (+10%) e as telecomunicações (+18%).

O Gabão integra a zona do franco XAF (franco CFA), cuja política monetária é controlada pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC), e faz parte da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC). As contas públicas do país têm evoluído de forma consistente: como resposta à queda dos preços do petróleo, a CEMAC havia acordado uma consolidação orçamentária que, no caso gabonês, resultou na redução do déficit orçamentário de 6,6% do PIB em 2016 para 0,3% em 2018. Em 2018, o BEAC apertou a sua política monetária, aumentando a taxa diretora (referência de juros) de 2,95% para 3,5%. Estima-se que a inflação tenha diminuído de 3%, em 2017, para 2,8% em 2018, abaixo da norma comunitária de 3%. O déficit da balança de transações correntes diminuiu de 4,9% do PIB, em 2017, para 1,5%, em 2018.

O crescimento do PIB em 2019 alcançou 3,4%. A projeção mais recente do FMI indica contração de pelo menos 2,7% em 2020, em virtude da pandemia da Covid-19. O Fundo concedeu dois empréstimos de emergência ao Gabão, em abril e julho, totalizando USD 300 milhões.

CEMAC. A Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) reúne os seguintes países: Cameroun, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e República Centro-africana. Fundada em 1994, a instituição tem como objetivo promover a união monetária e aduaneira desses países. Os antecedentes estão na União Aduaneira e Econômica da África Central, 1964-1994. A iniciativa mais importante da CEMAC é a utilização da mesma moeda, o franco CFA da África Central, cujo valor é definido por cotação fixada em relação ao euro (1 euro vale 655,957 Francos CFA desde 1999). A Guiné Equatorial aderiu ao Franco CFA em 1983.

Metade das reservas internacionais dos países da zona do Franco CFA é depositada no tesouro francês, de forma a garantir a conversibilidade com o euro. O Banco da França paga uma taxa de 0,75% em troca da manutenção do montante de cerca de 4 bilhões de euros (com a crise da COVID-19, o total de reservas dos seis países caiu mais de 10%). As demais decisões de política monetária estão a cargo do Banco dos Estados da África Central (BEAC), criado em 1975, com sede em Iaundê.

Petróleo e gás natural. O Gabão é relevante ator no cenário mundial de petróleo, com reservas comprovadas da ordem de dois bilhões de barris, segundo a edição de 2016 do Boletim Estatístico da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O país integrou a OPEP entre 1975 e 1995. Sua produção diária, em 2015, foi de 228 mil barris, o que manteve o Gabão entre os maiores produtores de petróleo na África. Seu consumo interno é baixo, e o país exporta a produção excedente, majoritariamente, para China, Japão, Austrália, EUA, Índia, Coreia do Sul e países europeus, a exemplo da Espanha.

A produção gabonesa estabilizou-se na última década na faixa de 230 a 250 mil barris diários. O Gabão tem mais de uma centena de campos em atividade, e novas

ações de prospecção, sobretudo em águas profundas, devem aumentar a produção no médio e longo prazos.

A exploração do petróleo responde por mais da metade do orçamento governamental e equivale a cerca de 80% das exportações do país. O governo gabonês tem procurado fomentar o investimento no setor por meio de novas rodadas licitatórias e termos favoráveis para investimentos estrangeiros. O Ministério do Petróleo é o responsável por toda a regulação no setor. O sistema tributário gabonês é receptivo ao investimento estrangeiro, e determinados subsetores da exploração e da produção petrolífera são isentos do imposto sobre valor agregado.

No que tange ao gás natural, o Gabão possui reservas de gás de cerca de um trilhão de pés cúbicos, conforme estimativas da *U.S. Energy Information Administration* para 2015. Em 2012, o país produziu e consumiu cerca de 230 milhões de pés cúbicos de gás. A maioria da produção é usada na geração de eletricidade e na operação de refinaria de petróleo do país. O governo gabonês está explorando a possibilidade de desenvolver atividades industriais relacionadas ao gás natural. A filial gabonesa da empresa francesa Total anunciou, recentemente, ter encontrado depósito de gás condensado em zona fronteiriça à camada pré-sal da plataforma continental gabonesa. A descoberta gerou otimismo em relação ao potencial do pré-sal gabonês, cujos principais blocos devem ser licitados no futuro próximo.

Mineração. Historicamente abrangendo a produção de manganês e urânio, o setor minerador é o foco principal do governo gabonês em sua estratégia de diversificação da produção. Para tanto, uma reestruturação da gestão do setor mineral tem sido levada a cabo pelo país, focada no estímulo à transformação local de parte da produção, no aumento da participação do Estado no setor e na atração de novas empresas para o país.

Há expectativa de que a participação da mineração aumente substantivamente com o fomento à atividade em áreas até agora inexploradas, como as de minério de ferro e ouro, em primeiro lugar; e diamantes, bauxita, cobre, zinco, terras raras, nióbio, tântalo e fosfatos, em um segundo momento. A retomada da produção de urânio é aguardada para breve, bem como o início da transformação local do manganês.

Setor mais tradicional da mineração gabonesa, o manganês vem sendo explorado no país há cerca de 50 anos, com 83% da produção concentrada na *Compagnie Minière de l'Ogooué* (COMILOG), cujo capital social é detido pela companhia francesa Eramet (63,7%) e pelo estado gabonês (29%). O Gabão é o quarto maior produtor do mundo (atrás de África do Sul, Austrália e China), com 25% de participação no mercado global.

Iniciativas relativas à governança da indústria de mineração incluem a criação de um novo Código Minerador e a formação de uma companhia mineradora estatal, a *Société Équatoriale des Mines* (SEM). A SEM foi criada legalmente em agosto de 2011, está ligada à Presidência da República e sob tutela técnica do Ministério da Indústria e das Minas. Segundo autoridades gabonesas, a SEM deverá envolver-se com atividades em jazidas estratégicas, individualmente ou com outros parceiros, como é o caso do projeto de Belinga (exploração de minério de ferro).

Agricultura. A agricultura tornou-se uma das áreas privilegiadas do plano de diversificação econômica do presidente Ondimba. O Gabão desenvolveu um plano de investimentos no setor agrícola que prevê a injeção de cerca de 10% do orçamento do Estado nesse setor. O país tem grande potencial para a produção em ampla escala de óleo de palma, borracha, café, cacau e açúcar.

Recursos florestais. O setor florestal contribui com cerca de 6% do PIB não petrolífero e é o segundo maior empregador do país. Para estimular a transformação local, o governo introduziu uma lei proibindo a exportação de madeira bruta em maio de 2010, o que tem levado a uma reestruturação completa do setor. A madeira é um dos recursos mais abundantes do Gabão, que tem 85% de seu território (22 milhões de hectares) coberto pela floresta equatorial da Bacia do Congo.

Indústria. A atividade industrial não petrolífera contribui com cerca de 10% do PIB. O governo gabonês estimula o desenvolvimento do setor de processamento de alimentos e bebidas, agroindústria, material de construção e processamento de madeira. Há no país uma refinaria de petróleo, uma fábrica de cimento e indústrias editoriais, de processamento de tabaco e geração de energia elétrica. O foco da Estratégia Nacional de Industrialização do Gabão é o processamento da produção mineral, havendo intenção de instalação de usina siderúrgica de pequenas proporções no país junto do início da exploração de Belinga.

Energias renováveis. A matriz energética do Gabão baseia-se em fontes renováveis de energia, as quais correspondem a 66% do total (IRENA, 2009, majoritariamente de biomassa tradicional (lenha), a qual responde por 62% da matriz energética do país, seguida por petróleo e derivados (26%), gás natural (8%) e hidroeletricidade (4%). As fontes renováveis foram responsáveis, em 2009, por 53,6% da produção de eletricidade (geração hídrica em sua quase totalidade). O governo gabonês pretende investir em fontes renováveis, almejando índice de 70% da eletricidade gerada por essas fontes, o que pressupõe novos projetos hidrelétricos. O país possui uma média de uso de eletricidade *per capita* de 1.043 kw/h, quase o dobro da média africana, de 579 kw/h.

Plano Estratégico Gabão Emergente. O plano de governo do presidente Ali Bongo Ondimba, “Visão 2025”, é baseado em três pilares: “Gabão Industrial”, “Gabão Verde” e “Gabão dos Serviços”.

O eixo industrial incorpora o Esquema Diretor Nacional de Infraestruturas e também a Estratégia Nacional de Industrialização, sendo seu foco a valorização dos recursos naturais como estratégia para diversificação da economia. São citados ainda o desenvolvimento do potencial minerador e o desenvolvimento de indústrias de apoio.

O eixo ecológico foca nos 22 milhões de hectares de florestas do país, suas terras agricultáveis subutilizadas e nos 800 quilômetros de litoral marítimo. São previstos projetos de gestão sustentável da exploração madeireira certificada, o desenvolvimento de projetos agroindustriais e a promoção da atividade pesqueira e haliêutica.

O eixo dos serviços, por fim, dá ênfase ao desenvolvimento do turismo, da formação técnica superior, da tecnologia da informação e de novos serviços relacionados à economia verde, bem como de serviços financeiros, de saúde e imobiliários.

MAPA



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República Gabonesa
GENTÍLICO:	Gabonês
CAPITAL:	Libreville
ÁREA:	267.677 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2019)	2,08 milhões
IDIOMA OFICIAL	Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (84,7%); Islamismo (10,2%); crenças locais (3,2%); sem crenças (1,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Assembleia Nacional (143 membros) e Senado (102 membros)
CHEFE DE ESTADO	Ali Bongo Ondimba (reeleito em agosto de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Rose Christiane Raponda (desde julho de 2020)
CHANCELER	Pacôme Moubelet BOUBEYA (desde julho de 2020)
PIB NOMINAL (FMI, 2019)	USD 16,87 bilhões
PIB PPP (FMI, 2019)	USD 39,64 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2019)	USD 8,1 mil (anual)
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2019)	USD 19,05
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-2,7% (est. 2020); +3,1% (est. 2019); +1,2% (2018); +0,5% (2017);
IDH (ONU, 2018):	0,702 (110ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (ONU, 2018):	66,5 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2018):	82,3%
DESEMPREGO (ONU, 2015):	19,6%

UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA da África Central (XAF)
EMBAIXADOR EM LIBREVILLE:	Áppio Claudio Acquarone
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Jacques Michel Moudoute-Bell
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	31

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Gabão	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan – set)
Intercâmbio	38.161	47.646	49.507	36.462	27.528	26.363	33.593	38.441	18.343
Exportações	38.135	47.633	49.503	36.459	27.515	26.353	33.588	37.791	18.342
Importações	126	16	4	3	13	10	5	650	2
Saldo	38.009	47.617	49.499	36.456	27.502	26.343	33.583	37.140	18.340

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1972	Visita ao Gabão do chanceler Mario Gibson Barboza.
1974	Criação da Embaixada do Brasil em Libreville.
1975	Primeira visita oficial do presidente Omar Bongo ao Brasil.
1982	Criação da Comissão Mista Brasil-Gabão.
1983	Visita ao Brasil do chanceler Martin Bongo.
1988	Mais recente reunião da Comissão Mista Brasil-Gabão (a segunda).
1992	Presidente Omar Bongo participa da Conferência Eco 92, no Rio de Janeiro.
2002	Visita do presidente Bongo a Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.
2004	Visita do chanceler do Gabão, Jean Ping, ao Brasil, para participar do Fórum Brasil-África e manter contatos bilaterais de seguimento dos projetos lançados durante a visita do presidente Bongo.
2004	Visita do presidente Lula ao Gabão (julho).
2006	Visita da vice-chanceler Laure Gondjout ao Brasil, para participar da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora em Salvador.
2010	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Gabão, em Libreville.
2012	Presidente Ali Bongo Ondimba chefia a delegação gabonesa na Conferência Rio+20.
2014	Durante a Copa do Mundo, Presidente Ali Bongo Ondimba visita o Brasil e mantém breve encontro com a Presidente Dilma Rousseff
2015	Chanceler Emmanuel Isozéz Ngondet visita o Brasil, como representante do governo gabonês na cerimônia de posse da ex-presidente Dilma Rousseff.

EMBAIXADA DO BRASIL EM LIBREVILLE**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**

Encaminho, a seguir, versão simplificada do relatório de minha gestão à frente deste posto.

I - Introdução

Os governos brasileiro e gabonês estabeleceram relações diplomáticas ao final da década de 1960, e a Embaixada do Brasil em Libreville, ainda até agora a única representação diplomática residente de país da América do Sul nesta capital, foi criada em 1974, como resultado do histórico périplo africano do então Chanceler Mário Gibson Barbosa, o qual, dois anos antes, estabeleceu as bases para adoção da moderna política de aproximação do Brasil com o continente. Por seu lado, a Embaixada do Gabão em Brasília é a única missão diplomática residente deste país em solos latinoamericanos.

2. Em janeiro de 2017, quando iniciei a missão de Embaixador do Brasil, o Gabão ainda estava envolto no período pós-eleitoral de final do ano anterior, quando o Presidente Ali Bongo Ondimba foi reeleito para um segundo mandato de sete anos à frente do governo central. O pleito de agosto de 2016 deu lugar a incessantes controvérsias no que toca ao verdadeiro vencedor das eleições presidenciais. Não são poucos os que sustentam que o candidato Jean Ping, ex Presidente da Comissão da União Africana de 2008 a 2012, teria obtido a maioria dos votos válidos, mas seu rival foi consagrado ganhador pela Suprema Corte gabonesa. Essa decisão do tribunal máximo provocou forte reação popular, que redundou na morte de alguns cidadãos que contestaram os resultados.

3. Ali, o terceiro Presidente da República Gabonesa, é filho de Omar Bongo Ondimba, que presidiu o país por quarenta e dois anos ininterruptos até 2009, quando faleceu em Barcelona. O pai foi o principal baluarte da manutenção da presença francesa no país após sua independência, em 1960,

e, por meio de sua estreita conexão pessoal com todos os dirigentes máximos da França desde que assumiu o poder, foi o garante da dominação que aquele país exerce, até hoje, nos cenários político, econômico, comercial e cultural do Gabão. Essa presença maciça reduziu, e ainda continua a reduzir, o espaço da atuação das representações diplomáticas de outros países em Libreville, e necessariamente viria a influenciar as ações da Embaixada do Brasil.

4. O presente relatório pretende, de forma sucinta, apresentar as linhas mestras que balizaram a atuação da Embaixada do Brasil em Libreville, nos três anos e meio em que estive à frente da missão até o momento. Para fins de exposição, contempla cinco vetores principais: o acompanhamento regular para fins informativos da movimentação do Gabão nos campos político e econômico; as relações econômico-comerciais com o Brasil; a cooperação bilateral, com ênfase no setor cultural e educacional; o processamento do apoio gabonês às candidaturas brasileiras em "fora" multilaterais; e a atividade consular centrada na assistência aos cidadãos nacionais residentes no território gabonês. Por fim, incluirá concisa lista de medidas adotadas para aperfeiçoamento dos serviços prestados por esta Missão diplomática, e pequena sugestão conclusiva de vias de atuação para a próxima direção.

II - Acompanhamento do panorama político e econômico do Gabão

5. A análise do cenário político e econômico do Gabão remete a aspectos característicos de sua política interna e externa, a sua atuação na esfera multilateral e a inserção continental e sub-regional. Em ambos os focos de interesse, buscou-se extrapolar o sentido informativo do momento, hoje amplamente coberto pelas agências de notícias em tempo real, para inserí-lo em dimensão mais analítica e pertinente à observação diplomática.

II.1 - Política externa

6. A administração do relacionamento externo gabonês compreende duas vertentes distintas: a interação com a França, parceira preferencial onipresente, e, em posição secundária, as relações com o restante dos países que mantêm vínculos diplomáticos com Libreville. A primeira delas

espelha a forte influência exercida por Paris, sob os auspícios do governo gabonês.

7. Em uma segunda posição, pouco à frente do resto dos países com embaixadas residentes nesta capital, encontram-se as relações com a China e o Marrocos. Libreville ainda reluta em render-se à investida, cada vez mais intensa, de Beijing junto aos países africanos como um todo, e a conexão especial com Rabat - Ali Bongo e Mohamed VI foram companheiros de escola na Europa quando adolescentes - possibilita a presença de empresas marroquinas em certos segmentos da economia gabonesa, como telecomunicações e informática. No quadro dessas limitações, esta Embaixada procurou situar o Brasil como parceiro alternativo, especialmente em setores onde nosso país é proeminente, como o da agricultura e o das energias renováveis, como se verá no decorrer do presente texto.

8. No quadro continental, buscou-se acompanhar a atuação do Gabão na União Africana (UA), onde já exerceu posição de protagonismo, quando o gabonês Jean Ping ocupou a Presidência da Comissão da UA de 2008 a 2012. Já na esfera sub-regional, esta Missão seguiu a movimentação de Libreville na Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), com sede na capital gabonesa desde sua criação em 1983, bem como na Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), da qual o Ministro da Economia do Gabão é um dos governadores.

9. Da mesma forma, a Embaixada monitorou as ações do governo gabonês em sua participação na Comissão do Golfo da Guiné (CGG), criada em Libreville, no ano de 2001, que congrega os países litorâneos da sub-região, inclusive com especial atenção na perspectiva de o Brasil tornar-se membro pleno do Grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné. Inicialmente estabelecida com o intuito de atuar na solução pacífica de contenciosos e na exploração conjunta de recursos naturais, com ênfase na exploração petrolífera, hoje a CGG adquire importância maior com os recentes incidentes relacionados pirataria e terrorismo. A importância para o Brasil do acompanhamento das deliberações da Comissão decorre da necessidade de preservação das vias marítimas do Atlântico Sul.

10. Outro ponto a merecer atenção especial desta Missão diplomática no âmbito da interação brasileiro-gabonesa foi o desenvolvimento da iniciativa, junto à Organização das Nações Unidas, para a criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul (SBAS), proposta pelo Brasil e copatrocinada pelo Gabão,

pela Argentina e pelo Uruguai. A proposta de adoção do SBAS, idealizado para promover a biodiversidade, conservação e uso não letal e não extrativo dos cetáceos no oceano meridional, acabou rejeitada, por pressão de países caçadores, durante a 67ª Reunião Plenária da Comissão Internacional da Baleia, realizada em Florianópolis, em setembro de 2018.

II.2 - Política interna

11. Como esforço de sintetização das informações encaminhadas, pode-se resumir o período que tenta cobrir o presente relatório a tentativa de legitimizar, aos olhos externos, o segundo mandato presidencial de Ali Bongo Ondimba. A União Européia, que enviou missão especial para acompanhar as eleições de 2016, até hoje não o cumprimentou pela vitória. Na atual conjuntura, essa pretensão encontra-se hoje acentuadamente complicada dado o acidente vascular cerebral que o acometeu, em outubro de 2018, na Arábia Saudita, e que o debilitou para cumprir, na sua integralidade, as funções de Presidente. Seu segundo mandato termina em 2023 e a incerteza quanto ao futuro próximo domina o debate político local.

12. O resultado do pleito presidencial de outubro de 2016, na opinião da maioria dos observadores nacionais e internacionais, não teria consagrado a vitória do hoje Presidente, mas sim a de seu contendor e ex-cunhado, Jean Ping, este reiteradamente chamado, pela oposição, de presidente eleito. Há alguns, inclusive membros da mídia mundial, que acreditam que até a sua primeira eleição, há sete anos, teria sido objeto de manipulação escusa feita às pressas, dado o falecimento repentino de seu pai, Omar Bongo Ondimba.

13. Hoje, a principal dúvida é saber, não só se o Presidente terá forças para chegar ao fim do mandato, como também quem será ungido como delfim, já que, dado o AVC inesperado, o partido governista, que domina 96 das 143 cadeiras do parlamento, não havia ainda consagrado um nome para sucessão. Na família presidencial, tenta-se sugerir Nouredine, filho de Ali e neto de Omar, para continuação da dinastia.

14. Hoje, nota-se alguma reticência do majoritário Parti Démocratique du Gabon (PDG) em abraçar a ainda incipiente pré-candidatura gerada no seio do núcleo presidencial. As vozes predominantes no debate interno no PDG, cuja aprovação é básica para a consagração de qualquer nome para a próxima disputa, apontam no sentido de renovação do que da

continuação dinástica. É provável que, se vingar a primeira hipótese, como as tendências atualmente indicam, acirrem-se as discussões intrapartidárias para unção de candidato situacionista a concorrer com o da oposição, tradicionalmente fragmentária no teatro político local.

III - Relações econômico-comerciais com o Brasil

15. O Brasil já esteve mais presente na cena econômica gabonesa. Em 2002, a Vale do Rio Doce interessou-se pela exploração das jazidas de minério de ferro de Belinga, no norte gabonês, tidas como as maiores reservas mundiais não mensuradas daquele mineral. Para participar da concorrência internacional, a empresa abriu escritório de representação em Libreville e deslocou pessoal técnico para acampamento na região das jazidas. Como o projeto de exploração compreendia a abertura de estradas, construção de ramal ferroviário para escoamento, criação de usina de fornecimento de eletricidade, porto de águas profundas etc, outras empresas brasileiras participariam do consórcio liderado pela Vale, o que redundou no estabelecimento de escritório da Queiroz Galvão e na abertura de agência do Banco do Brasil em Libreville. Ao final do processo, saiu vencedora companhia chinesa, a Vale deixou o país em 2006 e as reservas continuam intocadas.

16. Desde então, houve certa retração do empresariado brasileiro em voltar ao Gabão, e o relacionamento comercial com o Brasil se deu, e ainda se dá, por operações pontuais. Hoje, das mais dignas de nota, a empresa Marcopolo havia fornecido, em 2014, 149 ônibus para transporte urbano em Libreville e no momento pretende estabelecer centro de treinamento e fornecimento de peças e acessórios para atender aos mercados vizinhos de Guiné Equatorial, Cameroun e Congo-Brazzaville; e a Embraer, sabedora através da Embaixada de que o Gabão decidiu recriar a transportadora aérea Air Gabon, apresentou projeto completo de gestão da futura empresa com aeronaves E190 e E195 (há interesse, também, no avião de transporte militar KC390). Dada a importância do contato pessoal nas negociações em alto nível decisório, as visitas dos representantes de empresas brasileiras junto aos ministros responsáveis pelas áreas em tela são organizadas pela Embaixada e encabeçadas por este titular.

17. Como já havia mencionado nos parágrafos introdutórios do presente relatório, a França continua a ser presença dominante no cenário econômico-comercial do Gabão. No terreno em que o Brasil poderia representar opção importante para o cotidiano gabonês, como o de abastecimento de produtos alimentícios, as grandes cadeias francesas de supermercados, notadamente Cassino e Carrefour, dominam o mercado local, e a totalidade dos produtos oferecidos, com pouquíssimas exceções, provêm daquela origem. Dentre essas, encontram-se, com alguma regularidade, certos artigos brasileiros do setor de carnes, os quais, embora embalados originalmente no Brasil, são adquiridos no atacado pelas acima referidas empresas francesas, e por elas distribuídas a suas sucursais nos países que integravam o antigo império colonial dominado por Paris.

18. No que toca ao relacionamento econômico-comercial, acredito ser de particular relevância explorar a perspectiva de cooperação nos setores agrícola e de energias renováveis. No primeiro, esta Embaixada organizou a ida ao Brasil de delegação chefiada pelo Ministro de Agricultura do Gabão, que seria recebido pela Ministra da Agricultura do Brasil e visitaria os centros de desenvolvimento das tecnologias de produção da Embrapa, além de regiões agrícolas específicas para efetivação da viagem aguarda-se nova data propícia a ambas as agendas. Por sua vez, tendo sido organizada pela Embaixada antes do advento da pandemia de coronavírus, delegação do Ministério do Petróleo e de Hidrocarbonetos do Gabão esteve no Brasil em 2018 para explorar a possibilidade de cooperação técnica no âmbito dos biocombustíveis, especialmente as técnicas de transformação de produtos agrícolas em biodiesel.

19. Dentro da mesma concepção de desenvolver canais diretos de entendimento entre Brasília e Libreville, a Embaixada propôs, em 2019, estabelecer interação no campo da exploração sustentável de recursos florestais, dadas as semelhanças geológicas e climáticas entre os dois territórios nacionais. Em conversa com o Ministro das Florestas, do Mar, e do Meio Ambiente, sugeri-lhe estudasse a possibilidade de chefiar delegação técnica ao Brasil, com o intuito de conhecer as experiências brasileiras nos segmentos de preservação de matas originais, reflorestamento, recuperação de biomas e mananciais, e de sistemas de sustentabilidade econômica das populações locais. Impossibilitada de ocorrer no presente ano, aguarda-se melhor oportunidade.

20. Outro setor que poderá trazer positiva ressonância no quadro do relacionamento econômico-comercial do Brasil com o Gabão seria o da cooperação em matéria esportiva, já que Libreville pretende se estabelecer como polo promotor de eventos do gênero em escala continental, e dispor o Brasil de cabedal de prestígio no universo esportivo não somente em futebol, aliado à extrema simpatia que os atletas brasileiros despertam na alma africana como um todo. A esse respeito, a Embaixada apoiou a empresa brasileira que participou da organização do Campeonato Africano de Nações, em 2017, e a Copa Africana de Handebol, no ano seguinte, ambas as competições realizadas na capital gabonesa.

21. Mais recentemente, em visita ao Ministro da Defesa do Gabão, com ele explorei as possibilidades de retomar a interação com o Brasil nos campos de sua jurisdição ministerial, iniciada, na década de 1980, com a aquisição de blindados brasileiros de combate, dos modelos Cascavel e Urutu, ainda em uso pelas forças armadas locais. Como os citados veículos necessitam de manutenção e de peças de reposição, encontra-se em fase final de negociação contrato específico de assistência técnica pela empresa brasileira que sucedeu à Engesa.

22. No encontro em questão, apresentei ao Ministro projeto de agenda de cooperação bilateral mais abrangente na área militar. Destaquei especialmente a possibilidade de colaboração no levantamento das condições hidrográficas e climatológicas do litoral gabonês pela Marinha do Brasil, conforme programas já em andamento com outros países da África Atlântica; o intercâmbio entre academias nacionais de formação militar; o aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento do espaço aéreo pelos padrões estabelecidos pela Aeronáutica do Brasil.

23. Incluí, também, na pauta da conversa, a perspectiva de a força aérea gabonesa utilizar aeronaves da Embraer, não só no fornecimento dos Super Tucanos para treinamento e patrulha, como também do novo avião de transporte KC-390. Por sua vez, o Ministro da Defesa, enalteceu a excelência da indústria aeronáutica brasileira, cujos produtos de aviação civil já conhecia, e adicionou à agenda do encontro projeto de criação de campo de instrução militar no interior do país, nos moldes, conforme exemplificou, do que teria visitado nas cercanias de Manaus, para o que gostaria de contar com a assessoria do Brasil para implantar complexo semelhante.

IV - Relacionamento bilateral cultural e educacional

24. Foi dada continuação ao processo de concessão de vagas a gaboneses para cursos de graduação em universidades brasileiras, programa iniciado há mais de trinta anos e que já encaminhou centenas de jovens cidadãos locais para estudarem em instituições em diversos estados do Brasil. Desde janeiro de 2017, foram concedidas e processadas sessenta e seis vagas no âmbito do Programa de Estudantes Convênio.

25. Verificou-se também oferecimento de vagas nas escolas de formação de oficiais da Marinha Mercante do Brasil. Nos três anos e meio em que chefeiei a Embaixada, foram postas à disposição do governo gabonês vagas para o Curso de Formação de Oficial de Náutica, a ser ministrado pelo Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar, em Belém do Pará, e para o Curso de Formação de Oficial de Máquinas, a ser realizado no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha, no Rio de Janeiro.

26. Por iniciativa desta Embaixada, foi oferecida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Gabão a possibilidade da retomada de concessão de bolsa de estudo no Instituto Rio Branco. O último bolsista gabonês que seguiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do IRBR, dos sete que já o completaram, formou-se no ano letivo de 1998/1999. Embora tenha a oferta sido bem acolhida pela chancelaria local, a seleção de candidato tem demorado mais do que o tempo normal, dada as condições exigidas para admissão, especialmente o domínio da língua portuguesa. O processo continua em aberto.

27. No que toca, ainda, ao terreno cultural, a Embaixada organizou, junto à Fundação Palmares do Ministério da Cultura e à ILLIBANTU - Instituto Latinoamericano da Cultura Bantu, sediado em São Paulo, a viagem ao Brasil do Diretor do Centro Internacional das Civilizações Bantu, com sede em Libreville, que congrega 23 países onde a população bantu, estimada em 150 milhões de pessoas. O Professor Antoine Tchewwa é responsável pelo levantamento da diáspora mundial da etnia bantu, e, em 2018, em sua primeira viagem ao território brasileiro (75% dos escravos africanos que foram levados ao Brasil provieram desse grupo étnico) foi condecorado pelo Instituto, cuja direção lhe solicitou fosse portador de convite ao Presidente Ali Bongo para visita semelhante, já

devidamente aceito, a ser posteriormente coordenada pela Embaixada.

V - Processamento de candidaturas brasileiras

28. No cumprimento das instruções provenientes da Secretaria de Estado, foram processados, monitorados e acompanhados, junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Gabão, no período de janeiro de 2017 até setembro de 2020, vinte e oito solicitações de apoio a candidaturas brasileiras a diversas posições em organismos multilaterais.

29. Corou o processo de busca do apoio do Gabão a candidaturas brasileiras a gestão empreendida pela Embaixada, em conjunto com os Chefes de Missão da Alemanha e do Japão - não há representação diplomática indiana residente em Libreville - com vistas a obter o voto do Gabão em favor das reformas do Conselho de Segurança das Nações Unidas tal como encaminhadas pelo G-4

VI - Atividade consular e assistência a brasileiros

30. Desde 2017, foram introduzidas várias modificações estruturais e modernizações de instalações e equipamentos para a melhoria do atendimento consular. Os citados melhoramentos permitiram atender, no período de que trata o presente relatório, a 209 cidadãos brasileiros, conceder 45 passaportes e 37 carteiras consulares, proceder a 758 atos notariais variados e conceder 246 vistos de entrada no Brasil.

31. Ainda a propósito de concessão de vistos, em novembro de 2017 esta Embaixada recebeu Nota Verbal do Ministério dos Negócios Estrangeiros dando conta de que o Conselho de Ministros do Governo Gabonês decidiu estabelecer a aplicação imediata do regime de isenção de vistos de entrada neste país, por 90 dias, em favor de cidadãos dos Estados membros do G-20, dentre eles o Brasil. Por força de acordo bilateral, assinado em 2004, nacionais do Gabão e do Brasil portadores de passaportes diplomáticos ou de serviço já estavam dispensados de visto.

32. No que toca especificamente à assistência aos nacionais residentes nesta jurisdição durante a pandemia de COVID-19, a Embaixada estabeleceu sistema de informações via internet dirigido à comunidade brasileira - todos os compatriotas registrados no Setor Consular são contactados por meio de seus endereços eletrônicos. O sistema foi particularmente útil na repatriação de quatro nacionais que prestavam serviços a companhias da França em várias partes do território gabonês, que voltaram ao Brasil via Paris em vôos exclusivos da Air France para repatriação de cidadãos franceses, operação gestionada junto ao meu colega chefe da representação diplomática daquele país.

VII - Conclusão

33. Por fim, caberia uma palavra sobre a gestão em curso para realização da terceira reunião da Comissão Mista Brasil-Gabão. Criada em 1982, a Comista reuniu-se, pela segunda e última vez, em 1988, na capital gabonesa, e se constitui no foro ideal para a interação diplomática bilateral, não só pela diversidade dos temas a serem incluídos na agenda, como também pelo fato de ambas as delegações costumarem ser chefiadas por Chefes de Estado ou de Governo, ou ainda, pelos titulares de Relações Exteriores, o que lhes confere a mais elevada importância.

34. Em rodadas preliminares de negociação, a Embaixada obteve da parte gabonesa lista de temas principais de seu interesse para, em conjunto com as propostas brasileiras, proceder à devida composição da agenda da próxima reunião da Comissão Mista, a saber:

- i) proposta de carta de intenção para cooperação técnica no domínio da Drepanocitose;
- ii) projeto de protocolo de assistência para estabelecimento de um Programa Nacional de Seguridade Marítima;
- iii) projeto de carta de intenção para cooperação no setor de pecuária suína;
- iv) memorando de entendimento para criação de parceria entre a agência local de promoção da pequena e média empresa e o SEBRAE;

v) proposta para adoção de acordo de assistência mútua em matéria aduaneira; e

vi) projeto de acordo de cooperação técnica e científica nas áreas de agricultura, pesca e desenvolvimento rural.

35. Como contrapartida, o lado brasileiro poderia incluir, na agenda do encontro bilateral, o tema da cooperação na produção mineral do Gabão, não só pelas atividades de extração já em curso - o país é o terceiro produtor mundial de manganês, atrás somente da África do Sul e da Austrália - como, talvez principalmente, nas áreas ainda intocadas. São abundantes na reserva polimetálica de Mabounié os fosfatos, o urânio, as terras raras, o titânio, o ouro e o nióbio, minério de que o Gabão é detentor da segunda maior concentração inexplorada do mundo.

36. Restariam, ainda, intocadas, as jazidas de minério de ferro de Belinga. Após ter saído vencedora da concorrência internacional de que participou a Vale, a empresa chinesa (criada meses antes e sem experiência no setor) não cumpriu os prazos contratuais estipulados e o Estado gabonês teve de tornar nulo o processo e retomar as jazidas. Malgrado o ocorrido, permaneceria a possibilidade do interesse do setor privado brasileiro, dada a importância para o mercado internacional de minério de ferro das reservas gabonesas.

37. A propósito da eventual realização do encontro, como as reuniões do gênero obedecem ao critério da alternância, caberia ao Brasil ser anfitrião da próxima rodada, para a qual me permito sugerir seja convidado o Presidente Ali Bongo Ondimba a visitar o Brasil à frente da delegação gabonesa. Assinalo que o Chefe de Estado, que já esteve em território brasileiro em três viagens de cunho privado (seu pai esteve por três vezes no Brasil, em 1975, 1992 e 2002) teria me manifestado, ao final do ano passado, sua vontade de retribuir a visita oficial que lhe fez o então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, que esteve em Libreville, em julho de 2004.

5

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 81, de 2020 (Mensagem nº 585/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO MENDES MARZANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.*



Relator: Senador **FERNANDO COLLOR**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor FABIO MENDES MARZANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. FABIO MENDES MARZANO é filho de Igor Marzano e Maria Célia Costa Mendes Marzano, e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 28

de setembro de 1964. Graduou-se em Engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia em 1985.

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco em 1989. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 2001 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2010, ambos do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "Políticas de Inovação no Brasil e nos Estados Unidos, a busca da competitividade", publicada pela FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão) em 2011.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1990. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1995 e a Primeiro-Secretário em 2004; a Conselheiro em 2007, a Ministro de Segunda Classe em 2011 e a Ministro de Primeira Classe, em 2019. Todas as promoções foram por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial (2010-2011); assessor da Secretaria-Geral (2011-2013); chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (2017), chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral da Ásia e Pacífico (2017); Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania (2019 até hoje). Foi, ainda, chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Supremo Tribunal Federal (2017-2019).

No Exterior, serviu nas Embaixadas em Madri (1994-1997), Lima (1997-2000), Caracas (2000-2003), Washington (2008-2010) e na Delegação do Brasil junto à Unesco (2013-2017).

Em 2012 o diplomata recebeu a Ordem de Rio Branco (Brasil), no grau de Grande Oficial e, no mesmo ano, a Ordem do Mérito Aeronáutico (Brasil), no grau de Comendador.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre as agências das Nações Unidas e organismos internacionais sediados em Genebra, do qual destaco informações centrais como subsídio aos membros desta Comissão.



A Missão Permanente do Brasil em Genebra foi estabelecida em 1924, ainda à época da Liga das Nações, primeira tentativa de organização internacional de caráter universal, criada em 1919 e substituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) após a 2ª Guerra Mundial. Foi a primeira Missão Diplomática permanente brasileira junto a um Organismo Internacional. Sua antiguidade atesta o papel histórico desempenhado pelo Brasil na defesa e promoção do multilateralismo, uma vez que a cidade suíça abriga, desde então, algumas das organizações multilaterais de maior relevância no sistema internacional.

O Escritório das Nações Unidas em Genebra é a segunda maior sede da ONU e nele estão sediados, entre outros órgãos, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conselho de Direitos Humanos é composto por 47 Estados membros das Nações Unidas, eleitos pela maioria dos membros da Assembleia Geral da Organização. Sua missão é fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos, desempenhando papel relevante na formação de consensos internacionais em torno do tema e recomendando medidas para coibir suas violações.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados foi criado em 1950 e é a única agência internacional dedicada exclusivamente ao tema dos deslocamentos forçados e da apatridia.

A Organização Internacional do Trabalho foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. Tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Exemplo icônico da cooperação entre o Brasil e a OIT é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que já beneficiou mais de 1 milhão de crianças no país.



Direitos humanos, refúgio seguro e crises migratórias, trabalho decente e digno, em tempos de avanço do desemprego estrutural: em Genebra é o epicentro do multilateralismo, onde se discutem alguns dos grandes temas civilizatórios da atualidade. São desafios que se impõem ao conjunto da Humanidade e cujo enfrentamento efetivo transcende fronteiras. O mais urgente deles vivemos todos de maneira muito concreta hoje na área sanitária. Com a pandemia do novo coronavírus, a Organização Mundial da Saúde passou ao centro das atenções em todo o planeta.

A OMS foi fundada em 1948, com o envolvimento direto do Brasil. O estabelecimento de organismo internacional para tratar do tema da saúde, em âmbito global, foi suscitado conjuntamente pelas delegações do Brasil e da China, na ocasião da criação das Nações Unidas, em 1945. Nos termos de sua constituição, a OMS tem como objetivo primordial "a obtenção por todos os povos do mais alto nível de saúde possível".

Sua atuação, ao longo de mais de sete décadas de história, tem sido pontuada por êxitos de importância vital para imensos contingentes populacionais, especialmente nos países menos desenvolvidos. A erradicação da varíola (1979); a iniciativa global de erradicação da pólio (1988); o reconhecimento e controle da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS - 2003); o estabelecimento do Programa de Emergências em Saúde em resposta à epidemia de Ebola na África Ocidental (2016) são exemplos dos resultados valiosos alcançados pela ação concertada dos países, no âmbito da Organização.

É incontornável, entretanto, reconhecer hesitações e equívocos da OMS em aspectos diversos do enfrentamento da atual crise sanitária. Sinais indicam que a Organização não esteve à altura do desafio. No mundo, já são mais de 1,5 milhão de mortos nessa pandemia.

Os esforços mais recentes se concentram na busca de vacinas eficazes para a doença. Nesse sentido, a OMS coordena a COVAX Facility - iniciativa autofinanciada de países de renda alta e média-alta que colaboram para fundo comum de recursos destinados a garantir seu acesso a futuras vacinas contra a COVID-19 em melhores condições. A COVAX Facility tem como objetivo fornecer vacinas que permitam a imunização de 10 a 50% da



população, conforme decisão do país signatário. O Brasil escolheu inicialmente imunizar 10% de sua população (cerca de 21 milhões de brasileiros) e ter a opção de compra de doses de diferentes vacinas no futuro. A iniciativa conta com envolvimento direto de médica brasileira, a Sra. Mariângela Simão, Diretora-Adjunta para Acesso a Medicamentos e Produtos de Saúde da OMS, que tem desempenhado papel importante na promoção do acesso a tratamentos e na elaboração do Marco de Alocação Equitativa, que define diretrizes para a distribuição de vacinas, testes para diagnóstico e tratamentos.

Em que pese o imenso mérito da iniciativa da Organização, a realidade, desde o início da pandemia, tem sido a busca desarticulada e competitiva dos países por máscaras, respiradores, seringas e vacinas. Em lugar da cooperação, temos feito a gestão da barbárie.

Não há soluções nacionais para problemas globais. Em um mundo interconectado, compartilhamos número crescente de problemas, cujo enfrentamento efetivo depende da negociação incansável, do diálogo maduro, da conciliação de interesses. O multilateralismo fortalece as soberanias nacionais, porque fora dele rege a lei do mais forte. É preciso participar para influenciar a construção de uma ordem mundial mais justa e equitativa.

Com uma das diplomacias mais respeitadas do mundo, o Brasil está habilitado a ter papel protagônico nas discussões em Genebra, emprestando-lhe sua capacidade amplamente reconhecida de aproximar posições, tecer convergências e articular soluções consensuadas.

Esse é o meu relatório, Senhor Presidente.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 81, DE 2020

(nº 585/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO MENDES MARZANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 585

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do disposto no art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **FABIO MENDES MARZANO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

Os méritos do Senhor **FABIO MENDES MARZANO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de outubro de 2020.

EM nº 00190/2020 MRE

Brasília, 6 de Outubro de 2020

Senhor Presidente,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de FABIO MENDES MARZANO, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os organismos internacionais e curriculum vitae de FABIO MENDES MARZANO para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

16/10/2020

SEI/PR - 2170746 - OFÍCIO

00001.005647/2020-70



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Gabinete

OFÍCIO Nº 639/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 15 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho, a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FABIO MENDES MARZANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cargo de Delegado Permanente do Brasil em Genebra.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 15/10/2020, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2170746** e o código CRC **DD0886BA** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

16/10/2020

SEI/PR - 2170746 - OFÍCIO

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005647/2020-70

SEI nº 2170746

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FÁBIO MENDES MARZANO**

CPF: 839.337.867-20

ID: 1936 MRE

1964 Filho de Igor Marzano e Maria Célia Costa Mendes Marzano, nasce em 28 de setembro no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1985 Engenheiro pelo Instituto Militar de Engenharia
 1989 CPCD IRBr - concurso, 2º lugar (Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva)
 2001 CAD IRBr
 2010 CAE IRBr - Políticas de Inovação no Brasil e nos Estados Unidos, a busca da competitividade - tese publicada pela FUNAG em 2011 - Universidade de Brasília, Curso de Relações Internacionais

Cargos:

1990 Terceiro-secretário
 1995 Segundo-secretário
 2004 Primeiro-secretário, por merecimento
 2007 Conselheiro, por merecimento
 2011 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2019 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1991-1994 Secretaria-Geral de Controle (SGC), assistente e chefe, substituto
 1994-1997 Embaixada em Madri, terceiro e segundo-secretário
 1997-2000 Embaixada em Lima, segundo-secretário
 2000-2003 Embaixada em Caracas, segundo-secretário
 2003-2008 Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, coordenador
 2008-2010 Embaixada em Washington, conselheiro
 2010-2011 Divisão de Programas de Promoção Comercial, chefe
 2011-2013 Secretaria-Geral, assessor
 2013-2017 Delegação do Brasil junto à Unesco, ministro-conselheiro
 2017 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos, chefe de gabinete
 2017 Subsecretaria-Geral da Ásia e Pacífico, chefe de gabinete
 2017-2019 Assessoria de Assuntos Internacionais do Supremo Tribunal Federal, chefe
 2019- Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, secretário

Condecorações:

2012 Ordem do Rio Branco - Grande Oficial
 2012 Ordem do Mérito Aeronáutico - Comendador

LUIS PINTO COSTA

Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS E ORGANISMOS
INTERNACIONAIS SEDIADOS EM GENEBRA**

**Informação Ostensiva
Outubro de 2020**

Escritório das Nações Unidas em Genebra e Delegação Permanente do Brasil em Genebra

Escritório das Nações Unidas em Genebra

A segunda maior sede da Organização das Nações Unidas (ONU) está situada em Genebra, na Suíça (a primeira é a de Nova York, onde estão situados, entre outros órgãos, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e a Secretária-Geral da Organização).

No Escritório da ONU em Genebra estão sediados, entre outros, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG, do inglês *United Nations Office at Geneva*) tem como sede o Palácio das Nações, edifício cuja construção teve início em 1929 com vistas a abrigar a Sociedade – ou Liga – das Nações, primeira tentativa de organização internacional de caráter universal, criada em 1919 e substituída pela ONU após a 2ª Guerra Mundial.

Ademais de órgãos, programas e agências das Nações Unidas, a cidade de Genebra é também sede de outras organizações internacionais independentes do sistema ONU, como a Federação Internacional da Cruz Vermelha.

Missão Permanente do Brasil em Genebra

Em 1924, o Brasil estabeleceu, em Genebra, sua primeira Missão Diplomática permanente junto a um Organismo Internacional (Delegação Permanente do Brasil à Liga das Nações), com “status” de Embaixada.

Nas últimas décadas, a Missão Permanente do Brasil em Genebra foi chefiada por, entre outros, Paulo Nogueira Batista (1983-1987), Rubens Ricupero (1987-1991), Celso Amorim (1991-1993 e 1999-2001), Luiz Felipe Lampreia (1993-1995), Luiz Felipe de Seixas Corrêa (2002-2005), Maria Nazareth Farani Azevedo (2008-2013) e Regina Dunlop (2013-2017).

Desde 2017, desempenha a função de Delegada Permanente do Brasil em Genebra a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Organização Mundial da Saúde (OMS)



Membros	194 membros: Niue, Ilhas Cook e todos os países membros da ONU, à exceção de Liechtenstein
Ano da fundação	1948
Ano de adesão do Brasil	1948
Sede da OMS	Genebra, Suíça Endereço: Avenue Appia 20 1211 Genève 27 Suisse
Diretora-Geral	Tedros Adhanom Ghebreyesus
Escritório da OMS no Brasil	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - 70800-400 - Brasília
Diretor do Escritório no Brasil	Socorro Gross

Informações gerais

A Organização Mundial da Saúde (OMS) é organismo especializado para o tema da saúde no sistema das Nações Unidas. Nos termos de sua constituição, seu objetivo principal é "a obtenção por todos os povos do mais alto nível de saúde possível". O

amplo mandato da OMS inclui promover a cobertura universal de saúde (UHC, na sigla em inglês), monitorar os riscos à saúde pública, coordenar respostas a emergências de saúde e promover a saúde e o bem-estar humanos. Está encarregada de debater as questões internacionais de saúde, formular a agenda de pesquisa nessa área, estabelecer normas e padrões, articular opções de políticas com base em evidências, fornecer apoio técnico para os países e monitorar as tendências sanitárias mundiais. A OMS e seus países-membros trabalham em coordenação com outros parceiros, incluindo agências, doadores, organizações não governamentais, centros de apoio da OMS e o setor privado.

A Assembleia Mundial da Saúde é o órgão decisório supremo da OMS. Os encontros ocorrem, geralmente, em maio de cada ano, e contam com a participação de delegações dos 194 países-membros. A principal função é determinar as políticas da Organização. A Assembleia indica o Diretor-Geral, supervisiona as políticas financeiras da organização, bem como revisa e aprova o programa de orçamento proposto. Examina, ademais, relatos da comissão executiva, à qual fornece instruções relativas a assuntos que podem requerer ação, estudo, investigação ou relato. Outro órgão intergovernamental decisório da OMS é o Conselho Executivo, o qual o Brasil presidiu entre 2018 e 2019.

O Secretariado da OMS conta com cerca de 7.000 funcionários, incluindo especialistas de saúde e de outras áreas, bem como funcionários de apoio contratados por períodos fixos, trabalhando nos escritórios-sedes, nos seis escritórios regionais e nos 150 escritórios nacionais. Seu orçamento é de cerca de USD 5,9 bilhões, composto majoritariamente por contribuições voluntárias.

A Organização é dirigida pelo Diretor-Geral, que é indicado pela Assembleia Mundial da Saúde quando da nomeação da Junta Executiva. O brasileiro Marcolino Candau foi DG-OMS por quatro mandatos sucessivos, entre 1953 e 1973.

Perfil do Diretor-Geral da OMS



O Doutor Tedros Adhanom Ghebreyesus é o Diretor-Geral da OMS, eleito durante a 70ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), em maio de 2017. Seu mandato

iniciou-se em 1 de julho de 2017 e terminará em 30 de junho de 2022.

Tedros é biólogo, tem doutorado em Saúde Comunitária pela Universidade de Nottingham e mestrado em Imunologia de Doenças Infecciosas pela Universidade de Londres.

É o primeiro Diretor-Geral da OMS do continente africano e o primeiro a ter sido eleito entre vários candidatos pela AMS. O Brasil apoiou sua candidatura.

O atual DG-OMS delineou cinco prioridades principais para a Organização: cobertura universal de saúde; emergências de saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; impactos na saúde das mudanças climáticas e ambientais; e uma OMS transformada.

Antes de sua eleição como Diretor-Geral da OMS, o Dr. Tedros serviu como Ministro das Relações Exteriores da Etiópia de 2012–2016. Nessa função, liderou negociações da Agenda de Ação de Adis Abeba, na qual 193 países se comprometeram com o financiamento necessário para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Foi, igualmente, Ministro da Saúde da Etiópia de 2005 a 2012, onde liderou uma reforma abrangente do sistema de saúde do país e obteve reconhecimento internacional pelo aumento do acesso da população aos serviços de saúde e pela melhoria dos indicadores de saúde naquele país.

Diretora-Geral Adjunta para Acesso a Medicamentos e Produtos de Saúde, Mariângela Simão

A brasileira Mariângela Simão ingressou na OMS em 2017. Antes, fez parte do quadro do UNAIDS (a partir de 2010). Previamente, foi Diretora do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, HIV/AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. Atuou no sistema público de saúde brasileiro a partir 1982. Como profissional de saúde pública, em âmbito municipal, estadual e nacional, teve participação ativa na descentralização do SUS, adquirindo ampla experiência em seu fortalecimento. Coursou graduação em Pediatria e Saúde Pública e mestrado em Saúde Materno Infantil no Reino Unido. No âmbito da pandemia de COVID-19, tem realizado importante papel na promoção do acesso a tratamentos para a doença e na elaboração do Marco de Alocação Equitativa, que define diretrizes para distribuição de vacinas, testes para diagnóstico e tratamentos.

Principais funções da OMS

O 13º Programa Geral de Trabalho da OMS (GPW 13) define a estratégia da Organização para o período 2019-2023. Concentra-se nos impactos mensuráveis sobre a saúde das pessoas em nível nacional e definiu três prioridades (conhecidas como “tríplo bilhão”): i) um bilhão de pessoas a mais beneficiando-se da cobertura

universal de saúde; ii) um bilhão de pessoas a mais melhor protegidas de emergências de saúde; e iii) um bilhão de pessoas a mais desfrutando de melhor saúde e bem-estar.

Entre as principais funções da OMS, estão as seguintes:

- Proporcionar liderança em assuntos críticos para a saúde, e engajamento para o estabelecimento de parcerias visando ação conjunta quando for necessário;
- Elaborar a agenda de pesquisa e estimular a geração, tradução e disseminação de conhecimento;
- Estabelecer normas e padrões, e promover e monitorar sua implementação;
- Articular opções de políticas éticas e baseadas em evidências;
- Promover apoio técnico, catalisando mudanças e construindo capacidade institucional sustentável; e,
- Monitorar a situação da saúde e avaliar tendências na área de saúde.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Foram concluídas em agosto de 2015 as negociações que culminaram na adoção, no mês seguinte, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Resultado de processo iniciado em 2013 e que seguiu mandato emanado da Conferência Rio+20, os ODS deverão apoiar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Chegou-se a um acordo que contempla 17 Objetivos e 169 metas, envolvendo temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação.

Breve Histórico da OMS

- 1945: na ocasião da criação das Nações Unidas, em 1945, uma das questões discutidas foi o estabelecimento de uma organização de saúde mundial, tema suscitado conjuntamente pelas delegações do Brasil (sob a iniciativa de Geraldo de Paula Souza) e da China. A constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) entrou em vigor em 7 de abril de 1948. O dia 7 de abril passou a ser o Dia Mundial da Saúde.

- 1948: delegados de 53 dos 55 países membros fundadores da OMS compareceram à primeira Assembleia da Organização em junho de 1948. Decidiram que as prioridades iniciais da OMS seriam a malária, saúde das mulheres e crianças,

tuberculose, infecções sexualmente transmissíveis, nutrição e saúde ambiental. O trabalho da OMS, desde então, ampliou-se para, também, cobrir problemas de saúde que não eram sequer conhecidos em 1948, incluindo novas doenças como o HIV/Aids. Em 1948, a OMS assumiu a responsabilidade pela Classificação Internacional de Doenças (CID), que remonta aos anos de 1850. A CID é usada para classificar doenças e outros problemas de saúde, e tornou-se o padrão internacional usado para fins clínicos e epidemiológicos.

- 1952: O Doutor Jonas Salk (EUA) desenvolveu a primeira vacina bem-sucedida contra a pólio.

- 1952 – 1964: Programa Global de controle da boubá (erupção cutânea também conhecida como frambesia ou *yaws*). Uma das primeiras doenças que chamou a atenção da OMS, a boubá é uma doença degenerativa que afligiu cerca de 50 milhões de pessoas em 1950. O Programa Global de controle dessa doença, em operação entre 1952-1964, usou penicilina de longa ação para tratá-la com uma única injeção. Por volta de 1965, o Programa já havia examinado 300 milhões de pessoas em 46 países, e reduzido a incidência global da doença em mais de 95%.

- 1967: O cirurgião sul-africano Christiaan Barnard conduziu o primeiro transplante de coração.

- 1974: A Assembleia Mundial da Saúde adotou resolução para a criação do Programa de Extensão em Imunização, a fim de dar acesso a vacinas básicas para todas as crianças do mundo.

- 1977: Criação da Lista de Medicamentos Essenciais, dois anos depois de a Assembleia Mundial da Saúde introduzir os conceitos de medicamentos essenciais e política nacional de remédios. Atualmente, 156 países dispõem de uma lista nacional de medicamentos essenciais.

- 1978: A Conferência Internacional sobre Atenção Primária à Saúde, em Alma-Ata, Cazaquistão, estabeleceu a meta histórica de “saúde para todos”. A referida declaração, que estabeleceu a atenção primária como prioridade, foi atualizada pela Declaração de Astana, de 2018, que comemora os 40 anos do “espírito de Alma-Ata” e reafirma que uma atenção primária à saúde forte é essencial para alcançar a cobertura universal de saúde.

- 1979: Erradicação da varíola – doença que havia mutilado e causado a morte de milhões – considerada uma das maiores conquistas da OMS. A campanha para a erradicação dessa doença mortal pelo mundo foi coordenada pela OMS entre 1967 e 1979. Foi a primeira e, até agora, a única vez que uma doença infecciosa foi erradicada.

- 1983: O Instituto Pasteur, da França, identifica o vírus HIV.
- 1988: A iniciativa global de erradicação da pólio é estabelecida. Desde seu lançamento em 1988, a iniciativa reduziu o número de casos de pólio em mais de 99%. Conduzido pelos governos nacionais, OMS, Rotary Internacional, centros para prevenção e controle de doenças dos Estados Unidos e a UNICEF, o programa já imunizou mais de dois milhões de crianças, graças à mobilização de mais de 20 milhões de voluntários e trabalhadores da saúde. Como resultado, estima-se que cinco milhões de crianças estão andando atualmente e que mais de 1,5 milhão de mortes infantis foram evitadas. A meta de erradicar a pólio segue vigente.
- 2003: A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) foi reconhecida pela primeira vez, e, então, controlada.
- 2003: Estabelecimento da Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco. Após cerca de quatro anos de negociações intensas, a Assembleia Mundial da Saúde adotou, de maneira unânime, o primeiro tratado internacional público de saúde da OMS. A Convenção tem como objetivo reduzir as mortes e doenças relacionadas ao tabaco pelo mundo.
- 2004: Adoção de uma estratégia global em dieta, atividade física e saúde.
- 2005: A Assembleia Mundial da Saúde revisa e atualiza o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), internalizado pelo Brasil em janeiro de 2020.
- 2012: Adoção do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, durante a V Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.
- 2013: Publicação do Plano Global de Ação para prevenção e controle de Doenças Não Transmissíveis (2013-2020).
- 2016: Estabelecimento do Programa de Emergências em Saúde, atualmente dirigido por Michael Ryan, em resposta à epidemia de Ebola na África Ocidental. No mesmo ano, foi declarada nova Emergência Pública de Saúde de Interesse Internacional pela propagação do vírus Zika e estabelecido o Marco de Ação de Resposta Estratégica e Plano de Operações Conjuntas para orientar a resposta internacional à doença.
- 2020: Declaração de Emergência Pública de Saúde de Interesse Internacional em decorrência da pandemia de COVID-19, em 30 de janeiro.

OPAS/OMS Brasil

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública criado em 1902, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. A integração às Nações Unidas acontece quando a entidade se torna o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. A OPAS/OMS tem personalidade jurídica internacional própria e faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na qualidade de escritório regional da OMS, cabe à OPAS prestar cooperação técnica aos estados-membros para melhoria de seus serviços públicos de saúde. Assim, a cooperação técnica com o Brasil é prestada pela OPAS. Ressalte-se, por oportuno, que o Ministério da Saúde mantém estreita coordenação e cooperação com a Organização, por meio de Termos de Cooperação, utilização do Fundo Rotatório de Vacinas, o Fundo Estratégico de Compra de Medicamentos e outros mecanismos.

A OPAS tem 35 estados membros, incluindo todos os estados do hemisfério, e 3 estados participantes (França, Países Baixos e Reino Unido), estados estes que embora não tenham sede de governo no hemisfério, consideram territórios ou grupos de territórios no hemisfério como parte de seu território ou conduzem as relações internacionais destes. Há ainda estados associados e observadores, sem voto. Seus órgãos diretivos são a Conferência Sanitária Pan-Americana, o Conselho Diretor e o Comitê Executivo.

A atual Representante da OPAS/OMS no Brasil é a Doutora Socorro Gross.

OMS/OPAS e a pandemia de COVID-19

Em 5 de janeiro de 2020, a OMS tornou público o surgimento de "pneumonia de causa desconhecida" na China e anunciou investigação sobre a doença. Em 20 de janeiro, confirmou a transmissão da doença entre humanos. Em 30 de janeiro, declarou Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional e instou todos os países a iniciar plano de resposta. Em 11 de março, o DG-OMS afirmou que o surto constituía uma pandemia. A OMS coordena diversas iniciativas em resposta à crise, como o ACT-Accelerator e os "Solidarity Trials", que buscam acelerar o desenvolvimento e o acesso de todos os países a ferramentas essenciais – como vacinas, tratamentos e medicamentos, e testes para diagnóstico - para o enfrentamento da pandemia.

A pandemia de COVID-19 tem revelado as limitações e as deficiências da Organização Mundial da Saúde (OMS). A incapacidade da Organização de responder com celeridade e efetividade à crise abriu oportunidade para dar início a processo de reflexão, revisão e reforma. A 73ª Assembleia Mundial de Saúde aprovou Resolução sobre a Resposta à COVID-19 (WHA 73.1), copatrocinada pelo Brasil, que prevê avaliação independente a respeito das origens e disseminação da pandemia, bem

como avaliação sobre a atuação da OMS e reflexão sobre medidas necessárias para aperfeiçoar a resposta da Organização, mas não contempla diretamente reforma da instituição.

Na esteira da referida resolução, foi criado Painel Independente para Preparação e Resposta à Pandemia (IPPR, na sigla em inglês) para avaliar a resposta mundial à pandemia COVID-19. O Painel é co-presidido pela ex-Primeira-Ministra da Nova Zelândia, Helen Clark, e pela ex-Presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf. Deverá apresentar, ao final, relatório e recomendações para eventual reforma do sistema de resposta internacional a emergências de saúde pública de importância internacional. Em 27 de agosto, a OMS anunciou a criação de um Comitê de Revisão de especialistas independentes para examinar os aspectos do tratado internacional que rege a preparação e a resposta a emergências de saúde.

COVAX Facility

O Brasil aderiu, em 25 de setembro, à COVAX Facility - iniciativa coordenada pela GAVI, CEPI e OMS - autofinanciada de países de renda alta e média-alta que colaboram para fundo comum de recursos para garantir seu acesso a futuras vacinas seguras e eficazes contra a COVID-19 em melhores condições.

A COVAX Facility tem como objetivo fornecer vacinas que permitam a imunização de 10 a 50% da população, conforme decisão do país signatário. Atualmente, 9 projetos de vacinas, selecionadas por especialistas, integram a carteira da iniciativa, que pode se ampliar no futuro. Os projetos têm diferentes tecnologias e vieram de diferentes continentes. Os critérios de escolha são: i) probabilidade de revelar-se eficaz e segura; ii) tempo para sua finalização; e iii) possibilidade de produção em larga escala.

O Brasil escolheu inicialmente imunizar 10% de sua população (cerca de 21 milhões de brasileiros) e ter a opção de compra de doses de diferentes vacinas no futuro.

Organização Internacional do Trabalho



Países-membros:	187 membros (todos os países-membros da ONU, à exceção de Andorra, Butão, República Popular Democrática da Coreia, Mônaco, Liechtenstein, Micronésia e Nauru)
Ano da fundação	1919
Ano de adesão do Brasil	1919
Sede da OIT	Genebra, Suíça Endereço: 4 route des Morillons - CH-1211 Genève 22 - Switzerland -
Diretor-Geral	Guy Ryder
Escritório da OIT no Brasil	Endereço: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35 - Brasília - DF / Brasil - 70800-400 Tel.: +55.61.2106-4600 Fax: +55.61.3322-4352
Diretor do Escritório no Brasil	Martin Hahn

Perfil biográfico

Guy Ryder

Diretor-Geral da OIT



Nasceu em Liverpool, Reino Unido, em 1956, e graduou-se nas Universidades de Cambridge e Liverpool. Começou sua carreira no Departamento Internacional do Congresso Sindical em Londres. Em 1985, tornou-se Secretário da Seção de Indústria da Federação Internacional dos Empregados Comerciais, Clericais, Profissionais e Técnicos (FIET), em Genebra. Em 1988, tornou-se Diretor-Assistente e, em 1993, Diretor do Escritório em Genebra da Confederação Internacional de Entidades Sindicais Livres.

Em 1988, tornou-se Diretor do Bureau para Atividades dos Trabalhadores da Organização Internacional do Trabalho e, em 1999, foi indicado para o cargo de Chefe de Gabinete do Diretor-Geral.

Em 1992, tornou-se Secretário-Geral da Confederação Internacional das Entidades Sindicais Livres (ICFTU), em Bruxelas, cargo ocupado até novembro de 2006, quando tornou-se Secretário-Geral da Confederação Sindical Internacional (ITUC).

Em setembro de 2010, retornou à OIT como Diretor Executivo do Departamento de Normas e Princípios Fundamentais do Trabalho. Desde 2012, é Diretor-Geral da OIT. Foi reeleito em 2017, com apoio do Brasil.

Informações gerais

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Trabalho Decente, conceito formalizado pela OIT em 1999, sintetiza essa missão histórica, sendo considerado condição fundamental

para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

São os seguintes os quatro objetivos estratégicos da OIT: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Estrutura da OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência tripartite das Nações Unidas composta por representantes de Governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. Essa estrutura tripartite faz da OIT o único fórum no qual Governos e parceiros sociais da economia de 185 países-membros possam debater, e elaborar livremente padrões e políticas.

O Escritório Internacional do Trabalho é o secretariado permanente da OIT, sua matriz operacional. A administração e o gerenciamento são descentralizados em escritórios regionais e representações em mais de 40 países, inclusive o Brasil, sob a liderança do Diretor-Geral. O escritório regional para a América Latina e o Caribe está localizado em Lima, Peru.

Diretor-Geral da OIT

O Diretor-Geral é eleito a cada cinco anos pela Direção da OIT. O Diretor-Geral está sujeito às instruções dessa Direção, sendo responsável pela condução eficiente do Escritório Internacional do Trabalho.

Tribunal Administrativo da OIT

O Tribunal Administrativo da OIT examina queixas referentes a emprego por agentes do Escritório Internacional do Trabalho, e de outras organizações internacionais que tenham reconhecido a sua jurisdição. Atualmente está aberto para aproximadamente 46.000 funcionários civis ativos, ou ex-funcionários, de cerca de 60 organizações.

Os centros e escritórios da OIT

A OIT é importante referência no tema do trabalho. A Organização dispõe de institutos e centros que fornecem pesquisa especializada, treinamento e apoio para os escritórios e integrantes da OIT.

Histórico

A OIT foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. A OIT desempenhou, desde sua criação, papel importante na definição das legislações trabalhistas, e na elaboração de políticas econômicas, sociais e trabalhistas nacionais. É responsável pela formulação e aplicação das Normas Internacionais do Trabalho. As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico.

O Brasil está entre os membros fundadores da OIT, e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião. Na primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, a OIT adotou seis convenções. A primeira delas respondia a uma das principais reivindicações do movimento sindical e operário do final do século XIX e começo do século XX: a limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 semanais. As outras convenções adotadas nessa ocasião referiram-se à proteção à maternidade, à luta contra o desemprego, à definição da idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria e à proibição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos. Albert Thomas tornou-se o primeiro Diretor-Geral da OIT.

Em 1926, a Conferência Internacional do Trabalho introduziu inovação importante: com vistas a supervisionar a aplicação das normas, criou a Comissão de Peritos, composta por juristas independentes, encarregada de examinar os relatórios enviados pelos governos sobre a aplicação de convenções por eles ratificadas (as “memórias”). A cada ano, essa Comissão apresenta seu próprio relatório à Conferência. Desde então, seu mandato foi ampliado para incluir memórias sobre convenções e recomendações não ratificadas.

Entre 1919 e 1939, foram adotadas 67 convenções e 66 recomendações. A eclosão da Segunda Guerra Mundial interrompeu temporariamente esse processo. Em agosto de 1940, a localização da Suíça no coração de uma Europa em guerra levou o novo Diretor-Geral, John Winant, a mudar temporariamente a sede da Organização de Genebra para Montreal, no Canadá. Em 1944, os delegados da Conferência Internacional do Trabalho adotaram a Declaração de Filadélfia que, como anexo à sua Constituição, constitui, desde então, a carta de princípios e objetivos da OIT. A Declaração reafirmou o princípio de que a paz permanente só pode estar baseada na justiça social, e estabeleceu quatro ideias fundamentais, que constituem valores e princípios básicos da OIT até hoje: que o trabalho deve ser fonte de dignidade; que o trabalho não é uma mercadoria; que a pobreza, em qualquer lugar, é uma ameaça à prosperidade de todos; e que todos os seres humanos tem o direito de perseguir o seu bem estar material em condições de liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades.

No final da guerra, nasce a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de manter a paz através do diálogo entre as nações. A OIT, em 1946, se

transforma em sua primeira agência especializada.

Em 1969, ano em que comemorava seu 50º aniversário, a OIT recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Ao apresentar o prestigioso prêmio, o Presidente do Comitê do Prêmio Nobel ressaltou que “a OIT tem uma influência perpétua sobre a legislação de todos os países” e deve ser considerada “a consciência social da humanidade”.

Em 1998, a Conferência Internacional do Trabalho, na sua 87ª Sessão, adotou a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, definidos como o respeito à liberdade sindical e de associação; o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a efetiva abolição do trabalho infantil; e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A Declaração associa a esses 4 direitos e princípios 8 convenções, que passaram a ser definidas como fundamentais. Estabelece que todos os Estados Membros da OIT, pelo simples fato de a integrarem e de terem aderido à sua Constituição, são obrigados a respeitar esses direitos e princípios, havendo ou não ratificado as convenções a eles correspondentes. A Conferência define também a ratificação universal dessas convenções como um objetivo, senta as bases para um amplo programa de cooperação técnica da OIT com os seus Estados-Membros com o objetivo de contribuir à sua efetiva aplicação e define um mecanismo de monitoramento dos avanços realizados.

Em junho de 2008, durante a 97ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que se realiza anualmente em Genebra, representantes de governos, empregadores e trabalhadores, adotaram um dos mais importantes documentos da OIT: a Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa. O documento corresponde a uma das primeiras manifestações de um organismo internacional com preocupações sobre o mundo globalizado e a grave crise financeira internacional, que iria eclodir a partir de setembro de 2008.

Em 2019, a OIT completou 100 anos, celebrados durante a 108ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Dela resultou a “Declaração do Centenário sobre o Futuro do Trabalho”, que trata dos maiores desafios e oportunidades para um futuro justo e sustentável, com uma abordagem centrada no ser humano: investimento em emprego, formação, proteção social; igualdade de gênero; regulação do mercado de trabalho de modo a oferecer salários adequados, limitação de jornada de trabalho, saúde e segurança; e garantia dos direitos fundamentais, mediante a adoção de políticas que promovam um ambiente propício ao desenvolvimento de empresas sustentáveis, crescimento econômico e trabalho decente para todos.

Desde o início da pandemia de COVID-19, a OIT vem desenvolvendo trabalho atento e intenso de produção de análises, textos de orientação e debates com vistas ao enfrentamento do desemprego e manutenção da renda, saúde e segurança dos trabalhadores em todo o planeta.

OIT no Brasil

No Brasil, a OIT tem mantido representação desde a década de 1950, com programas e atividades que refletem os objetivos da Organização ao longo de sua história. Além da promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social, a atuação da OIT no Brasil tem se caracterizado, no período recente, pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente em áreas tão importantes como o combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho e à promoção de trabalho decente para os jovens, entre outras.

Em maio de 2006, o Brasil lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), em atenção ao Memorando de Entendimento para a promoção de uma agenda de trabalho decente no país, assinado em junho de 2003. A Agenda define três prioridades: a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; a erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática. As organizações de empregadores e de trabalhadores devem ser consultadas permanentemente durante o processo de implementação da Agenda.

O Brasil é pioneiro no estabelecimento de Agendas Subnacionais de Trabalho Decente. O Estado da Bahia lançou sua Agenda em dezembro de 2007, e o Estado de Mato Grosso realizou, em abril de 2009, a sua Conferência Estadual pelo Trabalho Decente, com o mesmo objetivo.

Em maio de 2006, a ANTD foi lançada em Brasília pelo então Ministro do Trabalho e Emprego (MTE), por ocasião da XVI Reunião Regional Americana da OIT, durante a qual também foi lançada, pelo Diretor-Geral da OIT, a Agenda Hemisférica do Trabalho Decente (AHTD). Com o objetivo de contribuir à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais, a ANTD se estrutura em torno de três prioridades: (i) a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidade e de tratamento; (ii) a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, em especial, em suas piores formas; e, (iii) o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como instrumento de governabilidade democrática. Elaborada por um grupo de trabalho interministerial, com assistência técnica permanente da OIT, e submetida à consulta no âmbito da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI), a ANTD estabelece resultados esperados e linhas de ação para cada uma das prioridades definidas.

O processo de implementação da ANTD ganhou novo impulso no final de 2007, com a constituição de um Grupo Técnico Tripartite (GTT) de consulta e monitoramento. Também se avançou, nesse período, na discussão sobre os indicadores para monitorar os avanços nas diversas dimensões do trabalho decente, e na experiência pioneira de elaboração de Agendas estaduais (Bahia, Mato Grosso) e intermunicipais (região do ABC Paulista) de Trabalho Decente.

O passo seguinte foi a elaboração do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), a partir de uma proposta construída por um grupo interministerial mais amplo que o anterior, também coordenado pelo então MTE e com a assistência técnica da OIT. No dia 4 de junho de 2009, foi formalizado, por Decreto Presidencial, o Comitê Executivo Interministerial encarregado da elaboração do PNETD, concebido como um instrumento de implementação da ANTD.

Durante 2009, o PNETD foi intensamente discutido por diversas áreas do Governo Federal e pelo Grupo de Trabalho Tripartite (GTT), em um importante processo de diálogo social. Como resultado, foi construído um consenso tripartite em torno às prioridades e resultados do PNETD, referendado por um documento firmado por representantes de governo, empregadores e trabalhadores durante a 98ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (junho de 2009). Na ocasião, uma Declaração Conjunta assinada pelo Presidente Lula e pelo Diretor-Geral da OIT reafirmou o compromisso entre o Governo brasileiro e a OIT em relação ao tema.

O mesmo Decreto que criou o Comitê Interministerial instituiu o Subcomitê da Juventude, com o objetivo de elaborar uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ). Esse objetivo foi cumprido durante o ano de 2010, através de um amplo e produtivo processo de diálogo tripartite. A ANTDJ se organiza em torno a quatro prioridades: (i) mais e melhor educação; (ii) conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar; (iii) inserção digna e ativa no mundo do trabalho; (iv) diálogo social.

Cooperação Sul-Sul tripartite com a OIT

A cooperação entre o Brasil e a OIT teve início em 1992 por meio da implementação, no Brasil, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que contou com o apoio técnico da OIT e já beneficiou mais de 1 milhão de crianças. Desde 2005, o foco da parceria Brasil-OIT se voltou para a cooperação técnica Sul-Sul triangular em benefício de países em desenvolvimento, destacadamente na prevenção e eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado, na promoção da proteção social, no fortalecimento de inspeções de trabalho e no fomento à ATD.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS)



Países-membros	<p>Grupos Regionais de apoio</p> <p>Grupo África - Leste e Sul África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Eritreia, Etiópia, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Seychelles, Sudão do Sul, Suazilândia, Uganda, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue.</p> <p>Grupo África - Norte e Oriente Médio Arábia Saudita, Argélia, Djibouti, Egito, Iémen, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Bahrain, Iraque, Kuwait, Síria e Emirados.</p> <p>Grupo África - Oeste e Central Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africana, Chade, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo.</p>
----------------	--

	<p>Grupo – América Latina e Caribe Argentina, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guyana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.</p> <p>Grupo - Ásia e Pacífico Afeganistão, Austrália, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, China, Fiji, Índia, Indonésia, Ilhas Marshall, Japão, Kiribati, Laos, Malásia, Maldivas, Micronésia, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Zelândia, Paquistão, Palau, Papua Nova Guiné, Filipinas, RD Coreia, República da Coreia, Solomon Islands, Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Timor Leste, Tuvalu, Vietnã, Tonga.</p> <p>Grupo – Europa da Leste e Ásia Central Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Montenegro, República da Moldova, Rússia, Tajiquistão, República da Macedônia, Ucrânia, Uzbequistão.</p> <p>Grupo – Outros países Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Elováquia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda,</p>
--	---

	Israel, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Sérvia, Suécia, Suíça, Turquia.
Ano de estabelecimento	1994
Sede da UNAIDS	Secretariado da UNAIDS UNAIDS Secretariat 20, Avenue Appia CH-1211 Geneva 27 Switzerland
Diretor Executivo	Winnie Byanyima
Escritório da UNAIDS no Brasil	CASA DA ONU Setor de Embaixadas Norte - SEN, Quadra 802 - Lote 17 CEP: 70800-400 – Brasília-DF TEL: 3038-9217 E-mail: brazil@unaids.org Site: www.unaids.org.br
Contatos da UNAIDS no Brasil	- Claudia Velasquez (Diretora do UNAIDS no Brasil)

Informações Gerais

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) encoraja, mobiliza e apoia os países para alcançar o acesso universal à prevenção, tratamento e cuidados no que concerne ao HIV. Reúne os recursos do Secretariado do UNAIDS e de dez Organizações do Sistema ONU (as Agências Co-patrocinadoras), em esforços coordenados e especializados para unir o mundo contra a Aids.

Estabelecido em 1994, por uma resolução do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), e lançado em janeiro de 1996, o UNAIDS é guiado por uma Junta de Coordenação de Programas (PCB), com representantes de 22 Governos de todas as regiões geográficas, além das Agências Co-patrocinadoras (ACNUR, Banco Mundial, OIT, OMS, PMA, PNUD, UNESCO, UNFPA, UNICEF e UNODC) e do Secretariado do UNAIDS, e cinco representantes de organizações não-governamentais, incluindo associações de pessoas vivendo com HIV.

Para garantir que os países recebam o melhor apoio técnico especializado, e

para evitar duplicação de esforços, uma “divisão do trabalho”, baseada nas vantagens comparativas de cada Agência, orienta o apoio oferecido pelo Programa Conjunto (Secretariado do UNAIDS e Co-patrocinadores). Cada uma das organizações que integram o UNAIDS lidera em pelo menos uma área técnica.

O Secretariado do Gabinete Executivo da UNAIDS é um fórum para tomada de decisões em alto nível sobre temas estratégicos para a Organização. É composto pelo Diretor Executivo, pelos Vice-Diretores Executivos das filiais do Programa e da filial de Gerenciamento e Governança e pelo Diretor do Escritório Executivo.

Perfil da Diretora Executiva - Winnie Byanyima



Winnie Byanyima é a Diretora Executiva da UNAIDS, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids.

Nascida em Uganda, engenheira de formação, foi diretora-executiva da Oxfam até ser indicada ao atual cargo. Foi parlamentar em seu país por três mandatos, tendo participado de negociações de paz em países que passaram por conflitos armados, como Ruanda, Burundi e Sudão.

Foi diretora da área de desenvolvimento da União Africana, além de diretora de gênero e desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e participou do Painel de Alto Nível da ONU sobre Acesso a Medicamentos, em 2016. Propõe utilizar sua experiência em gerenciamento organizacional em prol do fortalecimento do UNAIDS.

Formada em engenharia aeronáutica, pela Universidade de Manchester, com mestrado em engenharia mecânica, pela Universidade de Cranfield, Byanyima recebeu diversos prêmios, incluindo um doutorado honorário da Universidade de Manchester, Reino Unido, um doutorado honorário da Universidade Monte São Vicente, Canadá, e o Prêmio de Direitos Humanos e Solidariedade entre os Povos de 2018, conferido pelo Conselho de Ciências Sociais da América Latina.

Indicada pelo SGNU, em 14 de agosto, após abrangente processo de consultas, que envolveu a criação de "Search Committee", formado por membros do Conselho Coordenador de Programas do UNAIDS (PCB, na sigla em inglês). A recomendação final, com base na lista curta produzida pelo "Search Committee", foi feita ao SGNU pelo Comitê de Copatrocinadores (CCO, na sigla em inglês). Parece ter sido decisivo o apoio de tradicionais doadores e de parte relevante da sociedade civil a Winnie Byanyima, cujos longos anos à frente da Oxfam, bem como o fato de ser a única mulher entre os cinco nomes da lista curta, também possivelmente contribuíram para a obtenção da recomendação por parte do CCO e sua designação final pelo SGNU.

Em sua primeira declaração após a designação, Byanyima afirma estar honrada em se juntar à equipe do UNAIDS, em momento fundamental para a resposta ao HIV. Assinala que o objetivo de eliminar a AIDS como ameaça à saúde pública até 2030 está ao alcance da comunidade internacional, mas que não se deve subestimar a escalada do desafio que se apresenta. Ressalta que o UNAIDS, juntamente com as organizações parceiras, deve seguir promovendo os direitos humanos e sendo uma voz para pessoas marginalizadas, a fim de lograr o fim da epidemia de HIV/AIDS.

Metas da UNAIDS para 2016-2021

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) lidera iniciativas para alcançar a meta de zero nova infecção por HIV, zero discriminação e zero morte relacionada à AIDS. Na sua 37ª reunião, a Junta de Coordenação do Programa (PCB, na sigla em inglês) adotou uma nova estratégia para acabar com a epidemia da AIDS como ameaça à saúde pública até 2030.

A Estratégia UNAIDS 2016-2021 é um dos primeiros documentos do sistema das Nações Unidas a ser alinhado aos ODS, que estabeleceram o marco para a política de desenvolvimento global nos próximos 15 anos, incluindo o fim da epidemia da AIDS até 2030. As metas para o período 2016-2020 são conhecidas como '**90-90-90**':

- Até 2020, 90% de todas as pessoas vivendo com HIV saberão que têm o vírus;
- Até 2020, 90% de todas as pessoas diagnosticadas como portadoras do vírus HIV receberão tratamento ininterruptamente;
- Até 2020, 90% de todas as pessoas recebendo tratamento antirretroviral apresentarão supressão viral.

UNAIDS no Brasil

O UNAIDS mantém representação no Brasil desde o ano 2000, em Brasília. Desde 2010, é o ponto focal do Secretariado junto à CPLP, na área de cooperação em HIV/Aids.

Entre as ações desenvolvidas pelo UNAIDS no Brasil estão a campanha #ZeroDiscriminação e mostra internacional de filmes sobre o tema, além de projetos e campanhas sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH)



Países-membros: É composto por 47 Estados-membros das Nações Unidas, que são eleitos pela maioria dos membros da Assembleia Geral das Nações Unidas em eleições diretas e secretas. A Assembleia Geral leva em consideração a contribuição dos Estados candidatos para a promoção e proteção dos Direitos Humanos, bem como seus compromissos voluntários e empenho nessa área. A composição do Conselho é baseada em uma distribuição geográfica equitativa. Os assentos estão distribuídos da seguinte forma:

1. Países Africanos: 13 assentos
2. Países Asiáticos: 13 assentos
3. Países Latino-Americanos e Caribenhos: 8 assentos
4. Países da Europa Ocidental e outros: 7 assentos
5. Países da Europa Oriental: 6 assentos

Os membros eleitos servem por um período de três anos. É possível a reeleição. Os países não são elegíveis para nova reeleição imediata após servirem por dois períodos consecutivos.

Os atuais membros do Conselho, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, por grupos regionais, são os seguintes (os números entre parênteses indicam o ano de término do atual mandato):

Países Africanos:

Angola (2020)
 Burkina Faso (2021)
 Cameroun (2021)
 República do Congo (2020)
 Eritreia (2021)
 Líbia (2022)
 Mauritânia (2022)
 Namíbia (2022)

Nigéria (2020)

Senegal (2020)
 Somália (2021)
 Sudão (2022)
 Togo (2021)

Países Asiáticos:

Afeganistão (2020)
 Bahrein (2021)

Bangladesh (2021)
Catar (2020)
Fiji (2021)
Filipinas (2021)
Índia (2021)
Indonésia (2022)
Ilhas Marshall (2022)
Japão (2022)
Nepal (2020)
Paquistão (2020)
República da Coreia (2022)

Países Latino-Americanos e
Caribenhos:

Argentina (2021)
Bahamas (2021)
Brasil (2022)
Chile (2020)
México (2020)
Peru (2020)
Uruguai (2021)
Venezuela (2022)

Países da Europa Ocidental e
outros:

Alemanha (2022)
Austrália (202)
Áustria (202)
Dinamarca (2021)
Espanha (2020)
Itália (2021)
Países Baixos (2022)

Países da Europa Oriental:

Armênia (2022)
Bulgária (2021)
Eslováquia (2020)
Polônia (2022)
República Tcheca (2021)
Ucrânia (2020)

A mesa diretora do Conselho é composta por cinco pessoas – um Presidente e quatro Vice-Presidentes – representando os cinco grupos regionais. Eles servem por um ano, de acordo com o ciclo anual do Conselho.

Ano de fundação: O Conselho de Direitos Humanos foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 15 de março de 2006, pela Resolução 60/251. Sua primeira sessão ocorreu de 19 a 30 de junho de 2006. Substituiu a Comissão sobre os Direitos Humanos da ONU, que foi, por 60 anos, o principal mecanismo intergovernamental da ONU responsável pelos direitos humanos.

Adesão e/ou participação do Brasil: Todos os 193 países-membros das Nações Unidas podem, em princípio, tomar parte no Conselho. O Brasil participou do Conselho entre 2006 e 2011 (eleição e reeleição); entre 2013 e 2015; e entre 2017 e 2019. O atual mandato brasileiro teve início em 2020 e expira em 2022. Segundo as regras do Conselho, o Brasil não poderá se candidatar à reeleição imediatamente, devendo permanecer pelo menos um ano fora do Conselho.

Sede: Genebra

Principais órgãos: O Conselho é um órgão deliberativo, cujo Secretariado é fornecido pelo Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (EACDH).

O CDH trabalha com vários mecanismos, com o fim de fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o mundo, atuando em situações de violações dos direitos humanos e fazendo recomendações sobre elas, incluindo resposta a emergências. Em sua atuação no Conselho, como membro pleno ou observador, o Brasil também tem buscado, na medida do possível, reforçar a função preventiva do órgão.

Esses mecanismos incluem:

- a) a Revisão Periódica Universal (RPU), pela qual o Conselho avalia a situação dos Direitos Humanos em todos os 193 Estados-Membros da ONU, a cada período de 4 anos e meio aproximadamente; e
- b) os Procedimentos Especiais da ONU, já utilizados pela antiga Comissão sobre os Direitos Humanos. Seus mandatos podem ser temáticos ou sobre países, e podem ser realizados por um relator especial ou perito independente, ou por grupo de trabalho criado para esse fim pelo CDH. Seus titulares são indicados

pelo Conselho e exercem suas funções a título pessoal. Eles analisam, monitoram, aconselham e relatam publicamente as situações dos direitos humanos em países ou territórios específicos ou violações dos direitos humanos específicas. Há, no momento, 44 Procedimentos Especiais temáticos e 10 sobre países. Desses, há um Relator Especial brasileiro, a saber, o Senhor Léo Heller, Relator Especial sobre o direito humano à água potável e ao saneamento.

- c) Comissões internacionais de inquérito e missões de verificação de fatos (“fact-finding missions”), orientadas a investigar e responder a violações de direitos humanos, bem como a promover responsabilização de seus autores. O Senhor Paulo Sérgio Pinheiro, brasileiro, é o atual Presidente da Comissão de Inquérito sobre a República Árabe da Síria.

Chefia: Trata-se de Órgão colegiado, com alterações regulares de sua Presidência. A atual Presidente do Conselho é a Embaixadora Elisabeth Tichy-Fisslberger, Representante Permanente da Áustria.

Elisabeth Tichy-Fisslberger
Presidente do Conselho de Direitos Humanos



Elisabeth Tichy-Fisslberger ocupa a função de Representante Permanente da Áustria junto às Nações Unidas em Genebra, desde dezembro de 2017. Antes de assumir a posição, era Diretora Geral de Temas Jurídicos e Consulares do Ministério Federal para Europa, Integração e Relações Exteriores da Áustria. Desempenhou, ademais, a função de primeira Coordenadora Nacional da Áustria sobre o combate ao tráfico de pessoas, bem como de Presidente da Força-Tarefa austríaca para o combate ao tráfico de pessoas, desde 2009. É docente da Universidade de Viena, desde 2002, e da Academia Diplomática de Viena, desde 2006. Antes de ingressar no serviço exterior austríaco, em 1988, a Embaixadora Tichy-Fisslberger trabalhou na

Atual Chefe da Missão brasileira junto ao CDH: Embaixadora Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Representante(s) do Organismo no Brasil: Por tratar-se de Órgão colegiado de fundo deliberativo, sem caráter executivo, o CDH não dispõe de Representantes no Brasil.

Demais informações:

O Conselho é encarregado de fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o mundo, buscando atuar em situações de violações dos direitos humanos e fazendo recomendações para evitar a recorrência dessas violações, inclusive em situações emergenciais. Seus principais mecanismos para exercer a função de monitoramento são a Revisão Periódica Universal e os Procedimentos Especiais da ONU.

O Conselho desempenha, ainda, papel relevante na formação de consenso internacional em prol dos direitos humanos, bem como no progresso do Direito Internacional sobre a matéria.

Os atuais “procedimentos especiais” incidem, entre outros, sobre os seguintes países: Belarus, República Popular Democrática da Coreia, Irã, Myanmar (Rohyngia), Palestina, Somália e Sudão. Abrangem, também, os seguintes temas, entre outros: afrodescendentes; pessoas com albinismo; detenções arbitrárias; direitos humanos e corporações transnacionais e outras empresas; direitos culturais; direito ao desenvolvimento; pessoas com deficiência; desaparecimentos forçados ou involuntários; direito à educação; obrigações de direitos humanos relacionadas ao usufruto de um meio-ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável; execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias; direito à alimentação; efeitos da dívida externa e obrigações financeiras internacionais correlatas sobre o gozo pleno dos direitos humanos, particularmente direitos econômicos, sociais e culturais; promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; direitos de livre associação e reunião pacíficas; implicações para direitos humanos do manejo e do descarte ambientalmente seguros de substâncias e resíduos perigosos; direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental; moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e direito à não-discriminação nesse contexto; situação dos defensores de direitos humanos; independência de juízes e advogados; direitos dos povos indígenas; direitos humanos de deslocados internos; promoção de ordem internacional democrática e equitativa; direitos humanos e solidariedade internacional; eliminação da discriminação contra pessoas afetadas por hanseníase e seus familiares; uso de mercenários como meio de violação de direitos humanos e de impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação; direitos humanos de migrantes; assuntos de minorias; pessoas idosas; extrema pobreza e direitos humanos; direito à privacidade; formas contemporâneas de racismo,

ou crença; venda de crianças, venda e exploração sexual de crianças, incluindo prostituição e pornografia infantil e outros materiais de abuso sexual de crianças; proteção contra violência e discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero; formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e suas consequências; promoção e proteção de direitos humanos no combate ao terrorismo; tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, inumanas ou degradante; tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças; promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não-recorrência; impactos negativos de medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos; violência contra mulheres, suas causas e suas consequências; direito humano à água potável segura e ao saneamento; discriminação contra mulheres e meninas.

Ademais, certos países são objeto de atuação de equipes de investigação, inquérito ou verificação de fatos (“fact-finding”) criadas pelo Conselho: Venezuela e Líbia (missões de verificação de fatos); Burundi e Síria (comissões de inquérito); Mianmar (mecanismo de investigação independente); Iêmen (grupo de peritos eminentes); Sudão do Sul (comissão de direitos humanos); e República Democrática do Congo/região de Kasai (equipe internacional de peritos).

Relações bilaterais: O Brasil participou ativamente dos trabalhos que levaram à criação do Conselho, com o intuito de corrigir os problemas encontrados com a antiga Comissão. O país foi eleito pela primeira vez em maio de 2006, para um mandato de 2 anos. Em maio de 2008, reelegeu-se para segundo mandato, até 2011. Não sendo possível novo pleito, de acordo com as regras do Conselho, o Brasil deixou o órgão entre 2011 e 2012, sendo novamente eleito para terceiro mandato no período 2013-2015. Em 2016, o país esteve fora do Conselho, para regressar em 2017, em seu quarto mandato (2017-2019), renovado nas eleições de outubro de 2019, realizadas em Nova York. Atualmente, o Brasil cumpre seu quinto mandato, no período 2020-2022.

O Brasil mantém profícuo diálogo com o CDH, e, desde 2001, estende convite permanente aos procedimentos especiais temáticos (relatores especiais). Desde 1995, mais de trinta relatores especiais e grupos de trabalho foram recebidos oficialmente pelo Brasil. Em 2019, foram recebidos os relatores sobre hanseníase, albinismo e substâncias tóxicas. As visitas previstas para 2020 tiveram de ser suspensas, em razão da pandemia de COVID-19. Espera-se para 2021 a visita da relatora especial sobre formas contemporâneas de racismo e discriminação racial.

Michelle Bachelet Jeria
Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos



Assumiu suas funções como Alta Comissária em 1º de setembro de 2018. De nacionalidade chilena, é a sétima a ocupar o posto e a primeira Alta Comissária latino-americana. A Assembleia Geral da ONU estabeleceu o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos em dezembro de 1993, por meio de sua resolução 48/141, que também detalha seu mandato.

Bachelet foi presidente do Chile por dois mandatos, de 2006 a 2010 e de 2014 a 2018. Ela também atuou como ministra da Saúde, de 2000 a 2002, e como ministra da Defesa, de 2002 a 2004. Além disso, em 2011, Bachelet foi diretora da ONU Mulheres e, em 2018, após o término de seu mandato na presidência do Chile, foi nomeada presidente da Parceria pela Saúde Materna, de Recém-Nascidos e Crianças.

Bachelet é graduada em medicina, pela Universidade do Chile, com especialização em pediatria e saúde pública.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)



Ano de Fundação	1950
Sede Central	Genebra
Mandato	Assegurar que qualquer pessoa possa exercer o direito de buscar e gozar de refúgio seguro em outro país e, caso assim deseje, regressar ao seu país de origem. Promover os direitos e o bem-estar dos refugiados.
Línguas oficiais	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais Órgãos	Comitê Executivo (ExCom)
Principais Chefias da Organização	Filippo Grandi (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados)
Representante do ACNUR no Brasil	José Egas

PERFIL BIOGRÁFICO

FILIPPO GRANDI

Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados
(mandato 2016-2020)



Filippo Grandi nasceu em 1957, em Milão, na Itália. Formado em história pela Universidade Estatal de Milão e em filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, possui o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coventry, no Reino Unido.

Iniciou sua carreira no ACNUR em 1988, tendo servido em países como Sudão, Síria, Turquia, Iraque e República Democrática do Congo. Também liderou operações de resposta a emergências humanitárias no Quênia, Benin, Gana, Libéria, Iêmen, Afeganistão e na região dos Grandes Lagos na África Central. Em 2004, atuou como vice-representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para assuntos políticos na Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA). Em 2005, passou a trabalhar na Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), da qual veio a tornar-se comissário-geral em 2010, cargo em que permaneceu até 2014.

Seu mandato como Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados teve início em 1º de janeiro de 2016 e se estenderá até 31 de dezembro de 2020, quando será reconduzido para novo mandato de 2 anos e meio (metade dos cinco anos de um mandato regular, a pedido).

INFORMAÇÕES GERAIS

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado pela Assembleia Geral da ONU (AGNU), em 14 de dezembro de 1950, com o objetivo original de ajudar europeus deslocados à força durante a Segunda Guerra Mundial. Em 28 de julho de 1951, foi adotada a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, instrumento que passou a embasar os trabalhos do ACNUR.

O mandato do ACNUR, inicialmente previsto para durar somente três anos, foi continuamente estendido diante da constatação de que novas crises de refugiados continuavam a surgir, passando a abranger a assistência a vítimas de perseguição, violência e intolerância em todo o mundo. Em 1967, foi adotado o Protocolo à Convenção de 1951, que ampliou a definição de refugiado para além do continente europeu.

O trabalho do ACNUR já beneficiou milhões de pessoas, entre refugiados, solicitantes de refúgio, deslocados internos, apátridas e retornados, e foi reconhecido, em duas ocasiões, com o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). De apenas 34 funcionários no momento de sua fundação, o ACNUR emprega, hoje, mais de 9.700 pessoas e desenvolve atividades em 126 países. O orçamento do ACNUR, por sua vez, foi ampliado de US\$ 300 mil em seu primeiro ano para mais de US\$ 8,6 bilhões em 2020.

Em 2003, a AGNU decidiu estender o mandato do ACNUR "até que o problema dos refugiados seja resolvido". A organização celebrou 60 anos em dezembro de 2010 e firmou-se como uma das principais agências humanitárias do mundo, uma vez que a situação dos refugiados no mundo continua a exigir atenção constante. Segundo o ACNUR, existem hoje no mundo mais de 79 milhões pessoas forçadamente deslocadas, entre as quais 20,4 milhões de refugiados formalmente reconhecidos.

Escopo da Organização

O mandato do ACNUR é definido em seu Estatuto, aprovado pela AGNU em 1950. O art. 1º do documento estabelece que:

"O Alto Comissário das Nações Unidas, agindo sob a autoridade da Assembleia Geral (da ONU), deverá assumir a função de prover proteção internacional, sob os auspícios da ONU, aos refugiados que se enquadrem no escopo do presente Estatuto, e de buscar soluções permanentes para os problemas dos refugiados, por meio de assistência aos Governos e, mediante aprovação dos Governos interessados, a organizações privadas, de forma a facilitar a repatriação voluntária de tais refugiados ou sua assimilação em novas comunidades nacionais."

O Estatuto do ACNUR também enfatiza o caráter humanitário e estritamente apolítico do seu trabalho e define como competência da agência assistir a qualquer pessoa que se encontra fora de seu país de origem e não pode (ou não quer) regressar ao mesmo "por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política". Posteriormente, definições mais amplas do termo refugiado passaram a considerar também como refugiado quem teve que deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

Embora seu mandato não se refira expressamente a deslocados internos, o ACNUR vem desenvolvendo atividades em benefício dessa população desde, pelo menos, a década de setenta. Para que possa oferecer sua assistência a deslocados internos, contudo, o ACNUR precisa contar com o consentimento do estado em que tenha ocorrido o deslocamento. Sua atuação baseia-se nos Princípios Orientadores sobre Deslocamentos Internos, elaborados em 1998, que definem como deslocados internos as pessoas que tenham sido obrigadas a deixar suas casas ou lugares de residência habitual, sem cruzar fronteiras internacionais, como resultado ou para evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou de causas humanas. Em 2005, o ACNUR assinou acordo com outras agências humanitárias pelo qual assumiu a responsabilidade por oferecer proteção e abrigo a deslocados internos.

Também na década de setenta, o ACNUR foi incumbido pela AGNU de oferecer assistência às pessoas abrangidas pela Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954 e pela Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia de 1961. Uma série de resoluções aprovadas pela AGNU desde 1995 fortaleceram o mandato do ACNUR para identificar pessoas apátridas, proteger seus direitos e prevenir e reduzir a apatridia ao redor do mundo.

Estados membros

Ao contrário do que se verifica com outras agências do sistema ONU, não há processo específico de adesão ao ACNUR. As atividades da agência são financiadas quase integralmente por contribuições voluntárias, com exceção dos cargos de direção geral, que são financiados pelo orçamento regular das Nações Unidas.

Um bom indicativo do grau de adesão dos estados às atividades da agência é o número de ratificações à Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e/ou ao seu Protocolo de 1967: 148 Estados ratificaram ao menos um dos dois instrumentos, ambos dos quais fazem referência explícita à obrigação de cooperação com o ACNUR.

De toda maneira, o ACNUR está submetido ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e à AGNU, da qual fazem parte todos os 193 estados membros da ONU.

Principais Órgãos

O principal órgão subsidiário do ACNUR é o seu Comitê Executivo (ExCom), atualmente composto por 106 membros – dentre os quais, o Brasil. A adesão ao ExCom depende de resolução da AGNU, que cria novas vagas a pedido do estado interessado, e de posterior eleição pelo ECOSOC.

O ExCom é responsável por aprovar, bienalmente, os programas do ACNUR e o orçamento necessário para sua execução. O órgão reúne-se anualmente em Genebra (geralmente, em outubro) e, no restante do ano, é representado por um Comitê Permanente.

Importância do ACNUR e desafios a enfrentar

O ACNUR é a única agência internacional dedicada exclusivamente ao tema dos deslocamentos forçados e da apatridia. Trata-se de fenômenos extremamente sensíveis, que passam por deterioração acentuada nos últimos anos. O número global de pessoas deslocadas à força aumentou 75% nas últimas duas décadas, passando de 37,3 milhões em 1996 para 65,3 milhões em 2015, e mais de 79 milhões em 2020, dentre as quais 20,4 milhões são refugiadas, 4,2 milhões são solicitantes de refúgio e 45,7 milhões são deslocadas internas. O total de deslocados à força perfaz, em 2020, 1% da população mundial, sendo que 40% desse contingente é composto por menores de idade. 85% dos deslocados no mundo estão em países em desenvolvimento, e 80% em países ou territórios que atravessam situações de insegurança alimentar. 68% das pessoas deslocadas fora de seus países de origem são provenientes de 5 países (Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Mianmar). 73% dessa população encontra-se nos 5 maiores países anfitriões (Turquia, Colômbia, Paquistão, Uganda e Alemanha). Pela primeira vez desde a criação do ACNUR, a segunda maior situação de deslocamento forçado encontra-se na América Latina: a crise venezuelana, que já provocou a saída de cerca de 5,1 milhão de pessoas do país, sendo que 85% desse total permanece em países de acolhida na região (O Brasil abriga hoje 254 milhões de venezuelanos, sendo cerca de 45 mil formalmente reconhecidos como refugiados, o que faz do Brasil o maior país anfitrião de refugiados venezuelanos no mundo). Ademais, estima-se que haja cerca de 10 milhões de pessoas apátridas no mundo, embora registros governamentais atestem a existência de apenas 4,2 milhões de pessoas sem nacionalidade.

Credita-se o aumento exponencial de pessoas deslocadas, em particular a partir do início da década de 2010, à proliferação de crises e conflitos armados ao redor do mundo, que costumam motivar a movimentação de enormes contingentes de civis. O convívio com situações de conflito gera grandes desafios operacionais para o ACNUR, cujos funcionários não só encontram

dificuldades para cumprir sua missão adequadamente, como também são, por vezes, obrigados a pôr em risco suas próprias vidas.

Com a crise econômico-financeira que atingiu fortemente a Europa e a América do Norte desde 2008, tem havido cada vez menos disposição para incrementar contribuições por parte daqueles países que são, tradicionalmente, seus principais doadores. Em 2015, a agência recebeu apenas 51% dos recursos necessários para a execução das atividades aprovadas para o ano. A necessidade de fazer frente a contingente sem precedentes de refugiados e deslocados e as dificuldades de financiamento levaram a um esforço de mobilização que culminou na realização, em Nova York, em 2016, da cúpula das Nações Unidas sobre refugiados e migrantes. A reunião de alto nível resultou na adoção da Declaração de Nova York, importante compromisso político no nível de Chefes de Estado e Governo com o apoio financeiro e técnico aos países anfitriões e ao próprio ACNUR e outras agências. Em 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas, dando seguimento a decisão emanada da Cúpula de Nova York de 2016, adotou o Pacto Global para os Refugiados, com recomendações nas áreas de apoio aos países anfitriões, soluções duráveis, apoio à autonomia de refugiados e apoio aos países de origem para permitir o retorno voluntário, digno e seguro. Sob os auspícios do Pacto Global, realizou-se em 2019 o primeiro Fórum Global sobre Refugiados, que buscou mobilizar recursos e compromissos políticos por parte de países e do setor privado.

A estratégia de mobilização de recursos a partir de 2016 rendeu frutos e permitiu a expansão das atividades do ACNUR (inclusive no Brasil), embora o financiamento da agência siga muito abaixo do estimado para atender a uma população cada vez maior de pessoas deslocadas e muitas vezes em situações de crise humanitária. De um orçamento de 8,6 bilhões de dólares em 2020, apenas 4,8 foram efetivamente cobertos. A situação de subfinanciamento é particularmente grave na América Latina, onde estão 25% dos refugiados no mundo e que conta com apenas 8% dos recursos do orçamento total do ACNUR.

Relacionamento bilateral

As relações entre o Brasil e o ACNUR encontram-se no seu melhor momento histórico. O país participa do ExCom desde a sua criação, em 1951, e foi a primeira nação do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951, no ano de 1960. A legislação brasileira sobre refúgio é tida como uma das mais avançadas e o Brasil é reconhecido internacionalmente como país acolhedor, que abriga, hoje, mais de 55 mil refugiados de 79 nacionalidades (45 mil venezuelanos). O ACNUR participa, por meio de seu Escritório em Brasília, de todas as reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão responsável pelas deliberações sobre pedidos de refúgio em território brasileiro. Em 2019 e 2020, decisões do CONARE de julgar “em bloco” solicitações de venezuelanos, sem necessidade de entrevistas individuais e com o entendimento de que a situação na Venezuela é de “grave e generalizada

violação de direitos humanos, tornou o Brasil o maior anfitrião de refugiados venezuelanos no mundo, beneficiando mais de 45 mil pessoas. A decisão foi objeto de manifestação oficial do ACNUR, nos seguintes termos: “Essa decisão constitui um marco na proteção a refugiados em toda a região e se baseia em uma decisão tomada pelo CONARE em junho deste ano [2019] de reconhecer que a situação na Venezuela é de grave e sistemática violação de direitos humanos tal como descrita na Declaração de Cartagena de 1984 sobre Refugiados”. Foi objeto também de declaração do Porta-Voz do Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres (“O Secretário-Geral saúda e agradece ao Brasil por essa decisão. Como alguém que já foi Alto Comissário para Refugiados, ele sabe muito bem o impacto que isso terá para os venezuelanos, ao dar-lhes maior proteção e acesso a serviços vitais”).

Além de ocupar posição de vanguarda no reconhecimento da condição de refugiado, o Brasil se destacou pelos esforços humanitários na recepção, assistência e integração de refugiados e migrantes venezuelanos, por meio da “Operação Acolhida”. Estabelecida em 2018, com base em legislação e decretos específicos, trata-se uma força-tarefa composta por governo, sociedade civil e organismo internacionais, sob liderança governamental, que articula esforços de assistência emergencial, inclusão e integração socioeconômica (com ações de documentação, imunização, assistência, abrigo e “interiorização”). Seu objetivo central é promover a autonomia de migrantes e refugiados como solução duradoura. Além dos desafios emergenciais, em vista da situação de sobrecarga no estado de Roraima, ela contempla ações de longo prazo, com o engajamento de diversos atores em diferentes níveis federativos. Além de mais de 265 mil refugiados e migrantes que estão no Brasil, a Operação já assistiu um total de mais de 500 mil venezuelanos (aí incluídos os que passaram pelo Brasil com destino a outros países). Aspecto fundamental dessa estratégia é a documentação de todos os venezuelanos, seja como residentes, solicitantes de refúgio ou refugiados. Independente de seu estatuto migratório, todos os venezuelanos têm pleno acesso a todos os serviços públicos, mercado de trabalho e benefícios sociais no Brasil, o que inclui o benefício de renda mínima emergencial instituído para famílias e indivíduos de baixa renda em razão da pandemia de COVID-19.

Um dos eixos fundamentais da Operação, além do ordenamento da fronteira e do abrigo, é a interiorização – programa inovador de realocação voluntária de migrantes e refugiados para mais de 600 cidades brasileiras onde encontram maiores oportunidades de trabalho e integração social. O programa já beneficiou mais de 41 mil pessoas e constitui a principal ferramenta de promoção da transição entre assistência emergencial (prestada por meio dos serviços oferecidos em 13 abrigos mantidos pela Operação) e a integração socioeconômica, com apoio de ministérios, agências internacionais, sociedade civil e municípios. Além dos cerca de 400 milhões de dólares já investidos diretamente na Operação desde 2018 (estruturas, processos e apoio ao governo de Roraima, sendo cerca de 65 milhões de dólares desde 2019), e além dos custos dispersos relacionado aos serviços públicos e benefícios

sociais, o Governo brasileiro não hesitou em adotar rapidamente medidas de emergência, com apoio da sociedade civil e organismos internacionais, para fazer face à pandemia de COVID-19 no contexto da resposta ao fluxo de migrantes e refugiados.

A Operação Acolhida e a decisão brasileira de receber refugiados e migrantes venezuelanos com uma política de fronteiras e braços abertos constitui objeto de grande reconhecimento internacional e elevou o patamar das relações com o ACNUR, que vem expandindo, desde 2017, sua estrutura no Brasil, com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belém, Boa Vista e Manaus. O Alto Comissário Filippo Grandi visitou o Brasil em fevereiro de 2018, ocasião em que participou de reunião regional preparatória às negociações do Pacto Global para os Refugiados, em que foi adotado o documento “100 pontos de Brasília” (compilação de melhores práticas regionais. Em agosto de 2019, Grandi voltou a visitar o país, e incluiu em seu programa passagem pelas instalações da Operação Acolhida. Na ocasião, o Alto Comissário declarou: “a solidariedade do povo brasileiro com os refugiados e migrantes venezuelanos tem sido exemplar. Estou profundamente impressionado pela Operação Acolhida como exemplo de uma resposta eficiente, coordenada, humana e inovadora para enfrentar as necessidades e promover soluções para os venezuelanos”.

O Brasil também tem-se empenhado para contribuir para o financiamento dos trabalhos do ACNUR nos últimos anos, tanto por meio de contribuições financeiras quanto de doações de gêneros alimentícios, já tendo figurado, em 2011, entre os 25 maiores doadores da agência. Em 2016, o Brasil será o 42º maior doador do ACNUR, com participação de cerca de US\$ 1,2 milhão de dólares no orçamento da agência para este ano. Em 2018, efetuou doação de 4 milhões de reais para as operações do Alto Comissariado em favor de refugiados venezuelanos.

O Brasil tem historicamente desempenhado papel de liderança na proteção a refugiados na região. O País sediou, em 2014, a Conferência Cartagena+30, que resultou na adoção da Declaração e do Plano de Ação do Brasil, e em 2018 a reunião regional que adotou os “100 Pontos de Brasília”, como contribuição latino-americana ao Pacto Global para os Refugiados. Em relação aos refugiados sírios, o CONARE estabeleceu, em 2013, programa de vistos humanitários em favor de pessoas afetadas pelo conflito na Síria.

A política de vistos humanitários foi aprimorada em 2019, em Portaria própria do MJSP, já à luz das disposições sobre o tema da nova Lei de Migrações (2017), o que resultou na diminuição das exigências documentais para a obtenção do visto e na possibilidade de sua conversão em residência permanente. O Brasil não deixou de avançar também em relação ao reassentamento – que consiste na realocação planejada e voluntária de refugiados que continuam em situação de vulnerabilidade em um terceiro país, sendo considerada uma das principais “soluções duradouras” na impossibilidade do retorno seguro e digno ao país de origem. Depois de haver reassentado, desde 1994, refugiados afegãos, palestinos e colombianos, o

Brasil acolheu em 2019, pequeno grupo de refugiados oriundos de El Salvador, no primeiro programa de reassentamento que contou com recursos públicos para a assistência à integração local, que foi implementada por entidades da sociedade civil selecionadas por meio de edital.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha



Sede	Genebra (Suíça)
Fundação	1863
Chefia	Peter Maurer (desde 1º de julho de 2012)
Mandato	O mandato original do CICV restringe-se à promoção do direito internacional humanitário em situações de conflito armado (Convenções de Genebra de 1949 e dos Protocolos de 1977). Atualmente, no entanto, o CICV coordena ações humanitárias em outras áreas complexas e, em alguns casos, de competência de políticas domésticas dos estados, como migração, degradação ambiental, mudança do clima, violência urbana, sequestros e desaparecimentos forçados, doenças endêmicas e proibição de certas armas especialmente letais (como as de fragmentação).
Orçamento	Não há contribuição obrigatória ao CICV. A organização costuma anunciar o valor de que precisará para realizar suas atividades ao longo do ano e fazer apelos à comunidade internacional por contribuições voluntárias que cubram as despesas.
Outras informações	A organização tem cerca de 13 mil funcionários em 80 países. O escritório regional do CICV em Brasília cobre Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Brasil e CICV mantêm, desde 2009, Diálogo Estratégico. As atividades do CICV no Brasil baseiam-se nos parâmetros estabelecidos em Acordo de Sede firmado em 1991.

PERFIL BIOGRÁFICO

Peter Maurer, Presidente do CICV



Peter Maurer nasceu em Thun, Suíça, em 1956. Diplomata de carreira, Maurer foi Representante Permanente da Suíça junto à ONU em Nova York (2004-2009) e Secretário de Estado de Relações Exteriores, cargo mais alto do serviço diplomático suíço (2010-2012). Assumiu a Presidência do CICV em julho de 2012, em sucessão a Jakob Kellenberger.

HISTÓRICO

Criado em 1859 e tendo recebido a atual denominação em 1876, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é um dos principais órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Tem escritório em Brasília desde 1991. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha recebeu o Prêmio Nobel da Paz em três ocasiões, nos anos de 1917, 1944 e 1963.

O CICV se declara como “uma organização independente e neutra, que assegura a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados e de outras situações de violência”. Atua diretamente “no campo”, agindo em resposta a emergências, crises e calamidades, mas também desenvolve trabalhos permanentes de acompanhamento e promoção do respeito ao direito internacional humanitário e à sua implementação nas legislações nacionais dos países.

A estrutura deliberativa do CICV é composta pela Assembleia, o Conselho da Assembleia e a Diretoria. A Assembleia é o órgão máximo diretivo do CICV. Supervisiona todas as suas atividades e formula a política a ser seguida, define os objetivos gerais e a estratégia institucional, bem como aprova o orçamento da instituição. Composta por 15 a 25 membros de nacionalidade suíça, a Assembleia tem caráter de colegiado. Vinculado a ela, o Conselho da Assembleia prepara as atividades da Assembleia e toma decisões em assuntos de sua competência, em determinadas opções estratégicas no que se refere à política geral de recursos, pessoal e comunicação. Formado por cinco membros eleitos pela Assembleia, é coordenado pelo presidente do CICV.

A Diretoria é o órgão executivo do CICV, responsável por observar e garantir o cumprimento dos objetivos gerais e a estratégia institucional definida pela Assembleia ou pelo Conselho da Assembleia.

O BRASIL E O CICV

O Brasil ratificou a grande maioria dos tratados de Direito Internacional Humanitário (DIH), incluindo as Convenções de Genebra, seus três Protocolos Adicionais e os Estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Sob liderança do Itamaraty e em parceria com outros Ministérios, o governo brasileiro vem buscando divulgar as obrigações derivadas do DIH em tempos de paz e o conhecimento dessas normas entre entes estatais, academia e sociedade civil.

Como sinal da importância que confere aos temas humanitários, o Brasil mantém, desde a visita ao país do então Presidente do CICV, Jakob Kellenberger, em ago/09, Diálogo Estratégico com a organização. O estabelecimento desse diálogo tem se refletido no grande número de encontros de alto nível entre o Brasil e o CICV, além de outros órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Encontro entre o Secretário de Assuntos de Soberania e Cidadania do Itamaraty e o Presidente Peter Maurer, à margem da abertura da Assembleia Geral da ONU em 2019, deu novo impulso ao Diálogo Estratégico, com a continuação de calendário de visitas de alto nível e da discussão de temas de interesse mútuo, como a situação humanitária em diversos países e regiões e a aplicação do DIH às tecnologias da informação, entre outros.

Representantes do CICV, por sua vez, têm reafirmado seu interesse em desenvolver relação mais próxima com o Brasil e dado mostras de valorizar o apoio brasileiro para a solução de crises humanitárias. Em entrevista concedida após retornar de visita à Síria, publicada pelo jornal O Globo, o Presidente do CICV, Peter Maurer, afirmou que o Brasil e outros países emergentes "definitivamente têm um papel" a desempenhar em conflitos como o sírio, e acrescentou que "o Brasil não é apenas um país com interesses crescentes na sua própria região, como está tomando posições em muitas questões na agenda internacional. E as pessoas escutam o Brasil".

Essa disposição se reflete na expansão das atividades do CICV no Brasil. O Comitê tem tido importante atuação na Operação Acolhida, com programa de restabelecimento de laços familiares e ações de assistência no setor de saúde. Além disso, implementa, junto a diversas prefeituras, o programa "Acesso Mais Seguro" (resultado de projeto piloto realizado no Rio de Janeiro). O programa visa à capacitação de servidores públicos quanto a protocolos de segurança em áreas de incidência de violência urbana, a partir do conhecimento humanitário adquirido pelo CICV. A implementação do projeto tem resultado em aumento da capacidade de prestação de serviços públicos essenciais, como educação e saúde, nessas localidades.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

Em 1919, foi criada a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, com vistas à necessária coordenação entre as sociedades nacionais. A Federação integra o Movimento Internacional da Cruz Vermelha, ao lado do CICV e das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (dentre as quais, a Cruz Vermelha Brasileira).

Enquanto o CICV exerce as funções de órgão executivo central, a Federação encarrega-se da coordenação entre as Sociedades Nacionais – organizações autônomas, que operam em parceria com as autoridades públicas de seus respectivos países na consecução de programas nas áreas de educação, saúde e bem-estar social e na prestação de assistência a vítimas de conflitos armados, desastres naturais e outras emergências.

Com secretariado baseado em Genebra, a Federação age segundo sua própria Constituição, "com direitos e obrigações de entidade societária com personalidade jurídica" (art. 1º da sua Constituição, art. 6º dos Estatutos do Movimento). O principal órgão deliberativo da Federação Internacional é a Assembleia Geral, que se reúne uma vez a cada dois anos e é composta por representantes das Sociedades Nacionais.

Assim como o Comitê Internacional obteve o status de observador na Assembleia Geral da ONU (AGNU) em 1990, a Federação foi admitida na mesma qualidade em 1994, por meio da Resolução 49/2, adotada por consenso e copatrocinada por 130 países. As três principais razões para a concessão de status de observador, elencadas na resolução, seriam o papel específico exercido pela Federação; as funções especiais das sociedades que a integram; e a intenção de promover a cooperação entre a ONU e a Federação.

**DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO
ÀS NAÇÕES UNIDAS EM GENEBRA**

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADORA MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

A Delegação do Brasil junto às Nações Unidas e demais Organismos Internacionais com sede em Genebra (DELBRASGEN) ocupa-se de ampla variedade de temas tratados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por diversas organizações internacionais sediadas nesta cidade, entre os quais direitos humanos, assuntos humanitários, migrações, refugiados, saúde, trabalho, meio ambiente, ciência e tecnologia e cooperação interparlamentar. Cada uma dessas áreas implica relacionamento com uma ou mais instituições internacionais, com marcos constitutivos, órgãos de governança, dinâmicas negociadoras e interlocutores próprios, como o Escritório da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH), o Conselho de Direitos Humanos (CDH), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para Migrações (OIM), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a União Interparlamentar (UIP), a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN), entre outras.

2. A assunção de minhas funções neste segundo período à frente do Posto, em fevereiro de 2017, coincidiu com conjuntura internacional marcada pela intensificação das diferenças políticas entre os Estados Unidos e a China no plano internacional, com consequências importantes para os organismos sediados em Genebra. Em muitos deles verificou-se, de um lado, fortalecimento das críticas dos Estados Unidos e, de outro, atuação cada vez mais assertiva da China. Essa conjuntura contribuiu, por exemplo, para a retirada dos EUA do Conselho de Direitos Humanos, em junho de 2018, e o anúncio, em julho último, de que aquele país se retiraria da Organização Mundial de Saúde. A essa conjuntura se associou a constante expansão da agenda de trabalho de praticamente todas as instituições internacionais genebrinas, bem como, a partir do corrente ano, os desafios acrescidos impostos pela pandemia de COVID-19. Além das implicações óbvias para todas as discussões relativas ao debate internacional na área de saúde, a pandemia, por sua escala global e pelas restrições que implica, tem repercutido significativamente tanto nos temas da agenda como nas modalidades de negociação e atuação de praticamente todos os órgãos e organismos acompanhados pelo Posto.

3. O Brasil manteve-se, ao longo desse período, como referência e liderança em vários processos multilaterais na cena genebrina, como se ilustrará nas seções específicas a seguir. Destacam-se, a esse respeito, nossa atuação decisiva no dossiê venezuelano no Conselho de Direitos Humanos, na Organização Internacional do Trabalho, no Alto Comissariado para Refugiados, além do contínuo impulso que emprestamos à agenda de acesso a medicamentos na OMS; ao reconhecimento granjeado por nossas ações na área humanitária, como a Operação Acolhida; e ao exemplo positivo

apresentado pelo Brasil com a nova Lei de Migração, entre outros. Durante minha gestão à frente de DELBRASGEN, o Brasil foi eleito para exercer posições de especial destaque em diversos organismos internacionais. Presidiu, em 2018, o Fórum Social do Conselho de Direitos Humanos. Na área de saúde, exerceu, em 2018-2019, a presidência do Conselho Executivo da OMS e, em 2019-2020, a vice-presidência do Comitê de Programas, Orçamento e Administração - PBAC.

4. Desde 2019, o Brasil também ocupa a vice-presidência do Conselho da UNITAID (mandato de 3 anos). O País é coordenador regional (2018-2021) para as Américas na Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Na OIT, o Brasil foi coordenador regional do GRULAC/GRUA (2018-2019) e vice-presidente do Grupo de Governos (2019-2020). Nos temas de meio ambiente, o Brasil presidiu o GRULAC no primeiro semestre de 2018. Além disso, na área humanitária, o País acaba de ser eleito para a presidência do Conselho Executivo (ExCom) do ACNUR.

5. Durante meu período na chefia de DELBRASGEN, pautei minha atuação conforme as instruções recebidas dessa Secretaria de Estado. Pude contar, também, com colaboração recebida de representantes dos demais Ministérios, Poderes e outras instituições do Estado brasileiro com atribuições correlatas aos vários temas acompanhados pelo Posto. Em todos os momentos, não deixei de contar com uma equipe amiga, dinâmica, competente, trabalhadora e consciente da importância e do privilégio de representar o Brasil junto aos organismos internacionais em Genebra.

DIREITOS HUMANOS

6. O tema de direitos constitui um dos principais focos de atividades de DELBRAGEN e envolve interlocução e diálogo com numerosos órgãos e mecanismos independentes entre si, ainda que igualmente sob a égide do sistema das Nações Unidas. O trabalho de DELBRASGEN envolve a participação do Brasil nas sessões regulares e nas sessões especiais do Conselho de Direitos Humanos (CDH), nas reuniões do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) e nas sessões dos diversos grupos de trabalho intergovernamentais, foros e painéis intersessionais estabelecidos pelo Conselho. Implica, ademais, diálogo com os nove comitês de supervisão de cumprimento de tratados de direitos humanos da ONU dos quais o Brasil é parte, bem como com os titulares dos mais de 60 mandatos de grupos de trabalho, relatores especiais, peritos independentes, mecanismos de peritos e mecanismos investigativos criados pelo CDH.

Conselho de Direitos Humanos

7. Durante minha gestão à frente de DELBRASGEN, o Brasil aprofundou sua posição de liderança no âmbito do Conselho de Direitos Humanos. Quando assumi DELBRASGEN em fevereiro 2017, o País iniciava seu quarto mandato eletivo no CDH. Desde a criação do Conselho, em 2006, o Brasil só não o integrou nos anos de 2012 e de 2016 (no primeiro caso em razão da regra que impede duas reeleições consecutivas). A participação ativa do Brasil no CDH baseia-se em décadas de presença na extinta Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, bem como no envolvimento dinâmico e construtivo no processo de negociações que levou ao estabelecimento

do Conselho. O Brasil é reconhecido no CDH como estado membro incontornável nas negociações do colegiado, cuja experiência acumulada e capacidade de diálogo com diferentes agrupamentos regionais e políticos muitas vezes o credenciam como mediador honesto em diferentes negociações.

8. A importância que o Brasil atribui ao Conselho de Direitos Humanos no contexto das Nações Unidas também se verifica pela expressiva participação em seu Segmento de Alto Nível, que se realiza regularmente ao final dos meses de fevereiro nesta cidade. Durante o período em que estive à frente desta Missão, em três anos o Brasil se fez representar em nível ministerial no Segmento de Alto Nível: em 2017, pela então Ministra de Direitos Humanos, Luislinda Valois, e em 2019 e 2020 pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. A manutenção da participação de dignitários do Governo brasileiro no Segmento de Alto Nível do CDH reveste-se de especial importância. O Segmento de Alto Nível representa plataforma diplomática de grande visibilidade para a apresentação das políticas, avanços, desafios e perspectivas do Brasil tanto no que concerne à realização dos direitos humanos de seus próprios cidadãos, como também a respeito de preocupações de direitos humanos no plano internacional e das negociações sobre a matéria nas Nações Unidas.

9. Ao longo das sessões regulares do Conselho, o Brasil integrou cerca de trinta grupos negociadores para promover resoluções sobre temas variados, em sinal do protagonismo construído pelo País nas negociações do colegiado. Os projetos que DELBRASGEN promoveu em nome do Brasil abrangem direitos civis e políticos: incompatibilidade entre democracia e racismo, direito à privacidade na era digital, segurança de jornalistas, liberdade de expressão, direitos das pessoas afrodescendentes, não-discriminação de pessoas LGBT, entre outros. Abrangem igualmente direitos econômicos, sociais e culturais: resoluções sobre direito à saúde, acesso a medicamentos, direito à moradia adequada, promoção e proteção de direitos humanos e a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, entre outros. A defesa da cooperação técnica em matéria de direitos humanos constituiu também área prioritária da atuação diplomática do Brasil no CDH.

10. Merecem menção especial resoluções coordenadas pelo Brasil, a saber: incompatibilidade entre democracia e racismo, direito à saúde, acesso a medicamentos e vacinas, direito à privacidade na era digital, direitos humanos no contexto de HIV/AIDS, direito à moradia adequada e direitos humanos das pessoas idosas. Algumas dessas iniciativas, como as relativas a saúde, acesso a medicamentos e vacinas, e privacidade na era digital, adquirem especial relevância e urgência no atual contexto de esforços mundiais para o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Cumprem também para chamar atenção da comunidade internacional sobre a importância da garantia à população mundial do acesso a medicamentos, vacinas e tratamentos com uma perspectiva de direitos humanos. Ainda no contexto dos direitos humanos, tais iniciativas contribuem para evitar que novas tecnologias empregadas para rastrear e interromper cadeias de transmissão do vírus sejam desvirtuadas de modo a violar indevidamente a privacidade de seus usuários.

11. Além de promover os temas acima por meio de resoluções, o Brasil organizou e/ou participou de inúmeros encontros, seminários, painéis e atividades paralelas às reuniões formais do CDH para

aprofundar a discussão e buscar encaminhamentos multilaterais para os desafios que se apresentam nos respectivos tópicos.

12. A partir de 2019, o Brasil passou a integrar, pela primeira vez e em coordenação com outros países americanos, grupos negociadores de resoluções sobre direitos humanos em países específicos: sobre promoção e proteção dos direitos humanos na Nicarágua e sobre a situação de direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela. Tais iniciativas responderam à séria deterioração da situação de direitos humanos nos citados países, com graves consequências para as respectivas populações. A degradação da situação nesses países teve impactos diretos para o Brasil: do assassinato em 2018, até agora impune, da estudante brasileira Raynéia Lima durante a repressão das manifestações populares na Nicarágua aos mais de 253 mil migrantes e refugiados venezuelanos que ingressaram no Brasil, muitos dos quais em situação de extrema vulnerabilidade. É útil recordar que, embora expresse preocupação sobre desequilíbrio e seletividade em certas iniciativas do Conselho sobre países específicos, o Brasil sempre participou de forma construtiva das negociações e estendeu, com base em avaliação criteriosa, apoio a projetos sobre situações de especial preocupação, como Síria, Myanmar, Belarus, Coreia do Norte, entre outros.

13. No âmbito da Década Internacional para os Afrodescendentes (2015-2024), ora na metade de seu período, o Brasil continuou a buscar impulsionar no CDH a elaboração de um projeto de Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Afrodescendentes, em especial mediante projeto de resolução sobre a matéria, aprovado por consenso em junho de 2017 (resolução 35/30). O Brasil igualmente manteve participação ativa e construtiva em outras discussões e negociações sobre possíveis novos instrumentos internacionais de direitos humanos, como no âmbito dos Grupos de Trabalho Intergovernamentais sobre a Declaração dos Direitos dos Camponeses (adotada em 2018); sobre um instrumento juridicamente vinculante a respeito de empresas transnacionais e direitos humanos; sobre um arcabouço regulatório para empresas militares e de segurança privadas e direitos humanos; e sobre direito ao desenvolvimento.

14. Em outubro de 2017, tive a honra de ser nomeada pelo Conselho de Direitos Humanos co-Presidente da edição daquele ano do Foro Social, que teve foco na promoção e proteção dos direitos humanos no contexto da epidemia de HIV e de outras doenças comunicáveis e epidemias. A referida nomeação também refletiu a liderança histórica do Brasil em iniciativas no CDH e em sua antecessora Comissão de Direitos Humanos na abordagem de tais questões com base em uma perspectiva de direitos humanos, inclusive o direito ao acesso a medicamentos como parte integral do direito à saúde e do direito à não-discriminação. O Foro Social, além de congregar número expressivo de membros da sociedade civil, contou com a participação ativa dos Diretores-Gerais da OMC, da OMS, da OMPI e o então Alto Comissário de Direitos Humanos.

15. Ao longo de minha gestão atuei intensamente em apoio à candidatura do Brasil à reeleição ao Conselho de Direitos Humanos, para o mandato 2020-2022, mediante gestões pessoais e formais. Tive a honra de representar o Governo brasileiro na divulgação de nossos compromissos voluntários em matéria de direitos humanos em evento promovido pelas ONGs Anistia Internacional e “International Service for Human Rights” com países candidatos às eleições que ocorreram em outubro de 2019. A reeleição do Brasil com expressiva votação, a maior de seu grupo regional e com número de votos superior ao obtido na eleição de 2016, demonstrou o amplo

reconhecimento internacional das credenciais do País em matéria de promoção e proteção dos direitos humanos e do trabalho de DELBRASGEN junto ao conselho de direitos humanos. A manifestação de apoio de mais de 800 entidades da sociedade civil brasileira e internacional à postulação do Brasil também constituiu importante reconhecimento da atuação do País no CDH, sempre estritamente em linha com as valiosas instruções dessa Secretaria de Estado e em coordenação com o Ministério das Mulher, Família e Direitos Humanos e demais instituições do Estado brasileiro com competências na matéria.

16. Não obstante o que precede, e tendo em conta a pluralidade da sociedade civil em um Estado democrático de direito como o Brasil, cabe frisar o aumento nos últimos quatro anos da organização de eventos paralelos e da realização de intervenções em reuniões do CDH nos quais ONGs brasileiras ou internacionais manifestam preocupações ou críticas a aspectos dos direitos humanos no Brasil. Questões relacionadas aos direitos dos povos indígenas e à preservação do meio ambiente no Brasil, em especial na Amazônia, continuam a receber ênfase especial por parte de tais interlocutores e exigir atenção permanente por parte desta Missão diplomática. Outros pontos igualmente objeto de comentários recorrentes têm sido direitos das mulheres, combate ao racismo, proteção de defensores de direitos humanos, segurança de jornalistas, direito à verdade e à memória e violência policial. Em algumas situações, tais questões encontraram eco em manifestações da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e de alguns estados europeus no CDH. DELBRASGEN tem procurado manter diálogo franco e prestar os esclarecimentos e as respostas necessárias sempre que lhe é franqueada tal oportunidade. Esse esforço para assegurar diálogo equilibrado e objetivo sobre eventuais questões de direitos humanos a respeito do País, muitas vezes a exigir coordenação quase imediata com os órgãos e instituições competentes no Brasil, poderá continuar como desafio importante para esta Missão diplomática.

Revisão Periódica Universal

17. Os primeiros meses de minha atual gestão em DELBRASGEN coincidiram com a apresentação do Brasil no 3º ciclo do mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos. O Brasil considera que a RPU constitui mecanismo de importância basilar para o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, ao proporcionar oportunidade para diálogo franco, construtivo e em bases equitativas sobre a situação de todos os direitos humanos em todos os Estados membros das Nações Unidas, em sintonia com os princípios da universalidade, indivisibilidade e não-seletividade dos direitos humanos. O Brasil foi um dos primeiros países a serem objeto de exame durante o 1º ciclo da RPU, em 2008, e vem-se manifestando de forma diligente e construtiva no exame de quase todos os demais estados ao longo dos três ciclos da RPU.

18. A revisão do Brasil no 3º ciclo da RPU ocorreu em maio de 2017, durante a 27ª sessão do respectivo Grupo de Trabalho. Na ocasião, o Brasil recebeu 246 recomendações de 103 delegações estatais. O país aceitou 242 das recomendações recebidas, havendo explicado não poder aceitar as 4 remanescentes por serem incompatíveis com o ordenamento jurídico doméstico, inclusive dispositivos Constituição Federal e decisões do Supremo Tribunal Federal. Em novembro de 2019, o Brasil apresentou, pela primeira vez, relatório de meio período sobre a implementação das

recomendações aceitas no 3º ciclo, em cumprimento de compromisso voluntário assumido durante sua candidatura à reeleição ao CDH. O Brasil foi um dos poucos países a apresentarem relatório de meio período no prazo normalmente previsto.

19. O próximo exame do Brasil na RPU encontra-se tentativamente previsto para ocorrer durante a 41ª sessão do Grupo de Trabalho, em outubro/novembro de 2022, com prazo para tentativa para envio do correspondente relatório nacional até junho de 2022. A preparação dos relatórios nacionais do Estados implica intenso exercício de coordenação entre diferentes Poderes e níveis de governo, bem como diálogo com a sociedade civil, com vistas à preparação de um documento que sintetize as medidas adotadas para implementar recomendações anteriormente aceitas, progressos alcançados e desafios existentes sobre toda a situação de direitos humanos no País. Da mesma forma, a reunião de exame do Brasil por seus pares exigirá ampla coordenação e expressiva participação intersetorial, a fim de que a delegação brasileira possa responder de maneira oportuna e substantiva aos principais comentários, perguntas e recomendações formuladas pelos demais estados. Após a revisão em si, tal coordenação continua a ser necessária para o processo de decisão sobre quais recomendações o Brasil aceitará e quais apenas notará.

Procedimentos Especiais

20. Os Procedimentos Especiais do CDH compõem-se de peritos independentes de direitos humanos, designados pelo Conselho, com mandato para apresentar relatórios, formular recomendações, realizar visitas a países e pedir informações sobre alegações de possíveis violações sobre determinados temas ou países específicos. O País esteve na liderança das negociações que criaram vários mandatos temáticos, como os Relatores Especiais sobre direito à saúde, direito à moradia adequada, direito à privacidade na era digital e não-discriminação de pessoas com hanseníase, bem como os Peritos Independentes sobre os direitos das pessoas idosas e sobre não-discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Coube a DELBRASGEN, durante os últimos 4 anos, manter esses temas em discussão por meio de diferentes iniciativas: resoluções, seminários e painéis que contaram com a participação não só de diferentes procedimentos especiais, mas também de pessoas afetadas, representantes permanentes de diferentes países e membros de organizações internacionais.

21. O Brasil mantém, desde dezembro de 2001, convite permanente para visitas de todos os Procedimentos Especiais temáticos. Entre 1992 e 2019, recebeu 29 visitas de tais Procedimentos, sendo um dos países no mundo que mais foi visitado por titulares de mandatos. Alguns dos mandatos visitaram o País em mais de uma oportunidade. O governo brasileiro estava em tratativas para receber visitas de três titulares de mandato no corrente ano, que, no entanto, tiveram de ser suspensas em razão das restrições ocasionadas pela COVID-19. Não obstante, coube a DELBRASGEN, durante minha gestão, contribuir para a organização de três visitas de procedimentos especiais ao Brasil: da Relatora Especial sobre hanseníase, Perita Independente sobre albinismo e do Relator Especial sobre resíduos tóxicos.

22. Além dos esforços para continuar a agendar as visitas pendentes de Procedimentos Especiais do Conselho quando as condições sanitárias permitirem e responder substantivamente aos

relatórios que dela emanem, tarefa de importância fundamental é a reação oportuna às distintas comunicações apresentadas pelos titulares de mandato, nas quais costumam pedir informações sobre alegações recebidas e apresentar comentários e recomendações a respeito de denúncias de violações de direitos humanos em casos específicos ou sobre questões sob exame em diferentes órgãos e Poderes dos estados atinentes aos respectivos mandatos.

23. As credenciais do Brasil de décadas de abertura e diálogo com os Procedimentos Especiais do Conselho fortalecem a posição do país para sublinhar questões nos quais o sistema carece de aperfeiçoamento. Sem prejuízo de o processo de seleção priorizar a experiência dos titulares de mandato, não se pode desconhecer que não tem traduzido a devida consideração à distribuição geográfica equitativa, ao equilíbrio de gênero e à representação apropriada de diferentes sistemas jurídicos. Atualmente, por exemplo, nenhum brasileiro é titular de mandato de Relator Especial ou Perito Independente do Conselho. Ademais, sem prejuízo de a independência dos titulares de mandato ser elemento fundamental do sistema, ela não é absoluta. Os titulares de mandato prestam contas perante o CDH e devem pautar-se conforme as regras estabelecidas nos respectivos Código de Conduta e Manual de Operações. Titulares que extrapolam os respectivos mandatos ou que simplesmente deixam de cumprir as tarefas que o CDH lhes atribui comprometem a credibilidade e a eficiência do sistema. Caberá ao Brasil seguir dialogando com os Procedimentos Especiais com vistas, inclusive à aperfeiçoar o sistema.

Eleições de especialistas brasileiros em direitos humanos

24. Uma das prioridades iniciais de minha gestão à frente de DELBRASGEN no que concerne ao relacionamento do Brasil com os órgãos de tratados de direitos humanos das Nações Unidas consistiu na campanha em favor da candidatura da Senadora Mara Gabrilli ao Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), para o mandato 2019-2022, nas eleições que se realizaram em junho de 2018. Por meio de numerosas gestões pessoais e formais, eventos e atividades de divulgação, esta Missão diplomática buscou alcançar o número mais amplo possível de Estados partes da Convenção a fim de apresentar as sólidas credenciais da candidata brasileira. O êxito do referido pleito possibilitou ao Brasil contar, pela primeira vez, com uma perita independente de sua nacionalidade no citado Comitê. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência ocupa posição especial no marco dos compromissos internacionais do Brasil em matéria de direitos humanos por ser um dos poucos tratados, até o momento, aprovado com status de emenda constitucional conforme o procedimento do artigo 5º, §3 da Constituição Federal.

25. Além do CRPD, o Brasil atualmente conta com nacionais como peritos independentes de outros dois “treaty bodies” de direitos humanos da ONU: o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (seu presidente, o Professor Renato Zerbini Leão, reeleito em 2018) e o Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (embaixador Silvio Albuquerque, eleito em 2017). O País também tem um de seus nacionais como perito do Comitê Assessor do Conselho de Direitos Humanos, o embaixador José Augusto Lindgren Alves (eleito em 2018). Em todos estes casos, o trabalho diligente desta Missão diplomática igualmente contribuiu para o êxito das postulações nos respectivos processos eleitorais. O apoio a candidaturas de nacionais em

eleições para órgãos de direitos humanos das Nações Unidas é parte importante dos trabalho desta Missão e possibilita para que especialistas brasileiros com ampla experiência na matéria possam contribuir para o desenvolvimento e a implementação dos padrões internacionais de direitos humanos em todo o mundo.

Órgãos de tratados

26. Também durante o período da minha gestão, o Brasil envidou esforços significativos para atualizar o compromisso de apresentação de relatórios de cumprimento dos tratados de direitos humanos das Nações Unidas de que é parte. Foram encaminhados à ONU a versão atualizada do Documento Básico Comum; o relatório inicial de cumprimento da Convenção sobre Desaparecimento Forçado; o relatório inicial de cumprimento do Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança sobre Venda de Crianças, Pornografia Infantil e Prostituição Infantil; e os relatórios periódicos de cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. O Brasil também manifestou interesse em apresentar, em formato simplificado, seus próximos relatórios de cumprimento da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

27. Estando o Brasil em dia com o envio de quase todos os relatórios a comitês de tratados de direitos humanos da ONU, as próximas etapas do exame dos respectivos documentos requererão esforços semelhantes de coordenação com os demais órgãos nacionais competentes. As próximas etapas do processo envolverão a preparação de respostas escritas as perguntas a serem encaminhadas pelos respectivos comitês com base na análise dos relatórios nacionais e, especialmente, a composição das delegações que representarão o País nas audiências públicas de diálogo construtivo com os órgãos de tratados pertinentes.

28. Salvo eventuais atrasos adicionais em função da situação sanitária, a próxima audiência de diálogo construtivo acerca de relatório do Brasil a órgão de tratado de direitos humanos da ONU ocorrerá em março de 2021, quando o Comitê sobre Desaparecimentos Forçados debaterá o relatório inicial brasileiro. Delegações chefiadas por autoridade de alto nível com atribuições ligadas à implementação doméstica dos referidos tratados e compostas por representantes das variadas instituições com atribuições na matéria têm exercido papel especial no esclarecimento oportuno de eventuais questionamentos dos peritos dos “treaty bodies” da ONU, o que poderá contribuir positivamente na formulação das conclusões e recomendações a serem adotadas pelos Comitês.

29. Além das atividades relacionadas à consideração de relatórios de cumprimento, cabe manter atenção especial aos diferentes procedimentos de comunicações individuais e apelos urgentes em Comitês de tratados da ONU para os quais o Brasil reconheceu tal competência. Embora tais queixas ocorram em número significativamente mais reduzido se comparado ao do sistema interamericano de direitos humanos, inclusive pela barreira do idioma, não deixam de adquirir, por vezes, especial visibilidade política.

SETOR HUMANITÁRIO

ACNUR

30. O movimento de aproximação do Brasil com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) intensificou-se, nos últimos quatro anos, com a escalada da crise humanitária global e, sobretudo, à luz do agravamento da situação na Venezuela. Durante o período em que estive à frente de DELBRASGEN e, mais especificamente, desde a adoção da Nova Lei de Migração, aprovada pelo Congresso Nacional em 2017, que contém dispositivos específicos sobre apatridia e vistos humanitários, pude constatar que o Brasil passou a ser visto pelo ACNUR como um aliado que compartilha sua convicção sobre os princípios de proteção internacional. A reforçar essa parceria, em diversas oportunidades, esta Missão diplomática envolveu-se diretamente em negociações e discussões técnicas e políticas, como, entre outras, aquelas que antecederam a assinatura do Pacto Global sobre Refugiados, em 2018, e no processo preparatório do Fórum Global de Refugiados, realizado em dezembro de 2019. Em todas as ocasiões, logramos compartilhar boas práticas e políticas inovadoras adotadas pelo país para a proteção de refugiados e, em particular, no âmbito da Operação Acolhida. Esta operação mereceu inúmeros elogios e seguidas manifestações de apreço por diferentes interlocutores em Genebra. É vista pelo alto comissário de Refugiados, mas não só por ele, como uma boa prática a ser replicada por outros países pela sua organização e pelas políticas de inclusão dos refugiados nos campos de saúde, educação e trabalho. O alto comissário, Filippo Grandi, foi duas vezes ao Brasil nos últimos três anos. Em 2018, pude acompanhá-lo a Brasília, onde, em reuniões com altas autoridades do governo, pude expressar seu reconhecimento à contribuição do Brasil no esforço internacional de solidariedade aos refugiados e deslocados internos. Nesta ocasião, participou também da Reunião de Consulta da América Latina e do Caribe, que resultou na Contribuição Regional para o Pacto Global sobre Refugiados. Em 2019, O alto comissário teve oportunidade de conhecer mais detidamente os esforços engendrados pelo país em Roraima, no contexto da Operação Acolhida. Durante o meu período à frente de DELBRASGEN, pude atestar a importância da Operação Acolhida e da nova lei brasileira de migração, que abriram oportunidades para a construção de uma agenda positiva ao Brasil no campo humanitário.

31. Especialmente emblemático foi o reconhecimento da nacionalidade brasileira à apátrida Maha Mamo. Ao incorporar a possibilidade de processo acelerado de concessão de nacionalidade brasileira a apátridas, a Lei de Migração contribuiu para que Maha Mamo recebesse, em cerimônia promovida por esta Missão Diplomática na sede das Nações Unidas em Genebra, seu passaporte brasileiro. Emocionada, Maha Mamo exaltou a solidariedade do seu novo país e beijou a bandeira brasileira que trazia envolta em seu pescoço. Menciono, com igual entusiasmo, a marcante participação do Brasil no Fórum Global de Refugiados. Nessa ocasião, tivemos mais uma oportunidade de divulgar a abordagem inovadora da força-tarefa composta por governo, sociedade civil e organismos internacionais, sob liderança governamental, que articula esforços de assistência

emergencial, inclusão e integração socioeconômica (com ações de documentação, imunização, assistência, abrigamento e "interiorização").

32. Caberia, igualmente, chamar a atenção para o engajamento crescente de DELBRASGEN na governança do ACNUR. No período de 2018 a 2020, exerci a segunda e primeira vice-Presidências do “Bureau” do Comitê Executivo. No último mês de outubro, fui eleita para exercer a Presidência daquele órgão. Trata-se da primeira vez em que o Brasil ocupa a Presidência do órgão de governança do ACNUR desde a sua criação. O “Bureau” é responsável por rever e aprovar orçamentos da Agência, adotar conclusões e recomendações sobre proteção internacional, além de discutir uma série de temas administrativos, financeiros e processuais entre o ACNUR e seus parceiros governamentais e intergovernamentais. A presidência brasileira deverá ser exercida até o último dia da 72ª sessão do Comitê Executivo, prevista para o período de 4 a 8 de outubro de 2021. Avalio que a presidência do “Bureau” consistirá em excelente oportunidade de continuada projeção da imagem do país, já que, indiscutivelmente, a ação humanitária tem ganhado cada vez mais relevância na agenda internacional, transformando o tema em plataforma multissetorial de atuação diplomática.

CICV e FICV

33. Durante minha gestão à frente de DELBRASGEN, tive a oportunidade de contribuir para o processo de aproximação entre o Brasil e o CICV, e para a superação de mal-estar decorrente do controverso programa da organização no Rio de Janeiro que tratava situações de violência urbana com instrumentos humanitários. Como se recorda, após consultas às autoridades locais e receber a anuência do Governo Federal, o programa tornou-se referência para implementação de iniciativas similares em outras cidades brasileiras e estrangeiras. A partir de conversas mantidas ao longo dos últimos anos, tanto em Genebra quanto em Brasília, a relação com o CICV aprimorou-se e evoluiu para o estabelecimento de diálogo estratégico de alto nível, que previa, inclusive, para o corrente ano, antes da crise sanitária, visita do presidente do CICV, Peter Maurer, a Brasília. Nesse contexto, sublinho os encontros mantidos pelo senhor SASC à margem da 40ª sessão do CDH, em 2019, com o vice-presidente do CICV, Gilles Carbonnier, os diversos encontros que mantive com Sophie Orr, Diretora Regional para as Américas, e membros de sua equipe, inclusive para organizar sua ida ao Brasil, em 2019, e os esforços da Missão junto ao CICV para adaptar os planos originais no âmbito do diálogo estratégico para que possa ser realizado, ainda que virtualmente, no corrente ano. O Posto também acompanha as reuniões promovidas pela Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV), responsável pelo monitoramento e apoio às Sociedades Nacionais (a exemplo da Cruz Vermelha Brasileira). Durante minha gestão, observei o apoio prestado pela FICV ao processo de saneamento financeiro e operacional da CVB e, mais recentemente, seu importante papel de coordenação e de arrecadação de fundos na resposta do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (composto por CICV, FICV e Sociedades Nacionais) à pandemia do COVID-19.

OIM

34. A avançada legislação migratória que o país possui, em particular a mencionada Nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017), tem sido amplamente reconhecida e elogiada na Organização Internacional de Migração. A dissociação do país do Pacto Global sobre Migração, adotado em fins de 2018, na Conferência de Marraquexe, não trouxe prejuízo ao acompanhamento pela Missão dos temas de interesse para o Brasil tratados no âmbito da OIM. Sob as instruções de Brasília, determinei que esta Missão continuasse a participar ativamente das discussões em curso, em especial sobre as propostas de reforma da organização apresentadas pelo DG Vitorino. Nos debates substantivos sobre migrações, DELBRASGEN tem buscado enfatizar a importância do combate à violência e à discriminação contra mulheres e meninas, o combate ao tráfico de pessoas, bem como as necessidades específicas de idosos, jovens, pessoas com deficiência e demais grupos em situação de vulnerabilidade. Registro, ainda, o apoio e o processo de engajamento da OIM, em parceria com o ACNUR, nos esforços de acolhida e integração de venezuelanos nos países vizinhos, e o trabalho do enviado especial do SGNU, Eduardo Stein, com quem eu e minha equipe tivemos diversas oportunidades de interagir, em Genebra, ao longo de 2018 e 2019.

UNDRR

35. A Missão também tem mantido interlocução com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR, na sigla em inglês), estabelecido em 1999 pela Resolução 54/219 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), com o propósito de assegurar a implementação da Estratégia Internacional para a Redução do Risco de Desastres. Atualmente, o UNDRR tem a função de apoiar a implementação do Marco de Ação de Sendai. Destaco, por oportuno, o encontro mantido pelo sr. SASC com a ex-diretora do UNDRR, Mami Mizutori, durante visita a Genebra, em março de 2019, o qual demonstrou haver potencial para maior intercâmbio e cooperação. DELBRASGEN também tem participado das atividades promovidas, nesta cidade, pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (OCHA). Por fim, desde 2016, a Missão tem acompanhado os debates no âmbito da Plataforma sobre Deslocados por Desastres (PDD), criada para dar sequência à agenda da antiga Iniciativa Nansen, bem como os do grupo de amigos da PDD.

Considerações gerais sobre temas humanitários

36. Nos últimos quatro anos, em razão da interface da proteção internacional com assuntos de paz e segurança, direitos humanos, saúde e desenvolvimento, houve intensificação dos trabalhos em diferentes mecanismos dedicados à agenda humanitária. O otimismo verificado no final de 2019, contudo, quando, no intervalo de apenas duas semanas, Genebra sediou o Fórum Global de Refugiados e a 33ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, deu lugar à apreensão e à necessidade de adaptação decorrentes dos impactos da crise sanitária. Diante desse novo cenário, as agências humanitárias em Genebra vêm buscando preencher lacunas e, sobretudo, assegurar que refugiados e migrantes sejam contemplados nas políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pandemia. As boas práticas na proteção de refugiados e no contexto da Operação Acolhida asseguram ao Brasil imagem positiva e posição de destaque nos debates,

devidamente reconhecidas e valorizadas pelas agências humanitárias que cooperam com os esforços do país. Embora, historicamente, privilegiem a interlocução com os seus maiores doadores, já que seus orçamentos operacionais dependem de aportes voluntários, observo que o reconhecimento de países que contribuem de maneira difusa para a proteção internacional, seja como anfitriões de grande número de refugiados, com o compartilhamento de boas práticas ou com esforços para modernizarem suas legislações nacionais, tem se traduzido em maior peso político nos foros genebrinos. Conversas mantidas com interlocutores da Missão, permitem-me inferir que o envolvimento construtivo do Brasil na resposta à crise venezuelana, assim como o sistemático empenho para contribuir, com dinamismo, aos desafios humanitários contemporâneos, garantem ao país prestígio e posição de referência nos debates sobre os rumos da proteção internacional.

MEIO AMBIENTE

37. A Missão acompanha de perto a agenda das organizações e convenções de meio ambiente cujos secretariados têm sede em Genebra, a saber:

Convenção sobre o Comércio Internacional de Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES)

38. Como país megadiverso, o Brasil tem interesse na regularização do comércio internacional da fauna e da flora, o que implica o acompanhamento cuidadoso dos temas tratados multilateralmente no âmbito da CITES. Em agosto de 2018, chefei a delegação brasileira na COP-18, durante a qual o Brasil manteve estreita coordenação com os países do GRULAC. Ao final da COP-18, o Brasil foi confirmado para exercer a função de representante alterno da América do Sul, posição que legitima as credenciais do país junto aos demais membros da Convenção.

Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas

39. A Missão tem logrado defender temas de interesse do país nas reuniões do Comitê Permanente, ainda que o Brasil integre a Convenção na qualidade de observador. Nesta condição, O Brasil participou da 54ª reunião do CP (abril de 2018) e, na qualidade de coordenador GRULAC-meio ambiente em Genebra, foi convidado a presidir as reuniões de coordenação das Américas. Os encontros regionais constituíram, ademais, oportunidade para a delegação brasileira antecipar e buscar apoio a pontos de interesse do país na agenda.

Convenções de Químicos e Resíduos (Basileia, Estocolmo, Roterdã)

40. O Brasil é Parte das três Convenções desde sua entrada em vigor e desenvolveu ampla estrutura para a governança da segurança química. Durante minha gestão, chefei a delegação brasileira à COP - tripla, em maio de 2019, que reúne as conferências das partes das três convenções. Na oportunidade, DELBRASGEN, conforme instruções, atuou de forma a resguardar os dispositivos das convenções contra tentativas de flexibilização dos controles criados. O Brasil tem defendido que a implementação efetiva das ações de países em desenvolvimento dependerá diretamente do cumprimento das obrigações de financiamento e transferência de tecnologia dos países desenvolvidos.

Convenção de Minamata sobre Mercúrio

41. DELBRASGEN somou-se aos esforços que alçaram o Brasil à posição de protagonismo para incluir, no texto da Convenção, dispositivos sobre a concessão de recursos financeiros, assistência técnica e transferência de tecnologia a países em desenvolvimento. Durante a COP-3 (novembro de 2019), os principais interesses e preocupações brasileiros foram satisfatoriamente atendidos e o GRULAC endossou a candidatura do Secretário Pedro Piacesi para mandato de 2 anos junto ao Comitê de Administração do Programa Internacional Específico ("SIP", em inglês).

Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC)

42. A Missão tem acompanhado as discussões sobre o planejamento estratégico do Painel, cuja vice-presidência é exercida pela brasileira Thelma Krug, a fim de assegurar que os temas tratados não ensejem compromissos adicionais da parte dos países em desenvolvimento, sem que haja contrapartida dos países desenvolvidos. Nesse sentido, o Brasil tem defendido neste e em outros foros o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, sempre que há tentativa, por parte dos países desenvolvidos, em transferir a responsabilidade das ações voltadas para a questão da mudança do clima.

Organização Meteorológica Mundial (OMM)

43. O Brasil é membro da OMM desde seu estabelecimento, em 1950, e segue comprometido com a instituição. Durante minha gestão, destaco a realização do 18º Congresso Meteorológico Mundial (junho de 2019), em que o representante permanente do Brasil junto à OMM, Carlos Edson Gomes, foi eleito, por consenso, para uma das vagas do Conselho Executivo. O Dr. Antonio Divino Moura, então Diretor do INMET, por sua vez, foi reeleito como primeiro vice-presidente e agraciado com o Prêmio IMO de Meteorologia, por sua trajetória de dedicados trabalhos de pesquisa científica. Entendo que a reeleição e a premiação do Dr. Divino Moura representam reconhecimento do espaço ocupado pela meteorologia brasileira no principal foro internacional sobre a matéria.

Grupo de Observação da Terra (GEO)

44. Membro fundador do GEO, o Brasil participou ativamente do seu processo de consolidação e de implementação do Sistema Global de Sistemas de Observação da Terra (GEOSS, na sigla em inglês), e, nesse contexto, defende política de distribuição livre e gratuita de dados de satélites. O Dr Gilberto Câmara, ex-diretor do INPE, ocupa o cargo de diretor do secretariado do GEO, desde 2018, e tem mantido boa interlocução com a Missão. DELBRASGEN acompanha regularmente as deliberações do organismo. Durante minha gestão, recebi diversos representantes de órgãos da administração pública federal que integram o Grupo, aos quais foi prestada assistência logística e substantiva.

Organização Europeia para Pesquisa Nuclear (CERN)

45. Existe longa e produtiva relação entre o CERN e a comunidade científica brasileira, a qual ensejou o interesse em promover a acessão do país à organização na qualidade de membro associado. Com esse objetivo, durante minha gestão à frente de DELBRASGEN, mantive encontros com a DG Fabiola Gianotti em que o interesse recíproco de associação do Brasil ao CERN foi reiterado. Nesse contexto, minuta de acordo foi transmitida à consideração do Governo brasileiro. Como estado membro associado, o Brasil poderia beneficiar-se de acesso a tecnologias de ponta, barateamento e aprimoramento de tecnologias de saúde, vendas de produtos e serviços brasileiros, fornecimento de matérias-primas, como o nióbio, e cooperação educacional, aeroespacial e científica. Poderia, ainda, contribuir para elevar a competitividade comercial e econômica do país e impulsionar investimentos. A contribuição anual obrigatória seria da ordem de USD 13,5 milhões.

46. Em junho de 2019, tive a honra de acompanhar a visita do Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, às instalações do CERN. A visita configurou ponto de inflexão nas tratativas para adesão do Brasil àquela organização, porquanto permitiu retomar o processo negociador em novos termos. A nova minuta de acordo está, no momento, sob análise da Consultoria Jurídica do Itamaraty. Tendo em conta o impacto da crise sanitária da Covid-19 sobre o planejamento original relativo às etapas internas a serem cumpridas para a eventual adesão, DELBRASGEN manteve intercâmbio regular com a SERE e interlocutores do MCTI para promover a elaboração de novo cronograma de ações com vistas a avançar o processo. O novo cronograma foi comunicado pela DG ao Conselho do CERN, em setembro passado. Atualização das informações sobre o andamento do processo de adesão do Brasil é esperada pelo Conselho para dezembro.

SAÚDE

47. Sede da Organização Mundial da Saúde (OMS), Genebra está no centro da chamada arquitetura global da saúde. Aqui também estão localizadas ou atuantes várias outras organizações e entidades governamentais, híbridas ou não-governamentais da área sanitária, a exemplo do UNAIDS, da UNITAID, do Fundo Global para luta contra HIV/AIDS, da Aliança GAVI para vacinas, da Parceira STOP TB (tuberculose), entre muitas outras.

48. No que concerne aos organismos com participação governamental, o Brasil é membro fundador da OMS (criada em 1948) e da UNITAID, assim como é um dos mais assíduos membros do Conselho de Coordenação de Programas do UNAIDS. Cabe à DELBRASGEN a representação primária do Brasil nos órgãos de governança e nos debates dessas organizações.

49. Além disso, esta Missão Diplomática tem ampla interlocução com outros atores relevantes da cena genebrina da saúde, em especial com a GAVI (para a qual o Brasil contribui, anualmente, com USD 1 milhão para financiar projetos de imunização em países de renda baixa ou média, nos termos da Lei n. 12.413, de 2011), com o Fundo Global (instituição cujo orçamento é quase três vezes superior ao da OMS e que tem sinalizado crescente interesse em maior interação com os BRICS) e com a Parceria STOP TB.

50. Com seus 194 estados membros, a OMS é, sem dúvida, a organização que demanda maior atenção do Brasil neste contexto. Ao longo dos últimos quatro anos, esta Missão pode promover – e influenciar, em conformidade com nossos interesses nacionais – uma intensa agenda de transformações da organização, que se pode dividir em um antes e um depois da pandemia de COVID-19.

51. No transcurso de minha gestão nesta Missão, a relevância que o Brasil atribui à OMS se manifestou também em visitas de trabalho de três Ministros da Saúde por ocasião das edições da Assembleia Mundial da Saúde de 2017, 2018 e 2019 (na de 2020, por conta da pandemia, a participação ministerial deu-se em modo virtual). Por ocasião das visitas ministeriais, pude organizar extensa programação de trabalho em que as autoridades brasileiras presidiram reuniões com países do BRICS, da CPLP e da Iniciativa “Política Externa e Saúde Global”. Tais oportunidades deram relevantes impulsos a linhas e projetos de cooperação internacional no domínio da saúde pública.

52. No pré-pandemia, vale destacar a eleição, em 2017, do DG Tedros Adhanom, primeiro nacional africano a ocupar essa posição. Em reconhecimento ao papel e peso do Brasil, Tedros convidou-me, no início de sua campanha, para integrar núcleo político informal para seu aconselhamento. O Brasil foi, aliás, o único país não-africano a participar daquele grupo. O DG sempre se manifestou como grande admirador do SUS e visitou o nosso país, em 2018, a convite do então Ministro da Saúde, Ricardo Barros. Em reconhecimento à contribuição do Brasil à sua eleição, Tedros nomeou a brasileira Mariângela Simão para a importante função de Diretora-Geral-Ssistente para Acesso a Medicamentos (o país não ocupava posto tão elevado na burocracia da OMS desde a década de 1970, quando o mais longevo dos seus DGs, o dr. Marcolino Candau, completou mais de 20 anos à frente do secretariado).

53. Como membro titular do Conselho Executivo da OMS entre 2017 e 2019, o Brasil desempenhou papel de relevo nas discussões e negociações sobre o Programa Geral de Trabalho

da OMS e sua agenda de transformação. Tive a honra, durante esse período, de presidir aquele órgão de governança da OMS, em nome do Brasil, entre maio de 2018 e maio de 2019 (a terceira vez, nos mais de 70 anos da OMS, em que a responsabilidade tocou ao país). Para além de funções rotineiras do Conselho, pude conduzir, naquele contexto, negociações intergovernamentais sobre reforma da governança da OMS. Nesta oportunidade, foi possível vencer vários anos de impasse e oferecer resultados inovadores para uma melhor gestão da Organização. Tal reforma inaugurou práticas inovadoras e lançou as bases para possíveis aprimoramentos adicionais no futuro. Ainda na condição de presidente do Conselho Executivo da OMS, pude mediar questões sanitárias de viés político entre Israel e Palestina.

54. Outro ponto a realçar no período coberto por este relatório tem a ver com a criação do Dia Mundial da Doença de Chagas, capitaneada pelo Brasil e ratificada pelos órgãos de governança da OMS (não sem alguma resistência de países ricos e setores do secretariado), quando exercíamos a presidência do Conselho Executivo. Ao consagrar o 14 de abril para uma maior conscientização da comunidade internacional sobre este grave problema de saúde, particularmente agudo entre as populações mais pobres nas Américas e em expansão em outras regiões, o Brasil também logrou que a OMS reconhecesse o papel de um grande cientista nacional – Carlos Chagas. Em 2020, celebrou-se a primeira edição desse Dia Mundial, com envolvimento do DG, desta Missão, do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no caso do Brasil, além de muitos outros atores governamentais e não-governamentais interessados.

55. Também como membro titular do Conselho, esta Missão pôde, em representação do país, promover a agenda de acesso a medicamentos na OMS, em busca de iniciativas que, de modo construtivo e baseadas no diálogo entre diferentes perspectivas sobre o assunto, ajudem a garantir o mais amplo acesso à saúde para todos e, ao mesmo tempo, a sustentabilidade dos sistemas de saúde no longo prazo. Como a pandemia de COVID-19 demonstra, sistemas resilientes são essenciais para preservar vidas e meios de subsistência. Parte fundamental de tal resiliência depende da capacidade do setor da saúde para prover-se dos meios (medicamentos e outros produtos médicos), cujos preços, no entanto, são crescentes e, para as terapias mais avançadas, muitas vezes proibitivos – para países ricos e pobres. Trata-se de tema particularmente crucial para países, como o Brasil, que têm sistemas públicos de saúde de acesso universal e gratuito.

56. Dentro desse esforço, cumpre salientar o papel da Missão na negociação de decisões do Conselho Executivo e da Assembleia Mundial da Saúde, entre 2017 e 2020, sobre a implementação da Estratégia Global e Plano de Ação sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual (vigente até 2022), que articula várias ações a cargo do secretariado da OMS e dos estados membros para incentivar maior nível de acesso a medicamentos, em combinação com iniciativas para resguardar direitos e flexibilidades na intersecção entre o direito à saúde, propriedade intelectual e inovação científica e tecnológica.

57. Também é digna de registro específico a contribuição político-diplomática do Brasil em Genebra para que a OMS pudesse levar a bom termo o chamado “Mapa do Caminho” sobre acesso a medicamentos, iniciativa (liderada pelo Diretor-Geral e pela dra. Mariângela Simão) que visou a melhor coordenar diversos mandatos e responsabilidades do secretariado nesse contexto. Em certo momento, o governo brasileiro esteve a ponto de fazer contribuição financeira para essas

atividades, gesto que me parece ainda muito relevante e meritório, caso as condições fiscais do país também o permitam.

58. Ainda na fase pré-pandemia, vale salientar a atuação desta Missão Diplomática para a eleição, em julho de 2017, do sr. Guilherme Costa, funcionário de carreira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a presidência da Comissão do “Codex Alimentarius” (instância conjunta da OMS-FAO, que estabelece padrões de sanidade alimentar, essenciais para a produção de alimentos e para o comércio internacional).

59. A superveniência do novo coronavírus no romper de 2020 inaugura uma nova fase para a OMS e impõe-lhe desafios imensos e inéditos. Aqui também, a polarização EUA – China a que fez referência mais acima adquiriu contornos concretos – e cruciais para a atuação da OMS.

60. A Organização buscou mobilizar apoio político-diplomático e financeiro para conter a dispersão do vírus e desenvolver soluções (vacinas, medicamentos, diagnósticos) para enfrentá-lo. Por pressão dos estados membros, a OMS também deu início a investigação sobre sua atuação na resposta ao novo coronavírus. Para tanto, estão em marcha o Painel Independente sobre Prontidão contra Pandemias e o comitê de revisão sob o artigo 50 do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), que deverão apresentar relatórios finais e recomendações à Assembleia Mundial da Saúde de 2021.

61. É nesse contexto que despontam propostas de países para uma reforma da OMS. O Brasil, ao lado dos EUA, é um dos atores de destaque, juntamente com Alemanha, França, Chile, Coreia do Sul e Grupo Africano, que também circularam propostas concretas sobre como aprimorar a Organização. Os próximos meses deverão confirmar em que medida ou direção o processo evoluirá. DELBRASGEN tem participado de reuniões informais, promovidas pela União Europeia, para intercâmbio sobre possíveis convergências entre as diferentes sugestões substantivas. Também veiculamos, em nome do Brasil, as perspectivas nacionais sobre essa discussão da reforma, por ocasião da 5ª sessão especial do Conselho Executivo da OMS, em 5 e 6/10, e da retomada da 73ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde, entre 9 e 14/11.

62. Na vertente de desenvolvimento de soluções e tecnologias contra o Sars-CoV-2, a OMS tem buscado implantar mecanismos e parcerias com o propósito duplo de acelerar a produção de vacinas, medicamentos e diagnósticos e garantir que sejam distribuídos de forma equitativa para todos. Em abril de 2020, foi lançado o chamado “ACT Accelerator”, sob a liderança do DG Tedros e da presidente da Comissão Europeia. Reúne países e entidades internacionais (OMS, Banco Mundial, GAVI, Fundo Global, UNITAID, etc.) em torno de 4 pilares: vacinas, testes-diagnósticos, medicamentos e fortalecimento dos sistemas de saúde. Tem o objetivo de distribuir, até o fim de 2021, 2 bilhões de doses de vacinas, 245 milhões de regimes de tratamento e 500 milhões de testes-diagnósticos para países de renda baixa ou média. Para tanto, o “ACT Accelerator” requer investimentos de USD 30 a 40 bilhões nos próximos 2 anos (até o momento, apenas cerca de 10% já teriam sido arrecadados).

63. Apesar de não ter sido convidado para o lançamento do “ACT Accelerator” (à época muito sob a ascendência de países europeus), o Brasil veio a ser confirmado, pela OMS, como um dos 27 membros governamentais do “Conselho de Facilitação”, instância máxima de governança da

iniciativa, com a responsabilidade de dar orientações estratégicas e impulso político a sua agenda. Foram realizadas duas reuniões do mecanismo. O Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, representou o Brasil na reunião inaugural do Conselho, em setembro de 2020, ao passo que tive o privilégio de ser a chefe da nossa delegação à 2ª reunião, em 3/11.

64. A Missão em Genebra também tem apoiado, mediante gestões junto às autoridades e instituições relevantes, os esforços do governo brasileiro no âmbito da “COVAX Facility”, mecanismo desenvolvido no pilar de vacinas do “ACT Accelerator” para viabilizar a produção e a distribuição equitativa. Em setembro de 2020, o Brasil confirmou sua adesão, com vistas a adquirir doses em número suficiente para imunizar 10% da população nacional. Isso se combina com nossos esforços bilaterais com companhias farmacêuticas específicas, que dispõem de projetos de vacinas nas etapas mais avançadas de testes clínicos, sob acordos que também preveem transferência de tecnologia para o país.

65. Ilustra nossas credenciais na luta contra a pandemia o convite da OMS para que o Brasil participasse de suas iniciativas de coordenação de testes clínicos em matéria de medicamentos e, mais recentemente, de vacinas, os chamados “Testes de Solidariedade”. Em ambos os casos, o Ministério da Saúde confirmou a disposição brasileira para somar-se a tais esforços, que tencionam acelerar a aquisição de conhecimento científico e clínico sobre as melhores opções médicas para debelar a pandemia.

66. No mesmo espírito, ressalto que o Brasil é membro desde o lançamento, em maio de 2020, do “Chamado à Ação” pelo compartilhamento de dados e conhecimentos sobre soluções tecnológicas contra a COVID-19 (ou C-TAP), iniciativa originalmente proposta pelo presidente da Costa Rica e propulsada pelo DG Tedros, com apoio de mais de 40 países (em sua maioria, latino-americanos) e da sociedade civil. O objetivo central seria promover licenciamento voluntário de direitos de propriedade intelectual que tenham relevância para o combate à pandemia e, assim, estimular, na prática, uma disseminação maior das capacidades produtivas ao redor do mundo.

67. Em meus contatos com os diversos interlocutores envolvidos nessas iniciativas, dentro ou fora do “ACT Accelerator”, tenho divulgado as medidas sanitárias, sócio-econômicas e científico-tecnológicas do Brasil no enfrentamento do vírus e de suas consequências sobre a renda, o emprego, a atividade econômica e o bem estar do povo brasileiro. Como tenho informado, detecto – no âmbito da saúde - uma grande expectativa e confiança nas capacidades de pesquisa e de produção do Brasil para ser partícipe ainda mais decisivo no plano internacional em matéria de vacinas, diagnósticos e futuros medicamentos.

68. A recente reaceleração da pandemia na Europa, após aparente sucesso na dita primeira onda, parece-me um alerta muito importante de que o mundo deverá permanecer vigilante e redobrar os esforços para identificar, com a urgência requerida, os melhores meios para lutar contra o vírus e permitir um retorno à normalidade. Este constitui, a meu juízo, o principal desafio para a OMS nos próximos meses ou anos e, por consequência, à maneira pela qual os estados membros, Brasil incluído, se relacionarão com a Organização.

69. Em paralelo aos esforços para viabilizar as ferramentas que venham a ser desenvolvidas ou identificadas sob o “ACT Accelerator” e, sobretudo, para que possam ser, de fato, distribuídas com

um mínimo de equidade, como esta Missão tem insistido em afirmar e promover, a OMS continuará a ver-se confrontada com o imperativo de reformar-se, para atender as expectativas do conjunto de seus membros. Terá de reavaliar métodos de trabalho e meios de financiamento. O Brasil deverá manter-se atento à evolução desse debate, sobretudo para que não venha a resultar no aprofundamento de assimetrias na governança da OMS, calcadas no fato de que quase 90% de seu orçamento é financiado por contribuições voluntárias de países desenvolvidos e fundações filantrópicas (como a Fundação Gates, segundo maior contribuinte voluntário, atrás apenas dos EUA).

70. Também em olhar prospectivo, o Brasil deverá seguir participando da reconformação da agenda internacional da saúde, de modo a que imperativos legítimos de prontidão e resposta a emergências sanitárias não se vejam capturados ou instrumentalizados para ações que nada ou muito pouco tem a ver com a promoção da saúde pública. Refiro-me, aqui, a tentativas de que aspectos de segurança dominem ou monopolizem os debates multilaterais sobre saúde, em detrimento de temas como cobertura universal, acesso a medicamentos, doenças tropicais negligenciadas, entre outros, de especial relevância para a sociedade brasileira. Nesse contexto, parece-me igualmente relevante que o Brasil mantenha-se atuante nos debates sobre resistência antimicrobiana, que têm implicações diretas e significativas sobre setores dinâmicos da economia nacional, como agricultura e pecuária.

71. A crescente imbricação da saúde com agendas comportamentais – por via da luta contra as doenças não-transmissíveis e no campo da saúde sexual e reprodutiva – também aponta para importantes interrogantes sobre como a OMS se relacionará com os estados-membros em áreas que estão longe de ser incontroversas (inclusive no Brasil). Entre elas, poderiam destacar-se medidas econômicas, comerciais e tributárias sobre produtos como açúcar, bebidas, carnes vermelhas; além de recomendações sobre políticas públicas nacionais para as quais diferenças em matrizes socioculturais estariam no cerne da aplicabilidade de determinados padrões a todos os contextos. Para encontrar as respostas mais adaptadas às circunstâncias e interesses do país, o Brasil deverá continuar a incentivar a OMS a respeitar os mandatos coletivamente estabelecidos pelos estados membros, ao tempo em que aperfeiçoa suas formas de relacionamento com interlocutores da sociedade civil e do setor privado.

UNITAID

72. DELBRASGEN também vem mantendo elevado perfil de participação no âmbito da Unitaid, instituição cujo principal objetivo é apoiar o desenvolvimento e a disseminação de práticas e produtos inovadores contra HIV/AIDS, tuberculose e malária. A entidade apoia, ademais, projetos em áreas correlatas ou transversais, como projetos associados a direitos de propriedade intelectual (em que a criação do “Medicines Patent Pool” é o principal sucesso), saúde materna, neonatal e infantil, câncer cervical em pessoas vivendo com HIV, entre diversas outras “áreas de intervenção”. Desde 2017, quando retomei minhas funções em DELBRASGEN, assumi cadeira do Brasil, como membro fundador, no Conselho Executivo da organização. Em 2019, o Brasil foi

escolhido para a vice-presidência do Conselho, na pessoa da representante permanente alterna desta Missão, embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes.

73. No âmbito do “Grupo de Trabalho sobre Governança”, esta Missão participou ativamente do processo de renovação institucional da Unitaïd, com modernização do marco institucional e dos métodos de decisão, funcionamento e monitoramento de projetos.

74. Foram promovidos por DELBRASGEN encontros entre os Ministros da Saúde que fizeram visitas de trabalho a Genebra em 2017, 2018 e 2019 e o diretor-executivo da Unitaïd. Em fevereiro de 2018, a Missão organizou missão do então secretário-executivo do Ministério da Saúde a esta cidade, com foco em diálogo com a UNITAID.

75. Durante minha gestão, o Brasil beneficiou-se especificamente de projeto na área de prevenção pré-exposição (PrEP), com implementação pelo Ministério da Saúde. Esta Missão também se empenhou pela criação do mecanismo denominado “UnitaïdExplore”, para acomodar projetos de interesse em novas áreas – como a Doença de Chagas, que conta com proposta de projeto aprovada pelo Conselho e aporte financeiro do Ministério da Saúde.

76. A Unitaïd vem logrando atuar de maneira destacada no esforço internacional de combate à pandemia da COVID-19. O Conselho da organização mobilizou recursos da ordem de USD 35 milhões, e o secretariado trabalha com parceiros – em especial no âmbito do “ACT-Accelerator”.

77. Último desdobramento a registrar foi a nomeação, em outubro de 2020, do novo diretor-executivo da Unitaïd, o francês Philippe Duneton. Há expectativa de que o cargo de vice-diretor-executivo venha a ser ocupado pelo Brasil.

UNAIDS

78. Com um programa de enfrentamento ao HIV/AIDS que é referência internacional, o Brasil tem tido participação ativa nos trabalhos do Programa Conjunto das Nações Unidas para o assunto – o UNAIDS. Como assinaléi mais acima, o país é um dos mais frequentes membros da instância de governança do Programa Conjunto. Exercemos atualmente novo mandato, até 2021, numa das 3 vagas reservadas à região da América Latina e Caribe. A Missão em Genebra, em conjunto com o Ministério da Saúde, representa o Brasil perante o UNAIDS e junto ao Conselho de Coordenação de Programas.

79. A exemplo do contexto mais geral na OMS, no UNAIDS o Brasil também tem na questão do acesso a medicamentos uma das prioridades de sua atuação diplomática. Cabe notar que, por impulso de países desenvolvidos que são importantes contribuintes voluntários do UNAIDS, nem sempre aquela questão recebe a atenção e prioridade que deve ter. Outras pautas, sob a alegação de que o Programa Conjunto precisa recentrar-se para a dimensão de promoção dos direitos humanos, têm sido privilegiadas pelo secretariado, em especial sob a gestão da atual diretora-executiva, Winnie Byanyima, egressa da ONG britânica OXFAM. Isso apesar de que o acesso a tratamentos antirretrovirais ainda constitui o principal desafio real nos países com maior taxa de incidência de HIV/AIDS, em particular na África subsaariana.

80. Recentemente marcado por denúncias de assédio sexual e moral no secretariado (que resultaram na saída antecipada do predecessor de Byanyima, o malinense Michel Sidibé), o UNAIDS estaria buscando reafirmar seu espaço na constelação de entidades da saúde internacional e, assim, recuperar a capacidade de mobilizar recursos financeiros para a luta contra o HIV/AIDS, em meio a acirrada competição de outros organismos e de outras prioridades (a última delas, a COVID-19).

81. Enquadro nesse movimento o empenho atual do secretariado em impulsionar pautas e aspectos que atraem atenção de países doadores, como os escandinavos, britânicos e neerlandeses, mas não necessariamente condizem com mandatos-chave do Programa Conjunto estabelecidos por decisão coletiva de seus membros. A título de exemplo que teve implicação direta para o Brasil, registro que, em agosto de 2020, o secretariado – por iniciativa própria, sem consultas com os países interessados – lançou relatório, em nome do UNAIDS (apesar de elaborado por universidade norte-americana), com metodologia insustentável e críticas infundadas sobre medidas adotadas pelo Brasil (entre outros poucos países latino-americanos e africanos) para combater a pandemia da COVID-19, por supostamente ferirem direitos de pessoas que vivem com HIV/AIDS. Em nome do Brasil, a Missão em Genebra, em coordenação com os demais países interessados, contestou as bases e implicações do relatório, assim como tem buscado incentivar debate do órgão de governança sobre os devidos parâmetros para atuação do secretariado.

Política Externa e Saúde Global (FPGH)

82. Ainda no domínio da saúde internacional, a Missão em Genebra tem a incumbência de representar o Brasil nas articulações com os demais países integrantes da Iniciativa “Política Externa e Saúde Global” (ou FPGH, na sigla em inglês pela qual é conhecida): África do Sul, França, Indonésia, Noruega, Senegal e Tailândia. Lançada em 2007, a FPGH tem sido um grupo de referência na cena multilateral, em Genebra e em Nova York, na promoção do debate sobre as intersecções entre diplomacia e saúde pública. Em ilustração do apreço do Brasil pela iniciativa, recorro a participação Ministro de Estado Ernesto Araújo na reunião de Chanceleres que a Indonésia promoveu no último dia 3 de setembro.

83. No período de minha atual gestão à frente da Missão, tocou ao Brasil presidir a FPGH em 2018, ano em que escolhemos o tema de saúde e nutrição como eixo das ações e intercâmbios da Iniciativa. Naquele contexto, DELBRASGEN organizou, em maio de 2018, o tradicional café-da-manhã de trabalho dos Ministros da Saúde à margem da Assembleia Mundial da Saúde, com a presença do então ministro Gilberto Occhi. Na sede da OMS, promovemos também, em novembro de 2018, seminário de especialistas dos 7 países da FPGH sobre políticas nacionais em matéria de nutrição e saúde. Ainda naquele ano, lideramos a negociação em Genebra do projeto de resolução anual da FPGH para posterior finalização e aprovação, em Nova York, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), igualmente dedicado a nutrição e saúde.

84. Como de praxe, esta Missão também subsidiou e implementou a atuação diplomática do Brasil nas presidências “pro tempore” da França (2019) e da Indonésia (2020). Coube-me a honra de

representar o Brasil na reunião virtual de ministros da saúde da FPGH, em maio passado, à margem da 73ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

85. A Missão em Genebra é responsável por defender os interesses do Brasil na Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o país é membro fundador. Nos últimos 4 anos, tem sido das tarefas mais desafiadoras nesta Missão Diplomática e para o país no domínio das normas internacionais do trabalho. Desde o início, em 2016, da discussão no Parlamento brasileiro sobre os projetos de modernização da CLT até o presente, tem sido intensa e permanente a mobilização do variado e maleável arsenal do sistema de supervisão normativa da OIT para críticas e contestações ao novo quadro legal interno e às opções de política econômica do Brasil.

86. O Congresso Nacional ainda discutia os projetos que culminariam na Lei n. 13.467, e comitês e setores do secretariado da OIT já sinalizavam, a pedido de sindicatos nacionais e confederações internacionais, com a perspectiva de incluir o Brasil em lista de países infratores de convenções internacionais do trabalho, como a n. 98 (sobre negociação coletiva). Em reação a esse movimento, o então Deputado Rogério Marinho, relator da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados, veio a Genebra em maio de 2017 e, com o apoio desta Missão, empreendeu gestões junto a extensa lista de interlocutores governamentais e dos parceiros sociais, a fim de esclarecer os propósitos das mudanças em curso no Legislativo brasileiro e sua plena compatibilidade com as obrigações internacionais do Brasil. Logramos evitar, naquela oportunidade, que o país se visse questionado – indevidamente - na Comissão de Aplicação de Normas (CAN) da Conferência Internacional do Trabalho daquele ano (CIT).

87. De forma contínua, DELBRASGEN deu seguimento a contatos com atores relevantes, à medida que o país rumava para a entrada em vigor do novo marco legislativo laboral, o que se deu em novembro de 2017. Meras duas semanas depois, o Comitê de Especialistas da OIT sobre Aplicação de Convenções e Recomendações (CEACR) – sobre bases e metodologias, no mínimo, frágeis – considerou, de forma extemporânea, que a reforma trabalhista infringiria a Convenção n. 98. Com base nessa avaliação, o Brasil foi incluído na lista de casos da CAN em 2018, não obstante amplo esforço de esclarecimento que mobilizou o conjunto do governo brasileiro e representantes sindicais patronais.

88. Sem nenhuma novidade ou justificativa legítima, o país foi levado, novamente, à Comissão de Aplicação de Normas em 2019, sob as mesmas alegações de infração ao princípio fundamental da negociação coletiva, tal como inscrito na Convenção n. 98 da OIT.

89. Nessas duas oportunidades, esta Missão assessorou, durante as sessões da CAN, o Ministro do Trabalho (2018) e o Secretário do Trabalho (2019) na apresentação, de forma objetiva e cabal, das razões pelas quais a Lei n. 13.467, em conjunto com a Constituição de 1988, não só não viola a negociação coletiva, como também serve, em realidade, de incentivo a ela no Brasil. Notamos, ao mesmo tempo, que o novo marco jurídico preserva o conjunto de direitos dos trabalhadores

brasileiros, em nível constitucional, circunstância de que poucos outros países – desenvolvidos, inclusive – dispõem. As partes reclamantes e seus apoiadores limitaram-se a reiterar argumentos juridicamente contestados e, sobretudo, a politizar a questão, com críticas que não raro extrapolavam o domínio das relações trabalhistas. Nos dois anos, a Comissão de Aplicação de Normas fez apenas recomendações gerais e pedidos de informações factuais adicionais ao governo brasileiro, sem qualquer sinal de condenação ou recriminação à reforma trabalhista.

90. Apesar disso, continuam a multiplicar-se as petições e queixas ao Comitê de Especialistas para que, uma vez mais, se pronuncie em desfavor da Lei n. 13.467, no seu relatório relativo a 2020 (a ser emitido em fevereiro próximo). Ao mesmo tempo, é preciso notar, são evidentes as resistências na Organização, por parte do seu secretariado e da bancada dos trabalhadores, para dar seguimento ao exame das queixas apresentadas contra o regime Maduro na Venezuela, assunto discutido mais adiante.

91. Cabe notar que o relatório do CEACR é o substrato de que se valem as bancadas trabalhadora e empregadora na OIT para a confecção das listas de casos da CAN. Quanto à elaboração dessas listas, é preciso reiterar que o processo exclui qualquer envolvimento dos governos, apesar da retórica da Organização sobre o tripartismo como base de sua ação e legitimidade.

92. Não está demais lembrar também que os especialistas que integram o CEACR são, na prática, escolhidos pelo secretariado, ao largo dos órgãos de governança da OIT e ao arripio de qualquer outro processo seletivo em qualquer outro organismo do sistema das Nações Unidas. Nessas condições, um escrutínio sobre as credenciais e visões daqueles especialistas fica ao quase inteiro critério do secretariado, e não dos membros da Organização.

93. Nessas condições, não surpreende que o sistema de supervisão normativa da OIT esteja longe de seguir os melhores critérios de transparência, objetividade e imparcialidade, o que o Brasil, também por intermédio da Missão em Genebra, tem feito notar e procurado sanar.

94. DELBRASGEN tem buscado incentivar discussões e aprimoramentos do sistema normativo da OIT, para que suas decisões sejam mais legítimas e transparentes, para o conjunto dos mandantes tripartites. O Brasil tem contado com o empenho da região da América Latina e Caribe (GRULAC) e alguns poucos outros países, como Egito e Índia, nessa direção. Países europeus e os EUA percebem o sistema normativo da OIT – que quase nunca os questiona – como importante instrumento de pressão sobre determinados outros países e como mecanismo para equalizar condições de competição econômica em nível internacional. Por sua vez, as bancadas trabalhadora e empregadora encontram nas regras e práticas vigentes todos os incentivos para manter o “status quo” na Organização. Na mesma linha, está o secretariado, que dispõe de ampla margem de manobra própria, contanto que esteja alinhada aos interesses dos parceiros sociais. A essa luz, mudanças – por relevantes e justificadas que sejam – sofrem grande resistência, e não tem sido diferente com as várias propostas do Brasil e do GRULAC para, ao menos, tornar o sistema menos enviesado.

95. Mesmo nesse quadro complexo, o Brasil tem conseguido manter-se como uma das principais vozes nos debates na OIT. Além de nossa condição de membro permanente do Conselho de Administração da OIT, exercemos a coordenação regional do GRULAC de 2018 a 2019, período

em que esta Missão Diplomática teve a oportunidade de conduzir, pela região, as negociações da Declaração do Centenário da OIT, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho de 2019. Nessa qualidade, o Brasil dispôs de condições privilegiadas para, em consenso com a nossa região, avançar perspectivas de interesse dos nossos países, em matéria, por exemplo, de emprego decente, formalização, capacitação profissional, emprego juvenil e reforma do sistema normativo da OIT. Também como coordenador regional do GRULAC, DELBRASGEN desempenhou importante papel facilitador nas negociações da Convenção n. 190, de 2019, sobre assédio e violência no mundo do trabalho (a mais recente do acervo normativo da OIT).

96. Ao concluir o mandato à frente da coordenação regional, o Brasil foi escolhido para ser vice-presidente do Grupo de Governos da OIT entre 2019 e 2020. O Grupo reúne os coordenadores regionais e funciona como plataforma para formulação de possíveis posições conjuntas da bancada governamental nas reuniões do Conselho de Administração da OIT e da Conferência Internacional do Trabalho.

97. O país tem sido vocal, ainda, contra as violações a normas basilares da OIT por parte do regime de Nicolás Maduro. Em conjunto com outros países do Grupo de Lima e com a bancada empregadora, o Brasil foi um dos incentivadores a que se estabelecesse comissão de inquérito, ao amparo do artigo 26 da Constituição da OIT, para examinar as queixas de violações a Convenções da organização pela Venezuela. Criada em 2018, a Comissão emitiu recomendações em setembro de 2019, com severas críticas ao regime ilegítimo. Representantes de Maduro rejeitaram as recomendações, que não implementarão, o que sujeita a Venezuela a possíveis sanções pela Conferência Internacional do Trabalho. Discute-se agora como o Conselho de Administração acionará a Conferência para que disponha sobre as medidas aplicáveis ao caso. O Grupo de Lima, alguns países europeus e a bancada empregadora preconizam resposta contundente da OIT, à luz da gravidade das violações identificadas pela Comissão de Inquérito.

98. Também entre destaques positivos, cabe registrar que o Brasil e a OIT mantêm importante programa bilateral de cooperação Sul-Sul e trilateral, com iniciativas na área de trabalho infantil em setores como produção de tabaco e de algodão, em parceria com países latino-americanos, africanos e asiáticos.

99. Em área correlata à do trabalho, saliento, igualmente, o esforço empreendido pela Missão em Genebra para a eleição, em 2019, do sr. Marcelo Caetano ao cargo de Secretário-Geral da Associação Internacional de Seguridade Social (AISS), também sediada nesta cidade. É a primeira vez que um nacional brasileiro ocupa a função.

100. Olhando-se para o futuro, entendo que os principais desafios para o Brasil na OIT estarão relacionados a duas ordens de assuntos:

(i) o tratamento que o país receberá no âmbito do sistema de supervisão normativa, em temas como reforma trabalhista e povos indígenas e tribais (a OIT, como é de conhecimento, tem a Convenção n. 169, principal norma de direito internacional vinculante sobre o assunto, embora ratificada por apenas 23 países, 15 dos quais da América Latina e Caribe, após mais de 30 anos de sua negociação); e

(ii) a implementação da Declaração do Centenário (2019) nas vertentes de (a) democratização da governança da OIT; (b) eventual transformação de normas sobre saúde e segurança ocupacionais em princípios fundamentais; e (c) promoção de maior coerência entre políticas laborais, financeiras e comerciais em nível internacional. Nesse contexto, caberá ver em que medida os impactos sociais e econômicos da pandemia de COVID-19 influenciarão na conformação da agenda de trabalho da OIT nos próximos anos. Também será oportuno identificar oportunidades para que a OIT, ao aplicar o programa lançado pela Declaração de 2019, abra espaços para outras visões e perspectivas, mais sintonizadas com os desafios contemporâneos ao mundo do trabalho.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR (UIP)

101. No período em que estou à frente desta Missão Diplomática, tive a honra e o privilégio de ter recebido visitas oficiais de cerca de 15 delegações parlamentares, para reuniões de trabalho da União Interparlamentar (UIP), aqui sediada, e no contexto de outros organismos internacionais genebrinos, como ilustro a seguir. Em todas elas, DELBRASGEN prestou a nossos congressistas o apoio cabível, em termos logísticos e substantivos. Em muitas dessas oportunidades, tive também a grata satisfação de receber os parlamentares brasileiros em atos na Residência oficial - a casa do Brasil em Genebra - para intercâmbios de trabalho e conagração por ocasião de resultados alcançados em suas missões.

102. A União Interparlamentar (UIP), fundada em 1889, constitui a única instituição de caráter global a reunir parlamentos nacionais. São membros da UIP 179 parlamentos, que se reúnem, em assembleia, duas vezes ao ano. A estrutura de governança está composta por presidência (ocupada, atualmente, pelo parlamentar português Duarte Pacheco) e secretaria-geral (desde 2014, exercida pelo camaronês Martin Chungong). Cabe ao Congresso Nacional coordenar a participação do Brasil nos eventos da UIP.

103. A título de registro consolidado, listo, abaixo, as missões parlamentares às quais esta Delegação assessorou em reuniões e eventos nos últimos quatro anos:

- No âmbito da UIP:

* 138ª Assembleia, março de 2018 - compuseram a delegação brasileira os seguintes parlamentares, capitaneados pelo Deputado Átila Lins, coordenador do Grupo Parlamentar do Brasil na UIP: Senador Ciro Nogueira; Senador Antonio Anastasia; Senador Gladson Cameli; Deputada Sheridan Oliveira; Deputado Claudio Cajado; Deputado João Carlos Bacelar; Deputado Cesar Souza; Deputado Hugo Mota; e Deputado Jorge Tadeu Mudalen.

* 139ª Assembleia, outubro de 2018 - a delegação parlamentar do Brasil, novamente liderada pelo Deputado Átila Lins, foi integrada pelos seguintes congressistas: Senador Ciro Nogueira; Deputada Iracema Portela; Deputado Claudio Cajado; Deputado Cabuçu Borges; Deputado Hugo Mota; Deputado Jorge Tadeu Mudalen; e Deputado Jaime Martins.

* Conferência Mundial sobre Parlamento Eletrônico, dezembro de 2018, da qual participaram, pelo Brasil, o senador Antonio Anastasia e ao então deputado Jarbas Vasconcellos. Na ocasião, a delegação brasileira fez apresentação sobre o instrumento de inteligência artificial "Ulysses", sistema desenvolvido pelo Parlamento brasileiro que permite a articulação automática de diversos dados legislativos;

* em maio de 2019, a deputada Mariana Carvalho participou, na qualidade de relatora escolhida pela UIP para o projeto de resolução "Achieving Universal Health Coverage by 2030: The role of parliaments in ensuring the right to health", de painel de debates na 72ª Assembleia Mundial da Saúde.

- No contexto de outros organismos internacionais sediados em Genebra:

* visita oficial do Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia, em dezembro de 2019, quando manteve reuniões de trabalho com a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Diretor-Geral da OMS e o Diretor-Geral da OIT, nas áreas de que se ocupa DELBRASGEN. Também compuseram a delegação oficial os deputados Marcos Pereira, Mário Heringer e Professor Israel Batista;

* Conselho de Lideranças da Rede Global de Legisladores em prol da Segurança no Trânsito (dezembro de 2018), com a participação do Deputado Hugo Leal;

* 21ª sessão do Comitê da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (março de 2019), do qual é membro a Senadora Mara Gabrilli;

* 72ª Assembleia Mundial da Saúde (maio/2019): para a qual vieram, em missão oficial, a Deputada Mariana Carvalho e os Deputados Hiran Gonçalves e Juscelino Filho;

* 108ª Conferência Internacional do Trabalho (junho/2019): a comitiva parlamentar brasileira foi integrada pelas Deputadas Professora Marciana e Rosangela Gomes; e pelos Deputados Bohn Gass e Lucas Vergílio;

* 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (junho/2019): com a participação dos Deputados Rubens Bueno e Delegado Pablo;

* 12ª Reunião do Mecanismo de Peritos sobre Direitos dos Povos Indígenas (julho/2019): com a presença da Deputada Joênia Wapichana;

* 42ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (setembro/2019): na qual participaram a Deputada Erika Kokay e o Deputado Helder Salomão;

* V sessão do GT sobre instrumento vinculante em empresas e direitos humanos (outubro/2019): a qual assistiu a Deputada Fernanda Melchionna; e

* VIII Fórum de Empresas e Direitos Humanos (novembro/2019): do qual participou o Deputado Túlio Gadelha.

Contribuições pendentes

104. Desafio crescente e de natureza transversal refere-se ao pagamento das contribuições do Brasil para o orçamento de diversos organismos, órgãos e convenções internacionais sediados em Genebra e acompanhados por esta Missão diplomática. DELBRASGEN tem se empenhado reiteradamente junto aos interlocutores nos respectivos secretariados no sentido de informar sobre a situação fiscal complexa do País e de esclarecer que inexistente qualquer tipo de motivação política nos pagamentos em mora. Não obstante isso, atrasos prolongados trazem consigo sério risco de inclusão em listas públicas de devedores e suspensão do direito de voto do Brasil, entre outras sanções. Tal possibilidade comprometeria significativamente a capacidade desta Missão diplomática de participar em processos decisórios de interesse do Brasil nos organismos e convenções em tela, além de eventuais constrangimentos para a imagem internacional do País. A situação cria ainda dificuldades para o funcionamento regular dos organismos e foros para cujos orçamentos o Brasil é um dos principais contribuintes.

105. Sem prejuízo da importância de que também sejam considerados esforços para regularizar contribuições à Organização das Nações Unidas, tema acompanhado pela Missão Permanente em Nova York, convém citar as seguintes situações a respeito de organismos, órgãos e convenções com sede nesta cidade:

a) OIT

O Brasil é o 8º maior contribuinte para o orçamento regular da OIT. Nossas contribuições obrigatórias correspondem a 2,949% daquele orçamento.

A soma das contribuições brasileiras pendentes junto à OIT é de 31.601.355,00 francos suíços (5.618.094,00 correspondentes a 2018; 14.546.406,00 correspondentes a 2019; e 11.436.855,00 correspondentes a 2020).

Para que não perca o direito a voto a partir do dia 1º de janeiro de 2021, o Brasil deve, ao menos, quitar integralmente, até 31 de dezembro de 2020, o valor ainda restante de 2018 (5.618.094,00 francos suíços), acrescido de parte do valor correspondente a 2019.

b) OMS

O Brasil é o 8º maior contribuinte para o orçamento regular da OMS. Nossas contribuições obrigatórias respondem por 2,948% daquele orçamento.

Nossa contribuição devida referente a 2019 eleva-se a USD 9.145.765,00 (nove milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta e cinco dólares estadunidenses) e CHF 9.109.182,00 (nove milhões, cento e nove mil, cento e oitenta e dois francos suíços). Desde 1º de janeiro último, o Brasil também se encontra em atraso em relação às contribuições regulares referentes a 2020 (USD 7.052.585,00 e CHF 7.200.689,00).

Se o Brasil não efetuar pagamentos ou propuser plano de pagamento até a 148ª reunião do Conselho Executivo, em janeiro de 2021, deverá ser listado como um dos países que poderão ter o direito de voto suspenso já na 74ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2021.

c) Unitaïd

Consolidada na Lei 12.413, de 31 de maio de 2011, a contribuição anual brasileira à Unitaïd é calculada com base na soma total do pagamento do equivalente a dois dólares por passageiro que embarcasse, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, tendo como parâmetro o exercício imediatamente anterior ao da contribuição.

Em função da complexidade do cálculo e da ausência de regulamentação legal que viabilize a cobrança dessa "taxa", a lei orçamentária anual no Brasil tem previsto linha orçamentária de R\$ 40 milhões para pagamento à organização. Há, ademais, descompasso entre a previsão orçamentária e os desembolsos que vêm sendo efetivamente realizados pelo Ministério da Saúde.

A última contribuição feita pelo Brasil, em dezembro de 2019, foi de R\$ 16,3 milhões, o que correspondeu a USD 4 milhões.

Encontra-se em aberto a contribuição referente a 2020.

d) Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT):

O Brasil é o 7º maior contribuinte para o orçamento regular da CQCT.

Segundo a escala de contribuições 2020-2021, o Brasil é responsável por 3,82% do total daquele orçamento.

Nossas contribuições em atraso ascendem a USD 168.334,98, assim compostos: valor residual de USD 71,98, relativo ao período 2018-2019; e primeira parcela da contribuição para o biênio 2020-2021, no valor de USD 168.263,00.

A persistência da falta de pagamento poderá sujeitar o Brasil a sanções sob a forma de perda do direito a participar das instâncias dirigentes da Convenção e de grupos de trabalho.

No que concerne ao Protocolo sobre Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco, o país ocupa a 4ª posição entre os contribuintes (9,66% do total do orçamento regular).

O Brasil ainda não efetuou os pagamentos referentes ao biênio 2018-2019 e à primeira parcela da contribuição para o biênio 2020-2021. O montante total soma USD 615.528,50.

6



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 83, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RENAN LEITE PAES BARRETO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.*



Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor RENAN LEITE PAES BARRETO para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do indicado.

O Sr. RENAN LEITE PAES BARRETO é filho de Ruy Barreto e Ophir Leite Paes Barreto, e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 12 de outubro de 1948.

O indicado está aposentado como Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata. Ele ingressou na carreira diplomática em 1975, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Já havia se graduado em Direito, em 1973, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Alçou todos os degraus da carreira diplomática por merecimento, tendo ascendido a Ministro de Primeira Classe em 2001.

Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções tendo servido nas Embaixadas do Brasil em Paris, Londres, Santiago e Guatemala, bem como nos Consulados-Gerais em Nova York, Lisboa, Milão e Madri, cidades estas que abrigam comunidades brasileiras de enorme relevância, milhares de pessoas, entre imigrantes, estudantes, investidores e turistas.

Em seu vasto histórico de atuação, foi designado para exercer suas funções nos seguintes postos:

- 1989-1993 – Conselheiro da Embaixada em Londres, período em que foi chefe do setor de meio ambiente da Embaixada na época em que o Governo brasileiro convocou a comunidade internacional para a "Rio 92";
- 1993-1994 – Conselheiro Embaixada em Santiago, onde chefiou o setor político no momento em que o Chile voltava a eleger o seu primeiro governo civil, após longo e penoso processo de redemocratização;
- 1994 – Assistente no Gabinete Civil Presidência da República;
- 1995-1999 – Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Nova York;
- 1999-2003 – Chefe da Assessoria Internacional da Vice-Presidência da República;
- 2003-2007 – Embaixador na Guatemala;
- 2007-2012 – Cônsul-Geral em Lisboa;
- 2012 – Representante alterno do Brasil junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, em Lisboa;
- 2012-2015 – Cônsul-Geral em Milão;
- 2015-2017 – Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte, período em que preparou e realizou, no Brasil, grandes eventos esportivos (Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, Jogos Olímpicos, Jogos Paralímpicos); e
- 2017-2019 – Cônsul-Geral em Madri.



SF720582.00649-62



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Recebeu importantes condecorações do Governo Brasileiro pelos relevantes serviços prestados.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Dominicana, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

As relações com o Brasil integram o rol de prioridades da política exterior dominicana. Ambos os países exercem papel de protagonismo em seu entorno e há coincidência de valores e interesses, como fortalecimento da integração regional, promoção da democracia e desenvolvimento econômico.

Na última década, as relações bilaterais foram impulsionadas por acordos, visitas de alto nível e projetos de cooperação. Em maio de 2018, o ex-chanceler Miguel Vargas visitou o Brasil, ocasião em que participou da cerimônia de lançamento da pedra fundamental da nova sede da embaixada dominicana em Brasília.

Muitas empresas brasileiras beneficiam-se do potencial econômico dominicano, sendo responsáveis por milhares de empregos diretos e indiretos no país. Em dezembro de 2017, a AMBEV ampliou sua participação na Cerveceria Nacional, passando para 85%, e consolidou sua posição como principal produtora e distribuidora de bebidas no mercado dominicano. Na siderurgia, a Gerdau adquiriu, em 2007, 49% das ações da Industrias Nacionales (INCA), maior companhia de aços da América Central e Caribe.

O estoque de investimentos de empresas brasileiras no país, contudo, vem diminuindo. O Brasil ocupa a terceira posição (US\$ 2,3 bilhões), atrás de EUA (US\$ 4,9 bilhões) e Canadá (US\$ 4,3 bilhões). A diminuição dos investimentos brasileiros coincide com as fases finais de grandes projetos de construção civil naquele país. O Brasil figura entre os principais parceiros comerciais da República Dominicana. Entre 2009 e 2019, a corrente de comércio bilateral cresceu 140%, passando de US\$ 293 milhões para US\$ 703 milhões.



SF720582.00649-62

**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

As exportações brasileiras, nesse período, passaram de US\$ 282 milhões para US\$ 680 milhões, enquanto as importações passaram de US\$ 10,8 milhões para US\$ 23,5 milhões. Em 2019, as exportações brasileiras para a República Dominicana alcançaram US\$ 680 milhões, ao passo que as importações provenientes desse país foram de US\$ 23,5 milhões. Apesar da queda em relação a 2018, o superávit brasileiro em 2019 (US\$ 656 milhões) foi o segundo maior nos últimos dez anos.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-República Dominicana está amparado pelo Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado em 2006 e promulgado em 2010.

Para além do programa bilateral, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) conta com iniciativa de Cooperação Técnica Sul-Sul Trilateral, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e com a possibilidade de utilizar recursos oriundos do Fundo Brasileiro de Cooperação junto à Secretaria Executiva para Desenvolvimento Integral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Haiti e República Dominicana compartilham, de modo assimétrico, a ilha Hispaniola (2/3 correspondem a território dominicano e 1/3, haitiano) e mantêm relacionamento marcado pelas diferenças socioeconômicas e pela questão migratória.

Os vizinhos dominicanos atingiram níveis de desenvolvimento e estabilidade política superiores, sendo acentuada a disparidade da renda per capita dominicana (US\$ 9.500) e haitiana (US\$ 1.300), em níveis apurados antes da pandemia do coronavírus.

O principal parceiro externo da República Dominicana são os Estados Unidos, havendo claro objetivo de aproximação entre ambos os países. O intercâmbio comercial entre EUA e República Dominicana cresceu 9,5% em 2018, atingindo US\$ 13,9 bilhões, com superávit de US\$ 3,45 bilhões para os norte-americanos.

Um dos marcos no relacionamento é o Acordo de Livre Comércio entre EUA, América Central (Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Guatemala) e República Dominicana, assinado em 2004.



SF720582.00649-62



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Outro tema importante na agenda bilateral é o combate ao narcotráfico, que conta com ajuda estratégica dos EUA, por meio do treinamento em tarefas de combate a narcotraficantes e à lavagem de dinheiro, além da doação de equipamentos e intercâmbio de informações.

Em 2018, a República Dominicana estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China e, conseqüentemente, rompeu relações com Taiwan, que perduravam desde 1944. Os dominicanos mantinham, até então, a posição de principal parceiro estratégico de Taiwan no Caribe.

Nos últimos quinze anos, a corrente de comércio dominicana com a RPC experimentou significativo crescimento, passando de US\$ 41 milhões para mais de US\$ 2,3 bilhões. Ademais, a China tornou-se o principal sócio comercial da República Dominicana na Ásia (64% do total) e o segundo maior parceiro comercial, atrás apenas dos EUA.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe serem aduzidas outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF720582.00649-62



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 83, DE 2020

(nº 594/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RENAN LEITE PAES BARRETO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da Mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 594

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **RENAN LEITE PAES BARRETO**, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

Os méritos do Senhor **RENAN LEITE PAES BARRETO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de outubro de 2020.

EM nº 00196/2020 MRE

Brasília, 13 de Outubro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RENAN LEITE PAES BARRETO** para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Dominicana.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RENAN LEITE PAES BARRETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

16/10/2020

SEI/PR - 2170790 - OFÍCIO

00001.005786/2020-01



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 643/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 15 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho, a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RENAN LEITE PAES BARRETO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 15/10/2020, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2170790** e o código CRC **AB62F28C** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005786/2020-01

SEI nº 2170790

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL, aposentado, RENAN LEITE PAES BARRETO**

CPF.: 261.215.067-68

ID.: 202 MRE

1948 Filho de Ruy Barreto e Ophir Leite Paes Barreto, nasce em 12 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1973 Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
 1974 CPCD - IRBr
 1981 CAD - IRBr
 1994 CAE - IRBr, As ONGs britânicas e o Brasil nas Questões dos Índios e da Floresta

Cargos:

1975 Terceiro Secretário
 1978 Segundo Secretário, por merecimento
 1982 Primeiro Secretário, por merecimento
 1988 Conselheiro, por merecimento
 1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2001 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1975-79 Divisão de Feiras e Turismo, assistente
 1979-82 Embaixada em Paris, Segundo e Primeiro Secretário
 1982-86 Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica, assistente
 1986 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
 1986-87 Presidência da República, Gabinete Civil, assistente
 1988-89 Divisão de Energia e Recursos Minerais, Subchefe e Chefe, substituto
 1989-93 Embaixada em Londres, Conselheiro
 1993-94 Embaixada em Santiago, Conselheiro
 1994 Presidência da República, Gabinete Civil, assistente
 1995-99 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto
 1999-03 Vice-Presidência da República, Assessoria Internacional, Chefe
 2003-07 Embaixada na Guatemala, Embaixador
 2007-12 Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral
 2012 Representante alterno do Brasil junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP/ Lisboa
 2012-15 Consulado-Geral do Brasil em Milão, Cônsul-Geral
 2015-17 Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte
 2017-19 Consulado-Geral do Brasil em Madri, Cônsul-Geral

Condecorações:

2000 Ordem do Mérito de Brasília, Brasil, Comendador
 2001 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
 2004 Ordem do Mérito Judiciário Militar, Brasil, Alta Distinção
 2006 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
 2007 Orden do Quetzal, no grau de Gran Cruz, concedida pelo Governo da Guatemala.

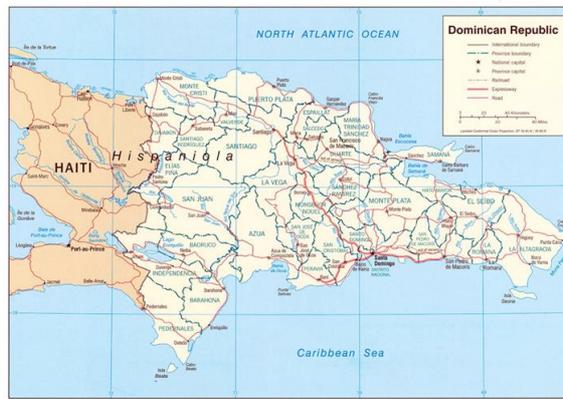
Publicações:

2009 "O diálogo entre o Estado e o emigrante: a experiência brasileira" em Maria Xavier e Beatriz Padilla (orgs.), Migrações - Migrações entre Portugal e América Latina, nº 5 (número temático), Lisboa (2009), ACIDI.

LUIS PINTO COSTA
Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe
Divisão de Canadá e de Caribe

REPÚBLICA DOMINICANA



**MAÇO BÁSICO
OSTENSIVO
SETEMBRO DE 2020**

DADOS BÁSICOS DA REPÚBLICA DOMINICANA	
NOME OFICIAL	República Dominicana
GENTÍLICO	Dominicano
CAPITAL	São Domingos
ÁREA	48,7 mil km ²
POPULAÇÃO	10.499.707
IDIOMA	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos 95%
SISTEMA POLÍTICO	Democracia representativa
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Luis Abinader
CHANCELER	Roberto Alvarez
PIB (ANO 2019)	US\$ 88,94 bilhões
PIB PPP (ANO 2019)	US\$ 197,8 bilhões
PIB PPP <i>per capita</i> (ANO 2019)	US\$ 19.182
VARIAÇÃO DO PIB	5,1% (2019); 7% (2018); 4,7% (2017); 6,6% (2016), 7% (2015)
UNIDADE MONETÁRIA	Peso dominicano
IDH	0,732
EXPECTATIVA DE VIDA (UNDP)	73,9 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO	9 %
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Alejandro Arias Zarzuela

COMUNIDADE BRASILEIRA

400 pessoas

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – REPÚBLICA DOMINICANA
(US\$ MILHÕES FOB) – Fonte: Ministério da Economia**

Brasil - República Dominicana	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	441,6	508,2	482,1	379,9	548	594,2	604,1	713,8	703,2
Exportações	421,9	490	463,3	358,3	523	580,3	588,4	698	679,7
Importações	19,6	17,8	18,8	21,6	24,9	13,9	15,7	15,8	23,5
Saldo	402,3	472,5	444,6	336,7	498	566,4	572,7	682,2	656,2

PERFIS BIOGRÁFICOS

LUIS ABINADER
Presidente da República

Luis Rodolfo Abinader Corona é economista, empresário e político. Foi eleito presidente da República Dominicana em 2020, pelo Partido Revolucionário Moderno (PRM), tendo como vice a empresária e acadêmica Raquel Peña. Abinader nasceu em São Domingos (12/07/1967). É filho do empresário e político José Rafael Abinader Wasaf e de Rosa Sula Corona Caba, ambos nativos da província de Santiago e de ascendência libanesa. Graduou-se em Economia no Instituto Tecnológico de Santo Domingo (INTEC). Realizou pós-graduação em Gerência de Projetos, no Instituto Arthur D. Little; em Finanças Corporativas e Engenharia Financeira, na Universidade de Harvard; e em Gerência Avançada, na Dartmouth College. É casado com Raquel Arbaje Soni, com quem tem três filhas.



ROBERTO ALVAREZ
Ministro das Relações Exteriores

Roberto Alvarez trabalhou no serviço exterior da República Dominicana entre 1966 e 1970. Em seguida, de 1970 a 1978, trabalhou na Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, no departamento de assuntos jurídicos e na secretaria da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Foi, também, consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Fundação Ford. Entre junho de 2005 e setembro de 2008, Alvarez foi Representante Permanente da República Dominicana na OEA. É autor de diversos livros e artigos sobre direitos humanos e temas internacionais. Possui mestrado em relações internacionais pela Universidade John Hopkins (1982) e em direito comparado pela Universidade de Georgetown (1976). Foi responsável pelo programa de política internacional do PRM nas eleições de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Brasil integram o rol de prioridades da política exterior dominicana. Ambos os países exercem papel protagônico em seu entorno e há coincidência de valores e interesses, como fortalecimento da integração regional, promoção da democracia e desenvolvimento econômico.

Na última década, as relações bilaterais foram impulsionadas por acordos, visitas de alto nível e projetos de cooperação. Em maio de 2018, o ex-chanceler Miguel Vargas visitou o Brasil, ocasião em que participou da cerimônia de lançamento da pedra fundamental da nova sede da embaixada dominicana em Brasília.

Durante a visita foram assinados atos sobre cooperação em matéria de defesa; isenção de vistos; consultas políticas; comércio e investimentos; serviços aéreos; formação diplomática e consular.

Em agosto de 2018, foram realizadas, em São Domingos, a 1ª Reunião do Conselho Conjunto de Comércio e Investimentos e a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.

RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL

Muitas empresas brasileiras beneficiam-se do potencial econômico dominicano, sendo responsáveis por milhares de empregos diretos e indiretos no país.

Em dezembro de 2017, a AMBEV ampliou sua participação na Cerveceria Nacional, passando para 85%, e consolidou sua posição como principal produtora e distribuidora de bebidas no mercado dominicano.

Na siderurgia, a Gerdau adquiriu, em 2007, 49% das ações da Industrias Nacionales (INCA), maior companhia de aços da América Central e Caribe.

O estoque de investimentos de empresas brasileiras no país, contudo, vem diminuindo. O Brasil ocupa a terceira posição (US\$ 2,3 bilhões), atrás de EUA (US\$ 4,9 bilhões) e Canadá (US\$ 4,3 bilhões).

A diminuição dos investimentos brasileiros coincide com as fases finais de grandes projetos de construção civil naquele país.

O Brasil figura entre os principais parceiros comerciais da República Dominicana. Entre 2009 e 2019, a corrente de comércio bilateral cresceu 140%, passando de US\$ 293 milhões para US\$ 703 milhões.

As exportações brasileiras, nesse período, passaram de US\$ 282 milhões para US\$ 680 milhões, enquanto as importações passaram de US\$ 10,8 milhões para US\$ 23,5 milhões.

Em 2019, as exportações brasileiras para a República Dominicana alcançaram US\$ 680 milhões, ao passo que as importações provenientes desse país foram de US\$ 23,5 milhões. Apesar da queda em relação a 2018, o superávit brasileiro em 2019 (US\$ 656 milhões) foi o segundo maior nos últimos dez anos.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-República Dominicana está amparado pelo Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado em 2006 e promulgado em 2010.

Ademais do programa bilateral, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) conta com iniciativa de Cooperação Técnica Sul-Sul Trilateral, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e com a possibilidade de utilizar recursos oriundos do Fundo Brasileiro de Cooperação junto à Secretaria Executiva para Desenvolvimento Integral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em agosto de 2018, foi realizada a III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, em que foram aprovadas iniciativas de cooperação nas áreas de agricultura, educação, estatística e metrologia:

- "Fortalecimento dos Sistemas de Avaliação, Informação e Pesquisa da Educação Básica";
- "Apoio ao Fortalecimento e Implementação do Exame de Orientação e Medição Acadêmica para o Ingresso ao Ensino Superior";
- "Fortalecimento das Capacidades Tecnológicas para a Educação Profissional";
- "Fortalecimento das Capacidades nas Áreas de Infraestrutura de Qualidade e Apoio a Criação do Centro Dominicano de Informação sobre Regulamentação Técnica (CEDIRET)";
- "Fortalecimento de Capacidades em Desenvolvimento da Integração da Informação Estatística e Geoespacial na República Dominicana";
- "Transferência de Capacidades para o Fortalecimento da Agricultura Familiar".

Além desses projetos elaborados, foram realizadas avaliações finais de dois projetos na área de previdência social, complementando os trabalhos da Reunião de Avaliação de Projetos de Cooperação, realizada em abril de 2018.

COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES

O total de nacionais brasileiros cadastrados pela Embaixada em São Domingos é de cerca de 400 pessoas.

Desde março de 2020, quando foram implementadas medidas temporárias de controle fronteira na República Dominicana, a Embaixada brasileira reforçou sua atuação na assistência a brasileiros afetados pela pandemia do novo coronavírus no país.

O posto reforçou o plantão consular, com a disponibilização de linhas telefônicas para atendimento emergencial (cerca de 500 pessoas mantiveram contato com o plantão consular pelo *WhatsApp* e mais de 160 chamadas telefônicas foram atendidas) e a ampla divulgação de informações relevantes para a comunidade brasileira.

Como resultado, a Embaixada participou da organização de quatro voos de repatriação, em benefício de mais de duzentos brasileiros.

O total de co-nacionais assistidos superou 700 — soma de cidadãos repatriados, beneficiados com pequenos auxílios, Autorizações de Retorno ao Brasil, contatos por telefone e *WhatsApp*, além de gestões junto a autoridades locais.

POLÍTICA INTERNA

A República Dominicana está localizada na ilha de Hispaniola, a qual divide com o Haiti. O país possui aproximadamente 10,5 milhões de habitantes, a terceira maior população da região caribenha.

Nos últimos anos, a República Dominicana tem sido um dos motores do crescimento econômico regional, com médias superiores a 5% a.a. O país é importante líder regional e possui forte indústria de turismo, que foi gravemente impactada pela pandemia.

CENÁRIO POLÍTICO

A República Dominicana possui regime presidencialista e parlamento bicameral, cujos membros são eleitos de forma direta para mandatos de quatro anos. O Senado compõe-se de 32 membros, e a Câmara de Deputados, de 190. Os governadores de províncias são nomeados pelo presidente da República. Os prefeitos municipais, deputados, senadores e o próprio presidente da República são eleitos por voto direto.

A estrutura político-eleitoral da República Dominicana abarca vários partidos políticos, com destaque para o Partido da Liberação Dominicana (PLD), o Partido Reformista Social Cristão (PRSC), o Partido Revolucionário Dominicano (PRD) e o Partido Revolucionário Moderno (PRM).

Em agosto de 2018, o congresso dominicano aprovou a Ley de Partidos y Agrupaciones y Movimientos Políticos. O principal ponto do projeto referia-se à obrigatoriedade da realização de primárias abertas pelos partidos. A norma prevê que cada partido opte pelo padrão que julgar conveniente, desde que as primárias aconteçam simultaneamente, em processo organizado e supervisionado pela Junta Central Eleitoral.

Após revezamento com o Partido Revolucionário Dominicano (PRD), o Partido da Liberação Dominicana (PLD) ocupou o poder de 2004 a 2020. Em 2004, Leonel Fernández foi eleito presidente e, em 2008, foi reeleito, tendo aprovado regra que vedava a reeleição no país. Em 2012, Fernández obteve nova vitória eleitoral com a eleição de seu sucessor, Danilo Medina, por estreita margem de votos (51% contra 47% do ex-presidente Hipólito Mejía, então no PRD).

Medina alcançou altos índices de popularidade, o que motivou seus aliados a buscarem autorizar, novamente, a reeleição no país.

A possibilidade de reeleição foi aprovada pelo Congresso dominicano em 2015. Dentro do PLD, Fernández era contrário à reforma. Para superar a divisão, Medina e Fernández firmaram um “Acordo de quinze pontos”, possibilitando a aprovação da reforma. Em 2016, Medina obteve vitória na eleição presidencial com 62% dos votos.

O PRD expulsou, em 2013, o ex-presidente Hipólito Mejía e aliou-se ao PLD. Mejía fundou o Partido Revolucionário Moderno (PRM), que se tornou o principal partido opositor e lançou Luis Abinader como candidato presidencial em 2016 e em 2020.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2020

Durante a pré-campanha, no PLD, tiveram projeção os nomes do ex-ministro da Educação e ex-chanceler Andrés Navarro; do ministro de Obras Públicas, Gonzalo Castillo; e do ministro da Administração da Presidência, José Peralta.

No PRM, o ex-presidente Hipólito Mejía e o empresário Luis Abinader, derrotado em 2016, mostravam-se como principais opções.

Em outubro de 2019, as primárias no PLD indicaram vitória de Gonzalo Castillo. Imediatamente, Leonel Fernández não reconheceu o resultado e apresentou sua renúncia como presidente e membro do partido. Ao desfiliar-se, Fernández anunciou a formação de um novo agrupamento político, o La Fuerza del Pueblo.

No campo adversário, o resultado das prévias confirmou o favoritismo de Luis Abinader, que obteve 74% dos votos dos filiados ao PRM.

GOVERNO LUIS ABINADER

Com os impactos multidimensionais causados pela pandemia do coronavírus, as eleições presidenciais foram realizadas em 5 de julho de 2020, após adiamento da data inicial.

Abinader foi eleito presidente ainda em primeiro turno, com 52,5% dos votos, consolidando amplo apoio junto à opinião pública e obtendo maioria no parlamento. Gonzalo Castillo (PLD) terminou em segundo lugar, com 37,4% dos votos, enquanto Leonel Fernández (PRSC) obteve 8,9%. A abstenção (44%) foi recorde, porém o comparecimento surpreendeu os analistas em razão das restrições sanitárias impostas pelo combate ao coronavírus.

O cenário político dominicano deverá sofrer transformação, com a derrota dos três partidos que dominaram o país por décadas. O maior derrotado

foi o PLD, que conquistou 65 prefeituras nas eleições locais, em março, contra 82 pelo PRM e que perdeu, nas presidenciais, metade do eleitorado que havia elegido Danilo Medina em 2016.

No legislativo, a grande mudança ocorreu no Senado, onde o PRM assegurou maioria absoluta.

Primeiro presidente dominicano nascido após a ditadura de Rafael Trujillo, Abinader terá de implementar suas propostas para geração de emprego e renda, recuperação da indústria de turismo, redução do déficit público e combate à corrupção e à impunidade.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o governo Medina, intensificou-se a ação do país em foros regionais. A organização de dois grandes eventos – o 46º período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA (junho de 2016) e a V Cúpula da CELAC (janeiro de 2017) – inseriu-se nesse propósito, que buscava reclamar para a República Dominicana protagonismo nos fóruns multilaterais.

Em outro campo de sua atuação internacional, a República Dominicana foi eleita, com o apoio de 184 países, como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, para o mandato 2019-2020. Após três tentativas (1958/59; 1983/84; e 2002/03), a República Dominicana ocupou, pela primeira vez, um assento no CSNU.

REPÚBLICA DO HAITI

Haiti e República Dominicana compartilham, de modo assimétrico, a ilha Hispaniola (2/3 correspondem a território dominicano e 1/3, haitiano) e mantêm relacionamento marcado pelas diferenças socioeconômicas e pela questão migratória.

Os vizinhos dominicanos atingiram níveis de desenvolvimento e estabilidade política superiores, sendo acentuada a disparidade da renda per capita dominicana (US\$ 9.500) e haitiana (US\$ 1.300), em níveis apurados antes da pandemia do coronavírus.

Nesse contexto, estima-se a presença de contingente superior a 1 milhão de migrantes haitianos na República Dominicana, o que corresponde a 10% da população dominicana.

Em 2017, o PR haitiano Jovenel Moïse realizou sua primeira viagem internacional, após sua eleição, justamente para a República Dominicana e esteve presente na posse do presidente Abinader em 16/08/2020.

No plano comercial, o Haiti mantém-se como importante parceiro dominicano. Entre 2000 e 2013, as trocas bilaterais aumentaram treze vezes. Entre 2015 e 2019, houve redução substancial, resultado, em grande medida, da instabilidade vivenciada no Haiti.

Cerca de 1.800 soldados dominicanos controlam 370 km e 32 postos de fronteira com o Haiti.

A instabilidade política e econômica no Haiti tem sido motivo de preocupação pelas autoridades dominicanas, em função do fluxo migratório proveniente do país vizinho.

Abinader dedicou extenso capítulo do programa de governo às relações com o Haiti. Reconhecendo a dificuldade inerente ao relacionamento, o programa trata a interdependência entre os países como vetor de uma agenda para o futuro. São propostos 4 eixos de atuação:

- 1) impulsionar uma política transparente e de boa vizinhança;
- 2) fomentar o desenvolvimento integral da região de fronteira;
- 3) desenhar uma política de segurança nacional efetiva; e
- 4) promover oportunidades de desenvolvimento para o Haiti.

Desafio adicional para o governo será a regularização de cerca de 200 mil imigrantes haitianos que vivem na República Dominicana com documentação provisória.

Há, ainda, 70 mil descendentes de haitianos, nascidos em território dominicano antes de 2010 e, por conseguinte, afetados pela Sentença 168-2013 do Tribunal Constitucional, que lhes retirou a nacionalidade dominicana.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O principal parceiro externo da República Dominicana são os Estados Unidos, havendo claro objetivo de aproximação entre ambos os países.

O intercâmbio comercial entre EUA e República Dominicana cresceu 9,5% em 2018, atingindo US\$ 13,9 bilhões, com superávit de US\$ 3,45 bilhões para os norte-americanos.

Em 2019, as exportações dominicanas com destino aos EUA totalizaram US\$ 6 bilhões, cifra que representou 56% do total da pauta exportadora do país. A República Dominicana importou, nesse mesmo ano, US\$ 9 bilhões dos EUA.

Os principais produtos exportados para os EUA englobam tabaco, vestuário, calçados de couro, açúcar, produtos plásticos. Por sua vez, os principais produtos americanos importados pelos dominicanos são petróleo refinado, gás natural e automóveis.

Um dos marcos no relacionamento é o Acordo de Livre Comércio entre EUA, América Central (Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Guatemala) e República Dominicana, assinado em 2004.

Outro tema importante na agenda bilateral é o combate ao narcotráfico, que conta com ajuda estratégica dos EUA, por meio do treinamento em tarefas de combate a narcotraficantes e à lavagem de dinheiro, além da doação de equipamentos e intercâmbio de informações.

O presidente Luís Abinader tem ressaltado que a República Dominicana tem uma relação especial e de aliança com os EUA, mas que esse

fato não impedirá o país de manter relações satisfatórias com a República Popular da China, especialmente em termos de investimentos.

ESPANHA

O presidente espanhol Pedro Sánchez realizou visita oficial à República Dominicana em 2019, a primeira depois de 23 anos da última visita de um chefe de governo espanhol ao país.

Foi assinado um "Marco de Associação País", que define parâmetros para cooperação bilateral, e um Memorando de Entendimento na área de comércio e investimento.

A Espanha é o quinto parceiro comercial da República Dominicana, com fluxo comercial de US\$ 866 milhões em 2018, e possui o quarto maior estoque de investimentos no país (atrás de Estados Unidos, Canadá e Brasil).

CHINA

Em 2018, a República Dominicana estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China e, conseqüentemente, rompeu relações com Taiwan, que perduravam desde 1944. Os dominicanos mantinham, até então, a posição de principal parceiro estratégico de Taiwan no Caribe.

Nos últimos quinze anos, a corrente de comércio dominicana com a RPC experimentou significativo crescimento, passando de US\$ 41 milhões para mais de US\$ 2,3 bilhões. Ademais, a China tornou-se o principal sócio comercial da República Dominicana na Ásia (64% do total) e o segundo maior parceiro comercial, atrás apenas dos EUA.

Após o anúncio, Taiwan anunciou a suspensão de projetos de cooperação e ajuda com a República Dominicana, cuja média anual alcançava US\$ 12 milhões. A cooperação técnica entre os países tinha como marco um acordo de 1963.

Em setembro de 2018, dando continuidade ao processo de aproximação bilateral, o ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, realizou visita a São Domingos, onde manteve reuniões com o ex-chanceler Miguel Vargas e o ex-presidente Danilo Medina, além de participar da inauguração da sede da embaixada chinesa.

VENEZUELA

A República Dominicana foi sede do “Diálogo de São Domingos”, mecanismo de negociação entre governo e oposição venezuelanos para superação da crise na Venezuela.

O governo Danilo Medina vinha buscando manter-se em posição de neutralidade. Ainda assim, em face de desdobramentos mais recentes, optou por somar-se à condenação da situação naquele país.

A República Dominicana confirmou seu apoio à resolução adotada em janeiro de 2019 no âmbito da OEA, que não reconhece a legitimidade do mandato de Nicolás Maduro.

SISTEMA DE INTEGRAÇÃO CENTRO-AMERICANA (SICA) E ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)

Em 2013, o ex-presidente Danilo Medina celebrou o ingresso da República Dominicana como membro pleno do Sistema de Integração Centro-americana (SICA). Em junho de 2018, realizou-se, em São Domingos, a 51ª reunião do Sistema da Integração Centro-americano.

Em outra vertente, em 2015, o ex-chanceler Andrés Navarro visitou o secretário-geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) para discutir a possibilidade de adesão do país àquela Associação.

Apesar de não ser parte da ALADI, o país é membro do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), acordo subscrito pelos Bancos Centrais dos países integrantes da ALADI (exceto Cuba) e da República Dominicana, que funciona como se fosse uma câmara multilateral na qual são compensados pagamentos derivados de operações comerciais.

ACORDOS PREFERENCIAIS DE COMÉRCIO

A República Dominicana beneficia-se de regimes de comércio preferencial tais como: a) Acordo DR-CAFTA: tratado de livre comércio entre República Dominicana, Estados Unidos e América Central; b) Economic Partnership Agreement: acordo de associação econômica entre União Europeia e países do Cariforum; c) República Dominicana – Países da América Central; d) República Dominicana – CARICOM; e) República Dominicana – Panamá; f) Sistema Geral de Preferências (SGP): acesso preferencial aos mercados de Canadá, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça, Turquia, Rússia e Belarus.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2017, a economia dominicana cresceu 4,5%, atingindo US\$ 75 bilhões. De acordo com o FMI, o país apresentou o segundo melhor desempenho na região da América Latina e Caribe, atrás apenas do Panamá (5,4%). Antes disso, entre 2014 e 2016, o PIB dominicano havia liderado o crescimento na região, registrando respectivamente 7,5%, 7% e 6,5%.

Em 2018, tendo registrado 7% de avanço, empregos e salários continuaram a crescer, com destaque no setor agropecuário, ao passo que, em 2019, a economia dominicana expandiu 5%, mantendo-se na liderança entre os países do continente americano, à frente do Panamá (3,7%) e da Guatemala (3,4%).

O Banco Central dominicano anunciou que o desemprego fechou 2019 em 6%, inferior à média dos países da América Latina.

Para 2020, a tendência pré-pandemia apontava para novo impulso no crescimento econômico do país, estimulado, em parte, pelos investimentos privados e pelo consumo interno.

No entanto, em função das medidas implementadas para combate e controle do coronavírus, a previsão é de desaceleração da economia dominicana, como consequência da redução da atividade em importantes setores, especialmente turismo (queda de mais de 70%), exportações de produtos agrícolas e remessas do exterior.

Merece destaque, ainda, o fato de a República Dominicana ter quitado, em 2016, dívida de US\$ 1,2 bilhão junto ao Fundo Monetário Internacional. A medida fez parte de acordo 'stand-by' firmado em 2009.

BALANÇA COMERCIAL

Em 2018, a corrente de comércio exterior da República Dominicana totalizou US\$ 29,9 bilhões. As importações foram de US\$ 20,5 bilhões e as exportações foram de US\$ 9,5 bilhões.

Em 2019, segundo dados da "Dirección General de Aduanas" (DGA) da República Dominicana, as importações realizadas pelo país alcançaram US\$ 20,6 bilhões. As exportações, por sua vez, atingiram US\$ 10,1 bilhões, com aumento de 6,7% na comparação com 2018, o que gerou um saldo negativo na balança comercial de US\$ 10,5 bilhões.

De acordo com a metodologia adotada no país, as importações dividem-se em: a) Despacho ao Consumo: US\$ 16,3 bilhões (79,1%); b) Zonas

Francas: US\$ 4,1 bilhões (20,17%); c) Admissão temporária: US\$ 80,8 milhões (0,4%); d) Reexportação: US\$ 5,8 milhões (0,03%). Cerca de 48,7% das importações foram de bens de consumo; 34,8% de matérias-primas, enquanto 16,5% corresponderam a bens de capital.

No tocante à origem, as importações "Despacho ao Consumo" registraram os seguintes dados: 1) Estados Unidos: US\$ 5,8 bilhões (part. 35,5% / var. -0,9%); 2) China: US\$ 2,7 bilhões (part. 16,4% / var. +8,8%); 3) México: US\$ 730,6 milhões (part. 4,4% / var. +7,2%); 4) Brasil: US\$ 673,8 milhões (part. 4,1% / var. -6,3%); 5) Espanha: US\$ 665,9 milhões (part. 4,0% / var. -2,7%).

O Brasil ocupou, portanto, na 4ª posição, perdendo uma posição em relação a 2018.

As exportações totais dominicanas dividiram-se em: a) bens de consumo (part. 40,5% / var. +2,2%); b) matérias primas (part. 38,7% / var. +9,7%); c) bens de capital (part. 20,7% / var. -10,8%). Excluindo-se os dados das Zonas Francas, as exportações alcançaram US\$ 3,7 bilhões, variação de +9,6%. Cerca de 78% corresponderam a matérias primas; 16,9% a bens de consumo e 4,6% a bens de capital.

Os principais destinos das exportações dominicanas (excluídas as Zonas Francas) foram: 1) Suíça (part. 20,6% / var. +458,8%); 2) EUA (part. 15,9% / var. +29,3%); 3) Haiti (part. 12,9% / var. -8,7%); 4) Índia (part. 11,0% / var. -39,5%); 5) Canadá (part. 8,3% / var. -47,4%).

As Zonas Francas foram responsáveis por 58% das exportações, alcançando US\$ 5,8 bilhões. Os principais produtos exportados pelas Zonas Francas foram: máquinas, aparelhos e materiais elétricos; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia e de cinematografia; pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas; produtos farmacêuticos; vestuário; calçados, polainas; plásticos; e algodão.

Os principais destinos das exportações das Zonas Francas foram: 1) EUA (part. 75% / var. +6,2%); 2) Porto Rico (part. 5,2% / var. -14,7%); 3) Haiti (part. 5,0% / var. -3,75%); 4) Países Baixos (part. 2,9% / var. +17,5%); 5) Alemanha (part. 1,21% / var. 1,3%).

Em resumo, os dados de 2019 para a balança de pagamentos do país registraram a compensação, pelas receitas provenientes do setor de turismo e das remessas do exterior, do déficit comercial. Ao mesmo tempo, destaca-se a importância das Zonas Francas na agregação de valor e diversificação da pauta exportadora da República Dominicana.

TURISMO

O turismo, um dos maiores receptores de divisas em moeda forte e investimento estrangeiro no país, emprega aproximadamente 300 mil dominicanos, representando 15% do PIB.

Em 2018, o fluxo de turistas cresceu 6%, alcançando recorde de 6,5 milhões de pessoas. A maior parte desses turistas (56,5%) era proveniente da América do Norte, seguido da Europa (24,5%) e América do Sul (14%). A principal porta de entrada no país é Punta Cana.

A presença de turistas brasileiros no país teve aumento de 40% entre 2017 e 2018.

No primeiro semestre de 2020, a pandemia de COVID-19 forçou o governo dominicano a fechar o setor hoteleiro, em razão das restrições sanitárias implementadas e da drástica redução das operações aéreas. A ocupação hoteleira, após a reabertura do país ao turismo internacional, em julho de 2020, ficou em 5% e o setor perdeu mais de 150 mil empregos diretos. A estimativa é de que ao país deixe de receber US\$ 2,5 bilhões em divisas este ano.

O presidente Luis Abinader lançou, em agosto último, plano de investimento no valor de US\$ 28 milhões, centrado em quatro linhas de ação: governança; gestão de riscos; apoio econômico; e promoção do país como destino turístico seguro.

SETOR ENERGÉTICO

Estima-se que o sistema elétrico local necessite instalar 1.700 MW de energia de base. A Corporación de Empresas Eléctricas Estatales (CDEEE) busca investimentos públicos e privados em plantas de geração a gás natural e carvão.

O "Plano Energético Nacional" (PEN) prevê a instalação de 100 MW de origem eólica e outros 230 MW de energia renovável.

Há expectativa de elevar a participação de fontes de energia renovável a 35% da capacidade instalada. A participação dessas fontes (hidrelétrica, eólica e solar) corresponde a 12% da energia do país.

Em 2020, foi inaugurada a Central Termelétrica de Punta Catalina.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1496	São Domingos torna-se a primeira colônia espanhola no Novo Mundo
1801	Toussaint Louverture avança militarmente sobre São Domingos, para fazer valerem os termos do Tratado de Basel, de 1795
1802	Controle francês sobre São Domingos passa às mãos do General Charles Leclerc
1803	Jean-Jacques Dessalines busca, entre 1803 e 1805, destituir o controle francês sobre São Domingos
1821	A população dominicana (habitantes da parte oriental da ilha de Hispaniola) declara a independência do país
1822	A pretensão de tornar-se parte da Gran-Colômbia não prospera e a parte dominicana da ilha é anexada pelo Haiti
1838	Fundação de “La Trinitaria”, agrupamento que buscava promover a independência dominicana
1844	Independência da República Dominicana
1865	Guerra de Restauração
1869	Presidente americano Ulysses Grant ordena presença militar na República Dominicana
1870	Senado americano rejeita proposta de anexação de São Domingos
1916	Nova ocupação americana na República Dominicana, desta feita até 1924
1924	Vitória de Horacio Vásquez nas eleições realizadas; durante seu governo, Rafael Trujillo comanda as forças de segurança
1930	Após acordo com Rafael Ureña, que derruba Horacio Vásquez, Rafael Trujillo implanta regime ditatorial no país até 1961
1937	Massacre de “El Corte”

1960	Assassinato das irmãs Mirabal
1963	Vitória de Juan Bosch nas eleições realizada em fevereiro; deposto por golpe militar em setembro do mesmo ano
1965	Nova ocupação americana na República Dominicana
1966	Vitória de Joaquín Balaguer nas eleições realizadas; o governante permaneceu no poder, autoritariamente, até 1978
1978	Joaquín Balaguer é sucedido pelo opositor Antonio Guzmán Fernández (PRD)
1982	Vitória de Salvador Jorge Blanco (PRD) nas eleições realizadas
1986	Vitória de Joaquín Balaguer nas eleições realizadas, reeleito em 1990 e 1994 (esta última, em pleito amplamente contestado)
1996	Novas eleições foram marcadas, dando a vitória a Leonel Fernández (PLD), fundado por Juan Bosch em 1973
2000	Vitória de Hipólito Mejía (PRD) nas eleições realizadas
2004	Vitória de Leonel Fernández (PLD), reeleito em 2008
2012	Vitória de Danilo Medina (PLD), reeleito em 2016
2020	Vitória de Luís Abinader (PRM), em pleito eleitoral realizado em meio à pandemia do novo coronavírus

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1911	Abertura de consulado do Brasil na República Dominicana, com sede em São Domingos
1943	Abertura da embaixada brasileira na República Dominicana, com sede em São Domingos
2002	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à República Dominicana, por ocasião da Cúpula Ibero-Americana
2002	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Dominicana, para participar da cerimônia de posse presidencial
2004	Na condição de presidente eleito, Leonel Fernández visita o Brasil
2011	Visita do presidente Leonel Fernández ao Brasil, para participar do Foro Econômico Mundial para a América Latina
2012	Na condição de presidente eleito, Danilo Medina visita o Brasil
2012	Chanceler Antonio Patriota participa da cerimônia de posse do presidente da República Dominicana, Danilo Medina
2012	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República Dominicana, Carlos Morales Troncoso
2015	Visita do chanceler Mauro Vieira à República Dominicana
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores, Miguel Vargas, ao Brasil. Na ocasião foram assinados atos em matéria de defesa; isenção de vistos; consultas políticas; comércio e investimentos; serviços aéreos; e formação diplomática e consular.
2018	Realização da 1ª Reunião do Conselho Conjunto de Comércio e Investimentos Brasil-República Dominicana
2019	Inauguração do novo edifício sede da Embaixada da República Dominicana em Brasília

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre cooperação na Área de Comércio e Investimentos.	República Dominicana	Comércio Investimento	14/05/2018	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana sobre Isenção de Vistos de Turismo e Negócios.	República Dominicana	Turismo, Feira e Exposições Vistos e Imigração	14/05/2018	Tramitação Congresso Nacional
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Dominicana.	República Dominicana	Consultas Diplomáticas	14/05/2018	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	República Dominicana	Defesa e Assuntos Militares	14/05/2018	Tramitação Congresso Nacional
Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana.	República Dominicana	Transporte Aéreo	14/05/2018	Tramitação Congresso Nacional

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a Implementação do Banco de Leite Humano no Hospital Materno Infantil San Lorenzo de Los Mina"	República Dominicana	Cooperação Técnica Saúde	10/04/2015	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para implementação do Projeto "Apoio à implementação do Programa Cultivando Água Boa na República Dominicana - Fase I/II".	República Dominicana	Cooperação Técnica Recursos Naturais	10/04/2015	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Formação, Pesquisa e Fortalecimento Institucional em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico e Social".	República Dominicana	Cooperação Técnica Política Administrativa	15/06/2012	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação em Biotécnicas Reprodutivas e Melhoramento Genético para o Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira Dominicana”	República Dominicana	Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Educacional e Esportiva Cooperação Técnica Pecuária	15/06/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio ao Aprimoramento do Sistema de Avaliação da Educação Básica na República Dominicana”.	República Dominicana	Cooperação Educacional e Esportiva Cooperação Técnica	15/06/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para a Criação da Rede de Bancos de Leite Humano da República Dominicana”.	República Dominicana	Cooperação Técnica Saúde	15/06/2012	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio à Implementação do Programa de Redução da Morbimortalidade Materno-Infantil na República Dominicana	República Dominicana	Cooperação Técnica Saúde	09/02/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação em Processamento de Frutas: Desidratação e Obtenção de Sucos	República Dominicana	Agricultura Cooperação Técnica Produtos Agrícolas	09/02/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Captação Técnica em Comando de Incidentes, Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas e Atendimento Pré Hospitalar	República Dominicana	Cooperação Técnica Direitos Humanos Saúde Segurança Pública	09/02/2012	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Transferência da Metodologia adotada pelo Brasil para Diminuição do Número de Armas de Fogo e Munição à Disposição da População Civil”	República Dominicana	Cooperação Técnica Segurança Pública	09/02/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil - República Dominicana”	República Dominicana	Cooperação Técnica	11/11/2011	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio a Implantação de Centro de Atenção Presencial ao Cidadão”.	República Dominicana	Cooperação Técnica	19/11/2010	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Eficiência Energética nas Edificações Públicas e Comerciais”.	República Dominicana	Cooperação Técnica Energia	19/11/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio à Implantação de Sistema de Metrologia e Avaliação da Conformidade na República Dominicana”	República Dominicana	Cooperação Técnica	19/11/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Fortalecimento do Sistema Público de Emprego na República Dominicana”	República Dominicana	Cooperação Técnica	19/11/2010	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica em Benefício da República do Haiti na Área de Defesa Civil	República Dominicana	Cooperação Técnica Segurança Pública	26/04/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação de Gestores Municipais de Bajos de Haina na Estruturação e Gestão de seus Sistemas e Serviços de Limpeza Pública”	República Dominicana	Cooperação Técnica Meio Ambiente	05/02/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio à Implementação do Banco de Leite Humano na República Dominicana”	República Dominicana	Saúde	05/02/2010	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação em Manejo de Controle da Mosca-das-Frutas”	República Dominicana	Cooperação Técnica Meio Ambiente	05/02/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento da Autoridade Sanitária Dominicana nas Áreas de Registro de Medicamentos, Farmacovigilância e Inspeções Sanitárias”	República Dominicana	Saúde	05/02/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Rastreabilidade Genética e Produção de Carne e Leite Bovinos”	República Dominicana	Pecuária	05/02/2010	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Plano de Manejo de Uso e Ocupação da Bacia do Rio Yaque do Norte para a Criação do Parque Linear do Arroyo Gurabo”	República Dominicana	Cooperação Técnica Meio Ambiente	04/02/2010	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica na Área do Cultivo da Mamona para Produção de Biodiesel	República Dominicana	Cooperação Técnica Energia	20/06/2007	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Memorando de Entendimento de Cooperação Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	República Dominicana	Cooperação Artístico-cultural	20/06/2007	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a República Dominicana sobre Concessão de Vistos de Negócios com validade de um ano para Nacionais Portadores de Passaportes Comuns.	República Dominicana	Vistos e Imigração	22/05/2006	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana na Área de Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão	República Dominicana	Agricultura	06/02/2006	Em Vigor
Protocolo de Intenções o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana na Área de Gestão de Recursos Hídricos	República Dominicana	Recursos Naturais	06/02/2006	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	República Dominicana	Cooperação Técnica	06/02/2006	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	República Dominicana	Agricultura Cooperação Técnica	13/09/2005	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	República Dominicana	Extradicação	17/11/2003	Em Vigor
Acordo, por troca de notas, para a Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	República Dominicana	Vistos e Imigração	17/11/2003	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre o Programa de Cooperação Técnica	República Dominicana	Cooperação Técnica	17/11/2003	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas	República Dominicana	Academias Diplomáticas	17/11/2003	Em Vigor
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	República Dominicana	Cooperação Educacional e Esportiva	17/11/2003	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, de 08/02/1985, para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parque Florestais, Ecoturismo, Educação ambiental e Investigação Hidrológica.	República Dominicana	Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica Meio Ambiente	11/11/2002	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	República Dominicana	Dependentes - Atividades Remuneradas	18/05/1995	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana.	República Dominicana	Cooperação Técnica	08/02/1985	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, que Põe em Vigor a Ata de Consulta de 25 de janeiro de 1983 ente o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana.	República Dominicana	Transporte Aéreo	12/10/1983	Em Vigor
Declaração de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana.	República Dominicana	Declaração Conjunta	14/11/1981	Em Vigor
Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana.	República Dominicana	Meios de Comunicação	28/07/1970	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Acordo para a Concessão de Passaportes a um Grupo de Nacionais Dominicanos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	República Dominicana	Vistos e Imigração	18/03/1960	Em Vigor
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Aérea - Complementar ao Acordo Administrativo de 19 e 26 de setembro de 1945 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	República Dominicana	Malas Diplomáticas	27/09/1951	Em Vigor
Convênio para Permuta de Livros e Publicações entre o Governo dos Estados Unidos e o Governo da República Dominicana.	República Dominicana	Cooperação Artístico-cultural	09/04/1945	Em Vigor
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	República Dominicana	Cooperação Artístico-cultural	09/12/1942	Em Vigor
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência em Malas Diplomáticas entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	República Dominicana	Malas Diplomáticas	26/09/1940	Em Vigor

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Convenção de Arbitramento entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	República Dominicana	Arbitragem e Conciliação	29/04/1910	Em Vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Brasil-República Dominicana, Dados Comerciais

Divisão de Promoção da Indústria

Julho 2020

Índice

1 Dados Anuais	2
1.1 Dados Anuais por País	2
1.1.1 Corrente de Comércio	2
1.1.2 Composição do Comércio em 2019 - ISIC e Fator Agregado (em %)	3
1.1.3 Dez principais exportações brasileiras, por ano	4
1.1.4 Tabela - Dez principais exportações brasileiras , por ano	5
1.1.5 Dez principais importações brasileiras, por ano	6
1.1.6 Tabela - Dez principais importações brasileiras , por ano	7
1.1.7 Dez principais países parceiros comerciais do Brasil, por ano	8
1.1.8 Tabela - Dez principais países destino de exportações brasileiras, por ano	9
1.1.9 Tabela - Dez principais países origem de importações brasileiras, por ano	10
2 Dados entre Janeiro e Julho	11
2.1 Dados entre Janeiro e Julho por País	11
2.1.1 Corrente de Comércio entre Janeiro e Julho	11
2.1.2 Dez principais exportações brasileiras, entre Janeiro e Julho	12
2.1.3 Tabela - Dez principais exportações brasileiras, entre Janeiro e Julho	13
2.1.4 Dez principais importações brasileiras, entre Janeiro e Julho	14
2.1.5 Tabela - Dez principais importações brasileiras, entre Janeiro e Julho	15

Brasil-República Dominicana, Dados Comerciais

1 Dados Anuais^{1 2}

1.1 Dados Anuais por País

1.1.1 Corrente de Comércio



	2019	2018	2017	2016	2015
Exportações	679.52M (-2.68%)	698.22M (18.72%)	588.11M (1.39%)	580.04M (10.98%)	522.64M (46.02%)
Importações	23.51M (48.38%)	15.84M (0.90%)	15.70M (12.84%)	13.91M (-44.16%)	24.92M (15.36%)
Saldo	656.02M (-3.86%)	682.38M (19.21%)	572.41M (1.11%)	566.13M (13.74%)	497.73M (47.99%)
Corrente	703.03M (-1.55%)	714.06M (18.26%)	603.81M (1.66%)	593.96M (8.47%)	547.56M (44.27%)

	2014	2013	2012	2011
Exportações	357.93M (-22.69%)	462.99M (-5.51%)	489.98M (16.20%)	421.68M (5.03%)
Importações	21.60M (14.99%)	18.78M (5.32%)	17.83M (-9.30%)	19.66M (32.65%)
Saldo	336.33M (-24.29%)	444.21M (-5.92%)	472.15M (17.44%)	402.02M (3.98%)
Corrente	379.52M (-21.22%)	481.78M (-5.13%)	507.82M (15.06%)	441.34M (6.02%)

¹Exceto disposição em contrário, todos os dados estão em USD Bilhões

²Dados do Ministério da Economia

1.1.2 Composição do Comércio em 2019 - ISIC e Fator Agregado (em %)

Comércio por ISIC



Sentido	Agropecuária	Indústria de Transformação	Indústria Extrativa	Outros Produtos
Exportações	19.1	57.95	22.44	0.5
Importações	2.43	90.97	6.27	0.33

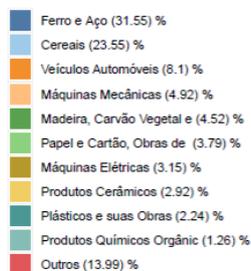
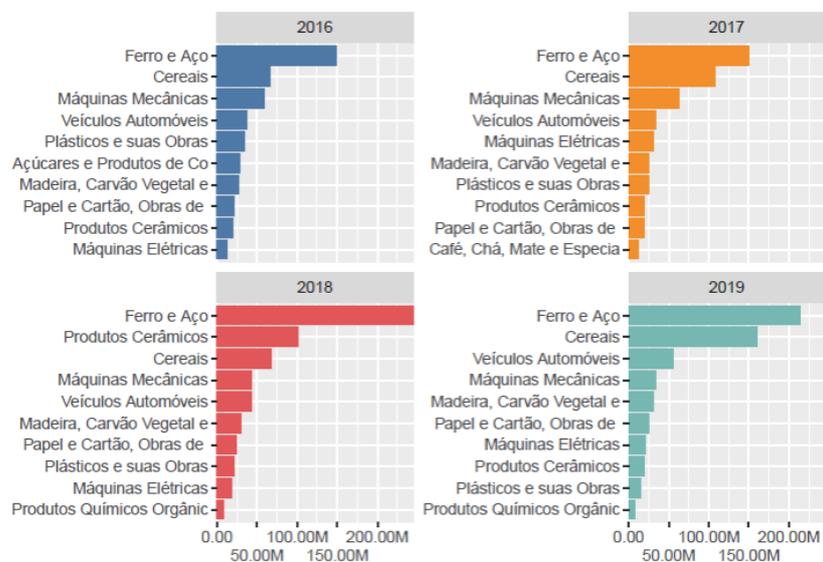
Comércio por Fator Agregado



Sentido	Produtos Básicos	Produtos Semimanufaturados	Produtos Manufaturados
Exportações	26.3	13.47	31.02
Importações	13.47	3.11	42.68

Brasil-República Dominicana, Dados Comerciais

1.1.3 Dez principais exportações brasileiras, por ano



Exportações do Brasil em 2019



Brasil-República Dominicana, Dados Comerciais

1.1.4 Tabela - Dez principais exportações brasileiras , por ano

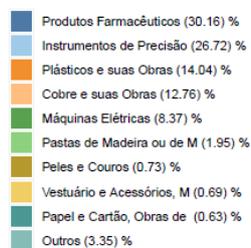
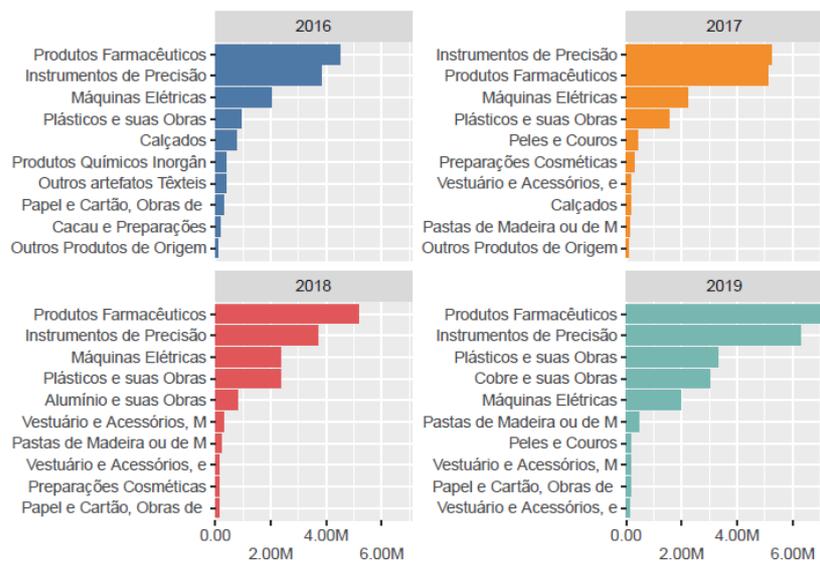
Posição	Produto	2019	Variação
1	Ferro e Aço	214.47M	-12.36%
2	Cereais	160.07M	138.43%
3	Veículos Automóveis	55.06M	27.68%
4	Máquinas Mecânicas	33.46M	-23.49%
5	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	30.73M	3.89%
6	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	25.78M	5.68%
7	Máquinas Elétricas	21.43M	19.93%
8	Produtos Cerâmicos	19.86M	-80.47%
9	Plásticos e suas Obras	15.21M	-27.87%
10	Produtos Químicos Orgânicos	8.56M	-2.81%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Ferro e Aço	244.73M	62.47%
2	Produtos Cerâmicos	101.71M	413.99%
3	Cereais	67.13M	-38.17%
4	Máquinas Mecânicas	43.73M	-30.22%
5	Veículos Automóveis	43.12M	26.11%
6	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	29.58M	16.56%
7	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	24.39M	28.40%
8	Plásticos e suas Obras	21.09M	-15.71%
9	Máquinas Elétricas	17.87M	-41.35%
10	Produtos Químicos Orgânicos	8.81M	8.85%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Ferro e Aço	150.64M	1.41%
2	Cereais	108.57M	62.84%
3	Máquinas Mecânicas	62.66M	5.85%
4	Veículos Automóveis	34.19M	-9.71%
5	Máquinas Elétricas	30.46M	134.56%
6	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	25.37M	-5.61%
7	Plásticos e suas Obras	25.02M	-28.20%
8	Produtos Cerâmicos	19.79M	-3.11%
9	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	19.00M	-8.56%
10	Café, Chá, Mate e Especiarias	12.22M	164.59%

Posição	Produto	2016	Variação
1	Ferro e Aço	148.54M	NA%
2	Cereais	66.67M	NA%
3	Máquinas Mecânicas	59.20M	NA%
4	Veículos Automóveis	37.87M	NA%
5	Plásticos e suas Obras	34.84M	NA%
6	Açúcares e Produtos de Confeitaria	29.08M	NA%
7	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	26.88M	NA%
8	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	20.77M	NA%
9	Produtos Cerâmicos	20.43M	NA%
10	Máquinas Elétricas	12.99M	NA%

1.1.5 Dez principais importações brasileiras, por ano



Importações do Brasil em 2019



Brasil-República Dominicana, Dados Comerciais

1.1.6 Tabela - Dez principais importações brasileiras , por ano

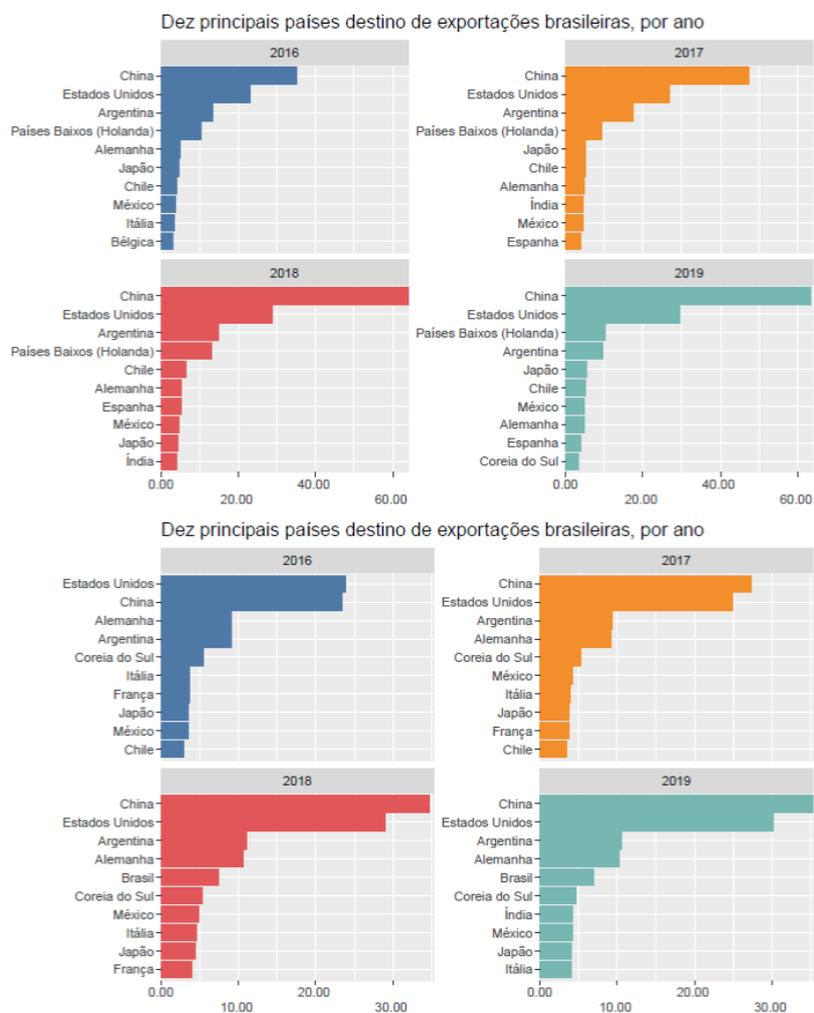
Posição	Produto	2019	Variação
1	Produtos Farmacêuticos	7.09M	37.53%
2	Instrumentos de Precisão	6.28M	70.31%
3	Plásticos e suas Obras	3.30M	40.04%
4	Cobre e suas Obras	3.00M	NA%
5	Máquinas Elétricas	1.97M	-16.63%
6	Pastas de Madeira ou de Matérias Fibrosas	459.35K	91.56%
7	Peles e Couros	170.93K	106.95%
8	Vestuário e Acessórios, Malha	161.42K	-49.46%
9	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	148.37K	26.70%
10	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	141.78K	1.35%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Produtos Farmacêuticos	5.15M	1.04%
2	Instrumentos de Precisão	3.69M	-29.41%
3	Máquinas Elétricas	2.36M	6.69%
4	Plásticos e suas Obras	2.36M	53.45%
5	Alumínio e suas Obras	803.12K	1.06K%
6	Vestuário e Acessórios, Malha	319.41K	7.51K%
7	Pastas de Madeira ou de Matérias Fibrosas	239.80K	85.27%
8	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	139.89K	-11.34%
9	Preparações Cosméticas	123.70K	-56.65%
10	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	117.10K	15.45%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Instrumentos de Precisão	5.22M	36.08%
2	Produtos Farmacêuticos	5.10M	13.27%
3	Máquinas Elétricas	2.21M	8.93%
4	Plásticos e suas Obras	1.54M	61.75%
5	Peles e Couros	430.68K	1.48K%
6	Preparações Cosméticas	285.33K	413.46%
7	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	157.79K	168.00%
8	Calçados	149.33K	-80.90%
9	Pastas de Madeira ou de Matérias Fibrosas	129.43K	4.19K%
10	Outros Produtos de Origem Animal	101.44K	2.56%

Posição	Produto	2016	Variação
1	Produtos Farmacêuticos	4.50M	NA%
2	Instrumentos de Precisão	3.84M	NA%
3	Máquinas Elétricas	2.03M	NA%
4	Plásticos e suas Obras	949.69K	NA%
5	Calçados	781.74K	NA%
6	Produtos Químicos Inorgânicos	409.30K	NA%
7	Outros artefatos Têxteis	405.42K	NA%
8	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	310.97K	NA%
9	Cacau e Preparações	192.14K	NA%
10	Outros Produtos de Origem Animal	98.91K	NA%

1.1.7 Dez principais países parceiros comerciais do Brasil, por ano



Brasil-República Dominicana, Dados Comerciais

1.1.8 Tabela - Dez principais países destino de exportações brasileiras, por ano

Posição	País	2019	Variação
1	China	63.36	-0.89%
2	Estados Unidos	29.72	3.55%
3	Países Baixos (Holanda)	10.13	-22.46%
4	Argentina	9.79	-34.34%
5	Japão	5.43	25.69%
6	Chile	5.16	-19.24%
7	México	4.90	8.74%
8	Alemanha	4.73	-9.12%
9	Espanha	4.04	-21.27%
10	Coreia do Sul	3.45	0.31%

Posição	País	2018	Variação
1	China	63.93	34.62%
2	Estados Unidos	28.70	6.79%
3	Argentina	14.91	-15.36%
4	Países Baixos (Holanda)	13.06	41.15%
5	Chile	6.39	27.06%
6	Alemanha	5.21	6.01%
7	Espanha	5.13	34.63%
8	México	4.50	-0.21%
9	Japão	4.32	-17.90%
10	Índia	3.91	-16.07%

Posição	País	2017	Variação
1	China	47.49	35.17%
2	Estados Unidos	26.87	16.05%
3	Argentina	17.62	31.31%
4	Países Baixos (Holanda)	9.25	-10.37%
5	Japão	5.26	14.32%
6	Chile	5.03	23.30%
7	Alemanha	4.91	1.03%
8	Índia	4.66	47.32%
9	México	4.51	18.39%
10	Espanha	3.81	46.45%

Posição	País	2016	Variação
1	China	35.13	NA%
2	Estados Unidos	23.16	NA%
3	Argentina	13.42	NA%
4	Países Baixos (Holanda)	10.32	NA%
5	Alemanha	4.86	NA%
6	Japão	4.60	NA%
7	Chile	4.08	NA%
8	México	3.81	NA%
9	Itália	3.32	NA%
10	Bélgica	3.23	NA%

Brasil-República Dominicana, Dados Comerciais

1.1.9 Tabela - Dez principais países origem de importações brasileiras, por ano

Posição	País	2019	Variação
1	China	35.27	1.56%
2	Estados Unidos	30.09	3.87%
3	Argentina	10.55	-4.51%
4	Alemanha	10.28	-2.62%
5	Brasil	7.02	-4.95%
6	Coreia do Sul	4.71	-12.55%
7	Índia	4.26	16.24%
8	México	4.20	-14.52%
9	Japão	4.09	-6.00%
10	Itália	4.04	-10.46%

Posição	País	2018	Variação
1	China	34.73	27.12%
2	Estados Unidos	28.97	16.59%
3	Argentina	11.05	17.13%
4	Alemanha	10.56	14.42%
5	Brasil	7.38	5.41K%
6	Coreia do Sul	5.38	2.69%
7	México	4.91	15.84%
8	Itália	4.51	14.02%
9	Japão	4.36	15.76%
10	França	3.94	5.88%

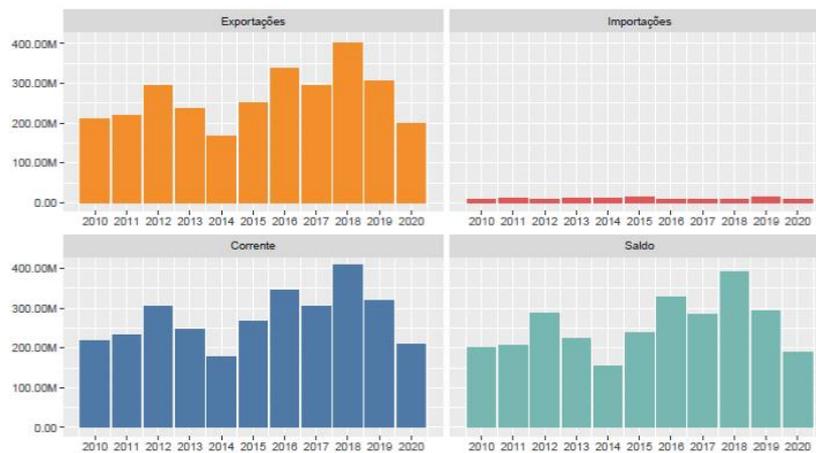
Posição	País	2017	Variação
1	China	27.32	16.97%
2	Estados Unidos	24.85	4.37%
3	Argentina	9.44	3.86%
4	Alemanha	9.23	1.05%
5	Coreia do Sul	5.24	-3.87%
6	México	4.24	20.12%
7	Itália	3.96	6.91%
8	Japão	3.76	5.48%
9	França	3.72	0.79%
10	Chile	3.45	19.27%

Posição	País	2016	Variação
1	Estados Unidos	23.81	NA%
2	China	23.36	NA%
3	Alemanha	9.13	NA%
4	Argentina	9.08	NA%
5	Coreia do Sul	5.45	NA%
6	Itália	3.70	NA%
7	França	3.69	NA%
8	Japão	3.57	NA%
9	México	3.53	NA%
10	Chile	2.89	NA%

2 Dados entre Janeiro e Julho

2.1 Dados entre Janeiro e Julho por País

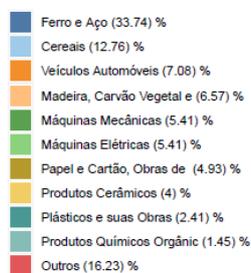
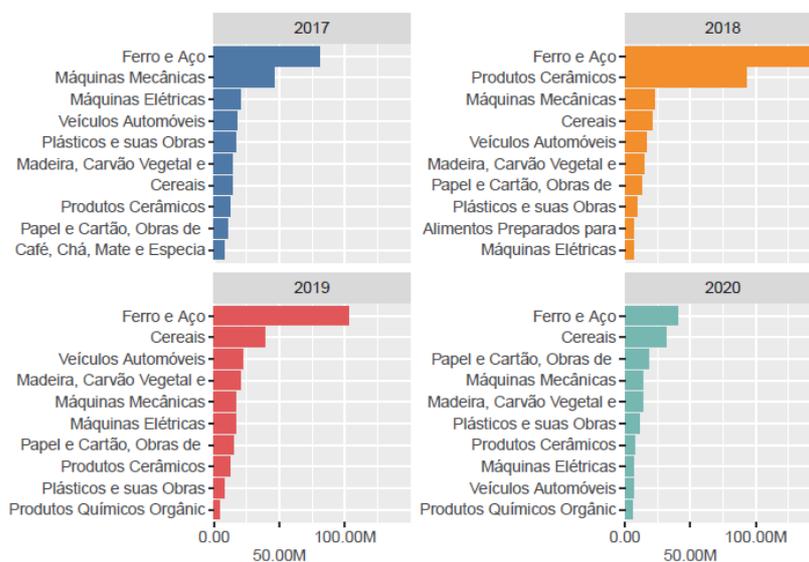
2.1.1 Corrente de Comércio entre Janeiro e Julho



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	167.32M (-27.54%)	230.90M (-36.74%)	364.97M (51.29%)	241.25M (-15.81%)	286.55M (68.65%)
Importações	9.35M (-20.23%)	11.72M (52.15%)	7.71M (-2.79%)	7.93M (23.17%)	6.44M (-47.20%)
Saldo	157.97M (-27.93%)	219.18M (-38.65%)	357.27M (53.12%)	233.32M (-16.70%)	280.11M (77.61%)
Corrente	176.67M (-27.18%)	242.63M (-34.90%)	372.68M (49.57%)	249.18M (-14.95%)	292.98M (60.90%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	169.90M (19.37%)	142.34M (-27.79%)	197.10M (-12.98%)	226.51M (30.48%)	173.60M (16.46%)
Importações	12.19M (19.78%)	10.18M (7.19%)	9.49M (25.65%)	7.56M (-34.54%)	11.54M (112.78%)
Saldo	157.71M (19.34%)	132.16M (-29.56%)	187.61M (-14.32%)	218.95M (35.11%)	162.06M (12.83%)
Corrente	182.09M (19.39%)	152.51M (-26.18%)	206.60M (-11.73%)	234.07M (26.43%)	185.14M (19.85%)

2.1.2 Dez principais exportações brasileiras, entre Janeiro e Julho



Exportações do Brasil em 2019



Brasil-República Dominicana, Dados Comerciais

2.1.3 Tabela - Dez principais exportações brasileiras, entre Janeiro e Julho

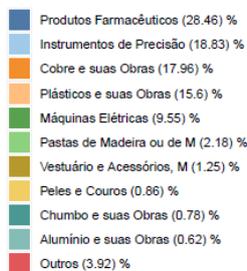
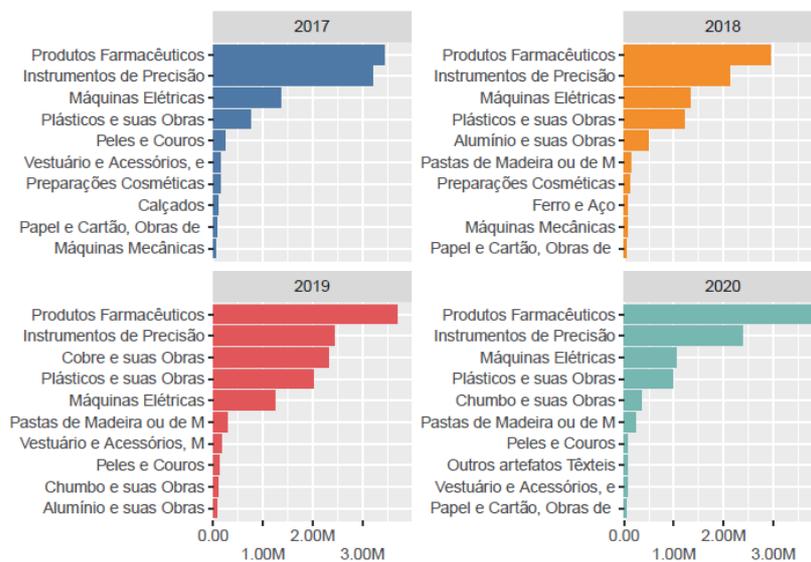
Posição	Produto	2020	Variação
1	Ferro e Aço	39.11M	-46.66%
2	Cereais	18.32M	-25.48%
3	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	16.46M	25.18%
4	Máquinas Mecânicas	12.38M	-10.96%
5	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	11.58M	-35.03%
6	Plásticos e suas Obras	9.57M	71.85%
7	Produtos Cerâmicos	5.87M	-43.55%
8	Máquinas Elétricas	5.50M	-51.45%
9	Veículos Automóveis	5.25M	-65.74%
10	Produtos Químicos Orgânicos	4.61M	17.51%

Posição	Produto	2019	Variação
1	Ferro e Aço	73.32M	-44.67%
2	Cereais	24.58M	36.10%
3	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	17.82M	43.22%
4	Veículos Automóveis	15.32M	-1.67%
5	Máquinas Mecânicas	13.91M	-26.93%
6	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	13.15M	21.09%
7	Máquinas Elétricas	11.33M	108.66%
8	Produtos Cerâmicos	10.39M	-88.72%
9	Plásticos e suas Obras	5.57M	-34.46%
10	Produtos Químicos Orgânicos	3.92M	-14.51%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Ferro e Aço	132.51M	90.11%
2	Produtos Cerâmicos	92.11M	780.54%
3	Máquinas Mecânicas	19.03M	-45.73%
4	Cereais	18.06M	113.58%
5	Veículos Automóveis	15.58M	6.44%
6	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	12.44M	7.61%
7	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	10.86M	15.05%
8	Plásticos e suas Obras	8.50M	-37.50%
9	Alimentos Preparados para Animais	6.60M	1.35K%
10	Máquinas Elétricas	5.43M	-62.13%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Ferro e Aço	69.70M	10.55%
2	Máquinas Mecânicas	35.07M	6.48%
3	Veículos Automóveis	14.64M	-25.94%
4	Máquinas Elétricas	14.34M	115.10%
5	Plásticos e suas Obras	13.59M	-25.31%
6	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	11.56M	-5.94%
7	Produtos Cerâmicos	10.46M	9.50%
8	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	9.44M	-22.09%
9	Cereais	8.46M	-76.88%
10	Café, Chá, Mate e Especiarias	5.24M	315.81%

2.1.4 Dez principais importações brasileiras, entre Janeiro e Julho



Importações do Brasil em 2019



Brasil-República Dominicana, Dados Comerciais

2.1.5 Tabela - Dez principais importações brasileiras, entre Janeiro e Julho

Posição	Produto	2020	Variação
1	Produtos Farmacêuticos	3.97M	19.71%
2	Instrumentos de Precisão	2.39M	7.60%
3	Máquinas Elétricas	1.05M	-0.96%
4	Plásticos e suas Obras	988.27K	-45.62%
5	Chumbo e suas Obras	356.36K	255.01%
6	Pastas de Madeira ou de Matérias Fibrosas	220.81K	87.34%
7	Peles e Couros	72.53K	1.95%
8	Outros artefatos Têxteis	64.80K	65.92%
9	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	56.92K	-20.37%
10	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	49.44K	-36.91%

Posição	Produto	2019	Variação
1	Produtos Farmacêuticos	3.32M	19.63%
2	Cobre e suas Obras	2.33M	NA%
3	Instrumentos de Precisão	2.22M	28.60%
4	Plásticos e suas Obras	1.82M	64.18%
5	Máquinas Elétricas	1.06M	-9.79%
6	Vestuário e Acessórios, Malha	161.35K	78.23K%
7	Pastas de Madeira ou de Matérias Fibrosas	117.87K	24.12%
8	Chumbo e suas Obras	100.38K	NA%
9	Alumínio e suas Obras	80.49K	-81.84%
10	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	78.36K	496.36%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Produtos Farmacêuticos	2.77M	12.93%
2	Instrumentos de Precisão	1.73M	-39.46%
3	Máquinas Elétricas	1.17M	-0.29%
4	Plásticos e suas Obras	1.11M	48.39%
5	Alumínio e suas Obras	443.24K	NA%
6	Preparações Cosméticas	123.70K	-9.48%
7	Pastas de Madeira ou de Matérias Fibrosas	94.96K	NA%
8	Ferro e Aço	73.52K	NA%
9	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	47.47K	-69.33%
10	Máquinas Mecânicas	40.59K	180.25%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Instrumentos de Precisão	2.85M	88.50%
2	Produtos Farmacêuticos	2.46M	43.50%
3	Máquinas Elétricas	1.17M	34.41%
4	Plásticos e suas Obras	746.02K	182.04%
5	Peles e Couros	230.91K	NA%
6	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	154.76K	162.86%
7	Preparações Cosméticas	136.65K	146.45%
8	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	62.72K	-78.64%
9	Produtos Químicos Orgânicos	31.72K	56.54K%
10	Tabaco e Sucedâneos	21.99K	22.33%

EMBAIXADA DO BRASIL EM SÃO DOMINGOS**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES**

Transmito versão simplificada de relatório de minha gestão à frente da Embaixada em São Domingos, cargo que tive a honra de assumir em maio de 2016.

RELAÇÕES BILATERAIS

2. Em maio de 2018, o então Ministro das Relações Exteriores do Governo Danilo Medina, Miguel Vargas, visitou o Brasil com clara disposição de revitalizar as relações bilaterais.

3. Na ocasião, foram assinados acordos em matéria consular, econômica, comercial, de investimentos e de diálogo político, os quais deram novo impulso ao relacionamento entre o Brasil e a República Dominicana.

4. Da perspectiva local, a visita de Vargas refletiu a necessidade de abertura do país a parceiros considerados "não tradicionais", especialmente Brasil e Chile na América do Sul, e países asiáticos, exemplificado, ademais, com o estabelecimento de relações diplomáticas com a China, em maio de 2018. A República Dominicana considera fundamental o apoio do Brasil para o país "escapar" da exclusividade econômica, comercial e política que impõem os EUA e a União Europeia, esta última principalmente pela eficiente atuação espanhola, sobretudo na área de cooperação técnica e cultural.

5. A reunião em Brasília representou a retomada da agenda bilateral, com base em uma pauta densa e positiva, que poderá ser melhor trabalhada e ampliada com a realização, mesmo que de forma remota, entre outras, da reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, cujo primeiro encontro não foi ainda realizado, em função de incompatibilidade de agendas.

6. Após a visita do então Chanceler Vargas, a última reunião de alto nível entre autoridades dos dois países foi o encontro mantido, em agosto de 2018, entre o então

Subsecretário de Promoção Comercial, Cooperação Técnica e Cultural, Embaixador Santiago Mourão, e o Vice-ministro de Assuntos Econômicos e Cooperação Internacional Hugo Rivera, mantido no cargo pelo atual Chanceler Roberto Álvarez. Na ocasião, foi realizada a I Reunião do Conselho Conjunto de Comércio e Investimentos e examinados novos projetos em matéria de cooperação técnica, que constitui um dos principais alicerces da relação bilateral.

7. Apesar de sempre manter diálogo fluido e muito cordial com autoridades do governo anterior e do atual, nos mais elevados escalões e de distintas áreas, creio ser importante avaliar a possibilidade de realização de visita a São Domingos de autoridade/s do mais alto nível possível. Uma atenção maior e individualizada se justificaria, entre outros argumentos, pelo expressivo volume do comércio bilateral (cerca de USD 700 milhões, com exportações brasileiras da ordem de USD 680 milhões) e pela manifesta disposição dominicana em priorizar o relacionamento com o Brasil, país muito admirado pela população local.

8. Antes mesmo da vitória nas eleições de julho último, o atual partido governista PRM sinalizou o interesse em adensar o relacionamento bilateral. O então assessor internacional do partido e hoje Chanceler, Embaixador Roberto Álvarez, transmitiu-me, com grande entusiasmo, em dezembro passado, a prioridade que seria atribuída às relações com a América do Sul, em especial com o Brasil. Na mesma ocasião, afirmou que a República Dominicana tem de levar em consideração que a economia brasileira é dinâmica, forte e com perspectivas de crescimento muito positivas.

9. Ademais, outro fator positivo a apontar é o interesse do próprio Presidente Luís Abinader em estreitar as relações com o Brasil. Recordo que o próprio Abinader relatou-me, em encontro mantido em 2017, viagem que realizou ao Brasil em 2013, a título de conhecer, junto com delegação de políticos e empresários, a experiência brasileira com etanol, área que considera prioritária para o aprofundamento da cooperação técnica bilateral. Na mesma ocasião, teceu comentários muito positivos a respeito da EMBRAPA, modelo de instituição que gostaria de implantar no país. O novo Ministro da Agricultura, que visitei recentemente, também manifestou seu grande interesse em contar com a cooperação da empresa brasileira de agropecuária para desenvolver a agricultura e a pecuária do país.

10. Em meus contatos com os novos Ministros de diversas áreas do governo e os Vice-Ministros da Chancelaria, tenho recebido expressões de apreço ao Brasil e interesse em desenvolver projetos conjuntos de cooperação técnica, em especial em segurança alimentar, formação profissional, saúde, meio ambiente e esporte. Há, portanto, amplo potencial para a ampliação do relacionamento bilateral.

11. Considero que são animadoras as perspectivas de uma maior aproximação entre os dois países. As manifestações do próprio Presidente Abinader, do Chanceler Álvarez e de diversas autoridades com as quais me reuni recentemente apontam nessa direção. Nesse sentido, creio que visita de autoridade brasileira do mais alto nível possível poderá oferecer ocasião para consolidar essa nova fase nas relações entre o Brasil e a República Dominicana.

COMÉRCIO BILATERAL

12. O comércio bilateral foi bastante impactado pela pandemia de Covid-19: no último semestre, o fluxo total experimentou queda de 22,9%. A corrente comercial é historicamente bastante favorável ao Brasil. Dentre os produtos mais vendidos pelo Brasil ao país caribenho destacaram-se: produtos semimanufaturados de ferro ou aço (USD 50,5 milhões; 24,6% do total); 2) papel e cartão (USD 20,7 milhões; 10,1%); 3) Cereais (USD 18,63 milhões; 9,1%); 4) veículos automotores, tratores e partes (USD 16,75 milhões; 8,1%); e 5) madeira, carvão vegetal e obras de madeira (USD 12,22 milhões; 5,9%). Das exportações dominicanas para o Brasil, 88% se deram a partir das Zonas Francas, com destaque para: 1) produtos farmacêuticos (USD 5,5 milhões; 78,4%); 2) instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia (USD 405 mil; 5,7%); 3) pastas de madeira ou celulose (USD 344 mil; 4,9%); 4) chumbo (USD 262 mil; 3,7%); 5) cobre (USD 137 mil; 1,9%); e 6) charutos (USD 109 mil; 1,5%).

13. Nos últimos cinco anos, tem crescido o interesse de setores empresariais dominicanos em eventual ingresso do país na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). A iniciativa conta com o apoio da Câmara de Comércio Dominicano Brasileira (CCDB), da Associação de Indústrias de Herrera e, especialmente, de empresários dos ramos de bebidas e tabaco. Há, contudo, certo temor por parte de alguns segmentos da indústria local, em grande medida por desconhecimento quanto ao funcionamento da ALADI.

14. Parece promissor, ademais, explorar maior aproximação entre o "Sistema de la Integración Centroamericana" (SICA), organismo que recebe da parte dominicana especial atenção, e o MERCOSUL. Em dezembro de 2017, quando assumiu a PPT do bloco, a parte dominicana chegou a cogitar possível encontro entre os chanceleres dos dois blocos, iniciativa que não se concretizou por questões de agenda. O recém firmado "Protocolo de Intenções entre a Apex-Brasil e o "Centro de Exportación e Inversión de República Dominicana" (CEI-RD) para a Promoção do Comércio Exterior e a Atração de Investimentos" oferece, igualmente, grande oportunidade para aprofundar o intercâmbio comercial.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS

15. O Brasil foi o terceiro maior investidor na República Dominicana na última década (USD 2,4 bilhões), atrás apenas dos EUA e do Canadá. Destacam-se os investimentos da AMBEV, que adquiriu o controle da Cervecería Nacional Dominicana; da Gerdau, que se associou à local Metaldom; e a construção da represa de Montegrande, a cargo da Andrade Gutierrez. Ademais, pequenas e médias empresas brasileiras do setor calçadista e têxtil, como Soles del Mar, Só Dança e Sierras Industriales, possuem unidades fabris na Zona Franca de Santiago.

16. Principal usina termelétrica do país, Punta Catalina (752 MW) teve sua construção iniciada em dezembro de 2013, a cargo do consórcio Odebrecht-Tecnimont-Estrella. Catalina é fundamental para aumentar a confiabilidade do sistema elétrico dominicano, frequentemente afetado por apagões. Ao longo das obras, encerradas em meados deste ano a um custo total de pouco mais de USD 2,3 bilhões, Catalina colecionou uma série de críticas tanto de grupos ambientalistas, a despeito de a construção ter respeitado os mais modernos padrões ambientais, e de movimentos organizados da sociedade civil, na esteira das revelações de casos de corrupção envolvendo autoridades locais e a construtora brasileira. Em outubro corrente, o governo Abinader anunciou que ordenará uma revisão exaustiva de todos os contratos entre o Estado dominicano e a construtora brasileira, com vistas a "finalizar todo o tipo de relação contratual com a Odebrecht".

TURISMO

17. O turismo é um dos principais motores da economia dominicana, com impacto significativo na geração de emprego e atração de divisas em moeda forte. A pandemia de Covid-19 golpeou fortemente o setor, que deverá começar a se recuperar somente em 2021. Em 2019, quase 112 mil brasileiros visitaram a República Dominicana, o que colocou o país na segunda posição entre os emissores latino-americanos, atrás somente da Argentina. No primeiro semestre, em função do cenário adverso, a queda na chegada de turistas brasileiros foi de 64,3%, número inferior à queda do total de visitantes estrangeiros ao país no período, que foi de 67,3%.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

18. A cooperação técnica entre Brasil e República Dominicana tem sido profícua, englobando a participação de instituições brasileiras de prestígio, como IBGE, INSS, Inmetro, Itaipu, ANA entre outros. Os projetos dividem-se em concluídos, negociados e em execução.

Projetos em execução: i) Plano de Acesso à Justiça e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência; ii) Implementação de Banco de Leite Humano; iii) Apoio à Implementação do Programa Produtor de Águas na República Dominicana (seguimento ao projeto Cultivando Água Boa). Em função da pandemia, teve o início das atividades ajustado para março de 2021.

Projetos negociados e que aguardam a assinatura dos ajustes complementares: i) Fortalecimento dos Sistemas de Avaliação, Informação e Pesquisa da Educação Básica; ii) Apoio ao Fortalecimento e Implementação do Exame de Orientação e Medição Acadêmica (POMA), para o Ingresso ao Ensino Superior; iii) Fortalecimento das Capacidades Tecnológicas para a Educação Profissional; iv) Fortalecimento das Capacidades nas Áreas de Infraestrutura de Qualidade e Apoio na Criação do Centro Dominicano de Informação sobre Regulamentação Técnica (CEDIRET); v) Fortalecimento de Capacidades em Desenvolvimento da Integração de Informação Estatística e Geoespacial na República Dominicana; e vi) Transferência de Capacidades para o Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Projetos concluídos recentemente: i) Fortalecimento do Sistema de Avaliação da Educação Primária e Secundária; ii) Planejamento, Melhoria e Garantia de Processos de Gestão com

Base na Qualidade, desenvolvido pelo INSS; iii) Fortalecimento do Sistema Único de Informações - Plataforma de Registro; e iv) Apoio à Implementação do Programa Cultivando Água Boa na República Dominicana.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

19. O Posto promove regularmente, nas dependências do Centro Cultural Brasil-República Dominicana (CCB-RD), palestras sobre os programas oficiais de bolsas de estudo para estrangeiros no Brasil (PEC-G e PEC-PG). Em março último, a Embaixada promoveu palestra sobre o PEC-PG no Centro Cultural do Banreservas, no marco da "Segunda Muestra Cultural Brasil - República Dominicana".

20. O Setor de Cooperação Educacional do Posto também divulga o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), uma vez que a Embaixada é posto aplicador do exame.

21. Em razão da pandemia de Covid-19, a Embaixada tem adaptado as atividades dos Setores de Cooperação Educacional ao formato online. As próximas palestras serão oferecidas via plataformas virtuais.

22. Nos últimos anos, nove dominicanos foram agraciados com bolsas do PEC-G. A histórica proximidade com os EUA faz com que a grande maioria de estudantes do país optem por instituições de ensino norte-americanas. Não obstante, tem-se verificado gradual aumento no interesse de discentes dominicanos pelo Brasil, seja pela proximidade entre as línguas, seja pelos custos mais baixos para se estudar no Brasil em comparação com os EUA. Há particular interesse por cursos de odontologia em instituições brasileiras. O número de vistos de estudantes (VITEM-IV) concedido a estudantes dominicanos por este Posto comprova esta tendência: 30 vistos em 2017; 65 em 2018; e 70 em 2019.

TEMAS CONSULARES

23. O Setor Consular da Embaixada do Brasil em São Domingos recebe demanda relativamente elevada de pedidos de vistos (incluídos os haitianos residentes na República Dominicana) e moderada de solicitações de cidadãos brasileiros. Ao longo do último biênio, verificaram-se sinais de redução do número

de brasileiros residentes no país, em função da gradual desmobilização de obras realizada por empreiteiras nacionais, com relativa redução na demanda por documentos consulares, como passaportes e atos notariais. Hoje, há pouco mais de 400 eleitores brasileiros inscritos nesta jurisdição.

24. Observa-se, contudo, aumento paulatino do número de turistas brasileiros no país, tendência comprovada pelo incremento contínuo do número de atendimentos do plantão consular. São comuns casos de brasileiros que se dizem vítimas de golpes financeiros em hotéis, reclamações relativas a companhias aéreas, além de casos de assaltos, desaparecimentos e demais ocorrências policiais envolvendo nossos nacionais - como vítimas ou como suspeitos.

25. Ainda quanto a casos de assistência, há baixa ocorrência de prisões de brasileiros neste país. Atualmente, há dois detidos (um sob acusação de crimes financeiros e outro por tráfico de drogas). Há, no entanto, incidência relativamente alta de nacionais brasileiros detidos por autoridades migratórias dominicanas. Este país, dada sua proximidade aos EUA, é comumente utilizado por "coiotes" como rota de passagem de brasileiros que buscam entrar irregularmente em território norte-americano, especialmente via Porto Rico.

26. Nas primeiras semanas da pandemia de Covid-19, praticamente todos os voos partindo da República Dominicana foram cancelados sem aviso prévio, deixando centenas de turistas brasileiros retidos, a maioria em Punta Cana. A Embaixada, em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, companhias aéreas e autoridades dominicanas, logrou repatriar centenas de cidadãos brasileiros.

27. Quanto à demanda de haitianos residentes no país, verifica-se elevada procura por vistos de reunião familiar. Trata-se de processo usualmente longo e complexo, uma vez que a vasta maioria dos haitianos não dispõe da documentação mínima necessária, como comprovante de residência e certidão de nascimento.

28. A demanda de vistos por parte de dominicanos também é considerável, com razoável incidência de vistos não-concedidos (geralmente por inconsistências em documentos de comprovação de renda). Nos últimos quatro anos e meio foram emitidos 6.461 vistos pelo Posto.

29. Recordo que acordo bilateral de isenção de Vistos de Visita (VIVIS), já aprovado pelo Parlamento da RD, aguarda apreciação pelo Congresso brasileiro. Ressalto, por oportuno, que o fim da exigência de visto para o ingresso de turistas dominicanos no Brasil é tema de grande relevância interna. O assunto é frequentemente mencionado por interlocutores meus durante encontros que mantenho com jornalistas e autoridades locais.

POLÍTICA INTERNA

30. A vitória de Luis Abinader Corona no primeiro turno das eleições presidenciais de julho, pelo Partido Revolucionário Moderno (PRM), com 52,5% dos votos, encerrou um ciclo de quase 25 anos de domínio do "Partido de la Liberación Dominicana" (PLD), somente interrompido pelo interregno de Hipólito Mejía (2000-2004), do PRD.

31. O resultado das eleições representou considerável rearranjo do tabuleiro político do país. Os três partidos que dominaram o cenário político por décadas (PLD, PRD e PRSC) sofreram reveses, conquanto de diferentes magnitudes. Pela primeira vez desde 1962 um dos três partidos tradicionais não ocupa a chefia do Legislativo ou a maioria no Congresso.

32. Primeiro chefe de Estado dominicano nascido após a ditadura de Rafael Trujillo, Luis Abinader precisará ser ágil na adoção de suas propostas de criação de 600 mil empregos e de redução da informalidade laboral. Entre seus principais desafios, destacam-se: i) recuperação da indústria turística, abalada não somente pela Covid-19, como também pelo impacto midiático das mortes de turistas norte-americanos ainda em 2019; ii) o crescente déficit público, que deverá ultrapassar os 5% do PIB e demandará a elaboração de um "novo pacto fiscal", o que poderá levar a atritos com grupos de interesse; iii) o anseio popular por uma política proativa de combate à corrupção e à impunidade; iv) a grave crise sanitária; v) e a queda do PIB (estimada entre 3,5% e 4,5%), em um país já acostumado a crescimentos expressivos acima dos 5% no último decênio.

ECONOMIA

33. A República Dominicana é a segunda maior economia da América Central e Caribe, logo atrás de Cuba. Durante a década de 2010, o PIB dominicano avançou em média 5,6%, o mais elevado índice de crescimento de todo o continente americano. O PIB em 2019 alcançou USD 86 bilhões, sendo a República Dominicana, ademais, a maior receptora de investimentos estrangeiros na região.

34. Historicamente, o principal parceiro comercial e financeiro do país tem sido os Estados Unidos, o que se explica, além da proximidade geográfica, pelos mais de 2 milhões de dominicanos vivendo naquele país, com impacto positivo na balança de pagamentos, por meio de remessa de dólares a familiares.

35. Um dos principais gargalos da economia do país é a geração energética. Além da dependência da importação de insumos fósseis, com considerável peso nas contas externas, o país enfrenta dificuldades na distribuição elétrica. Durante a gestão Danilo Medina, houve vultuoso investimento na construção da Central Termelétrica de Punta Catalina (capaz de produzir quase 1/3 da demanda energética do país) bem como em projetos de geração de energias renováveis, como eólica e solar.

36. Apesar do forte crescimento do PIB registrado em décadas recentes, o país enfrenta desafios comuns a outras economias em desenvolvimento, com elevados níveis de pobreza e desigualdade, infraestrutura deficiente e índices precários em educação (penúltimo lugar no PISA) e saúde. O atual governo adotou como uma de suas primeiras medidas o incentivo para que milhões de dominicanos se inscrevam no Regime Subsidiado do Seguro Nacional de Saúde (SENASA).

37. A pandemia de Covid-19 atingiu fortemente o turismo, um dos maiores geradores de empregos no país, e um dos três principais geradores de divisas fortes para o país, juntamente com as remessas de imigrantes e as Zonas Francas.

38. Ao longo das últimas décadas, a República Dominicana investiu maciçamente no turismo, que hoje responde por mais de 12% do PIB do país. Na década passada, a taxa média de crescimento de visitantes foi de 5% ao ano. Em 2020, no acumulado do ano, o país recebeu 1,5 milhão de turistas não residentes, uma queda de 63,3% em relação ao ano anterior. A ocupação da rede hoteleira está atualmente em torno de 8%, com a perda de mais de 150 mil empregos diretos e 300 mil indiretos.

39. Em agosto, o governo lançou o "Plano de Recuperação Responsável do Turismo contra a Covid-19", que engloba incentivos financeiros, reforço em medidas sanitárias e campanhas de divulgação no exterior. Estimativas realistas preveem que a recuperação do setor deva ocorrer ao longo do ano de 2021, conforme avance a vacinação em massa contra a Covid-19.

40. Os diferentes programas criados pelo governo para mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia, como os programas "Quédate en Casa" e "Pa Ti", não impediram a queda de 8,5% do PIB no primeiro semestre. Cumpre assinalar, ainda, que as ações governamentais de mitigação acentuaram a crise nas contas públicas do país, que vem apresentando sucessivos déficits nos últimos anos.

COMÉRCIO

41. Dentre os mais relevantes acordos de livre comércio assinados pela República Dominicana, destacam-se o Tratado de Livre-Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (Cafta-DR), com os EUA e a América Central; e o Acordo de Parceria Econômica entre países do CARIFORO e a União Europeia. O acesso preferencial dos produtos daqueles países no mercado dominicano limita a competitividade dos bens e serviços brasileiros no mercado local.

42. No primeiro semestre deste ano, a República Dominicana importou um total de USD 8,2 bilhões, queda de 18,1%, e exportou USD 4,5 bilhões, redução de 7,9%, o que gerou um déficit comercial de USD 3,7 bilhões. As principais origens das importações foram: EUA (USD 2,24 bilhões/34,6% do total), China (USD 1,16 bilhão/18%), México (USD 310,1 milhões/4,8%), Espanha (USD 274,1 milhão/4,2%) e Brasil (USD 189,8 milhões/2,9%). Os produtos mais importados foram: combustíveis (16,5%), máquinas e aparelhos mecânicos (9,5%), veículos automotores (9,1%) e máquinas e aparelhos elétricos (6,3%).

43. As exportações, excluindo-se aquelas oriundas de Zonas Francas, dirigiram-se à Suíça (23,4%), que experimentou um crescimento de 337% devido ao aumento do preço do ouro; EUA (17,4%), Canadá (13,1%), Haiti (11,45%) e Índia (5,2%). As exportações oriundas das Zonas Francas, que responderam por 57,2% do total, centraram-se basicamente em máquinas e

aparelhos elétricos (21,2%); instrumentos e aparelhos de ótica e fotografia (20%); tabaco (13,9%); produtos farmacêuticos (8,4%); e pedras preciosas e semipreciosas (6,2%), tendo como destinos principais os EUA (72,3%), Haiti (4,4%), Porto Rico (4,4%) e Países Baixos (3,6%).

POLÍTICA EXTERNA

44. A gestão Medina/Vargas, concluída em agosto último, buscou ampliar a projeção internacional do país sediando diversos eventos, tais como: a Reunião de Chanceleres do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL); a Reunião sobre Políticas Penitenciárias e Carcerárias dos Estados membros da OEA, que contou com a presença do Secretário-Geral Luis Almagro; a 38ª Assembleia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA (CIM/OEA); e a IX Reunião das Partes (CO9) da CIT, entre outras. Além disso, o país exerceu a Presidência Pro Tempore do SICA e ocupa, pela primeira vez na história, assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), até o final deste ano.

45. Em seu programa de governo e no discurso de posse, Luis Abinader elencou as seguintes prioridades para a sua política externa: i) profissionalização e modernização do serviço exterior; ii) promoção das exportações de bens e serviços em grandes mercados; iii) defesa das normas internacionais de meio ambiente, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris; iv) cumprimento integral das normas que regem o ingresso de estrangeiros no país; v) melhor aproveitamento da posição geográfica privilegiada do país; vi) promoção da democracia e dos direitos humanos; e vii) apoio à diáspora dominicana. Na esfera multilateral, sugere intensificar a participação em foros internacionais de desenvolvimento econômico-financeiro, cumprir com os objetivos da Agenda 2030 e estreitar os laços históricos com "mecanismos regionales", citando, entre outros, o CARIFORO, o SICA, a ALADI, o Grupo de Lima e a Aliança do Pacífico.

VENEZUELA

46. A República Dominicana votou favoravelmente à condenação do regime madurista em todas as votações na OEA desde janeiro de 2019. O representante designado por Juan Guaidó para o país, no entanto, não foi recebido pelo então presidente Danilo Medina e nem mesmo pelo ex-chanceler Miguel Vargas.

Em agosto passado, o novo governo dominicano subscreveu, juntamente com Grupo de Lima, Grupo de Contato e União Europeia, documento exortando o estabelecimento de "un gobierno de transición" e a "realización de elecciones presidenciales libres y justas" na Venezuela.

HAITI

47. O Haiti é um importante parceiro comercial do país, bem como a origem de expressivo contingente de mão-de-obra para a agricultura e a construção civil locais. Ressentimentos históricos, a imigração irregular e os diversos ilícitos fronteiriços, como o contrabando e o tráfico de drogas, fazem dessa a relação mais delicada da política externa dominicana. Os dois países compartilham 376 quilômetros de fronteira, os quais consomem cerca de 64% do orçamento anual do Exército dominicano, de pouco mais de USD 150 milhões.

48. Os impactos gerados pela Sentença 168/2013 do Tribunal Constitucional dominicano no tocante à nacionalidade de descendentes de haitianos nascidos no país, apenas parcialmente sanados pela Lei 169/2014 de naturalização, geraram desgaste do país junto aos vizinhos da CARICOM e tornaram a relação com o vizinho ainda mais sensível.

CHINA

49. Em 2018, poucos meses após o estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Dominicana e a República Popular da China, o então presidente Medina realizou visita de Estado ao gigante asiático. O governo Medina rompia, assim, com uma relação profícua de décadas entre São Domingos e Taipei, esperando obter dividendos políticos e econômico-comerciais de uma aproximação mais estreita com Pequim. Desde então, os vultosos investimentos e os turistas chineses ainda não se fizeram presentes no país. O comércio entre os dois países cresceu em ritmo pouco superior à média histórica.

ESTADOS UNIDOS

50. O governo Abinader deu sinais de que pretende construir uma relação político-diplomática mais próxima a Washington do que seu antecessor. Em votação de matéria no CSNU sobre a extensão do prazo de embargo de armas ao Irã, a República Dominicana foi a única a seguir o voto norte-americano. Em seu discurso de posse, Abinader afirmou que fortaleceria "las relaciones estratégicas con Estados Unidos, nuestro principal socio comercial y el lugar donde residen dos millones de compatriotas", sem fazer qualquer menção à China.

A presença do Secretário de Estado Mike Pompeo no evento foi vista localmente como sinal de prestígio do novo governo junto ao governo norte-americano e, ao mesmo tempo, como uma tentativa estadunidense de frear a expansão chinesa no Caribe.

7



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSON TRAD

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 84, de 2020 (Mensagem nº 595/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Jamaica.*



Relator: Senador **NELSON TRAD**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Senhora ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Jamaica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSON TRAD

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da diplomata.

A Sra. ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO é filha de Joaquim Antonio Marcelino e Elzira Moreira Marcelino, e nasceu em Conceição do Pará/MG, em 9 de fevereiro de 1951. Graduiu-se em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1975.

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco em 1980. Foi aprovada no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1993 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2007, ambos do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a tese: "A Declaração sobre TRIPS e Saúde Pública. Implicações e Perspectivas", aprovada com louvor.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1981. Ascendeu a Segunda-Secretária em 1984 e a Primeira-Secretária em 1992, por merecimento; a Conselheira em 2002, a Ministra de Segunda Classe em 2007, ambas as promoções também por merecimento; tendo passado para o Quadro Especial em 2011. Em 2018 tornou-se Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial.

Foi chefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Novos Temas – DNT (2001-2002); da Divisão de Propriedade intelectual –DIPI (2002-2004) e Coordenadora Nacional das Negociações de Propriedade Intelectual da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA (2001-2004); Representante do Ministério das Relações Exteriores no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI (2001-2004); tendo, ainda, chefiado a delegação brasileira a inúmeras reuniões do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual - GNPI - da Área de Livre Comércio das Américas e às negociações birregionais entre Mercosul e União Europeia, em particular às Negociações sobre Vinhos e Destilados e Propriedade Intelectual, no âmbito de reuniões negociadoras entre os dois agrupamentos regionais, entre 2001 e 2004. Foi ainda Representante Alternata do Ministério das Relações Exteriores no Grupo de Monitoramento do Desenvolvimento do Sistema brasileiro de TV Digital e Representante do Ministério das Relações Exteriores no Comitê Interministerial de Combate à Pirataria (ambos em 2004).



SF720323.13619-80



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSON TRAD

No Exterior, serviu no Consulado-Geral em Genebra (1988-1991); na Embaixada em Moscou (1991-1995); na Embaixada em Lima (1995-1999); na Embaixada em Paris (2004-2007); na Embaixada em Dublin (2007-2014), e no Consulado-Geral em Caracas como Cônsul-Geral (2014-2020), tendo sido Presidente, em representação do Brasil, da Associação do Corpo Consular da Venezuela.

Em 1997 a diplomata em apreço recebeu a Medalha do Pacificador (Brasil) e em 2018 foi agraciada com a Ordem do Rio Branco (Brasil), no grau Grã-Cruz.

Em 2018 publicou "O Acordo TRIPS da OMC e a Saúde Pública: Implicações e Perspectivas", FUNAG, Brasília; "Internacionalización del Sector Financiero y Dolarización de los Países Latinoamericanos" in *Nueva Sociedad*, nº 172, pp. 85-103, em coautoria com Marcos Antonio Macedo Cintra; e "Incentivos e Apoio à Ciência, Inovação e às Políticas Tecnológicas na Irlanda, in *Mundo Afora* nº 10, pp. 346-374, em coautoria com Pedro Fernando Bretas Bastos.

Em 1989 traduziu os livros "A República: Livro VII", de Platão, a partir da versão francesa de Bernard Pietre, e "Discurso do Método", de René Descartes.

Além do currículo da diplomata indicada, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre a Jamaica, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A Jamaica tem área de 10.991 km² (aproximadamente metade do estado de Sergipe) e população da ordem de 2,93 milhões de habitantes. Seu PIB (Produto Interno Bruto) alcançou o montante de US\$ 14,77 bilhões em 2017 e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi de 0,726 em 2019, colocando-o em 96º lugar entre 188 países. O país tem taxa de alfabetização da ordem de 88% (2015) e expectativa de vida de 74,4 anos. O índice de desemprego na Jamaica em 2019 foi de 7,8%.

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a Jamaica, os vínculos entre os dois países são marcados pelo diálogo e pela cooperação, sobretudo nas áreas de educação, energia, saúde e cooperação técnica. O Brasil



SF/20323.13619-80



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSON TRAD

foi o primeiro país em desenvolvimento a estabelecer relações diplomáticas com a Jamaica, em outubro de 1962, tendo aberto em 1977 sua embaixada em Kingston. Por sua vez, a embaixada da Jamaica em Brasília foi instalada em 2012.

A Cúpula Brasil-CARICOM realizada em Brasília, em 2010, marcou momento de expressiva aproximação entre o Brasil e a Jamaica. Naquela ocasião, os dois países firmaram diversos instrumentos bilaterais, entre os quais o Memorando de Entendimento para estabelecimento de Comissão Bilateral para promoção da cooperação nas áreas cultural, social, econômica e técnica (CBCSOEC).

Em 13 de fevereiro de 2014, durante a Primeira Reunião Mista Brasil-Jamaica, foram assinados três acordos bilaterais: Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa; Acordo para o intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária e Acordo sobre Serviços Aéreos. Destacam-se dois projetos lançados na ocasião: i) cooperação na área de saúde para o combate à anemia falciforme; e ii) inauguração do centro HEART/SENAI, que atendeu às demandas por qualificação de mão de obra nos setores industrial e de turismo a partir da educação profissional e da atualização técnico-pedagógica de gestores.

Em 2015, Brasil e Jamaica firmaram Entendimento Recíproco para o Estabelecimento de Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais de Ambos os Países. A comunidade brasileira na Jamaica conta com 50 nacionais, ademais de cerca de 300 que residem nas ilhas Cayman. Porém, convém assinalar que em 2019 foi registrada a passagem na Jamaica de 5.302 brasileiros para fins de lazer e negócios.

No que concerne à cooperação educacional, o Brasil tem atraído número crescente de estudantes jamaicanos por meio dos Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Entre 2000 e 2018, 124 jamaicanos foram selecionados para o PEC-G, o que demonstra alto interesse de jovens daquele país em estudar no Brasil.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Jamaica totalizou US\$ 76 milhões em 2019, com saldo amplamente favorável ao Brasil, da ordem de US\$ 74 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Jamaica são: madeira, ferro e aço, combustíveis, cerâmicos e preparações de carnes, além de máquinas, papel e embarcações.



SF720323.13619-80



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSON TRAD

Da Jamaica o nosso País importa principalmente álcool etílico e bebidas, plásticos, máquinas mecânicas e produtos de perfumaria.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2020

(nº 595/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora da Senhora ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Jamaica.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 595

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora **ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Jamaica.

Os méritos da Senhora **ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO** que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de outubro de 2020.

EM nº 00192/2020 MRE

Brasília, 8 de Outubro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Jamaica.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

16/10/2020

SEI/PR - 2170765 - OFÍCIO

00001.005698/2020-00



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 640/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 15 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Jamaica.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 15/10/2020, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2170765** e o código CRC **E7E1FD32** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005698/2020-00

SEI nº 2170765

16/10/2020

SEI/PR - 2170765 - OFÍCIO

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ELZA MOREIRA MARCELINO DE CASTRO**

CPF.: 133.061.706-15

ID.: 8015 MRE

1951 Filha de Joaquim Antonio Marcelino e Elzira Moreira Marcelino, nasce em 9 de fevereiro, em Conceição do Pará/MG

Dados Acadêmicos:

1975 Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais
 1980 CPCD - IRBr
 1993 CAD - IRBr
 2007 CAE- IRBr -"A Declaração sobre TRIPS e Saúde Pública. Implicações e Perspectivas"

Cargos:

1981 Terceira-secretária
 1984 Segunda-secretária
 1992 Primeira-secretária, por merecimento
 2002 Conselheira, por merecimento
 2007 Ministra de segunda classe, por merecimento
 2011 Ministra de segunda classe do Quadro Especial
 2018 Ministra de primeira classe do Quadro Especial

Funções:

1981-1983 Divisão de Transportes e Comunicação, assistente
 1983-1987 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
 1986 Embaixada no Kuwait, Encarregada de Negócios, missão transitória
 1987-1991 Consulado-Geral em Genebra, cônsul-adjunto
 1991-1995 Embaixada em Moscou, segunda, primeira-secretária e conselheira, comissionada
 1995-1997 Embaixada em Lima, primeira-secretária
 1998-2001 Secretaria de Planejamento Diplomático, assessora
 1999 I Cúpula de Chefes de Estado e de Governos da América Latina-Caribe e União Europeia (ALC-UE). À disposição da Presidência da República, em apoio à Primeira Dama Senhora Ruth Cardoso, e responsável pelo cerimonial das Senhoras dos Chefes de Estado e de Governo participantes da Cúpula, Rio de Janeiro
 1999 Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em comemoração aos 40 anos de sua criação. À disposição do Cerimonial. Petrópolis, 2-3 de dezembro de
 2001 Embaixada em Libreville, Encarregada de Negócios em missão transitória
 2001-2003 Divisão de Propriedade Intelectual e Novos Temas, chefe, substituta e chefe
 2001/2004 Coordenadora Nacional das Negociações de Propriedade Intelectual da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)
 2001-2004 Representante do Ministério das Relações Exteriores no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI)
 2001 XII Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual (GNPI) da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Panamá, chefe de delegação
 2002 XIII Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual (GNPI) da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Panamá, chefe de delegação
 2002 XIV Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual (GNPI) da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Panamá, chefe de delegação
 2002 XV Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual (GNPI) da Área de Livre Comércio das

- Américas (ALCA), Panamá, chefe de delegação
- 2002 XVI Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual (GNPI) da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Panamá, chefe de delegação
- 2002 XVII Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual da ALCA, Panamá, chefe de delegação
- 2002 VIII Comitê de Negociações Birregionais (CNB,) Negociações sobre Propriedade Intelectual, Brasília, chefe de delegação
- 2002 Representante do Brasil no Seminário "Towards Development-oriented IP Policy: Setting an agenda for the next five years", the Bellagio Series on Development and Intellectual Property Policy, ICTSD/UNCTAD, Rockefeller Foundation's Bellagio Studies and Conference Center, Lake Como
- 2003 XVIII Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual (GNPI) da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Panamá, chefe de delegação
- 2003 XIX Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual (GNPI) da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Panamá, chefe de delegação
- 2003 XX Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual (GNPI) da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Panamá, chefe de delegação
- 2003 XXI Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual (GNPI) da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Panamá, chefe de delegação
- 2003 XXII Reunião do Grupo de Negociações em Propriedade Intelectual da ALCA, Panamá, chefe de delegação
- 2003 IX Reunião MERCOSUL-União Europeia, Comitê de Negociações Birregionais, negociações sobre Vinhos e destilados e sobre propriedade intelectual, Bruxelas, chefe de delegação
- 2003 X Reunião MERCOSUL-União Europeia. Comitê de Negociações Birregionais. Negociações sobre Vinhos e Destilados, Bruxelas
- 2003 XI Reunião Ministerial MERCOSUL-União Europeia, Comitê Birregional de Negociações (CBN). Negociações sobre Vinhos e destilados e Propriedade Intelectual, 2-5 de dezembro de Bruxelas, delegada
- 2003 Representante do Ministério das Relações Exteriores à VI Reunião sobre Direitos de Propriedade Intelectual, Comércio e Tecnologia. Paineis: "Propriedade Intelectual no Contexto de Ciência, Tecnologia e Políticas de Inovação Brasil, Rio de Janeiro e inúmeros seminários e reuniões com ONGs e outras organizações, sobre o tema propriedade intelectual
- 2004 XII Reunião MERCOSUL-União Europeia. Negociações sobre Vinhos e destilados e sobre propriedade intelectual, Buenos Aires, chefe de delegação
- Representante Alternado do Ministério das Relações Exteriores no Grupo de Monitoramento do Desenvolvimento do Sistema Brasileiro de TV Digital;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores no Comitê Interministerial de Combate à Pirataria;
- 2004-2007 Embaixada em Paris, conselheira e ministra-conselheira
- Representante do Governo brasileiro em inúmeras reuniões e seminários convocados por organizações internacionais (OMC, OMPI, UNCTAD) em Genebra, Bellagio, Buenos Aires e Miami, e por organizações não governamentais e acadêmicas, no Brasil e no exterior, para discutir o tema da propriedade intelectual
- 2004-2007 Representante do Governo brasileiro junto ao Bureau International des Expositions (BIE), Paris
- 2007-2014 Embaixada em Dublin, ministra-conselheira
- 2014-2020 Consulado-Geral em Caracas, cônsul-geral
- 2015-2018 Presidente, em representação do Brasil, da Associação do Corpo Consular da Venezuela

Publicações:

- 2018 "O Acordo TRIPS da OMC e a Saúde Pública: Implicações e Perspectivas". Prefácio escrito pelo Professor e ex-Ministro das Relações Exteriores. FUNAG, Brasília
- "Internacionalización del Sector Financiero y Dolarización de los Países Latinoamericanos", in Nueva Sociedad, no. 172, pp-85-103, artigo em coautoria com Marcos Antonio Macedo Cintra'
- "Incentivos e Apoio à Ciência, Inovação, e às Políticas Tecnológicas na Irlanda, in "Mundo Afora" no. 10, pp-346-374, artigo em coautoria com Pedro Fernando Bretas Bastos.

Traduções:

- 1989 "Platão - A República: Livro VII", São Paulo, Editora Ática. Do original: Piètre, Bernard. "Platon, République (Live VII).
- 1989 Descartes, René. "Discurso do Método", Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Ática. Do original: 'Discours de la Méthode'.

Condecorações:

1997 Medalha do Pacificador, Brasil
2018 Ordem do Rio Branco, grau Grã-Cruz



JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**JAMAICA**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio/2020

DADOS BÁSICOS SOBRE JAMAICA	
NOME OFICIAL:	Jamaica
GENTÍLICO:	Jamaicano
CAPITAL:	Kingston
ÁREA:	10.991 km ² (metade do estado de SE)
POPULAÇÃO:	2,93 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês (oficial) e inglês patois
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestante (64,8%); Católica Romana (2,2%); Testemunha de Jeová (1,9%); Rastafári (1,1%); nenhuma (21,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral Sir Patrick Allen desde 26 de fevereiro de 2009
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Andrew Holness
CHANCELER:	Senadora Kamina Elizabeth Johnson-Smith
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 14,77 bilhões (Brasil: US\$ 2,141 trilhões)
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 26,06 bilhões (Brasil: US\$ 3,217 trilhões)
PIB <i>PER CAPITA</i> (2017):	US\$ 5.117 (Brasil: US\$ 10.309)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2017):	US\$ 9.200 (Brasil: US\$ 15.646)
VARIAÇÃO DO PIB:	1,9% (2018); 1,0% (2017); 1,4% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019)	0,726/96º lugar (Brasil: 0,761/79º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA (2017):	74,4 anos (Brasil: 76)
ALFABETIZAÇÃO (2015):	88,7 %

ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	7,8 %
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar Jamaicano
BRASILEIROS NO PAÍS (2018):	50 brasileiros residentes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – JAMAICA (US\$ milhões)											
Brasil – Jamaica	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	219,8	126,2	175,2	233,5	125,3	56,46	61,17	59,59	74,25	74,57	76
Exportações	218,0	125,4	174,0	224,2	124	54,8	59,25	58,21	73,6	73,48	75,2
Importações	1,8	0,8	1,2	9,3	1,4	1,67	1,92	1,38	0,63	1,08	0,8
Saldo	216,2	124,6	172,8	214,9	122,6	53,12	57,33	56,83	73,0	72,4	74,4

APRESENTAÇÃO

A Jamaica é a terceira maior ilha do Caribe, depois de Cuba e Hispaniola (onde ficam Haiti e República Dominicana). Foi descoberta por Cristóvão Colombo em 1494 e colonizada pelos espanhóis no início do século XVI. Os nativos índios Tainos (também chamados de aruaques) deram à ilha o nome de “Xaymaca” (terra de madeira e água). Sob domínio espanhol, os nativos foram gradualmente dizimados (por uma combinação de execuções, infecções trazidas pelos europeus e trabalho forçado) e substituídos por escravos trazidos da África.

Em 1509, foi estabelecida a capital Nova Sevilha. Os colonos espanhóis passaram a criar gado e a produzir banha feita a partir de porcos selvagens. A Jamaica tornou-se também ponto estratégico de reabastecimento de provisões para os navios espanhóis que iam à América Central em busca de ouro.

A Inglaterra conquistou a ilha em 1655 e estabeleceu uma economia de plantação baseada no cultivo do açúcar, cacau e café. Paralelamente, a Jamaica se tornou grande centro distribuidor de mão-de-obra cativa. Estima-se que no período escravista tenham passado pela ilha cerca de 2 milhões de africanos, cerca de um sexto do fluxo total para as Américas. Em 1670, a Jamaica foi oficialmente transferida à Inglaterra, com a assinatura do Tratado de Madri.

O processo de abolição da escravatura foi lento e complexo. No plano interno, em que já se presenciava a ascensão de negros libertos, houve a intensificação do movimento abolicionista. No internacional, ocorreu, em princípios da década de 1830, forte declínio da demanda de açúcar, causando falências, desemprego e crise social. Essa conjuntura culminou, em 1831, na grande rebelião de escravos conhecida como a Guerra Batista. A abolição foi

proclamada em 29 de agosto de 1833, quando foram libertos cerca de 311 mil escravos.

No período pós-abolição, verificou-se êxodo rural e inchamento das periferias das grandes cidades, com a consequente criação de guetos.

A cultura da cana-de-açúcar e de outros produtos agrícolas de exportação foi gravemente afetada pela grande crise de 1929, gerando, na década de 1930, novo processo de êxodo rural e aprofundamento das divisões da sociedade em classes, etnias e culturas.

Essa conjuntura propiciou a emergência dos movimentos de direitos civis dos negros, liderados pelos ativistas Marcus Garvey e Alexandre Bustamante, ambos futuros primeiros-ministros e considerados pais fundadores da nação. Garvey e Bustamante emergiram como líderes de renome nacional dos protestos de 1938, organizados pelos trabalhadores da indústria da cana-de-açúcar, e participaram da criação do Partido Popular Nacional (PPN). Posteriormente, Bustamante fundou o Partido Trabalhista da Jamaica (PTJ). Ambos os partidos defendiam a bandeira anticolonial.

Em 20 de novembro de 1944, a Jamaica conquistou a independência parcial. Nova Constituição instituiu o sufrágio universal e a escolha popular da maior parte do Legislativo. Em dezembro do mesmo ano, a primeira eleição resultou na vitória de Bustamante pelo PTJ.

Em 1958, a Jamaica conquistou autonomia interna. Nesse ano, aderiu à Federação das Índias Ocidentais formada por colônias inglesas (exigência da metrópole para avançar no processo de descolonização). Em maio de 1962, a Federação das Índias Ocidentais foi dissolvida. Em agosto, a Jamaica alcançou independência plena e estabeleceu o sistema parlamentarista. O país manteve-se como monarquia constitucional integrada à Comunidade Britânica de Nações (*Commonwealth*).

PERFIS BIOGRÁFICOS**ANDREW HOLNESS**

Primeiro-Ministro



Andrew Holness nasceu em 1972. Graduou-se e obteve mestrado pela Universidade de West Indies (UWI) em Estudos de Desenvolvimento. Atuou como contador na iniciativa privada e em ONGs. Em 1997, tornou-se membro do Parlamento e atuou com destaque nas comissões do Parlamento dedicadas a Terras e Desenvolvimento, Habitação e Educação. Foi nomeado ministro da Educação em setembro de 2007. Em outubro de 2011, tornou-se líder do JLP e assumiu como primeiro-ministro durante dois meses. Em fevereiro de 2016, assumiu novamente a chefia do governo, sendo o mais jovem primeiro-ministro e o primeiro nascido após a independência da Jamaica.

PATRICK LINTON ALLEN

Governador-Geral



Patrick Linton Allen nasceu em 1951. Após mais de dez anos como professor, tornou-se ministro adventista na Universidade Andrews nos EUA. Como pastor, assumiu papéis de liderança dentro da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os vínculos entre Brasil e Jamaica são marcados pelo diálogo e pela cooperação, sobretudo nas áreas de educação, energia, saúde e cooperação técnica.

O Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a estabelecer relações diplomáticas com a Jamaica, em outubro de 1962, tendo aberto em 1977 sua embaixada em Kingston. Por sua vez, a embaixada da Jamaica em Brasília foi instalada em 2012.

A primeira visita oficial de um chefe de estado brasileiro à Jamaica foi realizada em 2007. Desde então, ocorreram quatro visitas de primeiros-ministros da Jamaica ao Brasil.

Em junho de 2013, os chanceleres jamaicano e brasileiro mantiveram encontro à margem da XLIII Assembleia-Geral da OEA. No mesmo mês, o então chanceler da Jamaica, Arnold Nicholson, visitou São Paulo e Brasília, acompanhado de delegação da *Jamaica Promotions Corporation*.

A Cúpula Brasil-CARICOM (Brasília, 2010) marcou momento de expressiva aproximação entre o Brasil e a Jamaica. Naquela ocasião, os dois países firmaram diversos instrumentos bilaterais, entre os quais o Memorando de Entendimento para estabelecimento de Comissão Bilateral para promoção da cooperação nas áreas cultural, social, econômica e técnica (CBCSOEC).

A Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil-Jamaica, copresidida pelos respectivos ministros das Relações Exteriores, foi celebrada em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014, ocasião em que foram assinados três acordos bilaterais: i) Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa; ii) Acordo para o intercâmbio de informações sobre Matéria Tributária; e iii) Acordo sobre Serviços Aéreos.

Cooperação Técnica

As iniciativas de cooperação brasileiras de maior alcance na região caribenha foram realizadas na Jamaica. Nesse contexto, destacam-se dois projetos lançados em 2014, durante a Primeira Reunião da CBCSOEC: i) cooperação na área de saúde para o combate à anemia falciforme; e ii) inauguração do centro HEART/SENAI, que atendeu às demandas por qualificação de mão de obra nos setores industrial e de turismo a partir da educação profissional e da atualização técnico-pedagógica de gestores. O centro abriga quatro laboratórios, seis oficinas e onze salas de aula, onde são oferecidos cursos de especialização que beneficiam cerca de 1.000 alunos por ano.

Merece destaque também a realização, em julho de 2018, do *workshop Training of Trainers on Labour Inspection*, realizado em Kingston no âmbito do programa de cooperação entre Brasil e OIT.

Assuntos consulares

Em 27 de maio de 2015, Brasil e Jamaica firmaram Entendimento Recíproco para o Estabelecimento de Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais de Ambos os Países.

A comunidade brasileira na Jamaica possui em torno de 50 nacionais. O Setor Consular da embaixada em Kingston também tem jurisdição sobre as Ilhas Cayman, na qual residem cerca de 300 brasileiros.

Em 2019, foi registrada a passagem na Jamaica de 5.302 brasileiros para fins de lazer e negócios, sendo os principais destinos Montego Bay, Ochos Rios, Negril e Kingston.

Cooperação educacional

O Brasil, por sua vez, tem atraído número crescente de estudantes jamaicanos por meio dos Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Entre 2000 e 2018, 124 jamaicanos foram selecionados para o PEC-

G, o que demonstra alto interesse de jovens daquele país em estudar no Brasil.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura governamental

A Jamaica é uma monarquia constitucional parlamentarista, tendo como chefe de Estado a rainha Elizabeth II, representada atualmente pelo governador-geral Patrick Allen.

O parlamento jamaicano é composto por duas casas: Senado e Câmara dos Representantes. O Senado é integrado por 21 senadores, dos quais 13 indicados pelo governador-geral, sob aconselhamento do primeiro-ministro, e 8 pelo líder da oposição. A Câmara dos Representantes possui 63 membros eleitos por voto direto.

O governador-geral nomeia o primeiro-ministro, o vice-primeiro-ministro (função protocolar exercida pelo líder da oposição), o líder da oposição, os membros do Gabinete, o chefe do Poder Judiciário, o presidente do Tribunal de Recursos, os ministros de Estado, os juízes do Tribunal de Recursos, os presidentes das empresas de serviços públicos e o procurador-geral do Ministério Público. No caso do primeiro-ministro, a prática tem sido de nomear o líder do partido com mais deputados na Câmara de Representantes.

Representante do chefe de Estado no Parlamento, o governador-geral é responsável por abrir e dissolver o Parlamento, aprovar os projetos de lei apresentados e votados e conceder a prerrogativa da misericórdia (*pardon*) a infratores condenados.

O Poder Executivo é chefiado pelo primeiro-ministro e pelos membros do seu Gabinete, que têm a responsabilidade de orientar as políticas do governo.

O procurador-geral tem a função de aconselhar o Governo em assuntos jurídicos.

O Poder Judiciário segue o sistema jurídico da *common law* britânica, sendo composto pelas seguintes cortes: (i) Conselho Privado ("Privvy Council"), tribunal de apelação final, com sede em Londres, que julga recursos sobre questões criminais

e cíveis do Tribunal de Apelações da Jamaica; (ii) Tribunal de Justiça do Caribe (CCJ), uma das principais instituições da Comunidade do Caribe (CARICOM), que atua como tribunal de apelação final para os vários Estados membros da CARICOM e como tribunal judicial internacional sobre assuntos relacionados à coordenação de política externa do Tratado de Chaguaramas (2001); (iii) Tribunal de Recursos, composto pelo presidente, chefe de Justiça e seis juízes; e (iv) Supremo Tribunal da Jamaica, responsável por julgar questões civis e criminais graves. No nível das províncias, os tribunais de magistrados residentes julgam ofensas civis e criminais menos graves e conduzem inquéritos preliminares em matéria penal.

JLP e PNP

A dinâmica entre o *People's National Party* (PNP, de centro-esquerda) e o *Jamaica Labour Party* (JLP, de centro-direita) é um dos elementos marcantes da política interna jamaicana.

Liderado por Andrew Holness (atual primeiro-ministro), o JLP venceu as últimas eleições (2016) por estreita maioria. Obteve 32 cadeiras na Câmara dos Representantes, enquanto o PNP conquistou as outras 31. Como resultado de eleições intermediárias em 2017, o JLP detém atualmente 33 assentos. O voto na Jamaica não é obrigatório e apenas 47% do eleitorado compareceu às eleições de 2016.

O JLP tem como plataforma original a representação da classe trabalhadora e dos setores mais desprotegidos da sociedade. Ao ser criado, apresentava-se como alternativa ao PNP, que tinha como base a nascente classe média e empresarial jamaicana. Nos anos 1970, pelas mãos de Edward Seaga e Michael Manley, os papéis se inverteram: Seaga deslocou o JLP para a direita, enquanto Manley consolidou um PNP de perfil socialista.

Em fevereiro de 2021 esgota-se o prazo para a realização de novas eleições gerais. Há expectativa de que o primeiro-ministro Andrew Holness apresente candidatura à reeleição.

Medidas de combate à pandemia de COVID-19

Em março de 2020, o governo jamaicano deu início à aplicação de medidas restritivas voltadas ao combate da pandemia, que contemplam o fechamento do sistema escolar e toque de recolher noturno, bem como restrições ao transporte público e à movimentação de pessoas, exceto para serviços essenciais. Também foram fechados os portos e aeroportos para entrada de passageiros.

Foi anunciada, ainda, a contratação de cerca de 140 médicos cubanos para tratamento e prevenção.

POLÍTICA EXTERNA

A Jamaica busca participação ativa em instâncias multilaterais como ONU, CARICOM e *Commonwealth*.

A política externa jamaicana privilegia ainda a construção de alianças com grupos de países pequenos, insulares e em desenvolvimento, em especial no contexto de questões compartilhadas, como mudança climática, desastres naturais e financiamento internacional ao desenvolvimento.

A Jamaica tem dedicado também especial atenção aos temas da manutenção da paz e da segurança; do combate ao crime organizado transnacional; e da prevenção e controle do HIV/AIDS.

O país participa ativamente da OEA e de seus órgãos subsidiários na promoção da paz e segurança, democracia, direitos humanos e cooperação para o desenvolvimento econômico e social.

No plano bilateral, a Jamaica mantém fortes laços econômicos e sociais com EUA e Canadá, onde há considerável presença da diáspora jamaicana. Destacam-se os programas bilaterais de cooperação técnica em áreas críticas do desenvolvimento nacional, como saúde, educação, empreendedorismo, segurança, modernização do setor público e desenvolvimento de capacidades técnicas.

A Jamaica busca também incrementar as relações políticas e econômicas com os países das América Central e do Sul, incluindo o desenvolvimento de iniciativas no âmbito de mecanismos consultivos e cooperativos.

O país está buscando envolvimento mais próximo com os BRICS e continua a desenvolver gradualmente laços mais estreitos de amizade, cooperação, comércio e investimento com países da África e da Ásia. Promove também mecanismos de cooperação técnica e econômica com a União Europeia (em especial no grupo UE-ACP) e com países individuais da Europa.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS***Cenário econômico***

A economia jamaicana é, em grande medida, dependente do setor de serviços (turismo), das remessas da diáspora e da exportação de bauxita/alumina. Os rendimentos das remessas e do turismo representam, respectivamente, cerca de 14% e 20% do PIB. As exportações de bauxita/alumina, embora importantes, têm declinado ultimamente para menos de 5% do PIB.

Economia de renda média alta, graças à pujança do setor de turismo, a Jamaica enfrenta, contudo, obstáculos comuns a diversos países em desenvolvimento, como reduzidas taxas de crescimento (a economia cresceu menos de 1% ao ano nas últimas três décadas), alto nível de endividamento público, vulnerabilidade a choques econômicos externos e altos índices de criminalidade.

O governo tem buscado enfrentar os desafios de manter a disciplina fiscal necessária para reduzir a alta carga da dívida pública, implementar políticas indutoras do crescimento e administrar o problema do crime organizado.

Relação com o Fundo Monetário Internacional (FMI)

Em cumprimento a acordos com o FMI (*Extended Fund Facility* -EFF, de 2012, e *Stand-By Agreement* - SBA, de 2016), a Jamaica lançou ambicioso programa de reformas da economia e do Estado, a fim de reduzir a dívida pública e estimular o crescimento. O país destaca-se pelo cumprimento dos compromissos assumidos com o Fundo, tendo recebido aprovação das equipes da entidade em todas as missões realizadas trimestralmente. O FMI tem usado a Jamaica como exemplo de programa bem elaborado e cumprido a contento.

Impactos econômicos causados pela pandemia de COVID-19

O FMI prevê contração de 5,6% da economia jamaicana em 2020 (ao contrário da previsão de crescimento anterior à crise, da ordem de 1%), como resultado do impacto da pandemia. Esta deve também afetar o equilíbrio do balanço de pagamentos e ameaçar os ganhos econômicos advindos do rigoroso programa de reformas levado a cabo durante os últimos sete anos. O programa conduziu a economia jamaicana a uma posição privilegiada de estabilidade macroeconômica frente à maioria das economias caribenhas.

O impacto também deverá ser sentido no mercado de trabalho. Segundo dados do governo, cerca de 60 mil pessoas (a maioria com menos de 40 anos) já teriam perdido o emprego desde o início da quarentena.

Diante do quadro prospectivo de recessão, o primeiro-ministro anunciou a criação de grupo de trabalho governamental destinado a estimular e promover a recuperação da economia jamaicana.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1494	Cristóvão Colombo descobre a ilha onde está situada a Jamaica.
1509	A Jamaica é ocupada pelos espanhóis. Fundação da primeira capital, Nova Sevilha.
1655	A Jamaica é conquistada pelos britânicos.
1670	A Jamaica é formalmente cedida aos britânicos pelo Tratado de Madri.
1692	Port Royal é devastada por um terremoto.
1831	Guerra Batista (Grande Revolta de Escravos).
1833	Abolição da escravatura.
1865	Os britânicos reprimem a Revolta de Morant Bay e o país se torna uma colônia da Coroa britânica.
1884	Nova constituição marca o renascimento inicial da autonomia local.
1938	Partido Nacional do Povo (PNP) fundado por Norman Manley.
1943	Partido Trabalhista da Jamaica (JLP) fundado por Alexander Bustamante.
1944	Adoção do sufrágio adulto universal. Promulgada nova Constituição que prevê uma Câmara de Representantes popularmente eleita.
1958	A Jamaica se torna membro da Federação das Índias Ocidentais.

1962	Dissolução da Federação das Índias Ocidentais.
1962	A Jamaica se torna independente na Comunidade Britânica, com Alexander Bustamante, do Partido Trabalhista da Jamaica (JLP), como primeiro-ministro.
1972	Michael Manley torna-se primeiro-ministro após uma vitória do PNP nas eleições gerais.
1976	O PNP vence outro mandato após eleições marcadas pela violência.
1980	Edward Seaga torna-se primeiro-ministro com a vitória do JLP nas eleições gerais.
1989	Michael Manley retorna ao cargo de primeiro-ministro pelo PNP.
1993	O PNP do primeiro-ministro P.J. Patterson vence as eleições gerais.
1997	O PNP do primeiro-ministro P.J. Patterson vence as eleições gerais.
2002	O PNP do primeiro-ministro P.J. Patterson vence as eleições gerais.
2007	O JLP vence as eleições gerais e Bruce Golding torna-se primeiro-ministro.
2011	Andrew Holness assume o cargo de primeiro-ministro pelo JLP, por dois meses, após a saída de Bruce Golding.
2011	O PNP vence as eleições gerais e Portia Simpson-

	Miller torna-se primeira-ministra.
2016	O JLP, liderado por Andrew Holness (atual primeiro-ministro), vence as eleições.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1962	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1963	Os interesses brasileiros na Jamaica são representados pela embaixada do Brasil em Bogotá, Colômbia.
1977	Abertura de embaixada residente do Brasil na Jamaica, com sede em Kingston.
1997	Visita do ministro das Relações Exteriores e do vice-primeiro-ministro da Jamaica ao Brasil.
2005	Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Jamaica. Memorandos assinados nas áreas de açúcar e etanol e de processamento de frutas.
2006	Participação da primeira-ministra da Jamaica na II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Salvador.
2007	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Jamaica. Na ocasião, é inaugurada usina de desidratação de etanol importada do Brasil.
2010	Participação do primeiro-ministro da Jamaica na I Cúpula Brasil – CARICOM, em Brasília.
2013	Durante visita do chanceler jamaicano ao Brasil, é oficialmente inaugurada a embaixada da Jamaica em Brasília (13 de junho).
2014	Realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Jamaica, em Kingston (13 de fevereiro).

Ministério das Relações Exteriores
Divisão de Atos Internacionais
Relação de Acordos

Título do Acordo	Outra Parte	Dt. Celebração	Status	Dt. Exp. Mot. Parlamentar	Dt. Envio Congresso	Dt. Dec. Legislativo	Dt. Ratif. Brasil	Dt. Ratif. Outra Parte	Dt. Exp. Mot. promulg	Dt. Prom
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais de Ambos os Países	Jamaica	27/05/2015	Em Vigor							26/06
Troca de Notas assinadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Ampliação do Prazo de Vistos de Múltipla Entrada	Jamaica	13/02/2014	Em Vigor							24/03

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária	Jamaica	13/02/2014	Em Ratificação	22/05/2014	27/04/2016	19/06/2019				
Acordo - Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação em Matéria de Defesa	Jamaica	13/02/2014	Tramitação Congresso Nacional	08/07/2016	18/08/2017					
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica	Jamaica	13/02/2014	Tramitação Congresso Nacional	21/07/2015	21/10/2016					

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	Jamaica	01/12/2010	Em Vigor	08/02/2011	14/03/2011	06/06/2012	20/08/2012	07/05/2012	13/03/2015	30/12
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para Implementação do Projeto "Centro de Formação Profissional Brasil-Jamaica"	Jamaica	23/09/2010	Em Vigor							10/03
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para o Estabelecimento de uma Comissão Mista	Jamaica	26/04/2010	Em Vigor							17/05

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para Implementação do Projeto "Capacitação de Recursos Humanos para Desenvolvimento das Cadeias Agropecuárias da Jamaica - com Ênfase na Cadeia da Mandioca"	Jamaica	26/04/2010	Em Vigor							17/05
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da Jamaica e o Governo da República Federativa do Brasil para Implementação do Projeto "Programa de Capacitação de Técnicos da Jamaica em Produção e Processamento de Frutas Tropicais"	Jamaica	26/04/2010	Em Vigor							17/05

Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica	Jamaica	14/12/2007	Substituído					15/08/2012		
Memorando de Entendimento entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação Acadêmica	Jamaica	09/08/2007	Em Vigor							21/08
Acordo de Isonção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica	Jamaica	09/08/2007	Em Vigor							10/09

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Programa de Treinamento Técnico em Produção e Processamento para Diversificar e Aumentar a Fruticultura na Jamaica"	Jamaica	15/02/2007	Expirado							27/02
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas Para Apoio ao Programa Jamaicano de Modernização do Setor Sucroalcooleiro"	Jamaica	15/02/2007	Expirado							27/02
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	Jamaica	12/07/2006	Substituído							

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas para o Processamento de Frutas	Jamaica	01/11/2005	Expirado								10/11
Memorando de Entendimento na Área de Açúcar e de Etanol.	Jamaica	16/05/2005	Em Vigor								10/06
Memorando de Entendimento na Área de Agricultura Tropical.	Jamaica	16/05/2005	Em Vigor								10/06
Comunicado Conjunto - Visita Oficial do Ministro de Estado Celso Amorim a Jamaica.	Jamaica	16/05/2005	Em Vigor								
Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica.	Jamaica	28/08/1997	Em Vigor	27/10/1997		11/06/1999	22/06/1999	23/02/2000	18/05/2000	23/05	
Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica	Jamaica	28/08/1997	Em Vigor	06/11/1997	12/11/1997	11/06/1999	21/06/1999	23/02/2000	18/05/2000	26/05	

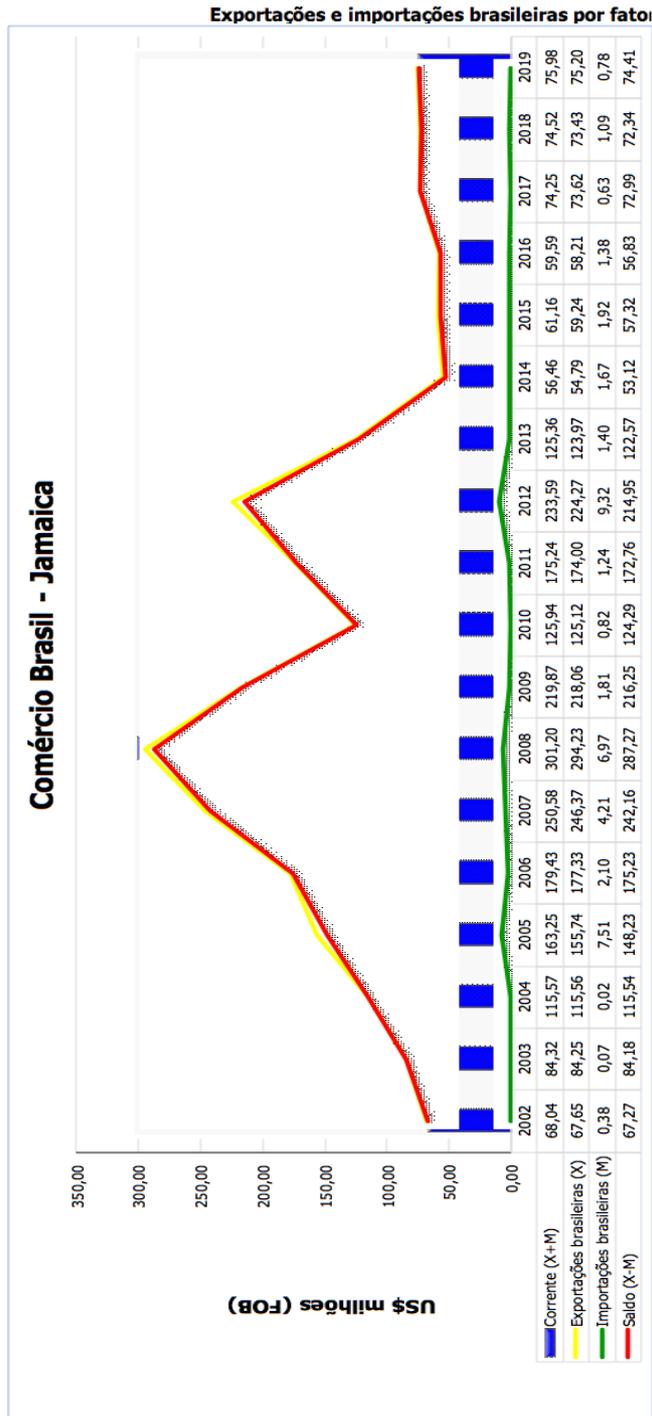
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica.	Jamaica	28/08/1997	Em Vigor	18/11/1997	21/11/1997	06/09/1999	10/09/1999			26/05
Protocolo de Intenções para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica.	Jamaica	18/11/1982	Em Vigor							

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Divisão de Produção da Indústria - DPIND

Jamaica

Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo

Maio 2020



	2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-abr)		20,67	0,29	20,97	20,38
2020 (jan-abr)		127,04	0,61	127,65	126,43

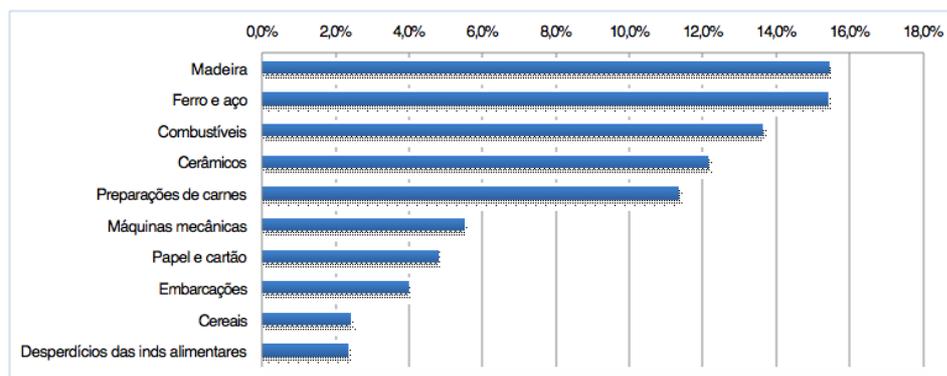
Elaborado pelo MRE/DFIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

**Composição das exportações brasileiras para Jamaica
US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Madeira	15,0	20,4%	19,2	26,2%	11,6	15,5%
Ferro e aço	23,4	31,7%	12,3	16,7%	11,6	15,4%
Combustíveis	0,0	0,0%	0,3	0,4%	10,3	13,7%
Cerâmicos	9,1	12,4%	8,5	11,5%	9,2	12,2%
Preparações de carnes	3,4	4,6%	8,2	11,1%	8,6	11,4%
Máquinas mecânicas	4,4	6,0%	2,8	3,9%	4,2	5,5%
Papel e cartão	4,0	5,4%	4,1	5,6%	3,6	4,8%
Embarcações	0,0	0,0%	0,0	0,0%	3,0	4,0%
Cereais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,8	2,4%
Desperdícios das inds alimentares	2,1	2,9%	1,7	2,3%	1,8	2,4%
Subtotal	61,36	83,4%	57,00	77,6%	65,63	87,3%
Outros	12,26	16,6%	16,44	22,4%	9,56	12,7%
Total	73,62	100,0%	73,43	100,0%	75,20	100,0%

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

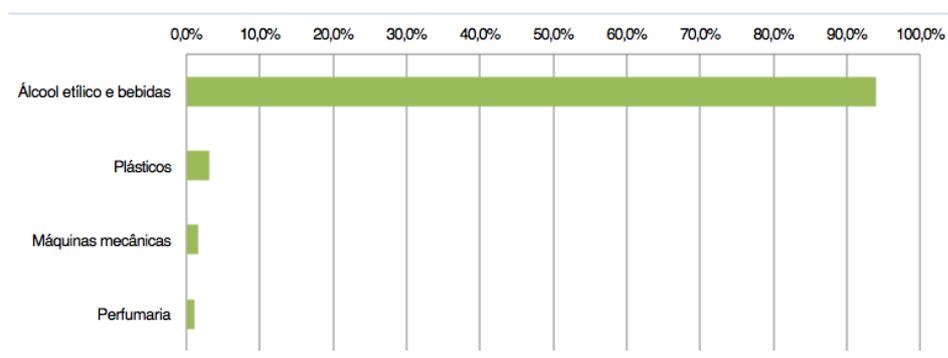


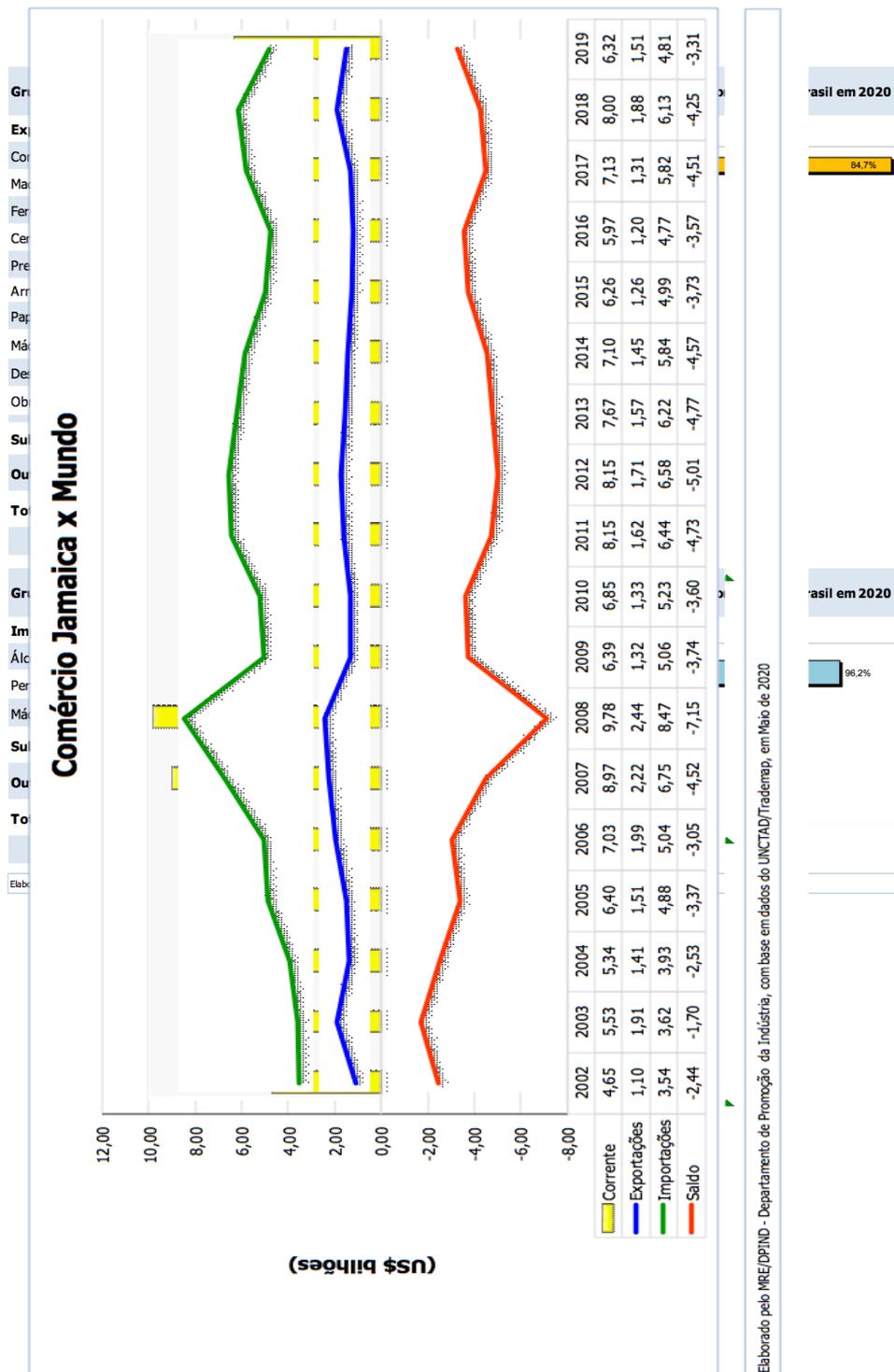
**Composição das importações brasileiras originárias da Jamaica
US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Álcool etílico e bebidas	0,62	98,3%	1,06	97,1%	0,74	94,0%
Plásticos	0	0,0%	0,002	0,2%	0,03	3,2%
Máquinas mecânicas	0	0,0%	0,001	0,1%	0,01	1,5%
Perfumaria	0,002	0,3%	0,03	2,6%	0,01	1,1%
Subtotal	0,62	98,6%	1,09	99,9%	0,78	99,9%
Outros	0,01	1,4%	0,00	0,1%	0,00	0,1%
Total	0,63	100,0%	1,09	100,0%	0,78	100,0%

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



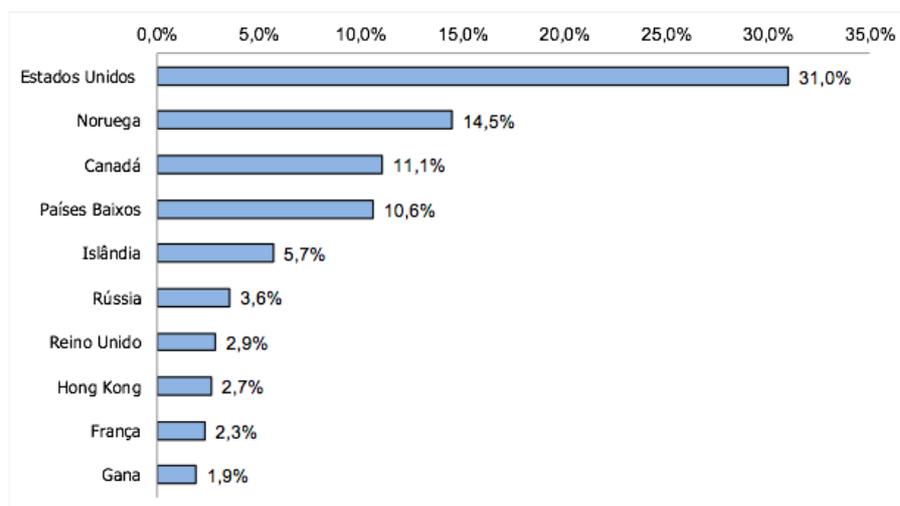


Principais destinos das exportações da Jamaica
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Estados Unidos	0,582	31,0%
Noruega	0,27	14,5%
Canadá	0,21	11,1%
Países Baixos	0,20	10,6%
Islândia	0,11	5,7%
Rússia	0,07	3,6%
Reino Unido	0,05	2,9%
Hong Kong	0,05	2,7%
França	0,04	2,3%
Gana	0,04	1,9%
Brasil (49º lugar)	0,001	0,1%
Subtotal	1,62	86,3%
Outros países	0,26	13,7%
Total	1,88	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais destinos das exportações

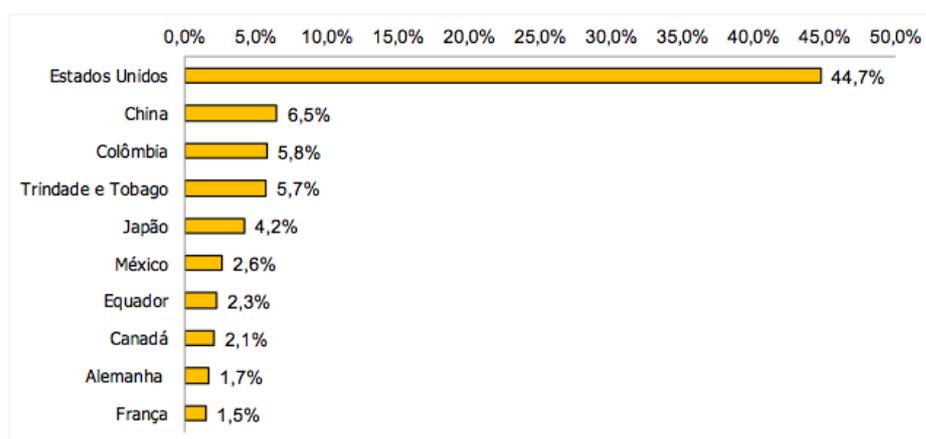


Principais origens das importações da Jamaica
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Estados Unidos	2,74	44,7%
China	0,40	6,5%
Colômbia	0,36	5,8%
Trindade e Tobago	0,35	5,7%
Japão	0,26	4,2%
México	0,16	2,6%
Equador	0,14	2,3%
Canadá	0,13	2,1%
Alemanha	0,11	1,7%
França	0,09	1,5%
Brasil (14º lugar)	0,1	1,3%
Subtotal	4,80	78,4%
Outros países	1,32	21,6%
Total	6,13	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais origens das importações

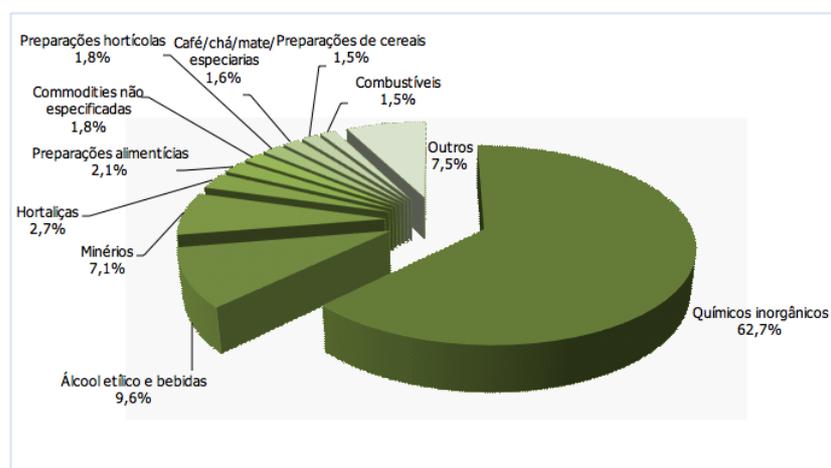


Composição das exportações da Jamaica
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Químicos inorgânicos	0,94	62,7%
Álcool etílico e bebidas	0,15	9,6%
Minérios	0,11	7,1%
Hortaliças	0,04	2,7%
Preparações alimentícias	0,03	2,1%
Commodities não especificadas	0,03	1,8%
Preparações hortícolas	0,03	1,8%
Café/chá/mate/especiarias	0,02	1,6%
Preparações de cereais	0,02	1,5%
Combustíveis	0,02	1,5%
Subtotal	1,39	92,5%
Outros	0,11	7,5%
Total	1,51	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais grupos de produtos exportados

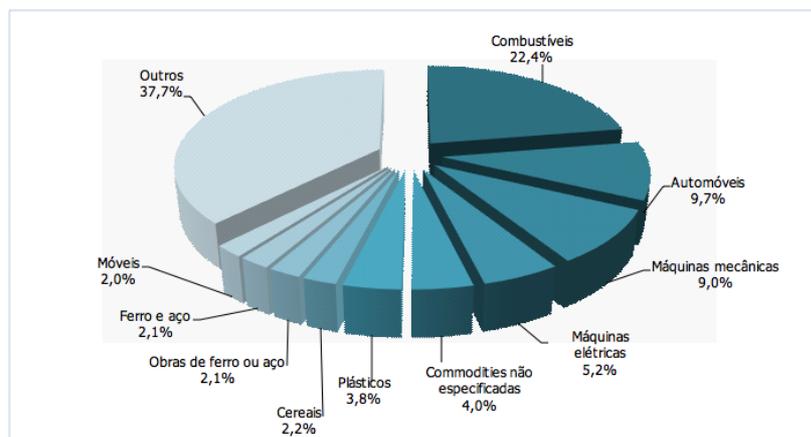


**Composição das importações da Jamaica
US\$ bilhões**

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Combustíveis	1,08	22,4%
Automóveis	0,47	9,7%
Máquinas mecânicas	0,43	9,0%
Máquinas elétricas	0,25	5,2%
Commodities não especificadas	0,19	4,0%
Plásticos	0,18	3,8%
Cereais	0,11	2,2%
Obras de ferro ou aço	0,10	2,1%
Ferro e aço	0,10	2,1%
Móveis	0,10	2,0%
Subtotal	3,00	62,3%
Outros	1,81	37,7%
Total	4,81	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais grupos de produtos importados



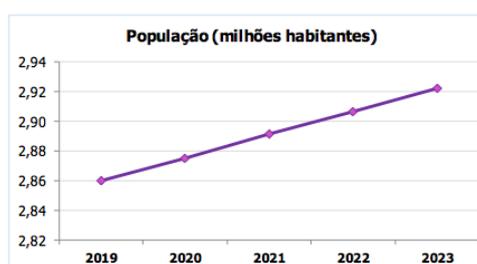
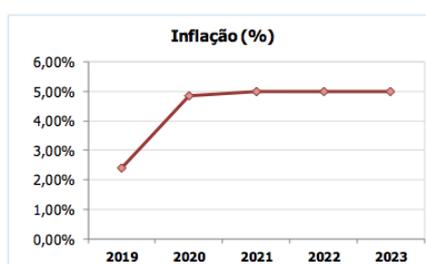
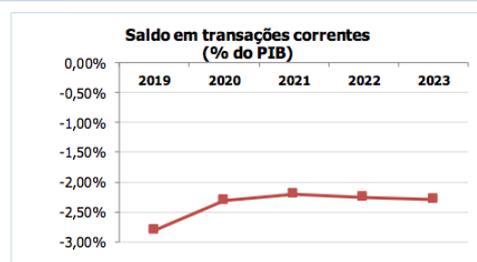
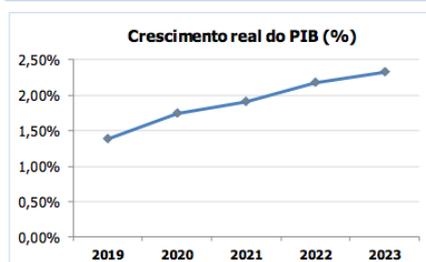
Principais indicadores socioeconômicos da Jamaica

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023
Crescimento real do PIB (%)	1,38%	1,74%	1,91%	2,18%	2,33%
PIB nominal (US\$ bilhões)	15,42	16,15	16,72	17,50	18,37
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.392	5.618	5.783	6.022	6.285
PIB PPP (US\$ bilhões)	8.397,03	8.496,84	8.612,84	8.752,92	8.908,34
PIB PPP "per capita" (US\$)	9.447	9.729	10.068	10.444	10.849
População (milhões habitantes)	2,86	2,88	2,89	2,91	2,92
Desemprego (%)	11,60%	11,03%	10,49%	9,97%	9,48%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,41%	4,86%	5,00%	5,00%	5,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,81%	-2,31%	-2,20%	-2,27%	-2,30%
Dívida externa (US\$ bilhões)	16,30	16,70	17,10	17,20	16,80
Câmbio (J\$ / US\$) ⁽²⁾	131,20	141,40	143,70	148,00	152,30

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Maio 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM KINGSTON**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG**

Transmito, a seguir, relatório de minha gestão à frente do Posto, no período de junho de 2015 a outubro de 2020.

I - POLÍTICA INTERNA**- CONSIDERAÇÕES GERAIS**

2. A Jamaica é uma monarquia constitucional parlamentarista, tendo a Rainha do Reino Unido como chefe de Estado, representada no país por um governador-geral.

3. O parlamento jamaicano é composto por duas casas: Senado e Câmara dos Representantes (denominados "Members of Parliament" ou "MP"). O Senado é integrado por 21 senadores, sendo 13 indicados pelo governador-geral, sob aconselhamento do primeiro-ministro, e oito pelo líder de oposição. A Câmara dos Representantes tem 63 membros eleitos por voto. Cabe ao governador-geral a nomeação do primeiro-ministro (líder do partido majoritário ou da coalizão majoritária na Câmara) e do líder da oposição. As eleições gerais devem ser realizadas no prazo máximo de cinco anos, mas podem ser antecipadas por pedido do primeiro-ministro formulado ao governador-geral.

4. Embora existam partidos pequenos e candidatos independentes que concorrem, em algumas circunscrições, nas eleições para a Câmara de Representantes, a tradição jamaicana tem sido essencialmente bipartidária:

(i) Partido Trabalhista da Jamaica ou "Jamaica Labour Party" (JLP), considerado atualmente mais representativo do setor empresarial, e

(ii) Partido Nacional Popular ou "People's National Party" (PNP), visto como mais à esquerda do espectro político. Na prática, sobretudo nos últimos dez anos, a divergência ideológica entre o JLP e o PNP tem sido praticamente irrelevante no plano político, econômico e pragmático.

-POLÍTICA INTERNA RECENTE (2015-2020)

5. Quando assumi a chefia do Posto, em junho de 2015, a Jamaica era governada pelo PNP, tendo como Chefe de Governo a primeira-

ministra Portia Simpson Miller, primeira mulher a assumir essa função no país. Simpson Miller já havia exercido a função em 2006-2007, em substituição ao ex-líder do PNP, P. J. Patterson. Manteve a liderança do partido e voltou a concorrer em 2011, contra o então jovem líder do JLP e primeiro-ministro Andrew Holness, quando o PNP obteve vitória importante, assumindo 42 cadeiras na Câmara. No período de 2011 a 2016, sob o comando de Simpson Miller, o Governo jamaicano celebrou acordo com o FMI, que foi integralmente cumprido e permitiu dar início à restauração do equilíbrio macroeconômico do país, que tem sido preservado até o momento.

6. Eleito em 2016, ao derrotar Portia Simpson Miller, Andrew Holness tem exibido crescentes índices de aprovação popular durante seu governo. Como seu mandato se esgotaria em março de 2021, Holness convocou eleições gerais para o dia 3 de setembro deste ano, apesar das dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19. Na contagem final, o JLP venceu de forma contundente, inclusive em circunscrições tidas como "redutos eleitorais" do PNP. O partido obteve 49 cadeiras das 63 existentes, deixando o PNP com apenas 14 representantes na Câmara. Essas eleições gerais tiveram um dos mais baixos índices de participação do eleitorado: apenas 37% dos eleitores compareceram à urnas.

7. Ao assumir seu novo mandato como primeiro-ministro, Holness comprometeu-se com o combate à corrupção no governo e com a questão da segurança pública, tendo não só reconduzido o deputado Horace Chang ao cargo de Ministro da Segurança Pública, mas também inovado ao nomeá-lo também vice-primeiro-ministro. Holness criou e chefia o Ministério do Crescimento Econômico e da Geração de Emprego, sinalizando à sociedade sua preocupação pessoal com a manutenção de políticas que promovam crescimento e emprego no país.

-DESAFIOS DO GOVERNO REELEITO EM SETEMBRO DE 2020

8. Dentre os principais desafios que Andrew Holness, que, além do Ministério do Crescimento Econômico e da Geração de Empregos, também exerce o papel de Ministro da Defesa, terá nesse novo mandato, destaco:

(i) a questão da segurança, ou seja, do combate à criminalidade que assola várias "paróquias" ("parishes") do país e inclui contrabando de drogas e armas (sobretudo com o Haiti), disputas territoriais entre "gangues" e crimes cibernéticos que já levaram à extradição de vários jamaicanos para os EUA, onde praticaram remotamente golpes financeiros ("lotto scams");

(ii) o controle no avanço da pandemia de COVID-19 no país, cujos casos de contágio passaram a aumentar exponencialmente a partir de julho passado; e

(ii) a recuperação da economia e do emprego, em meio à pandemia do COVID-19 e seus efeitos econômicos deletérios sobre a economia mundial e sobre setores caros à economia jamaicana, como é principalmente o caso do turismo.

9. Tendo sido detectado o primeiro caso em 10 de março, foram registrados, até o dia 26 de setembro, 6.017 casos no país, com 89 falecimentos, 1.706 recuperados e 22.012 pessoas em quarentena obrigatória. O Governo jamaicano tem estabelecido várias medidas para contenção da pandemia, dentre as quais vale destacar: (i) aumento no número de testes de contágio; (ii) trabalho em "home office" sempre que possível; (iii) uso obrigatório de máscara em lugares públicos; (iv) limitação no número de pessoas em reuniões sociais; (v) cancelamento de festividades públicas (mas foram realizadas eleições em setembro); (vi) limitação no número de passageiros em transportes públicos; (vii) criação de "corredores resilientes", aos quais deve limitar-se a mobilidade de turistas em visita ao país; (viii) toque de recolher em todo o território das 20:00 às 05:00 hs; (ix) exigência de teste PCR para viajantes provenientes de determinados países (Brasil, dentre eles); e (x) quarentena obrigatória, monitorada por aplicativo instalado em celular, para pessoas que chegam do exterior e para pessoas que estiveram em contato com outras diagnosticadas com COVID-19.

10. O Governo jamaicano informou a intenção de participar da COVAX Facility, bem como de outras iniciativas internacionais que lhe permitam obter, o mais prontamente possível, acesso às vacinas para o COVID-19 e de aplicá-las gratuitamente para toda sua população.

-AGENDA 2030

11. Um tema relevante na agenda do Governo jamaicano tem sido a implementação da chamada "Agenda 2030". Em 2009, foi aprovado um plano de desenvolvimento nacional intitulado "Vision 2030", no qual se destacava a participação da sociedade civil e o sistema de monitoramento, que definia responsabilidades em níveis diferenciados: político, técnico e consultivo. Em sua elaboração, buscou-se alinhar o plano aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com foco no fortalecimento e na ampliação da proteção social; na expansão do atendimento a crianças e idosos; na prevenção de doenças não transmissíveis; e no fortalecimento do sistema jurídico.

II - POLÍTICA EXTERNA

- CONSIDERAÇÕES GERAIS

12. O governo jamaicano tem buscado espaços, no plano externo, para reforçar seu projeto de reformas econômicas domésticas, com ênfase no reconhecimento internacional da maior fragilidade dos estados insulares caribenhos altamente endividados. Seu discurso de política externa reitera a ênfase na revisão dos padrões que definem países de renda média como destinatários da cooperação internacional.

13. As prioridades da política externa da Jamaica incluem o aprofundamento da integração regional, sobretudo no contexto da Comunidade do Caribe (CARICOM), sobre a qual, por pressões políticas internas, o Governo havia produzido o "Relatório da Comissão de Revisão das Relações da Jamaica com a CARICOM e o CARIFORUM", que visava a avaliar a própria validade e adequação daqueles foros como mecanismos de integração e de geração de benefícios equitativos para seus membros - em especial a própria Jamaica.

14. Há interesse da Jamaica em buscar mecanismos possíveis de integração com os países da América Latina, mas não ocorreram movimentos recentes mais concretos nesse sentido. A Jamaica tem reafirmado com ênfase crescente sua identidade como membro da diáspora africana e tem realizado aproximações diplomáticas com vários países importantes daquele continente, incluindo visitas ministeriais. Por fim, vale notar que o país tem buscado valorizar seu perfil como membro ativo e independente da comunidade internacional em suas atuações em diferentes organizações regionais e internacionais.

15. Outros aspectos relevantes da atuação diplomática jamaicana são: a valorização de suas diásporas (inclusive pela importância que tem para a economia do país); a preservação dos mecanismos comerciais, financeiros e de cooperação dos quais se beneficia com Estados Unidos, Canadá e União Europeia; a diversificação de parceiros que contribuam ao seu desenvolvimento; e a promoção do turismo como fonte dinâmica de crescimento e desenvolvimento econômico em vários segmentos.

-AMÉRICA DO NORTE

16. Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial da Jamaica, sua maior origem de turistas e fonte significativa de transferências unilaterais já que hospedam a maior parte da

diáspora jamaicana (mais de 800 mil). Os EUA são, também, importante fonte de investimentos externos diretos.

17. O Canadá, por sua vez, sedia a terceira maior comunidade jamaicana no exterior (cerca de 260 mil pessoas). A cooperação bilateral com esse país concentra-se na área de segurança. Desde 2012, a ilha é sede do Centro de Apoio Operacional para as forças de defesa canadenses.

-CHINA

18. A China vem ganhando espaço crescente nas relações bilaterais jamaicanas: em 2010, foram assinados acordos que garantiram créditos no valor de US\$ 500 milhões, destinados a obras de infraestrutura na Jamaica. Os jamaicanos, confrontados com a necessidade de promover uma dura reforma fiscal, além da ausência de investidores internacionais e da retração de outros parceiros tradicionais, veem na China um parceiro indispensável. Os chineses financiaram e realizaram várias obras importantes de infraestrutura, entre as quais se destaca a autoestrada que liga Kingston a Ocho Rios e Montego Bay e reformas e ampliação em parte do porto de Kingston. O governo chinês também financiou e construiu alguns novos edifícios para o Governo, incluindo a nova sede da Chancelaria.

19. A opinião pública jamaicana vê as relações com a China com certa desconfiança; há críticas, por exemplo, quanto à eventual instalação de empresa chinesa de transbordo marítimo em área de preservação ambiental (projeto que conta com forte oposição dos EUA, mas por razões estratégicas) e, também, a contratação, em grandes números, de trabalhadores chineses pelas empresas que já atuam no país, em prejuízo da mão de obra local. Além disso, os chineses têm adquirido empresas locais, inclusive mercados e supermercados e, em certa medida, deslocado mão-de-obra jamaicana.

-VENEZUELA

20. A relação de amizade entre a Jamaica e a Venezuela é histórica, tendo em vista que Simon Bolívar viveu na ilha durante algum tempo. No ângulo pragmático, a Jamaica, como importadora de petróleo, foi, durante anos, dependente do fornecimento venezuelano no âmbito da Petrocaribe. Essa relação de dependência sofreu importante mudança a partir de 2015, quando a Jamaica decidiu quitar o montante da dívida acumulada com a Petrocaribe. Tendo em vista a crise econômica venezuelana já naquela época, Caracas aceitou a recompra da dívida jamaicana pela metade do valor de face. A operação financeira foi apoiada pelo FMI e melhorou a avaliação internacional das contas jamaicanas.

21. No contexto do agravamento da crise venezuelana, registrou-se gradual redução no volume de petróleo importado pela Jamaica da Venezuela até que, em 2018, o Governo jamaicano anunciou que já não mais comprava petróleo venezuelano. A partir desses eventos, a Jamaica foi-se afastando gradualmente da Venezuela.

22. A Jamaica continuou tratando com a PDVSA sobre a questão da PETROJAM, única refinaria de petróleo do país, cujo capital estava dividido em 51% para o Governo jamaicano e 49% para a Venezuela (PDVSA). Ao adquirir os 49% das ações da empresa, o Governo venezuelano assumiu o compromisso de participar financeiramente de projetos necessários de modernização e ampliação da refinaria. Após tentativas de diálogo, o Governo jamaicano decidiu, em 2019, fazer a aquisição da parcela venezuelana compulsoriamente, por valor cotado por empresas avaliadoras internacionais, e depositou os recursos em juízo. A decisão jamaicana foi objeto de protesto do governo venezuelano.

-TROCA DE VOTOS EM ELEIÇÕES EM ORGANISMOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

23. A Chancelaria jamaicana é muito ciente do peso caribenho nas eleições em organismos regionais e internacionais (são 14 Estados membros com poder de voto) e da capacidade de influência da própria Jamaica na CARICOM. Trata-se, portanto, de país importante no contexto da busca de apoio do Brasil para parcerias em temas de interesse e em candidaturas nos organismos regionais e internacionais. Brasil e Jamaica mantêm boas relações em matéria de troca de apoios em vários temas internacionais e em candidaturas, tendo contado inclusive com votos jamaicanos sem qualquer contrapartida.

24. Recentemente, Brasil e Jamaica se enfrentaram eleitoralmente numa disputa acirrada para vaga de juiz no Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITDM ou ITLOS), tendo a candidata jamaicana vencido, mas depois de o Brasil ter decidido retirar sua candidatura e apoiar ostensivamente a candidatura do país caribenho. Essa atitude brasileira foi muito bem vista no Governo jamaicano.

-O SERVIÇO EXTERIOR DA JAMAICA

25. A Jamaica tem um Ministério de Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior (MFAFT, na sigla inglesa) pequeno, mas eficiente. É marcado por um desequilíbrio de gênero em favor das mulheres. A grande maioria das chefias de unidades dentro

do MFAFT está a cargo de diplomatas de carreira do sexo feminino. A Ministra de Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior é a advogada e Senadora Kamina Johnson Smith, que iniciou em setembro de 2020 seu segundo mandato como Chanceler.

26. O corpo diplomático em Kingston é composto por 27 Embaixadas. Kingston também sedia a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA ou ISA), criada pela Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM ou UNCLOS), que tem 186 países membros e realiza reuniões anuais de sua Assembleia e Conselho. Os Embaixadores do Brasil na Jamaica são também Representantes Permanentes do País junto à ISBA.

III - ECONOMIA E PANDEMIA DO COVID-19

-ASPECTOS GERAIS

27. A Jamaica passou por um processo de profunda reestruturação macroeconômica partir de 2012, quando celebrou um acordo no formato "Extended Fund Facility" (EFF) com o FMI e cumpriu integralmente as metas fixadas com a equipe da FMI encarregada de monitorar sua implementação. O EFF entrou em vigor em 2013 e foi executado até 2016, quando, após as eleições, o novo governo, liderado pelo JLP, decidiu não renovar o EFF e substituí-lo por um arranjo "Stand-By", firmado como precaução para casos de emergência que pudessem afetar o balanço de pagamentos do país e, também, como instrumento de assessoria técnica para aprimoramento das políticas econômicas.

28. A compra, em 2016, da dívida da Jamaica com a Petrocaribe foi viabilizada pela emissão, com sucesso, de Eurobonds de longo prazo. Essa decisão, que contou com o apoio do governo norte-americano e do FMI, ajudou a alterar o perfil de sua dívida e melhorar sua posição no mercado financeiro internacional. Essa emissão constituiu o maior lançamento de títulos financeiros internacionais da Jamaica, no montante de US\$ 2 bilhões, divididos em dois grupos com maturação e juros diferenciados.

29. Em novembro de 2019, o acordo "Stand-By" chegou a seu fim e o FMI, em seu último relatório, assinalou que as autoridades jamaicanas haviam demonstrado compromisso exemplar com as reformas sob dois programas consecutivos apoiados pelo organismo e executados nos últimos seis anos. Foram reformas de difícil implementação, com sacrifícios consideráveis por parte da população, as quais institucionalizaram a disciplina fiscal e reduziram substancialmente a dívida pública, com meta de chegar a 60 por cento do PIB até o início de 2026. A taxa

de desemprego está no nível histórico mais baixo, a inflação está sob controle, o sistema financeiro tem-se mostrado menos vulnerável e as reservas internacionais estão em níveis confortáveis. Esses objetivos de política macroeconômica foram reiterados firmemente pelo Governo reeleito em setembro de 2020.

30. Na área de produção, a bauxita tem sido o mais importante produto de exportação da Jamaica, que comercializa o metal bruto ou na forma de alumina, sendo o quarto maior produtor mundial desse minério.

31. O turismo, por sua vez, é uma das principais fontes de emprego do país, respondendo por 10% do PIB (ou cerca de 30%, se incluídos seus efeitos indiretos). A abertura de BPO ("Business Process Outsourcing") e de "call centers" na Jamaica também tem sido um setor em franco crescimento que tem contribuído para a redução na taxas de desemprego no país nos últimos anos. Cabe destacar o esforço das autoridades jamaicanas para desenvolver a resiliência do setor de turismo a eventos climáticos e desastres naturais e elaborar estratégias para a recuperação da atividade turística.

32. Embora tenha, desde a década de 1990, perdido gradualmente importância econômica, a agricultura ainda é crucial para a geração de empregos na Jamaica. O setor gera cerca de 7% do PIB e emprega 18% da mão-de-obra no país. O principal produto agrícola de exportação é o açúcar, mas sua produção vem enfrentando crises sérias e tem perdido peso no setor.

33. As exportações jamaicanas de bens mantêm-se concentradas nos EUA, na União Europeia e no Canadá, as quais correspondem a mais de dois terços do total. As importações, por seu turno, são mais equilibradas no que tange à distribuição entre os mercados de origem.

34. Nos últimos anos, a taxa de crescimento do país foi positiva, em que pesem os problemas climáticos (como a seca em 2016 e as chuvas e inundações em 2017), que prejudicaram o setor agrícola, a ponto de levar o Instituto de Planejamento da Jamaica (PIOJ) a retirar a agricultura do conjunto de principais setores responsáveis pelo crescimento econômico do país.

35. As remessas efetuadas pela diáspora jamaicana, sobretudo a que está nos EUA e no Canadá, têm um peso importante na renda nacional e no balanço de pagamentos do país: em 2019, as remessas representaram cerca de US\$ 2,5 bilhões.

36. Os tributos sobre importações constituem, ainda, proporção considerável das receitas do governo jamaicano. Somente as tarifas aduaneiras representam 7,5% das receitas fiscais totais.

37. Os projetos de desenvolvimento que poderiam oferecer recursos à economia jamaicana se deparam, no entanto, com várias dificuldades em termos de custos e de logística, sobretudo transporte. As apostas em maior desenvolvimento do setor industrial como fonte de exportações enfrentam dificuldades decorrentes do elevado custo de energia no país, e o setor de turismo, embora internacionalizado e dinâmico, aporta relativamente pouco à economia e ao balanço de pagamentos pelo seu alto conteúdo de importações, já que a economia local (em especial a agropecuária) não consegue abastecer satisfatoriamente, em termos de preço, qualidade, quantidade e prazo de entrega, a demanda da cadeia de serviços ligada ao turismo.

-EFEITOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA DO COVID-19

38. No final de 2019, a Jamaica atingiu a taxa de crescimento econômico de 2%, o que representou uma melhora em relação aos anos anteriores. Para o Governo, a importante redução nos níveis de desemprego do país, a manutenção de baixa taxa de inflação, o aumento nas reservas internacionais e a melhora na arrecadação de impostos têm sido a tônica do sucesso de sua política econômica.

39. A partir de março deste ano, quando começaram a ser registrados casos de contágio de COVID-19 no país, o Governo decidiu fechar os portos e os aeroportos para passageiros para tentar evitar a "importação" de casos. O fechamento se estendeu até meados de junho, embora na prática os voos internacionais só tenham sido restabelecidos gradualmente a partir de início de julho. O impacto negativo dessa medida sobre o turismo foi intenso e gerou elevadas perdas de receitas e de empregos para o país. Os efeitos econômicos deletérios dessas medidas se fizeram sentir nas recentes projeções de dados do Banco da Jamaica, que prevê uma queda entre 7 e 10% no PIB no ano fiscal 2020/2021. Ademais, o Governador do Banco da Jamaica aduziu que o crescimento econômico do país não deve retornar aos níveis pré-pandemia antes de 2023.

40. Para dar fôlego à economia, o Governo obteve, em maio de 2020, um empréstimo de US\$ 520 milhões junto ao FMI, por meio

da celebração de um "Rapid Financing Instrument" (IRF). O objetivo desses recursos é atender necessidades urgentes de balanço de pagamentos decorrentes de impactos causados pela pandemia de COVID-19. No caso da Jamaica, o FMI, ao aprovar o instrumento, reconheceu o forte impacto negativo sobre o turismo e as remessas da diáspora, bem como a adequação das medidas políticas adotadas pelas autoridades para enfrentar a pandemia.

IV - RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-JAMAICA

-CONSIDERAÇÕES GERAIS

41. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência da Jamaica, em 1962, e a estabelecer Embaixada residente em Kingston, em 1977. As relações entre Brasil e Jamaica apresentam importância e potencial de crescimento significativo, abarcando diálogo político, comércio, energia e cooperação técnica.

42. A primeira e única visita oficial de um Chefe de Estado brasileiro à Jamaica foi realizada em 2007, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-primeiro-ministro Bruce Golding realizou três visitas ao Brasil durante seu mandato, e então primeira-ministra Simpson-Miller compareceu à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho de 2012, mesmo ano em que a Jamaica abriu sua Embaixada residente em Brasília. Em junho de 2013, o então Chanceler da Jamaica, Senador Arnold Nicholson, visitou as cidades de Brasília e São Paulo, acompanhado de delegação da "Jamaica Promotions Corporation".

43. Durante a Cúpula Brasil-CARICOM (Brasília, 2010), foram firmados diversos instrumentos bilaterais, dentre os quais se destaca o Memorando de Entendimento para estabelecimento de uma Comissão bilateral para promoção da cooperação nas searas cultural, social, econômica e técnica, denominada "Comissão Binacional Brasil-Jamaica". A primeira reunião da Comissão ocorreu em Kingston, em 2014, e houve duas tentativas, frustradas por circunstâncias desfavoráveis, de realizar a segunda edição em Brasília, em 2017 e em 2019.

44. Por ocasião da I Reunião da Comissão Binacional Brasil-Jamaica, presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior da Jamaica, Arnold Joseph Nicholson e pelo então Chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado, foi inaugurado o Centro HEART/SENAI de Formação Profissional Brasil-Jamaica, e foram assinados três acordos bilaterais: (i) Acordo-Quadro

sobre Cooperação em Matéria de Defesa; (ii) Acordo para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária; e (iii) Acordo sobre Serviços Aéreos.

45. Em 2016, o primeiro-ministro Andrew Holness, acompanhado por outras altas autoridades jamaicanas, visitou o Rio de Janeiro para assistir a algumas competições olímpicas, em especial as que participou o recordista jamaicano Usain Bolt. Não houve encontros bilaterais na ocasião.

-COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL

46. A cooperação técnica bilateral atendeu diversas áreas demandadas pelo governo jamaicano, com destaque para agricultura e formação profissional. Na agricultura, os projetos em setores como fruticultura e cultivo de mandioca contribuíram para o fortalecimento das cadeias produtivas e geração de renda e de novos postos de trabalho, bem como a valorização do produto jamaicano. A Jamaica tem sido beneficiária de algumas iniciativas de cooperação de maior alcance do Brasil na região caribenha, destacando-se principalmente o Centro de Formação e Capacitação Profissional Brasil-Jamaica (HEART-SENAI), que atende às demandas por qualificação de mão-de-obra nos setores industrial e de turismo. O projeto, iniciado em 2009, foi levado a cabo pela ABC e pelo SENAI de Minas Gerais, do lado brasileiro, e pela HEART/NTA (Human Employment and Resource Training/National Training Agency), do lado jamaicano. A Jamaica proveu instalações em Portmore, Kingston, e o Brasil forneceu todo o equipamento, ferramentas e treinamento, tanto em Kingston quanto em Minas Gerais, para os professores/instrutores do Centro, onde são ministrados cursos de instalação elétrica, olaria, carpintaria, alvenaria, soldagem, reparo de aparelhos de ar-condicionado e refrigeração, computação básica, contabilidade, telecomunicações, entre outras.

47. O Brasil, com apoio da OPAS, prestou cooperação na área de anemia falciforme, doença genética que afeta parte da população jamaicana de origem africana, e que também ocorre no Brasil. O projeto envolveu o fornecimento de equipamentos de teste de anemia falciforme em recém-nascidos e treinamento para seu uso. Também merece destaque também a realização, em julho de 2018, do workshop "Training of Trainers Labour Inspection", realizado, em Kingston, no âmbito do programa de cooperação entre Brasil e OIT. O programa de treinamento de fiscais laborais decorre da primeira parceria estruturada assinada entre OIT e Brasil, com recursos humanos e financeiros

brasileiros, para promover a cooperação sul-sul. A Embaixada apoiou e participou do evento.

-INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JAMAICA

48. No comércio bilateral, o Brasil tem sido largamente superavitário, não tendo a Jamaica encontrado um nicho de mercado mais significativo no Brasil para seus produtos, à exceção de pequena exportação regular de rum e derivados. Assim, há vários anos mais de 95% do valor total anual do comércio Brasil-Jamaica correspondem a exportações brasileiras. Em 2018, o valor do superávit comercial brasileiro com a Jamaica foi superior a US\$ 72 milhões, de um fluxo comercial total de US\$ 74,5 milhões. Os montantes, em 2019, foram de: exportações US\$ 75,2 milhões e importações US\$ 0,78 milhões. Os produtos industrializados predominam nas pautas das vendas dos dois países, sendo 99% na brasileira e 100% na jamaicana.

49. O maior desafio de comércio do Brasil com a Jamaica tem sido no setor cárneo (bovinos e aves), em particular carnes refrigeradas e congeladas. A Jamaica mantém sistema rígido de "proteção sanitária" para seu mercado interno, o qual tem sido objeto de recorrentes gestões da Embaixada. Embora domine o mercado jamaicano de carne enlatada ("corned beef"), as importações do produto foram temporariamente suspensas na Jamaica em 2017, no bojo da "Operação Carne Fraca" no Brasil. A convite do Governo brasileiro e em função de gestões da Embaixada, o Governo jamaicano enviou missão sanitária ao Brasil, a qual, após constatar que as empresas que exportavam para o mercado jamaicano seguiam os padrões sanitários internacionais e não estavam arroladas no processo de investigação, reabriu o mercado e permitiu que os produtos estocados pelos importadores locais retornassem aos supermercados. O produto brasileiro sofreu, contudo, impacto negativo junto aos consumidores locais, mas, gradualmente, os níveis de venda foram sendo retomados. Há muitos anos, a carne enlatada brasileira tem sido parte integrante da alimentação diária da população jamaicana.

50. A Embaixada colocou em contato as principais empresas brasileiras que exportam produtos cárneos industrializados para a Jamaica com importadores locais, sugerindo parceria e eventual negociação, com o Governo, de investimento conjunto em planta de industrialização de carnes na Jamaica que produziria com matéria prima local e importada do Brasil, iniciando dessa forma, se a parceria se mostrasse viável,

abertura gradual da Jamaica a carnes não processadas (refrigeradas ou congeladas) importadas do Brasil.

51. Vale notar a importância crescente do Brasil no fornecimento de alguns produtos à Jamaica, como perfis de ferro ou aço, para os quais Brasil é possivelmente o maior fornecedor, com 60% do total importado pela Jamaica; madeira compensada (55%); preparações e conservas de carnes (40%); preparações para alimentação animal (13%); e papel para escrita e impressão (31%). Tem havido também crescimento nas exportações brasileiras de materiais de construção.

52. Como resultado de tratativas entre a PETROJAM e a PETROBRAS, as exportações brasileiras de petróleo para a Jamaica atingiram, no primeiro semestre de 2020, US\$ 147,5 milhões, nas quais o item "Óleos brutos" (US\$ 107,5 milhões) representou cerca de 73% do total exportado pelo Brasil no período. Já em 2019 esse item havia se destacado na pauta de produtos exportados pelo Brasil para o país. Trata-se, portanto, de importante abertura de mercado com perspectivas de ampliação significativa do comércio bilateral e também do superávit brasileiro com relação à Jamaica.

-COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

53. A Jamaica faz parte dos Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Entre 2000 e 2019, 136 estudantes jamaicanos foram selecionados para o PEC-G. No mesmo período, apenas um estudante jamaicano foi selecionado para o PEC-PG. Os números são relevantes, pois demonstram o alto interesse de jovens jamaicanos em estudarem no Brasil e, ao mesmo tempo, revela possibilidade de expansão da participação desses estudantes em níveis mais elevados de ensino superior (pós-graduação). Em 2019, após consulta do governo brasileiro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior da Jamaica indicou as áreas que o governo jamaicano considera prioritárias para a concessão de vagas de graduação pelo Brasil: agricultura, saúde, pedagogia, empreendedorismo, ciência e tecnologia, energia e logística.

54. As condições orçamentárias não permitiram retomar o leitorado de língua portuguesa e estudos brasileiros que já existiu na Universidade das Índias Ocidentais (UWI). Desde seu encerramento, a língua portuguesa não é mais ensinada em cursos superiores na Jamaica, mas apenas oferecida como matéria opcional no Departamento de Línguas e Literatura Modernas daquela instituição, nos níveis iniciante e intermediário.

-DIVULGAÇÃO CULTURAL DO BRASIL E EVENTOS PROMOCIONAIS

55. A Embaixada participou de festival de cinema latino-americano e caribenho, promovido pelo Grupo Latino Americano e Caribenho (GRULAC) e realizado no mês de novembro dos anos de 2015 a 2018, com entrada franca. Além disso, em comemoração aos 55 anos de relações diplomáticas Brasil-Jamaica, foi realizado, em abril de 2017, o I Festival de Cinema Brasileiro em Kingston, com a apresentação de quatro filmes.

56. Teve também grande repercussão nos meios político e militar e na mídia, a visita do Navio-Escola Brasil, em novembro de 2016. Além de visitas do comando da embarcação a autoridades militares jamaicanas e à ISBA, organizadas pela Embaixada, foi oferecida recepção a bordo para mais de duzentos convidados, incluindo ministros, parlamentares, militares, autoridades municipais, corpo diplomático, a qual teve muito sucesso e foi lembrada, posteriormente, em várias ocasiões.

-COOPERAÇÃO DIPLOMÁTICA E ACADÊMICA

57. Em 2014, a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e a "University of the West Indies" (UWI) firmaram Memorando de Entendimento, com o propósito de estabelecer debates acadêmicos sobre temas como governança global, paz e segurança internacional, desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, direitos humanos e democracia, solução de conflitos, entre outros. Em novembro de 2016, foi realizada pelo Instituto Rio Branco videoconferência para jovens integrantes do serviço exterior jamaicano, em que se transmitiu palestra sobre técnicas de negociação. Em fevereiro de 2017, o então presidente da FUNAG, embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, realizou visita a Kingston, a convite de autoridades locais e entidades acadêmicas, para dar seguimento à implementação do Memorando de Entendimento com a UWI.

-COOPERAÇÃO EM MATÉRIA FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA

58. Em 2014, Brasil e a Jamaica assinaram o "Acordo para o intercâmbio de informações sobre matéria tributária", em processo de ratificação pela parte brasileira. É importante para o relacionamento bilateral que o acordo entre rapidamente em vigor, pois a Jamaica, embora tenha assinado a Convenção Multilateral da OCDE sobre Assistência Mútua em Matéria Tributária, ainda não a ratificou. O acordo seria, então, mecanismo propício para viabilizar o intercâmbio de informações tributárias com o Brasil.

-COOPERAÇÃO ESPORTIVA

59. Em março de 2015, proposta de Acordo para Cooperação Esportiva entre Brasil e Jamaica foi objeto de alterações pela parte jamaicana, que, por ocasião dos Jogos Rio 2016, demonstrou grande interesse em assinar o documento. Para tanto, Ministério do Esporte brasileiro encaminhou contraproposta no formato de Memorando de Entendimento para avaliação pelo lado jamaicano. Sua eventual aprovação pelos dois Governos aguarda a realização da II Reunião da Comissão Binacional.

-COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

60. As relações do Brasil com a Jamaica no campo da defesa são ainda incipientes, mas têm potencial de incremento substancial no curto prazo. O principal marco jurídico para a cooperação é o acordo sobre cooperação em matéria de defesa, firmado pelos chanceleres brasileiro e jamaicano, no contexto da primeira reunião da Comissão Binacional Brasil-Jamaica. Em 2015, durante reunião realizada à margem da 10a edição da Feira LAAD, no Rio de Janeiro, os ministros da Defesa do Brasil e da Jamaica asseguraram interesse mútuo em aumentar a cooperação na área.

-SERVIÇOS AÉREOS

61. As relações aerocomerciais entre Brasil e Jamaica são regidas por Memorando de Entendimento entre as respectivas Agências de Aviação Civil, o qual prevê a implementação das cláusulas operacionais do acordo bilateral de serviços aéreos (ASA) assinado em 13/02/2014. O Memorando de Entendimento estabelece livre determinação de capacidade de frequências aéreas e de aeronaves. Há direitos de 5a liberdade (o direito de transportar passageiros e carga entre o território do outro Estado contratante e o território de um terceiro Estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado a ou proveniente do Estado de nacionalidade da aeronave). O instrumento ainda estipula possibilidade de códigos compartilhados entre empresas brasileiras, jamaicanas e de terceiros países. No momento, a matéria está em apreciação na Câmara dos Deputados.

V- QUESTÕES CONSULARES

62. Entrou em vigor, em junho de 2015, o Acordo de Isenção de vistos para turismo e negócios. O instrumento teve excelente repercussão política e social na Jamaica, pois facilitou sobremaneira a ida de jamaicanos para os eventos esportivos internacionais realizados no Brasil, em especial as Olimpíadas no Rio de Janeiro.

63. A Embaixada tem jurisdição consular nas Ilhas Cayman, que tem uma comunidade brasileira residente (cerca de 200 brasileiros), ligada ao setor financeiro, maior do que a existente na Jamaica, que oscila em torno de 80 nacionais. A maior parcela dessa comunidade brasileira residente na Jamaica é composta por membros da Igreja Universal, espalhados em várias "paróquias" ("parishes"), os quais, além de cultos religiosos, realizam atividades sociais. Há também comunidade flutuante de brasileiros, que vêm à Jamaica para prestar serviços técnicos (sobretudo em telecomunicações) ou trabalhar, em caráter temporário, no setor de turismo.

64. A Embaixada conta com um Cônsul Honorário na região de Montego Bay, que auxilia no atendimento de brasileiros, especialmente turistas, bem como em informações e contatos com as autoridades e a comunidade empresarial naquela área. Cabe recordar que o aeroporto de Montego Bay é maior e recebe mais voos diários do que o aeroporto de Kingston; além disso, o porto de Montego Bay recebe a maior parte dos navios de cruzeiro, nos quais há frequentemente brasileiros.

VI - SUGESTÕES

65. Para a próxima chefia do Posto, teço algumas sugestões de ação:

- Retomar as tratativas para realização da II Reunião da Comissão Binacional, com base em agenda tentativa existente;

- Incentivar gestões junto ao Ministério da Saúde do Brasil para assegurar a existência de recursos orçamentários para a segunda fase da cooperação em matéria de anemia falciforme e, junto ao Ministério da Saúde da Jamaica, para que apresente os relatórios sobre uso do equipamento fornecido pelo Brasil. Trata-se de cooperação mutuamente proveitosa, já que os médicos especialistas em anemia falciforme na Jamaica são considerados referência mundial na matéria e o Brasil tem a aprender com eles;

- Realizar contatos no Congresso Nacional para buscar, em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, acelerar o processo de ratificação e entrada em vigor dos acordos ainda pendentes, em especial o relativo à cooperação em matéria de defesa, que tem potencial para ações concretas de interesse mútuo;

- Manter contatos com a Secretaria Especial de Esporte do Ministério da Cidadania no Brasil e com a Ministra de Esportes da Jamaica para dispor do texto final para assinatura, nos dois idiomas, do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área

dos Esportes, a ser firmado durante a II Reunião da Comissão Binacional;

-Retomar diálogo com a Ministra de Esporte da Jamaica, a propósito de cooperação em matéria de carnaval (carros alegóricos e fantasias), que é celebrado em época diferente na Jamaica e há intenção de torná-lo atração relevante para o turismo local (o tema perdeu vigor em função da pandemia do COVID-19, mas poderá ser retomado futuramente); e

- Não sendo mais possível contar com um leitor de língua portuguesa na Jamaica, reiterar a grande importância da pronta implementação do projeto de curso on-line voltado para o exame CELPE-BRAS.